The background features a large, light gray watermark of the University of Bahia's coat of arms. It consists of three flaming torches at the top, a shield with a stylized plant, and a banner at the bottom with the motto 'VIRTUTE SPIRITUS' and the year '1808'.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA

PARA QUEM É A CIDADE?
REDES DE GESTÃO PÚBLICO-PRIVADAS NAS REFORMAS URBANAS DOS
CENTROS DE SALVADOR (BRASIL) E CALI (COLÔMBIA)

VIRTUTE SPIRITUS

1808
2022

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA

**PARA QUEM É A CIDADE?
REDES SOCIOINSTITUCIONAIS E OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO
URBANO NOS CENTROS DE SALVADOR (BRASIL) E CALI (COLÔMBIA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Aguiar Arantes

**SALVADOR
2022**

Mosquera Díaz, Carlos Andrés

Para quem é a cidade? redes sócio institucionais e os processos de desenvolvimento urbano nos centros de Salvador (brasil) e Cali (colômbia)

Salvador, 2022.

237

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Aguiar Arantes

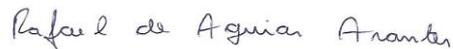
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2022.

1. Gestão público privada. 2. Redes Sócio Institucionais 3. Sociologia urbana. 4. Globalização. 5. Boutiquização-Gentrificação. Salvador. Universidade Federal da Bahia.

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA

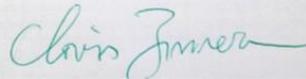
“Para quem é a cidade? Redes de gestão público privadas nas reformas urbanas dos centros de Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais e aprovada em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Rafael de Aguiar Arantes (FFCH - UFBA)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.



Prof. Dr. Clovis Roberto Zimmermann (FFCH - UFBA)

Doutor em Sociologia pela Universität Heidelberg (Ruprecht-Karls)



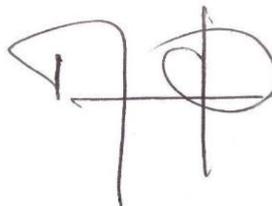
Profa. Dra. Laila Nazem Mourad (UCSAL/ FAU – UFBA)

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia.



Prof. Dr Fernando Carrión Mena (FLACSO/ OLACCHI - EQUADOR)

Presidente de la Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos.



Prof. Dr Pedro Martínez Toro (CALI - UNIVALLE)

Doutor en Estudios Territoriales de la Universidad de Caldas

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA

AGRADECIMENTOS

Agradeço às políticas educativas do Estado do Brasil por me permitir ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia para realizar o Mestrado e posteriormente o Doutorado. Da mesma forma à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por ter me outorgado uma bolsa de estudos que possibilitou minha permanência na Universidade Federal da Bahia.

Agradeço imensamente à Universidade Federal da Bahia por seu acolhimento, seu nível educativo e tudo o que envolveu um processo formativo de qualidade. Agradeço a meu orientador e professor Rafael de Aguiar Arantes não só pelas sugestões, observações, críticas, debates e socializações permanentes que permitiram que esta tese de doutorado fosse concluída, senão também porque nas suas aulas abri novos caminhos e inquietações de pesquisa para a Sociologia Urbana.

Aos professores (as) do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA que permitiram minha formação e o amadurecimento de ideias, especialmente ao professor Clóvis Zimmerman com quem tive a oportunidade de participar nas suas aulas durante o mestrado e doutorado e esta tese é também o resultado dos seus ensinamentos. Agradeço também à banca de professores (as) por aceitar o convite para avaliar meu trabalho.

Agradeço aos colegas de aula, pois seus conhecimentos, inquietações e palavras socializadas ao longo de todo este processo nas diferentes disciplinas, fizeram com que algo de vocês também esteja presente no corpo desta tese e na minha formação. Da mesma forma, aos entrevistados (as) que possibilitaram com suas palavras, vivências e saberes a elaboração desta tese.

Finalmente, Agradeço a todo o pessoal administrativo, de serviços gerais, secretaria do programa, segurança, funcionários (as) da biblioteca, do Restaurante Universitário, motoristas do BUZUFBA e a toda a CLASSE TRABALHADORA em geral que fazem possível que a UFBA exista e que seja um lugar acolhedor em muitos aspectos.

“É impressionante o que se diz de falta de educação e sempre se refere a gente pobre, mas falta de educação não está em gente pobre não, está em gente rica e abastada como você sabe, gente de elite, que se fala de elite, que se acha privilegiada que não entra em fila sabe, gente como você, que fez curso de Business, mas não tem formação humana, não criou caráter, não criou caráter! Quer dizer tem! É o dinheiro!
Clara

(Fala tomada do Filme brasileiro Aquarius,
Este filme aborda os conflitos gerados pelos interesses imobiliários
num pequeno prédio em Recife.)

Escena sobre el desalojo de las familias del centro de Bogotá.

“Reportero:
*Listo señor grabando!,
Este es un reportaje especial de José Antonio Samper Pupo para el noticiero de las 7.
Caballero, le podría usted decir a los colombianos ¿Qué es lo que pasa aquí?*

- *Mire lo que está pasando aquí ahora y todos los desalojos que han dejado un
montón de gente sin techo y llenos de luto se deben única y exclusivamente a dos
motivos:
primero, la injusticia de la justicia,
y segundo, la falta de estrategia de la clase inquilinal”*

Tomado de la primera escena de la película colombiana:
“La estrategia del Caracol”
(Filme que retrata as lutas por moradia pelas classes populares
no centro da cidade de Bogotá)

RESUMO.

Esta tese analisa a forma e os sentidos de como são consolidadas as redes de gestão público-privadas em processos de reformas urbanas contemporâneas de duas cidades latino-americanas: Salvador, Bahia, Brasil e Cali, Departamento del Valle del Cauca, Colômbia. Foram analisados mais especificamente o Programa Revitalizar implementado desde o ano de 2017 e o Programa Revive, de mais recente execução, na cidade de Salvador, da mesma forma que o Projeto Cidade Paraíso desenvolvido desde 2009 na cidade de Cali. Esta tese apresenta os principais roteiros e diretrizes institucionais dos respectivos programas, identificando seus principais agentes urbanos dos setores público e privado, além dos tipos e lógicas das redes de gestão para a execução dos programas. Para identificar e analisar os agentes urbanos, se fez uma análise de conteúdo dos documentos institucionais, análise dos jornais, entrevistas desenvolvidas com agentes públicos, privados e com população moradora, assim como uma revisão da literatura produzida sobre as reformas nos centros históricos das duas cidades. Este tipo de redes de gerenciamento urbano no contexto da neoliberalização das cidades e do capitalismo global caracteriza-se por consolidar um poder territorial que visa a consolidação de práticas urbanas ao redor de lógicas de Modernização, Recuperação, Revitalização, Competitividade, Refuncionalização de espaços e a consolidação de Cidades Inteligentes. Nesse sentido, estamos assistindo a uma capitalização do funcionamento do público que age paralelamente e de maneira associada aos interesses do capital privado nas reformas urbanas analisadas. Estas reformas fortalecem e aprofundam, segundo o caso analisado, o viés turístico patrimonial, a recuperação administrativa, a refuncionalização do centro, consolidação de um centro de negócios e boutiques, aperfeiçoamento da mobilidade ou a redensificação por empreendimentos. Nestas redes, os governos e poderes políticos locais de turno se articularam a uma tendência nacional e continental de construir cidades de negócios e diversos empreendimentos urbanos. Alguns dos postulados dos programas como é o caso específico do Revive em Salvador, provêm de agendas internacionais, fazem parte das relações geopolíticas entre os governos e são implementados sem considerar as particularidades dos contextos sócio históricos nacionais. Conclui-se que as redes de gerenciamento público privado no contexto de produção neoliberal das cidades latino-americanas produzem conflitos ao redor dos usos e contra usos do solo urbano, na medida em que focalizam única e exclusivamente a consolidação de uma cidade de negócios e não possuem programas sociais nem de habitação social para a população moradora. Mesmo esta tendência sendo de caráter continental também se evidenciam especificidades nos casos analisados.

Palavras chave: *Redes Público-Privadas; Reformas Urbanas; Centros Históricos; Globalização; Boutiquização; Gentrificação.*

RESUMEN

Esta tesis analiza la forma y los significados de cómo se consolidan las redes de gestión público-privadas en los procesos de reforma urbana contemporánea en dos ciudades latinoamericanas: Salvador y Cali. Más específicamente, se analizaron el Programa Revitalizar implementado desde 2017 y el Programa Revive de más reciente ejecución en la ciudad de Salvador, así como el Proyecto Ciudad Paraíso desarrollado desde 2009 en la ciudad de Cali. Esta tesis presenta los principales guiones y lineamientos institucionales de los respectivos programas, se nombraron sus principales agentes urbanos público-privados y se identificaron los tipos y lógicas de las redes de gestión para la ejecución de los programas. Para identificar y analizar a los agentes urbanos se realizó un análisis de contenido de documentos institucionales, análisis de periódicos, entrevistas a los agentes públicos, privados y a la población residente, así como una revisión de la literatura producida en torno a las reformas en el centro histórico de las dos ciudades. Este tipo de redes de gestión urbana en el contexto de la neoliberalización de las ciudades y el capitalismo global, se caracterizan por organizar un poder territorial que pretende consolidar viejos discursos y nuevas prácticas urbanas en torno a las lógicas de Modernización, Recuperación, Revitalización, Competitividad, Refuncionalización de los espacios y la consolidación de las Smart Cities (Ciudades Inteligentes). En este sentido, asistimos a una capitalización del funcionamiento de lo público que actúa en paralelo a los intereses del capital privado en las reformas urbanas analizadas. Estas reformas fortalecen y aseguran, según el caso analizado, el enfoque turístico patrimonial, la recuperación administrativa, la refuncionalización del centro, la estructuración de un centro urbano de negocios y boutiques, la mejora de la movilidad o la redensificación por parte de los emprendimientos. En estas redes, los gobiernos locales y los poderes políticos se articularon a su vez a una tendencia nacional y continental de construir ciudades empresariales y desarrollos urbanos diversos. Algunos de los postulados de los programas, como el caso específico de Revive en Salvador, provienen de agendas internacionales, forman parte de las relaciones geopolíticas entre gobiernos y se implementan sin considerar las particularidades de los contextos socio-históricos nacionales. Se concluye que las redes de gestión público-privada en el contexto de producción neoliberal de las ciudades latinoamericanas, producen conflictos en torno a los usos y contra los usos del suelo urbano, en la medida en que se enfocan única y exclusivamente en la consolidación de una ciudad empresarial que desdeña programas sociales o de vivienda social para la población residente. Si bien esta tendencia es de carácter continental, las especificidades también son evidentes en los casos analizados.

Palabras clave: *Redes Público-Privadas; Reformas Urbanas; Centros Históricos; Globalización; Boutiquización; Gentrificación.*

ABSTRACT

This thesis analyzes the form and meanings of how public-private management networks are consolidated in contemporary urban reform processes in two Latin American cities: Salvador and Cali. More specifically, the Revitalize Program implemented since 2017 and the most recently executed Revive Program in the city of Salvador were analyzed, as well as the Ciudad Paraíso Project developed since 2009 in the city of Cali. This thesis presents the main scripts and institutional guidelines of the respective programs, their main public-private urban agents were named and the types and logics of the management networks for the execution of the programs were identified. To identify and analyze the urban agents, a content analysis of institutional documents, newspaper analysis, interviews with public and private agents and the resident population, as well as a review of the literature produced around the reforms in the center were carried out. history of the two cities. This type of urban management networks in the context of the neoliberalization of cities and global capitalism, are characterized by organizing a territorial power that seeks to consolidate old discourses and new urban practices around the logics of Modernization, Recovery, Revitalization, Competitiveness. , Refunctionalization of spaces and the consolidation of Smart Cities. In this sense, we are witnessing a capitalization of the functioning of the public sector that acts in parallel with the interests of private capital in the urban reforms analyzed. These reforms strengthen and ensure, depending on the case analyzed, the heritage tourism approach, the administrative recovery, the refunctionalization of the center, the structuring of an urban center for businesses and boutiques, the improvement of mobility or redensification by the enterprises. In these networks, local governments and political powers were in turn linked to a national and continental trend of building business cities and diverse urban developments. Some of the postulates of the programs, such as the specific case of Revive in Salvador, come from international agendas, are part of the geopolitical relations between governments and are implemented without considering the particularities of the national socio-historical contexts. It is concluded that the networks of public-private management in the context of neoliberal production of Latin American cities, produce conflicts around the uses and against the uses of urban land, to the extent that they focus solely and exclusively on the consolidation of a business city that disdains social programs or social housing for the resident population. Even though this trend is continental in nature, specificities are also evident in the cases analyzed.

Keywords: Public-Private Networks; Urban Reforms; Historic Centres; globalization; boutique shopping; Gentrification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Técnicas E Instrumentos De Pesquisa.	28
Pesquisa urbana no contexto do Covid-19	31
Análises comparativas em ciências sociais e nos tipos de governança urbana	33
Estrutura Do Trabalho.....	36
CAPÍTULO 1. GLOBALIZAÇÃO E PROCESSOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS..	39
O contexto mundial, as cidades e as redes institucionais de gestão urbana.	39
1.1. Cidades, competição e globalização. Concorrendo por espaços e lucros.	44
1. 2. Percursos e tendências de consolidação da globalização nas cidades Latino-americanas. 49	
CAPÍTULO 2. GLOBALIZAÇÃO, PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NOS CENTROS HISTÓRICOS E PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO E BOUTIQUIZAÇÃO.....	57
2.1. Centro Urbano – Histórico Como Lugar Estratégico e Objeto De Mercantilização	57
2.2. Reformas nos Centros Históricos e os processos de Gentrificação e Boutiquização.	63
CAPÍTULO 3. TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR, “PROGRAMA REVITALIZAR” E “PROGRAMA REVIVE”.	71
3. 1. Centro Antigo e Histórico de Salvador. Um breve contexto	71
3.2. Reformas e Gestões públicas privadas contemporâneas no CHS: Os Programa Revitalizar e Revive.....	84
3.3. O Programa Revitalizar e suas diretrizes para o Centro Histórico de Salvador.	85
3.4. Análise das redes de gestão público privadas para o Centro Histórico de Salvador no Programa Revitalizar.....	95
3. 4. Programa Revive. Importação de Modelos urbanos internacionais e suas relações com agentes locais nos destinos do CHS.....	122
CAPÍTULO 4. GESTÃO PÚBLICO PRIVADA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO URBANO CIDADE PARAISO NO CENTRO DA CIDADE DE CALI.	139

4.1. Objetivos, Sentidos e Roteiros do projeto “Cidade Paraíso, um centro para todos”	154
4.2. Quem constrói Cidade Paraíso? Os agentes públicos e privados na gestão do projeto.	162
4.3. Redes de gestão público privadas em Cidade Paraíso, análise dos discursos da modernização e recuperação do centro de Cali.	169
4.4. A gestão Público Privada e a participação social.....	178
CAPÍTULO 5. DIALÓGOS LATINO-AMERICANOS. GESTÕES URBANAS EM CIDADES DO SUL GLOBAL.	197
5.2. Lógicas de gestão Público privadas de duas cidades do Sul Global.	197
5.2. Gentrificação e/ou Boutiquização nos Centros de Salvador e Cali: o que os projetos de renovação do centro têm produzido?	209
5.3. Moradores, população não solvente e participação social na gestão público privada. .	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	218
A cidade como um esforço conjunto e exclusivo dos poderes públicos institucionais e dos capitais privados.	218
Referencias	232

MAPAS

Mapa 1. Lei de ordenamento do uso e da ocupação do solo de Salvador. Elaboração UFBA/SEI 2006.	73
Mapa 2. Etapas do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.....	84
Mapa 3. Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador	87
Mapa 4. Expansão urbana de Cali.	138
Mapa 5. Focos de intervenção sócio urbana de Visión Cali 2036.	155
Mapa 6. Localização do Projeto Cidade Paraíso e Localização de quarteirões	156
Mapa 7. Estado das demolições do bairro El Calvário.....	186

QUADROS.

Quadro 1. Agentes público privados Programa Revitalizar.....	101
Quadro 2. Agentes público privados Programa Revive.....	126
Quadro 3. Cronologia Cidade Paraíso.....	160
Quadro 4. Agentes públicos e privados do projeto Cidade Paraíso.....	162
Quadro 5. Investimentos e atores públicos privados de Cidade Paraíso.....	167

Figuras

Foto 1 Obras Avenida Sete.	88
Foto 2. Obras Avenida sete de setembro.	88
Fotos 3 e 4. Obras para a organização do espaço público.	89
Foto 5. Praça Marechal Deodoro.	90
Foto 6. Prédios antigos e alguns habitados no CAS ao redor da Praça Marechal Deodoro.	90
Foto 7. Paradas de ônibus praça Marechal Deodoro.	90
Foto 8. Estações de bicicleta.	90
Foto 9. Intervenções para a construção casa da história e arquivo Municipal.	91
Foto 10. Museu da História de Salvador	91
Foto 11. Ladeira da Conceição.	94
Foto 12. Ladeira da Conceição.	94
Foto 13. Futura Casa da História e Arquivo Público.	99
Foto 14. Casarões fechados no Centro Histórico de Salvador.	99
Foto 15 e 16. Rua do Bispo com casarões fechados.	100
Foto 17 Rua Chile. Hotel Fasano e Fera Palace.	102
Foto 18. Estacionamento na Ladeira da Conceição.	111
Foto 19. Vista panorâmica da Bahia de Todos os Santos desde a praça Castro Alves.	114
Foto 20. Foco dos investimentos e casas fechadas.	116
Foto 21. Prédios antigos com moradores.	116
Foto 22. Predios e Casarões habitados por moradores do lado do Elevador La Cerda.	116
Foto 23. Avisos alusivos a casarões fechados que antes eram habitados.	116
Foto 24. Reivindicações políticas e sócio raciais sobre o direito de moradia.	117
Foto 25. Avisos sobre reivindicações nas portas dos casarões.	117
Foto 26. Igreja Rua do Passo.	126
Foto 27. Galería Central de Cali, 1910.	144
Foto 28. Galería El Calvario en 1956, calle 13, carrera 9.	144
Foto 29. Usos sociais e casas no bairro El Calvário.	147
Foto 30, 31, 32. Bairro El Calvario Inquilinato, dinâmicas sociais do bairro El Calvário.	149
Foto 33. Terreno demolido no que será Cidade Paraíso.	150
Foto 34, 35, e 36. (Armazem de recicladoras) e pequenos mercadinhos.	150
Foto 37. Rua El Calvário.	152
Foto 38. Parte interna de um inquilinato no bairro El Calvário.	152
Fotos 39. Avenida Bulevar centro da cidade.	154
Fotos 40 e 41. Avenida Bulevar centro da cidade.	154
Foto 42. Terreno limpo para a construção de cidade Paraíso.	170
Foto 43. Maquete de Cidade Paraíso.	170
Foto 44. Imagem da Prefeitura de Cali anunciando a demolição de casas de tráfico.	173
Imagem 45, 46 e 47. Maquetes apartamentos de Paraíso Central.	181
Fotos 48, 49 e 50. Reivindicações de moradores do bairro San Pascual e El Calvário.	185

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar as características e as lógicas das redes sócio institucionais construídas entre os agentes urbanos envolvidos nas concepções de renovação e produção social do espaço no Centro Histórico de Salvador e no Centro Urbano de Cali.

Mais especificamente, serão analisados o Programa Revitalizar que faz parte de um dos programas de reformas urbanas contemplados no projeto Salvador 360° da Prefeitura Municipal e o Programa Revive do Governo Estadual da Bahia em Salvador, bem como o Projeto “Cidade Paraíso um centro para todos” em Cali gestado pela EMRU (Empresa Municipal Renovação Urbana). Nestes casos analisados, existem gestões público privadas entre agentes urbanos que conformam redes sócio institucionais expressas em parcerias, alianças, estratégias conjuntas, coalizões e tensões, que consolidam lógicas de saber, poder, gestão e execução dos respectivos programas e projetos. Nestas redes sócio institucionais de caráter público-privado aparecem um conjunto de coalizões que visam a modernização, recuperação, revitalização, renovação e desenvolvimento de políticas urbanas encaminhadas a transformar as dinâmicas atuais dos respectivos centros urbanos.

Desta forma, encontramos dentro do setor público as agências e instancias internacionais, nacionais, estaduais e municipais, secretarias de planejamento, prefeituras, instituições de gestão do patrimônio e turismo, além de programas articulados à dinamização das intervenções. Por outro lado, no âmbito privado, as empresas do capital imobiliário, da construção civil, do setor de serviços, empresas de turismo e eventos, empreendedores urbanos nacionais e internacionais. Junto a estes dois grupos também existem um conjunto de agentes urbanos como são os (as) moradores (as) desses espaços, que estão agrupados quer seja em redes de diversas associações (ONGs, partidos políticos, igreja, universidades etc.) ou movimentos que foram conformando-se no decorrer dos processos com seus respectivos objetivos políticos, estabelecendo uma importante esfera pública de atuação e participação política (Carneiro, 2011).

Este trabalho identificou por meio de uma análise dessas redes sócio institucionais os tipos e objetivos das alianças dos agentes públicos privados com relação ao modelo de centro que visam construir. Caracterizou-se as respectivas empresas e instituições envolvidas nas políticas de gestão urbana, assim como os laços, redes, coalizões e tipos de relações que foram

tecidas entre elas. Da mesma forma, se identificaram também os organismos internacionais de financiamento e cooperação envolvidos, suas influências nos processos de desenvolvimento e renovação urbana, centrando atenções nos seus roteiros, diretrizes e políticas de financiamento, o que permitiu questionar pelo grau de autonomia que possuem as instituições locais de gestão urbana, tanto no campo do desenho de políticas diante do poder das instituições de financiamento e assessoria internacional, assim como os tipos de relações que são tecidos nas relações sócio institucionais.

Assim, essa tese se questionou sobre os seguintes aspectos que são transversais à conformação das redes público privadas, da mesma forma que o respectivo modelo de centro urbano que se visa construir em tempos da globalização: 1) Quem são os agentes e que tipos de redes sócio institucionais foram tecidas no decorrer dos processos de desenvolvimento urbano dos espaços centrais das duas cidades? 2) Que sentidos e lógicas mobilizaram as redes, alianças, coalizões, pactos e relações para a execução das reformas urbanas? 3) Quais são as concepções sobre a produção social do espaço central dessas cidades que os agentes urbanos expressam nos seus respectivos discursos e programas das reformas?

Diante dessas questões, a pesquisa levantou inicialmente as seguintes hipóteses: As reformas contemporâneas dos centros históricos demandam a conformação de redes de gestão público privadas que têm como foco o aperfeiçoamento e consolidação de um cenário estratégico de investimentos capitalistas. Nestas redes participam instancias locais, nacionais e globais, como prefeituras, secretarias de planejamento e encarregadas do assunto urbano, governo do estado, governo nacional, instituições de financiamento nacional e internacional, inclusive a consolidação de redes internacionais com instituições e governos internacionais. Estes tipos de redes de gestão podem apresentar um caráter hierárquico, focalizado em alguns atores específicos e com padrões de poder territorial que consolidam desigualdades na tomada de decisões.

No contexto global de mundialização e competitividade das cidades, as instituições públicas de planejamento e gestão agem a partir de roteiros e diretrizes regidas por processos de mercantilização. Este modelo de cidade regido por processos de acumulação capitalista do espaço urbano tem produzido diversos conflitos, sendo os mais visíveis os tipos de uso do solo urbano, pouca participação social e ausência de políticas de habitação social para população não solvente.

Assistimos, desde as últimas décadas do século XX, a múltiplas transformações sócio espaciais das cidades Latino-americanas, regidas por processos mundiais de acumulação capitalista. Estes processos projetam-se em diversos espaços da cidade, sendo os centros históricos um dos cenários estratégicos onde se vislumbra com maior intensidade essas transformações. Estes processos de desenvolvimento urbano são gestados por agentes urbanos que pensam, planejam e projetam a cidade.

Salvador e Cali são cidades Latino-americanas nas que seus respectivos centros históricos e urbanos vêm tendo um conjunto de transformações sócio espaciais desde finais do século XX com desdobramentos e projetos contemporâneos no século XXI. Na atualidade, nos programas Revitalizar e Revive (Salvador) e Cidade Paraíso (Cali), as transformações são consolidadas desde duas perspectivas ou tipologias que grosso modo visam o seguinte: no caso de Salvador, a recuperação e projeção de um centro histórico-patrimonial ligado ao aproveitamento econômico e turístico do lugar, assim como à recuperação administrativa-comercial e residencial do Centro Antigo (situado no comércio na cidade baixa). No caso de Cali, a tentativa de uma recuperação funcional, de mobilidade, administrativa e residencial do centro com algumas tendências turísticas nas adjacências. Nos dois casos, se evidenciam diversas formas de como duas cidades Latino-americanas tentam aperfeiçoar constantemente suas formas de integração e articulação sócio espacial ao contexto de produção neoliberal das cidades no mundo globalizado. Estes aperfeiçoamentos têm produzido diversos conflitos territoriais decorrentes dos processos e políticas de desenvolvimento urbano nos centros das cidades, como por exemplo os usos (econômico, turístico, funcional) e contra usos (residencial para grupos populares) do solo urbano. Estas iniciativas contêm diversos agentes públicos e privados encarregados da gestão e execução dos projetos de desenvolvimento urbano e suas alianças com os âmbitos internacional, nacional, estadual e municipal variam dependendo de cada caso.

O CHS (Centro Histórico de Salvador) é um dos casos mais emblemáticos na América Latina em matéria de reformas urbanas. Ele foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1986 e diversas agências participaram do planejamento, gestão e consolidação da projeção do “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador em 1991”, o qual foi executado durante o mandato de Antônio Carlos Magalhães como governador do Estado. O CHS Pelourinho que vemos hoje em dia nas suas ruas, museus, lojas, hotéis, restaurantes, eventos sócio culturais e palco de festividades, é o resultado desse conjunto de

intervenções que vêm ocorrendo desde os anos 90. Um dos desdobramentos contemporâneos das intervenções do CHS consiste no “Projeto Revitalizar” e o “Projeto Revive”.

Na atualidade o Projeto Revitalizar (2017), “Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação dos Imóveis do Centro Antigo de Salvador”, que faz parte do quarto eixo do programa “Salvador 360 graus”, é impulsionado por um conjunto de agentes urbanos que têm como foco de intervenção a recuperação e reorganização sócio econômica do espaço, o consumo da sua história, cultura e o patrimônio, consolidando assim um cenário que produz renda devido ao seu potencial turístico. Destas parcerias surgiram diversas iniciativas, algumas delas provêm da década dos anos 90 como, por exemplo, o programa “Pelourinho Dia e Noite” e outras mais recentes como “Vem Pro Centro” ou “Pelas ruas do Centro Antigo de Salvador” que visam a projeção cultural e turística do lugar para ser consumido em diferentes momentos e festividades do ano pela população local, nacional e internacional. Este tipo de reformas que têm como foco o potencial turístico, têm trazido novos impactos e conflitos com a população moradora, alguns desses conflitos provêm desde as intervenções dos anos 90 ao redor dos usos do solo urbano. Somado a essa iniciativa, está o programa Revive “Projeto de Requalificação de Patrimônio Cultural do governo Português” gestado pelo governo do estado da Bahia. É uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Governo de Portugal que a partir de concessões à iniciativa privada vai promover a recuperação e a valorização de espaços culturais e patrimoniais e históricos para o aproveitamento e empreendimentos turísticos no CHS. Este programa está incluído nas ações do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos), o qual promove a concessão de ativos e trabalha numa política de atração de investimentos de empresas internacionais e nacionais para o turismo nacional na área do setor hoteleiro.

No caso de Cali, o projeto chamado “Cidade Paraíso, um centro para todos” gestado pela EMRU (Empresa Municipal de Renovação Urbana) visa a recuperação funcional e modernização do centro da cidade por meio da construção de infraestruturas como shopping, instalação de uma estação de transporte central urbana MIO (Massivo Integrado de Ocidente), construção de uma Sede da “Fiscalía General de la Nación” e um projeto de habitação (5000 unidades aprox. Segundo os documentos oficiais). Este projeto iniciou suas primeiras fases desde a primeira década do século XXI, elaborando um senso populacional do setor nos bairros Calvário, San Pascual e Sucre (localizados no centro da cidade), depois de muitas negociações, conflitos e críticas por parte de moradores e comerciantes no que concerne aos baixos preços que foram oferecidos por parte da EMRU, se procedeu à compra e posterior demolição de prédios.

Desde o começo do projeto evidenciou-se um conjunto de conflitos que provinham das relações entre os agentes públicos de gestão e moradores, como por exemplo as negociações, expulsão da população, falta de investidores, ausência de programas de gestão social entre outros. No caso de Cali, provavelmente muito semelhante com outros casos da América Latina, existe a preocupação de procurar empresas de financiamento e investidores que junto com o âmbito público possam projetar o desenvolvimento urbano do centro.

Ambas, enquanto cidades capitais dos Estados aos quais pertencem (Bahia e Departamento del Valle del Cauca respectivamente), possuem um papel protagonista no cenário nacional, sendo Salvador a quarta maior cidade do Brasil com 2,677 milhões (2010) e Cali a terceira em grau de relevância com 2,228 milhões (2018) respectivamente, visam consolidar seus centros como lugares funcionais e articuladas ao conjunto da cidade como um todo, o qual demanda esforços sócio institucionais impulsionados por parcerias e alianças. Estes agentes públicos e privados mencionados anteriormente (e outros que foram identificados ao longo da pesquisa) configuraram o panorama geral do conjunto de atores que estruturam as redes sócio institucionais de planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento urbano. Estas relações também podem ser assimétricas, verticais, conflituosas, exclusivas ou incluso violentas.

Para corroborar as hipóteses e dar respostas às perguntas problema, este trabalho parte de três focos analíticos. Em primeiro lugar, a análise de redes sócio institucionais (Marques, 2003, 2006, 2013, 2017) (Celina Souza 2003, 2018) (Maricato 2001) (Duran 2019) (Quijano 2002) (Pujadas, Girona, Dargemir, 2010) (Peña, 2001) que permita caracterizar o conjunto de atores, suas relações, imbricações, possíveis alianças, estratégias, focos, coalizões, parcerias, objetivos, tensões e a forma como os moradores (as) organizados em associações ou movimentos (dependendo do caso) são partícipes ou não destas redes e processos. Em segundo lugar, uma concepção sobre a cidade que é o resultado da produção social do espaço no contexto do capitalismo global, às redes e coalizações público privadas na gestão urbana, à forma como as políticas de gestão urbana são um campo de conflitos pelo poder territorial e aos processos de deslocamento urbano produzidos pelas reformas dos centros e as mobilizações sociais. Finalmente, busca-se identificar e compreender os tipos de discursos institucionais dos agentes urbanos como as Prefeituras, Governos do Estado, Secretarias do assunto urbano, organizações/associações de empresários e movimentos sociais participam nos respectivos projetos de renovação, tendo como eixo condutor suas concepções sobre produção social do

espaço, o modelo de centro que se pretende construir e os tipos de alianças estratégicas tecidas entre eles.

Este trabalho faz parte de um conjunto de reflexões teóricas que vêm se produzindo nas cidades Latino-americanas sobre os tipos de agentes urbanos e redes de financiamento-gestão-execução de políticas urbanas. Tais análises centram atenções nas relações de saber-poder e as práticas urbanas que estão implícitas nas instituições, as diversas alianças, tensões e conflitos latentes nos empreendimentos urbanos contemporâneos, assim como nas formas de governança urbana que são guiadas desde uma perspectiva neoliberal.

Existem diversas teorias sociológicas que analisam as redes sócio institucionais e a partir delas pode-se fazer uma abordagem dos processos de gestão urbanos contemporâneos. Este tipo de análise provém da metade do século XX desde os estudos de John A. Barnes e Elizabeth Bott (Pujadas; Dárgemir; Girona p. 113, 2010) junto com o antropólogo britânico Alfred Radcliffe-Brown (2004). Os estudos sobre redes também têm uma forte tradição nos Estados Unidos desde a década dos 70s e giravam em torno de parentesco, família, amizade e relações entre vizinhos, os quais foram feitos por F. Katz. Segundo Peña Gonzalez (2001, p. 136) os estudos de redes têm sido utilizados junto com a “teoria estruturalista e funcional tradicional” na análise das sociedades e grupos como sistemas abertos e integrados. Segundo Elizabeth Bott (2010) o conceito de rede tem sido utilizado de três formas diferentes: 1. Como método para estudar os vínculos sociais dentro de uma unidade básica de estudo 2. Estudo das relações entre sistema e entorno 3. Os estudos sobre processos sociais e geração de formas sociais.

Desde esta perspectiva se identificam um conjunto de estruturas que têm um caráter interdependentes, assim como a articulação das instituições a diversos âmbitos sociais que possibilitam estudar as conexões entre as instituições sociais e políticas, relações sociais e de poder. Desde a perspectiva de J. Barnes (2004, p. 264) a rede está composta por indivíduos que se articulam a partir de interações. Ela é um instrumento metodológico de compreensão de relações sociais entre indivíduos que estuda suas conexões assim como os limites e finitudes dela. Os estudos das redes sócio institucionais têm um caráter dinâmico, evolui e se estrutura visando a consecução dos objetivos dos agentes envolvidos. Estas também possuem um caráter histórico e situacional, que demanda uma caracterização dos agentes locais, nacionais, globais e seus campos de relações.

Desde a perspectiva de Pujadas, Dárgemir; Girona (2010, p. 111) as relações de redes entre as instituições ajudam a manter o sistema social dando continuidade e persistência à

estrutura. A configuração da estrutura provém de relações interpessoais e influem também fatores de raça, classe e gênero que configuram e dão funcionamento às hierarquias etc. Para Barnes (2010), por exemplo, é importante identificar a “rede total” e “rede parcial”, a primeira contém toda a informação possível sobre a vida social global da comunidade a que corresponde. A segunda é um conteúdo concreto aos vínculos entre indivíduos. É importante estabelecer as formas como a rede está articulada, as ações dos seus atores, limites e os discursos e práticas mais influentes. As redes estão conformadas por pontos, os vínculos entre eles classificam-se por atributos e pelo conteúdo de cada vínculo. Existe também um grau de conectividade ou densidade da rede a qual potencializa o grau de gestão.

Um dos (as) autores (as) que podemos retomar para pensar as redes sócio institucionais no contexto Latino-americano, na política brasileira e mais especificamente nos estudos sobre políticas públicas urbanas é Eduardo Marques (2006, 2003) e Celina Souza (2018, 2003) focando nos vínculos entre indivíduos, instituições, organizações e as formas como estes estruturam as mais variadas ações sociais, influenciando o fluxo de bens materiais, ideias, informações e poder. O autor discute sobre a relevância dos atores políticos presentes nas políticas urbanas brasileiras, assim como o conceito de governança com relação à produção do espaço construído, “entendida a governança como conjuntos de atores estatais e não estatais interconectados por laços formais e informais que operam no processo de formulação de políticas e incorporados em contextos institucionais específicos” (MARQUES, 2013, p. 31). Nesta perspectiva se envolvem eixos analíticos como por exemplo os atores políticos (legais e ilegais), o nível de atividade do Estado (sua responsabilidade e participação) e as instituições.

As políticas públicas e os agentes que as produzem são produtos de conflitos, embates e disputas pelo poder político e territorial. Desde a perspectiva de Celina Souza (2003), a política pública é um cenário de conflitos entorno de ideias, recursos e interesses, por meio da qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações específicos. Desde este olhar ressalta-se o papel que tem as instituições sociais para a formulação, decisão e implementação das políticas públicas, mesmo no contexto de globalização onde existem posturas que afirmam o declínio dos poderes do Estado e das instituições diante do poder do capital privado. Para a autora as políticas seriam então o “governo em ação” produto de diversas coalizões.

As formas de relações que são estabelecidas entre os poderes públicos e o privado, podem ser de diversas modalidades, para Francisco Duran (2019), analisando o caso da produção de algumas políticas que demandam grandes quantidades de investimentos na América Latina, podem ser vistas como uma “captura do Estado”. Esta acontece desde a

confluência entre o poder econômico e o poder político burocrático, desde onde são definidas e executadas as políticas públicas. Existem fatores que possibilitam e favorecem a captura pelas elites econômicas como a concentração do poder econômico nas mãos de unidades empresariais privadas; o poder decisório no executivo e legislativo, onde o governo é conduzido por um sistema de partidos clientelistas que enxergam no estado uma oportunidade de pilhagem assim como uma sociedade civil debil e debilitada, sem poder de influência real nas lógicas de funcionamento das instituições e do capital.

Nesta perspectiva o estado junto com a burocracia teria um papel funcional nas lógicas de acumulação privada e se ressalta o papel que tem o dinheiro na execução e consecução dos projetos. Nesse sentido, segundo Duran (2019, p. 132) “os empresários ficam, os governos mudam” fazendo alusão ao poder que tem o dinheiro nas redes de influencia da política e nos grandes investimentos que ficam estáveis como capitais fixos no tempo. Os diversos grupos de empresários investidores que participam da produção de riquezas de grandes projetos têm construído a capacidade de utilizar os aparatos e burocracias do Estado em benefício próprio de diversas formas. Como bem assinala Wallerstein (1998), os capitalistas na economia mundo capitalista para sobreviverem podem chegar a estabelecer alianças, contratos e pactos com o objetivo de não sumir das intensas concorrências do sistema mundo.

Estudar as redes permite pensar as imbricações do Estado e do capital privado nas suas múltiplas interdependências, assim como o contexto político no qual são produzidas e os objetivos que procuram. Para Quijano (2002, p. 9) no contexto da globalização os “estados nação” se converteram em estruturas de administração local dos interesses mundiais, estes processos implicaram numa privatização local e global dos assuntos do Estado a fim de responder cada vez menos à representação política do conjunto dos setores sociais de cada país. Assistimos então a uma gradual constituição de uma trama mundial de instituições estatais e privadas, de autoridades públicas, que parecem operar como um governo mundial, invisível, mas real.

Estudar estas redes, tramas, associações, formas de governos e parcerias de gestão implica também, analisar os possíveis campos da informalidade, os setores ilegais que também estão envolvidos na produção do espaço urbano, os quais marcam diversas dimensões das dinâmicas de poder e elementos de estabilidade e inercia que cercam as políticas. Os gestores urbanos públicos e privados agem tanto formal quanto informalmente (estes últimos mais difíceis de detectar ou teorizar para quem investiga) eles têm o poder de construir a cidade, seja porque fazem parte dos que possuem capitais econômicos, poderes políticos, burocráticos,

apoio de partidos, prefeituras, governos de estado ou são os que dialogam com as instituições internacionais de financiamento e gestão. Isto quer dizer, e seguindo a Marques (2016), que os “capitais urbanos” investidos pelos gestores privados, significam além de dinâmicas econômicas, a construção de relações de poder no interior de formações históricas específicas. Estes capitais possuem recursos de poder e estratégias políticas em conexão com vários atores. Os gestores detêm saberes específicos que foram legitimados historicamente nas instituições as que pertencem (como por exemplo as secretarias de planejamento urbanismo, cultura e turismo), estes têm redes de assessores (as) nas quais já participaram em outros projetos em diferentes latitudes nacionais ou internacionais.

Outros aspectos que entram em jogo na história e na conformação das redes, são os aspectos patrimonialistas na elaboração e implementação de políticas públicas, entendendo dito termo como o poder que detêm e recai sobre famílias tradicionais, figuras políticas de trajetória regional e sua capacidade de afetar a forma como se faz política na cidade, este seria um fenômeno muito recorrente nas cidades latino-americanas, pois muitas destas famílias provem de tradições conservadoras, elites patriarcais, mercantis e famílias com sobrenome regional. Segundo E. Maricato (2001) este tipo de poder e modo de fazer as coisas é construído pela união de poderes políticos, empresariais, burocráticos e famílias tradicionais que permeiam e definem o sentido do público. Esta perspectiva analisa a importância dos personagens políticos e públicos de trajetória regional, que no caso do Brasil viriam desde os tempos do coronelismo e na Colômbia de famílias com trajetória rural ligado à agro exportação, mas com amplos poderes na vida urbana e no capital imobiliário. Este aspecto também é denominado por Duran (2019) como “capitalismo familiar ou de laços”, onde algumas famílias são donas de grandes empresas, conglomerados e possuem redes extensas e intensas de poder político.

Este tipo de redes e de contextos imprimem um desafio para as pesquisas que visam as relações do público e o privado, já que demanda identificar as formas como estas relações -que podem não ser tão visíveis nem aparecer nos documentos institucionais- estão efetivamente presentes nas gestões urbanas. Segundo E. Marques (2006), o tecido do Estado tem efeitos diferenciados dependendo das suas dinâmicas políticas, nas quais se identificam os padrões de relações, sua relação com os desenhos institucionais e as diferentes configurações de atores presentes em cada caso. As redes são constantemente reconstruídas por atores organizacionais e individuais. As relações pessoais podem ser um importante elemento no processo de construção institucional visto que tendem a criar coesão ao tecer internamente o campo das

políticas e das gestões urbanas. Existe uma relação entre a gestão do Estado, implementação de políticas, troca de poder e investidura de cargos.

Este tipo de estudos também envolve um conjunto de investigações desde a sociologia relacional e os estudos urbanos, nos quais podemos citar Manuel Castells (2012) que analisa as redes entre as instituições políticas de gestão, os agentes responsáveis, o mundo informacional, fluxos do capital e reestruturação do espaço urbano, assim como os movimentos sociais que conformam redes multidirecionais que surgem em momentos de crises e estão ligadas de diferentes formas. Nesse sentido Castells (1997) também analisa a cidade enquanto uma coletivização objetiva da gestão urbana, onde cada política urbana está ligada uma à outra e os agentes urbanos se encarregam de fragmentar a gestão das políticas dando prioridade a umas em detrimento de outras. Desde o ponto de vista de Borja (2012), nas cidades latino-americanas prepondera o paradigma da “gestão urbana”, o qual envolve um conjunto de agentes que possuem programas através da *planificação estratégica*, nesse sentido os agentes urbanos públicos e privados agiriam visando as oportunidades de investimento na cidade e a produção de renda. Estes estudos assinalam que as transformações contemporâneas das cidades latino-americanas envolvem parcerias público-privadas, diversas cooperações internacionais e alianças estratégicas nas gestões das cidades e na produção capitalista do espaço urbano.

Desde a perspectiva de Santos M. (2006) o estudo de redes se enquadra em duas matrizes: um sentido formal, como uma complexa construção de infraestrutura, como nós, bifurcações, pontos de encontro, o qual possibilita o transporte de informação, energia e ações. Uma outra matriz como sendo ela política e social, seriam os sistemas que o homem cria que implicaram associações e relações nas atividades humanas. A rede teria como uma das suas características a de ativar pontos e linhas de movimento, entrelaçando as ações e fluxos, funcionando como uma forma e um processo de agilizar os tempos das pessoas, empresas e instituições. Nessas integrações globais das pessoas, empresas e instituições, as redes não funcionam homoganeamente, não incluem todas as partes do globo, pois têm partes que ficam excluídas ou ficam integradas de um jeito desfavorável e precário para suas condições de vida, estabelecendo-se assim zonas com maior ou menor intensidade de integração. Dessa forma Santos (2006, p. 181), identifica tipologias de redes globais segundo seu posicionamento nos fluxos mundiais, elas podem ser redes principais, afluentes ou tributárias. Sendo os primeiros pontos de comando e gerência, as segundas como pontos de circulação e distribuição e as últimas oferecem bens, serviços, recursos.

No contexto da globalização, estabelecem-se sistemas de interações nos quais os sujeitos e as respectivas instituições participam de trocas econômicas e culturais em amplas escalas que podem extrapolar limites espaciais e temporais. Este tipo de trocas e consumos complementa-se com a complexidade dos sistemas de fluxos de informações que circulam com maior intensidade desde finais do século XX. Nestes sistemas a propaganda e a mídia têm um papel fundamental em diferentes âmbitos do consumo, sendo o turismo urbano um desses campos onde as redes junto com a mídia, agem conjuntamente para posicionar um conjunto de cidades nos principais rankings nacionais, continentais e mundiais de consumo turístico. No caso de Salvador, o foco das propagandas é para acrescentar e aperfeiçoar os fluxos turísticos e no caso de Cali, para construir um discurso sobre a necessidade do melhoramento e recuperação de uma zona específica da cidade caracterizada pela desvalorização infra estrutural e social, porém sobre uma zona que é rica em termos de localização e futuros empreendimentos.

Esse tipo de redes de comunicação agem em parcerias e alianças junto com os poderes institucionais, o capital econômico e político, que no seu agir também produzem diversas exclusões que são próprias de um sistema urbano regido pelas dinâmicas capitalistas, o que significa, deixar por fora os agentes urbanos moradores(as), alguns setores de pequeno porte empresarial e comercial, assim como os trabalhadores do âmbito informal, que sentem como na gestão, estruturação e organização espacial da cidade ela também é um projeto que imbrica dinâmicas de classe e raça, pois têm classes, grupos sociais ou etnias¹ que desde a perspectiva da organização capitalista do espaço, não são vistos como uma “demanda solvável” (Vainer, 2000) e não fazem parte dos projetos de desenvolvimento urbano. Estes grupos fazem parte das classes trabalhadoras, habitantes antigos e população não solvente que vive e mora no centro urbano e histórico.

É bem extensa a literatura produzida sobre reformas dos centros urbanos e históricos desde finais do século XX num contexto de produção capitalista do espaço. Estas perspectivas têm como foco analítico diversas experiências Latino-americanas, assim como os modelos de organização do espaço no contexto da economia neoliberal e da globalização (Santos, 2001), o sistema mundo e o poder colonial territorial (Quijano, 2002) “planejamento estratégico urbano” (Vainer, 2000, De Mattos 2002) “cidades-atração” (Santanna, 2004) “destruição criativa” (Harvey, 2007), entre outras denominações que têm como padrão comum o contexto global e as mudanças territoriais urbanas que respondem a interesses de consumo, acumulação de

¹ Neste caso específico se faz alusão à etnia indígena “Embera Katío” que moram no centro da cidade em inquilinatos em condições precárias. Este aspecto se assinala no capítulo sobre o caso de Cali e “Ciudad Paraíso”

capital, produção de riqueza do capital imobiliário, mudanças nos usos do solo urbano e permanentes conflitos com as populações moradoras-pobres ou que habitam historicamente os lugares que são objeto de programas de desenvolvimento urbano. Estas perspectivas fazem parte do cenário geral de tendências, lógicas, redes e atores que produzem a cidade.

Esboços De Um Percorso Investigativo.

A investigação pela cidade enquanto objeto de estudo da sociologia e as respectivas lógicas subjacentes na produção social do espaço contemporâneo, provinham desde a minha graduação em licenciatura em ciências sociais na Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia, onde realizei uma monografia no ano de 2008 sobre alguns dos processos e lógicas de configuração urbana da cidade de Bogotá na segunda metade do século XX, tendo como foco analítico os processos de marginalidade social vistos desde o cinema e a fotografia. Esse trabalho foi intitulado “*Los procesos de urbanización de Bogotá y su enseñanza aprendizaje a partir del cine y la fotografía*”. Esta monografia teve como desafio pedagógico trabalhar dita temática com estudantes de ensino médio numa instituição pública da mesma cidade. Na formação como licenciado exigia-se como requisito institucional desenvolver a pesquisa em sala de aula desde uma perspectiva da Ação Participativa. O objetivo era que os estudantes de ensino médio problematisassem algumas das dinâmicas urbanas da cidade por meio do cinema, fotografia e alguns percursos urbanos.

O interesse pelo urbano continuou no mestrado em ciências sociais na Universidade Federal da Bahia, o qual teve início no ano de 2012 e focou nas lógicas das transformações urbanas nos centros históricos de Salvador Bahia e Cali, prestando especial atenção aos processos de deslocamento urbano que subjazem nas reformas urbanas. Essa pesquisa começou com uma sensação de encantamento diante duma paisagem urbana chamativa, daquelas paisagens cartão postal que vislumbram por sua beleza e fachadas, lugares onde não é preciso ter conhecimentos em fotografia para conseguir tirar uma boa imagem, pois em qualquer lugar onde a pessoa enquadre sua câmera, seja um beco, janela, porta, igreja, rua ou escada, efetivamente vai conseguir um bom retrato, isto é, as fachadas do Centro Histórico de Salvador.

A dissertação no mestrado em ciências sociais teve por objetivo compreender algumas das lógicas de intervenção urbana que começaram com maior intensidade e sistematicidade desde a década dos anos 90 durante o governo de Antônio Carlos Magalhães. Esse trabalho foi feito com o intuito de ter uma caracterização geral de alguns dos elementos tanto da intervenção

de Salvador assim como da intervenção do centro de Cali chamado “Cidade Paraíso” (cidade que é de procedência de quem escreve esta tese) para desta forma ter dois casos específicos de intervenção, conhecer seus modelos de centro histórico, o que se visava construir, seus desdobramentos contemporâneos, construir pontes de comparação (identificando diferenças e semelhanças) e assim compreender os processos de desenvolvimento urbano dos centros de duas cidades latino-americanas desde os anos 90 no contexto da globalização. O centro de Cali entrou como objeto de pesquisa devido aos processos de transformação que estavam acontecendo no projeto Cidade Paraíso, o centro de Cali composto pelos bairros de El Calvário, San Pascual e Sucre, sempre foi um espaço nomeado como “decadente” devido às precárias condições de vida evidenciadas por alguma parcela da população que lhe habitava em cortiços, casarões abandonados, consumo de drogas, pobreza, casas sem saneamento básico e fome. Um cenário que se comparamos com Salvador (guardando as devidas proporções e particularidades) fazia lembrar o Pelourinho de meados do século XX, estudado por Milton Santos na sua tese de doutorado intitulado “O centro da cidade de Salvador” e retratado em filmes como “Nada levarei quando morrer” de Miguel Rio Branco.

Posteriormente fui conhecendo com mais profundidade a reforma urbana do CHS a partir de pesquisas, teses, dissertações, estudos universitários, fotografias, documentários, filmes, publicações em jornais e relatos de moradores (as) que fui conhecendo de primeira mão no decorrer da minha vivência em Salvador-Bahia. Das inúmeras vezes que frequentei o CHS em diferentes horários, temporadas e motivos, já não com olhos de visitante desprevenido senão como pesquisador e habitante da cidade, percebi o quanto tinha mudado a paisagem do centro desde os anos 80 e 90, período no qual começou a configurar-se um dos lugares mais turísticos de Salvador e inclusive um dos destinos preferidos para visitar na América Latina. As lógicas de recuperação do CHS estiveram fortemente marcadas por dinâmicas de expulsão, exclusão sócio territorial, intensos conflitos pelo poder territorial e mudanças no uso do solo urbano por novos empreendimentos.

Do outro lado do continente, porém com contextos histórico-culturais diferentes, numa cidade quase nas mesmas proporções em tamanho e quantidade de população (Cali), aconteciam também outras iniciativas de intervenção, recuperação, desenvolvimento e melhoramento da funcionalidade do centro histórico e antigo. Desde a década dos anos 90, os centros urbanos latino-americanos se inseriram numa tendência continental de transformações urbanas ancoradas em lógicas mundiais de desenvolvimento urbano. Este(s) tipo(s) de transformações continentais me fez refletir sobre a possibilidade, necessidade e viabilidade de

estudar dois casos diferentes que exemplificassem tipos de tendências de intervenção, os quais pudessem contribuir no conjunto de estudos desde a sociologia urbana que abordam o tema das transformações sócio espaciais contemporâneas, identificando assim os modelos de cidade que estão se gestando desde finais do século XX e nas primeiras décadas do XXI.

No debruçar da pergunta problema e o campo de pesquisa para o doutorado, identifiquei que esses modelos, lógicas e tipos de centros históricos que temos hoje em dia, são o resultado de interações sócio institucionais, o produto de agentes urbanos que precisam ser identificados e compreendidos para entender os tipos de redes que constroem para produzir a cidade. Tal contribuição parte da necessidade de identificar, nomear e estabelecer relações entre os agentes que constroem a cidade para assim saber suas estratégias de gestão, objetivos, ideologias e tipos de espaço que estão se produzindo na maioria das vezes de forma vertical (Santos, 2001). É importante questionar o que isto quer dizer levando em consideração os interesses daqueles que não possuem capital, não fazem parte de firmas construtoras ou estão excluídos da rede sócio institucional hegemônica que constrói a cidade. A análise do espaço urbano e da cidade em geral implica ter em conta os elementos que estão em jogo na estrutura social e na organização do espaço, nos quais intervêm aspectos do sistema político, econômico e ideológico, assim como seus nexos com outros contextos internacionais.

Uma das possíveis definições da cidade é entendê-la como um conjunto de relações e redes que são constituídas tendo como palco a produção capitalista do espaço urbano. Portanto, é relevante que no marco analítico dessas redes se identifiquem os moradores(as), organizações sociais e associações como potenciais agentes urbanos que mesmo estando na parte subalterna da rede como produto das relações assimétricas de poder, eles também fazem parte dos processos de desenvolvimento urbano, merecendo assim um espaço analítico desta tese no que Souza Santos (2002) denominou a “sociologia das ausências”, o que isto quer dizer, sujeitos válidos e portadores de conhecimentos que foram silenciados ou ocultos pelas hierarquias totalizantes, as que estão ancoradas -neste caso específico - do desenvolvimento urbano capitalista por instituições de poder e gestão que constroem a cidade. Da mesma forma que Mignolo (2014) faz um chamado à possibilidade da descolonização do saber, poder e do ser, permitindo a emergência de pluriversalidades dos que historicamente têm estado em relações assimétricas de poder para que sejam visibilizados seus saberes, discursos e práticas. Nesse sentido, a contribuição teórica dos moradores como agentes urbanos permite ir mais além dos documentos institucionais, dos programas formais de intervenção ou declarações públicas dos agentes institucionais urbanos públicos e privados, pois assim se identificam, evidenciam e

comparam versões de diferentes conhecimentos e experiências sobre o devir da cidade, assim como são evidenciados e visibilizados os conflitos presentes nas estratégias de poder territorial pela construção da cidade.

Os agentes urbanos são atores locais, nacionais e mundiais, que interagem na produção social do espaço e na economia política da cidade (Santos, 2012) que a partir de diferentes estratégias de cooperação, coordenação e controle, estruturam modelos específicos de cidade, tendo em conta referentes ideológicos que evocam ideias de progresso, desenvolvimento, crescimento, recuperação, revitalização, modernização e competitividade.

Técnicas E Instrumentos De Pesquisa.

Para fazer uma análise das redes e relações sócio institucionais se recorreu a diversas técnicas de coleta de informação e investigação. A primeira delas consistiu em fazer uma revisão dos documentos institucionais locais que foram produzidos pelos órgãos públicos tais como os governos estaduais (governo departamental no caso de Cali), prefeituras e secretarias de gestão urbana. Da mesma forma, documentos de caráter internacional que foram produzidos pelas instituições de financiamento e gestão como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Governo de Portugal e a UNESCO. Nestes documentos foi possível vislumbrar o nível de abrangência das redes sócio institucionais de gestão assim como seu grau de influência nas reformas urbanas e em alguns dos programas analisados. Neste aspecto, identificam-se discursos e ideologias de desenvolvimento urbano que envolveram esforços coletivos institucionais, parcerias, alianças e estratégias na gestão e consolidação dos projetos urbanos dos centros históricos. Identificaram-se também os roteiros de intervenção e alinhamentos específicos que permitiram caracterizar o “tipo de centro urbano” que em ambos casos os programas pretendem construir.

Em segundo lugar, foram analisados jornais locais dos dois espaços com o intuito de saber sobre o andamento dos respectivos projetos, conflitos, retrocessos, demandas e reclamações dos agentes urbanos, especialmente moradores com relação à compra de prédios, novos usos do solo urbano e o direito de permanência no centro. A mídia produz discursos que circulam na sociedade e muitos deles evocam a “necessidade de renovar” e de intervir uma zona que tem sido historicamente desvalorizada (porém uma área muito valorizada por sua localização estratégica) e esquecida pelos poderes de administração do assunto urbano. A análise da mídia é importante na medida em que é a voz das instituições oficiais e canal de

expressão dos dois principais agentes urbanos tanto públicos como privados. Da mesma forma analisaram-se documentários e reportagens que circularam nas redes sociais e na mídia, nos quais se evidenciou a voz dos empresários, prefeituras, agentes do assunto urbano e moradores. Dessa forma se analisou o seu posicionamento sobre os impactos dos projetos de desenvolvimento urbano enquanto população que era (ou ainda é) habitante do lugar objeto de intervenção. No percurso da pesquisa, se fez uma organização cronológica dos jornais locais e alguns regionais dos contextos analisados, para o caso de Salvador A Tarde e Correio da Bahia e para o caso de Cali El Pais, Diario de Occidente, Revista Semana, além de algumas revistas de circulação local que fizeram publicações esporádicas que foram tidas em conta.

Em terceiro lugar se fizeram um conjunto de entrevistas semiestruturadas aos agentes urbanos das esferas pública-privada e moradores, pois estes agentes ocupavam (e alguns deles ainda ocupam) posições e cargos importantes no planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento urbano. Estas entrevistas tiveram como foco indagar pelos tipos de redes que foram sendo construídas entre os agentes urbanos, assim como os objetivos que perseguiram, sentidos, cooperações, coalizões e os tipos de relações sócio institucionais com outros agentes. Para tal fim se selecionaram agentes das instituições da gestão pública dos casos de Salvador e Cali, assim como do conjunto de agentes privados que fazem parte de organizações ou grupos que são investidores dos respectivos projetos de desenvolvimento urbano. Vale a pena mencionar que algumas entrevistas foram feitas presencialmente no fim do ano de 2019, mas a maioria das entrevistas foram virtuais durante o ano de 2020 e 2021 no contexto da Pandemia do Novo Corona Vírus.

Entrevistas realizadas em Salvador Maura Cristina	Militante do Movimento de mulheres Negras da Bahia e integrante da articulação do Centro Antigo de Salvador, Coordenadora Estadual do MST
Cicero Neves	Integrante da AMACH. Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador.
Sra. Anna e Sr. Evandro	Esposos, trabalhadores e habitantes da Ladeira da Conceição da Praia.
Jose Manuel Iglesias Garcia	Empresário CHS. Associação dos empreendedores do CH. Presidente.
Leonardo Reyes	Empresário, desde 2019 possui duas marcas de franquias da marca Havaianas e um espaço de eventos no CHS

Entrevistas realizadas em Cali

Juan David Ochoa	Integrante de GrecoCentro (Gremio de Comerciantes del Centro de Cali)
Jhoiner Peláez	Empresario del Centro de Cali. Ex integrante de GrecoCentro.
Carlos Andrés Argoty	Arquiteto EMRU
Nelson Londoño	Gerente da EMRU até 2019.
Luiz Huíla	Trabalhadora de reciclagem e moradora do bairro El Calvário. Integrante da AMURE (Associação de Mulheres Recicladoras do Centro)
Fernando Perez	Morador San Pascual. Presidente da Junta de Acción Comunal del barrio San Pascual

As entrevistas foram abertas com perguntas transversais que incluíram eixos principais como: Que tipos de parcerias público privadas têm sido consolidadas nos projetos? Como foram conformadas as alianças com os outros agentes urbanos e as possíveis dificuldades que isso produziu? Qual é o modelo de centro histórico que se pretende consolidar? Em que consiste e como tem sido a participação social dos agentes moradores nos respectivos projetos de desenvolvimento urbano?

Foram feitas um conjunto de observações de campo nos lugares que são objeto de intervenção com o intuito de compreender suas respectivas transformações, etapas e momentos específicos que vem se consolidando na medida em que avançam os programas de desenvolvimento urbano. Estas observações foram feitas desde o início do doutorado no ano de 2018 até 2022. No caso de Salvador, teve como foco diversos lugares: as principais ruas de acesso ao Centro como a Avenida Sete de Setembro (objeto de reformas no contexto do Revitalizar), as ruas de acesso desde o Comércio na Cidade Baixa como a Ladeira da Conceição da Praia (Reformada desde 2019 no contexto do Revitalizar), algumas praças do Comércio como a Praça Marechal Deodoro Monumento das Nações e Praça Visconde de Cairu e lugares nos arredores como a Rua Miguel Calmon, Museu da Música da Bahia e Museu Casa das Histórias de Salvador, que foram reformados no contexto do Revitalizar. No núcleo do Centro Histórico foram feitos percursos na Rua Chile, Praça Castro Alves, Praça Tomé de Souza, assim como em becos e ruas que não são o foco das reformas urbanas analisadas nesta tese, mas que são espaços de acesso, lugares de moradia, de pequenos comerciantes e com muitos casarões abandonados e fechados com tijolos como Rua da Ajuda, Ladeira da Praça, Rua do Tijolo, Rua do Saldanha, Rua Guedes de Brito, Rua da Oração, assim como a Baixa dos Sapateiros e Santo Antônio Além do Carmo. A percepção nas observações de campo possibilitou identificar aspectos que estão ligados aos projetos e aos respectivos agentes urbanos (públicos-privados e moradores), como por exemplo, diversos anúncios de venda/aluguel de imóveis, fechamento de prédios e alguns avisos institucionais dos agentes urbanos que enunciam o que vai ser construído, fachadas com cartazes, símbolos e slogans que refletem a luta política dos agentes urbanos moradores(as) pela habitação/moradia, o direito de “estar e ser no espaço” como por exemplo “*Aqui poderia morar gente*” (no caso do CHS) ou “*Esta casa no se vende*” (no caso do Calvário-Cali) o qual denota um tipo específico de contestação e de relação sócio institucional para com os poderes e agentes urbanos. Esses cartazes são a ponta de iceberg de lutas políticas territoriais que têm se produzido desde o início dos projetos, como se verá melhor

ao longo da tese. Da mesma forma evidenciam o tipo de centro que se vem-se construindo com um foco prioritariamente turístico.

No caso de Cali, as observações foram em dezembro de 2018, dezembro de 2019 e janeiro 2020. As observações foram feitas em companhia de moradores especialmente no bairro El Calvário (2018) antes de ser demolido e no bairro San Pascual com o Presidente de la Junta de Acción Comunal e a AMURE (Associação de Mulheres Recicladoras do Centro). Nas primeiras observações do ano de 2018 se percebeu o estado da compra dos prédios por parte da EMRU e como estes processos estavam gerando deslocamentos da população em condição de vulnerabilidade social no entorno do que seria Cidade Paraiso. Já no ano de 2019 e 2020 o bairro praticamente estava demolido para dar início às obras de Cidade Paraiso. Desde o ano de 2020, como pesquisador não consegui ir mais a Cali por conta da Pandemia e as restrições em termos de mobilidade e viagens internacionais.

As percepções que são plasmadas neste trabalho foram feitas por meio de diários de campo e fotografias tiradas pelo próprio autor, assim como outras tomadas dos principais jornais locais, estas imagens evidenciam diferentes usos e contra usos do espaço, lugares abandonados, esquecidos, deteriorados, prestes a cair, outros em contraste com os anteriores mais novos, com melhores infraestruturas de equipamentos, funções administrativas, culturais, turísticas e de investimento. Também aqueles (como no caso de Cali) que anunciam a chegada do projeto, casas que foram destruídas pela empresa EMRU e que ainda nesse estado viraram residências precárias e improvisadas para a população de rua.

Vale a pena salientar que como se mencionou em outra instancia deste capítulo metodológico, existe toda uma revisão bibliográfica ou estudo da arte de diversas produções (monografias, dissertações, livros e teses) escritas sobre os dois casos em menção, das quais ressalta-se tanto o devir dos respectivos projetos urbanos assim como a forma como em algumas delas os autores(as) estudaram de forma indireta (não como teses ou foco analítico exclusivo) os agentes urbanos e suas redes de planejamento, gestão e atuação.

Pesquisa urbana no contexto do Covid-19

É importante salientar que esta é uma tese perpassada de diversas formas pela pandemia do COVID-19. Por conta da Pandemia, decretou-se desde o mês de março de 2020 a quarentena como medida preventiva e de saúde pública para frear o contágio a nível mundial e também nos países da América Latina (sendo Brasil e Colômbia objeto de tal política), o que implicou o lockdown e o fechamento de aeroportos. Tal medida afetou todas as formas de nos relacionar,

as dinâmicas sociais e por suposto o andamento da pesquisa no sentido específico de alterar as rotinas das observações de campo e o desenvolvimento “ao vivo” das entrevistas devido à política de isolamento social e à quarentena, da mesma forma que os ritmos de implementação dos respectivos programas das reformas urbanas. Esta situação fez com que a coleta de informações que requeria uma presença ao vivo como por exemplo as observações de campo, fotografias, vídeos dos lugares selecionados, entrevistas e visitas a bibliotecas ou arquivos² que contêm alguns dos documentos institucionais, tivesse que ser feita de outra forma, utilizando ferramentas virtuais, redes sociais e comunicação remota. No entanto, nos anos de 2018 e 2019 tanto em Salvador como em Cali, tinham se recopilado algumas informações como entrevistas, fotografias, vídeos e diários de campo feitos pelo próprio pesquisador.

Desde a segunda metade do ano de 2021 retomaram-se as observações de campo na cidade de Salvador com as medidas de segurança recomendadas pela OMS e implementadas nas respectivas cidades. As entrevistas realizadas para o caso de Salvador e Cali desde o ano de 2020, todas foram feitas de forma remota por WhatsApp, Zoom ou Google Meets. Vale a pena mencionar que se teve mais facilidade para realizar as entrevistas com empresários e funcionários públicos do que com moradores, especialmente pela facilidade de acesso à internet. Com os moradores (tanto para Cali e Salvador) se teve algumas dificuldades, a principal delas é que as pessoas entrevistadas em muitas ocasiões tinham compromissos que envolviam seus trabalhos cotidianos e sua sobrevivência material no dia a dia. Nesse sentido é importante assinalar que para a população moradora dos dois lugares analisados o vírus lhes afetou economicamente de forma mais direta, pois pertencem à classe trabalhadora e possuem empregos formais e informais, alguns dos quais dependem das dinâmicas do fluxo de pessoas e de comércio do centro urbano o qual se viu paralisado por conta da Pandemia.

No caso de Cali não se teve a oportunidade de fazer percursos e observações de campo durante o ano 2020 e 2021, só no mês de dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Ao igual que Salvador, durante esses anos se acompanhou o devir dos programas analisados pelos jornais locais e nacionais, sites da prefeitura, secretarias de urbanismo e planejamento. As entrevistas foram feitas de forma remota com moradores, empresários e funcionários públicos, assim como a participação em condição de ouvinte de reuniões do “Consejo de Cali” (Câmara de Vereadores) da cidade, nas quais se ofereciam informes, relatórios e avanços do projeto Cidade Paraiso durante 2020 e 2021. Em ambos os casos se participou como ouvinte via “zoom

² Neste sentido vale mencionar que todas as informações estiveram disponíveis em forma de documento virtual nas plataformas das respectivas instituições de gestão.

meetings”, transmissões ao vivo em Youtube ou encontros virtuais feitos durante a pandemia de encontros, palestras, conferências, reuniões políticas e diversos eventos que foram realizados pelos agentes públicos, privados e moradores dos lugares pesquisados.

Análises comparativas em ciências sociais e nos tipos de governança urbana.

Comparar é na perspectiva de Sartori (1981; p. 203) controlar as possíveis generalizações, suas previsões ou leis em comum nos casos analisados. Comparar é controlar no sentido de colocar em diálogo com outros para verificar lógicas e tendências que podem ou não ser generalizantes em diversos contextos sócio históricos. Para Schneider e Shmitt (1998), comparar permite descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças/diferenças e explicitar as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

Neste caso específico tomam-se dois casos que estão localizados em diferentes países, em contextos sócio históricos diferentes, com alguns aspectos em comum, mas que pertencem a cidades do Sul Global, as quais desde finais dos anos 90 começam a ser implementadas lógicas de Neoliberalização dos seus espaços urbanos e centrais. Na análise comparativa se delimita um indicador comum como os tipos e formas que adquirem as redes público privadas na gestão urbana dos centros históricos, desta forma é possível identificar tendências próprias que pertencem a cada contexto analisado, assim como semelhanças que fazem parte dos tipos de governança urbana das duas cidades latino-americanas.

Neste sentido, as diferenças identificadas não supõem que sejam casos alheios e distantes, pois o fato de serem cidades do continente Sul-americano que vêm empreendendo um conjunto de mudanças sócio espaciais nos seus respectivos centros históricos no contexto da globalização faz com que seja possível um diálogo continental

É pelo fato de reconhecer o caráter global da sociedade de nossos tempos, que a sociologia hoje em dia opta pelos métodos de análise comparativos, pois as experiências estão ligadas uns a outras e são influenciadas por eventos e fatos que acontecem em outras localidades (IANNI, 1997, p. 84)

Nesse sentido dentro do contexto da globalização neoliberal os atores como os governos locais, administrações municipais, estaduais, departamentais, nacionais, instituições públicas encarregadas dos assuntos urbanos, entidades bancárias, financeiras, capitais imobiliários e

instâncias internacionais, constroem e convergem em formas próprias ou com aspectos em comum de governança urbana. Para comparar se deve ter em conta que nas sociedades globalizadas as características locais e dos lugares são o resultado de complexas relações com outros cenários de poder ao nível global, assim como os cenários locais segundo Santos (1985) têm a capacidade de reproduzir as dinâmicas globais nos seus espaços e também como estes adquirem dinâmicas particulares.

O método comparativo como nos prevê Sartori (1981, p. 208), não tem como exclusividade identificar unicamente semelhanças entre sociedades. As semelhanças fazem parte do que M. Bloch, citado por Schneider e Schmitt (1998, p. 33) denomina um “momento analógico”, o qual está relacionado com a identificação de similitudes, e por outro lado, a diferenciação que faz parte do “momento contrastivo” no qual se trabalham os pontos divergentes dos casos analisados. A aplicação do método comparativo implica: 1) Seleção de duas ou mais series de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis. Aclarar sobre o número de casos e o número de variáveis para comparar. 2) Definição dos elementos a serem comparados a partir da definição das variáveis. Estas nascem a partir da análise dos próprios casos selecionados. 3) A generalização: elas nascem e são explícitas com as interrogações que deram origem a seu trabalho. Neste sentido após a análise de redes e alianças público privadas dos dois casos estudados, se estabeleceram como variáveis a comparar os tipos de centros que as duas cidades consolidam em tempos de globalização em torno de modelos de modernização, renovação e recuperação do espaço central; os tipos de alianças público-privados; arranjos institucionais dos empreendimentos; as formas específicas e pontos em comum das formas de relações público privadas para a execução das reformas urbanas; os conflitos que surgiram ao redor dos usos e contra usos do espaço urbano e as lógicas das negociações entre o setor público-privado e moradores-trabalhadores.

Segundo Sartori (1981), na análise comparativa quando se identificam os conceitos considerados como abrangentes ou universais -que são evidentes e aplicáveis num conjunto de eventos (denotações) que extrapolam seu cenário de acontecimentos- é porque suas conotações (propriedades próprias do conceito) foram reduzidas, isso é o que possibilita um grau maior de generalização. Por tanto, fechar o número de qualidades que possa ter um conceito num contexto específico, possibilita sua generalização e universalização, pois desta forma é mais semelhante a outros mesmo que os fenômenos aconteçam em diferentes lugares. Isto produz que o estudo seja um conjunto de afirmações com pretensões generalizantes, no entanto às vezes confusas, sem verificação e colocadas de jeito arbitrárias por parte do pesquisador, quer dizer

um conjunto de universalizações que não correspondem com experiências e os contextos analisados. Portanto, para aumentar nossas pretensões de generalização, segundo Sartori (1981, p. 228) “tomamos um conceito mais abstrato e mais genérico reduzindo suas propriedades e seus atributos. E vice-versa: um conceito se torna mais específico mediante o acréscimo ou desdobramento das suas qualidades, aumentando seus atributos ou propriedades”.

Dessa forma, os pontos sobre os quais se pretende dialogar não nasceram de forma arbitrária nem impostos de forma abstrata sem referentes empíricos, eles foram identificados como parte intrínseca dos processos de gestão público privada e encontrados nos respectivos documentos, entrevistas e diversas fontes analisadas. Estes pontos com os quais se pretende olhar e analisar os casos selecionados são o que Sartori (1981; 213) denominou “universais empíricos”, quer dizer, eles possuem verificabilidade, um nível de aceitação acadêmica pelo grau de demonstração e podem ser sinalizados e caracterizados nos dois contextos selecionados. Os universais empíricos nascem da comparação de casos e tem a capacidade de se estender a outros lugares e contextos para explicar e interpretar fenômenos sociais que possuem aspectos em comum e lógicas próprias.

Nesse sentido vale a pena lembrar a Ianni (1997), quando fala da necessidade e insistência nos estudos sociais contemporâneos de ter em conta as análises comparativas no contexto global

No âmbito da sociedade global, as ciências sociais são massivamente engajadas em projetos de estudos comparativos. Comparam-se sociedades, problemas e setores sociais nacionais. Comparam-se aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, de modo a descobrir-se continuidades e descontinuidades, formas de subdesenvolvimento e estilos de desenvolvimento, condições de industrialização e processos de urbanização, tendências de secularização e modos de modernização (IANNI, 1997, p. 94)

Isto é o que Sartori (1981, p. 224) chama a atenção ao momento de comparar, já que “alguns conceitos podem ser os mesmos em diferentes contextos, mas não necessariamente indicarem o mesmo fenômeno”. As comparações se arriscam a oscilar perigosamente entre dois extremos: o excesso de assemelhamento (que torna vão o controle) e o excesso de diferenciação (que torna inútil a comparação).

Estrutura Do Trabalho.

Este trabalho está dividido em 5 capítulos. O Capítulo I trata sobre as dinâmicas contemporâneas de mundialização das cidades o qual é intitulado: “Globalização E Processos Urbanos Contemporâneos. O contexto mundial, as cidades e as redes institucionais de gestão urbana”. Apresenta-se as tendências das transformações urbanas no contexto da globalização, o neoliberalismo e as redes sócio institucionais entre o setor público e o privado que acontecem desde as últimas décadas do século XX. Ditos projetos geraram conflitos ao redor dos usos do espaço central urbano, pois implicaram permanentes tensões de classe ao redor da possibilidade de serem ou não lugares com vocação residencial para populações menos abastadas, nessa ótica analítica retoma-se autores(as) Latino-americanos(as) como globalização Fernando Carrión (2013, 2000), Ermínia Maricato (2007, 2015), Milton Santos (1993, 2006, 2008, 2012, 2013), Marcia Santanna (2004), Laila Nazem (2011), Carlos de Mattos (2002), Francisco Sabatini (2003), Pradilla Cobos (2013), Martinez Toro (2016), Aníbal Quijano (1971), Otavio Ianni (1997).

No capítulo 2 se analisa o centro urbano como um lugar estratégico que além de ser o ponto histórico da cidade, é também espaço de inter-relações que envolvem cenários locais, municipais, regionais, nacionais, continentais e mundiais. Este capítulo oferece umas bases epistemológicas para pensar os centros urbanos como lugar estratégico por sua localização, ligado a outros cenários, contextos e que desde finais do século XX vem sendo objeto de um conjunto de reformas urbanas que têm como alvo sua transformação estrutural, econômica e cultural (Carrión, 2012) (Pradilla, 2012) (Bonduki, 2010) (Maricato, 2019) (Santanna, 2004) (Azevedo, 2004) (Nazem, 2011). Nesse sentido ressalta-se as formas como as coalizões, redes, alianças e relações sócio institucionais, desenham estratégias para intervir os centros e gerar novas dinâmicas de poder territorial que tem por alvo a produção de lucro.

O capítulo 3 analisa-se o caso específico de Salvador-Brasil nos Programas de reforma urbana “Revitaliza” (Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação dos Imóveis do Centro Antigo de Salvador), e o Programa Revive. Identificam-se inicialmente os agentes urbanos da gestão público privada que participam das alianças, cooperações, estratégias, coalizões, tensões e conflitos das redes sócio institucionais, assim como os mecanismos discursivos e de gestão que possibilitam a execução de ditos projetos de desenvolvimento urbano, visando a construção de um lugar com vocação turística para o aproveitamento econômico da sua história, o patrimônio e seu potencial cultural. Para entender o panorama

geral da gestão e do processo de renovação urbana retomam-se trabalhos produzidos por Marcia Santanna (2004), Nazem (2011), Ormino Azevedo (2004), Montoya (2012), Marques Braga (2012), Carneiro (2011), assim como diversos documentos institucionais: Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo (2010), Centro Antigo de Salvador uma região em debate (2011), Centro Antigo Salvador Território de Referência (2013), Programa Revitalizar Salvador (2017), Programa Revive (2020), Salvador 360 – 4to eixo: Centro Histórico (2019).

No capítulo 4 analisa-se o projeto de intervenção urbana chamado “Cidade Paraíso, um centro para todos” da cidade de Cali-Colômbia. Neste capítulo, assim como no anterior identificam-se os principais agentes urbanos (público-privados e organizações de moradores), suas respectivas redes socio-institucionais e estratégias de atuação na gestão e execução do projeto de renovação urbana nos bairros “El Calvário, San Pascual e Sucre”, que visa a recuperação funcional do centro a partir da construção de um Shopping, a estação do MIO (Sistema de Transporte Massivo da cidade), a sede administrativa da “Fiscalía General de la Nación” e o projeto residencial Paraiso Central. Para entender o processo no seu conjunto se mencionam e analisam alguns trabalhos produzidos recentemente e que tem como foco a caracterização do modelo de centro urbano que se visa construir, entre eles Martinez Toro (2019), Apolinar Lopez y Hansel Vivas (2015), Cerón (2015). Além de documentos institucionais produzidos pela prefeitura, governo departamental e nacional como por exemplo: Informe descriptivo censo a comerciantes del Calvário (2010), Informe Gestión Social Ciudad Paraíso (2010), Ciudad Paraíso, Planes Parciales El Calvário, Sucre, San Pascual (2011), Plan de Desarrollo Municipio Santiago de Cali (2012-2015), Plano de Ordenamento Territorial Cali (2014), Visión Colombia II Centenário (2019), Ciudades Amables (2019).

No último capítulo se faz um “diálogo” continental das duas cidades Latino-americanas e suas respectivas gestões público privadas dos centros. Este dialogo de duas cidades do Sul Global, consiste em estabelecer diferenças e semelhanças desde alguns eixos analíticos que foram identificados nos conflitos ao redor das estratégias de construção das redes sócio institucionais de gestão. Parte-se do fato de que são contextos socioculturais diferentes, com processos históricos urbanos próprios, porém se tecem eixos que podem levar a compreensões comparativas de dois casos Latino-americanos no contexto da globalização, os conflitos pelo poder territorial, projetos de desenvolvimento urbano e os campos de saber, poder e agir dos agentes urbanos. Neste capítulo se faz um conjunto de reflexões sobre o que significa análises comparativas e posteriormente um diálogo ao redor das possíveis semelhanças entre as formas

de proceder dos agentes na construção de redes sócio institucionais. Finalmente, nas conclusões apresentam-se os resultados da pesquisa, a corroboração das hipóteses e a formação da tese deste trabalho.

CAPÍTULO 1. GLOBALIZAÇÃO E PROCESSOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS.

O contexto mundial, as cidades e as redes institucionais de gestão urbana.

O processo da chamada “globalização” como fenômeno mundial vem acontecendo com mais força e intensidade desde os anos 70 do século passado até nossos dias. Este fenômeno tem como característica uma maior articulação (com diversos conflitos) das pessoas, sociedades, mercados e países, no sistema de relações econômicas e sociais capitalistas ao nível global. A globalização, por tanto, foi um processo de universalização e expansão do capitalismo a nível mundial, nele segundo M. Santos (1998, p. 6) “o que não foi mundializado é objeto de mundialização”.

A globalização não é um fenômeno novo, mas sim a manifestação intensificada de um antigo processo de aprofundamento do comércio transcontinental, de expansão capitalista no mundo, colonização na geopolítica global, migrações mundiais e intercâmbios transculturais. Desde a perspectiva de F. Coronil (2005) na globalização se conectam os centros poderosos a periferias subordinadas, num mundo dividido e fraturado por novas formas de dominação e poder mundial (as quais têm sua origem em outros tempos, mas com tendências contemporâneas) que expressam suas tensões e conflitos em aspectos como a ideia de Ocidente-Oriente, Norte-Sul, Centros-Periferias, concentração da riqueza e aumento da pobreza, conflitos de classe e raciais, intensas migrações das populações do Sul Global para o Norte Global e novas configurações nas relações entre os âmbitos público-privados. Ditas tensões fazem parte da nova ordem mundial, econômica e geopolítica capitalista. Uma das ideias mais divulgadas sobre o termo é a de uma integração econômica, política e cultural contínua e crescente. Isso implica pensar que há fenômenos e processos que afetam a todo o globo de forma imediata, simultânea, global, ainda que não da mesma forma e intensidade, Quijano (2002). Neste processo participam ativamente a revolução científica e tecnológica, os meios e sistemas de comunicação e o fluxo e investimento de capitais.

Esquadrinhando mais o conceito e as realidades sociais contemporâneas, falar do processo de globalização é pensar nas dinâmicas contemporâneas do capital, o Estado e os respectivos poderes públicos, as relações de dominação mundial entre os países do capitalismo central (os impérios globais que fazem parte do G8) e países periféricos, assim como as formas em que são produzidas e reproduzidas sócio espacialmente as relações entre classe, raça e gênero na organização contemporânea das cidades.

As transformações das cidades são desenhadas conforme as funções e atividades nos tempos globais, isto é, uma produção sócia econômica do espaço planejada, gestada e executada pelos atores hegemônicos econômicos e políticos do mundo. Neste sentido, atualmente os espaços urbanos são cenários organizados cada vez mais conforme a gestão do capital que tem como alvo criar zonas para a competitividade mundial, o que é essencial para o funcionamento do que Wallerstein (1998) chama de “capitalismo histórico”, quer dizer, um cenário mundial integrado, concreto, limitado pelo tempo e espaço, das atividades produtivas regidas pela incessante acumulação de capital. Conforma-se na globalização uma economia mundo caracterizada pela mercantilização dos processos, atividades econômicas e produção de espaços.

Na globalização se expande uma teoria sobre o tipo de desenvolvimento do mundo inteiro, a qual consiste, segundo Ianni (1994, p. 77), em que a sociedade segue seus caminhos de progresso econômico nos moldes do Ocidente, um projeto em permanente execução em nome do progresso, modernização e o desenvolvimento capitalista, a despeito dos impasses, ambiguidades, dualidades, atemporalidades ou retrocessos que se apresentem em diversas latitudes. Este tipo de desenvolvimento permanente supôs (e supõe) as ideias de industrializar, individualizar, urbanizar, mercantilizar, racionalizar, revitalizar, renovar e empreender. A ideia inerente a esta lógica implica em continuar com roteiros e caminhos já delimitados ou transcorridos por outros países Europeus ou pelos Estados Unidos que conformam o eixo principal do que é denominado por Wallerstein (2002), Quijano (2002) e Mignolo (2014) como “Norte Global” ou Sistema-Mundo Colonial-Moderno.

Este padrão mundial de poder é um processo que evidencia os alcances da economia-mundo capitalista e as suas influências nas políticas de desenvolvimento econômico, político e social nos países do Sul Global como é o caso específico dos países latino-americanos. Este padrão de poder mundial se insere e reproduz em diversos âmbitos da sociedade como modelo de referência, padrões econômicos e políticos a seguir (como a ideia de Neoliberalismo e Democracia), roteiros de crescimento, projetos globalizantes de desenvolvimento, tipos de intervenções e paradigmas de reformas urbanas, assim como os cânones de intervenção que rearticulam permanentemente as relações globais dos países através de modelos e políticas de desenvolvimento e reorganização sócio espacial.

O poder mundial que é inerente à globalização consiste numa nova fase do que Quijano (2002) denominou como a colonialidade do poder, fazendo referência a uma ordem mundial a partir de um padrão universal de dominação e classificação social que contem conflitos de classe, raça e gênero. Isto implica pensar o poder global na forma como o capitalismo se

estrutura como sistema de organização mundial das relações sócio econômicas. Nesta organização mundial, o Estado ainda mantém uma importância nas funções de estruturação da sociedade e das relações econômicas enquanto conjunto de instituições que governam, racionalizam e maximizam a acumulação capitalista global, destacando sua importância para o funcionamento do capitalismo num nível global, garantindo assim o direito legal dos Estados a determinar normas que regem as relações sociais de produção dentro da jurisdição territorial Wallerstein (1998). Na Globalização existem Estados, Empresas e Governos Mundiais (Organizações multilaterais) que agem conjuntamente e criam uma ordem mundial, Santos (2006), esta ordem mundial se expressa na hegemonia dos países que compõem o Norte Global (Estados Unidos e países da União Europeia, Canadá, Japão principalmente), bem como a permanência do euro centrismo no modo de produzir conhecimento, paradigmas e teorias que são tidas como referentes únicos e universais nas formas de pensar, isto também inclui os referentes desde onde pensamos as dinâmicas e modelos urbanos contemporâneos. Dessa forma, o processo de Globalização é um momento do desenvolvimento histórico de tal padrão de poder.

As novas relações entre centros-periferias estabelecidas no padrão mundial de poder chamado Globalização, estariam se estruturando como nos diz Teixeira (2014, p. 619) por meio dos frequentes deslocamentos de capital e do avanço das grandes corporações transnacionais e conglomerados financeiros, que impõem novas formas organizativas de exploração do trabalho e dos recursos naturais territorializados. Estes processos espalham-se por todo o mundo articulando a outros países da Ásia, Oceania, África, América Latina e o Caribe há um modelo de desenvolvimento capitalista.

Historicamente a sociedade possui diversos e heterogêneos graus e ritmos de desenvolvimento, os quais não estão na mesma correspondência evolutiva do resto do mundo, isto porque as relações de exploração moderno-coloniais estruturadas desde o século XV fizeram com que uns países e sociedades ficassem na “cúspide” do desenvolvimento devido a sua posição de poder e dominação na geopolítica mundial, a qual foi se consolidando historicamente como hegemônica, Wallerstein (1998), Quijano (1992). As ideias de crescimento, assim como as estruturas dos sistemas políticos estão necessariamente atreladas a um sistema mundo capitalista sustentado nas relações de dominação sobre os países periféricos. Desta forma, criou-se uma divisão internacional do trabalho que possibilitou a emergência e posicionamento dos países do Norte Global como sendo os mais “desenvolvidos e civilizados”

e por outro lado, os países que conformam o Sul Global, que estão articulados ao sistema mundo ocupando uma posição dependente, subalterna e periférica na divisão geopolítica internacional.

Na perspectiva de Escobar (2012), os chamados países “subdesenvolvidos” localizados no “mundo periférico”, fazem parte de uma eterna “corrente evolutiva” segundo a qual suas economias e estruturas políticas devem seguir os mesmos passos e padrões de progresso linear dos países desenvolvidos. Os países periféricos estariam sempre sujeitos nas suas políticas de financiamento aos empréstimos e alinhamentos das instituições do Norte Global. Este fenômeno da geopolítica mundial foi denominado como a “invenção do desenvolvimento e do terceiro mundo”, um discurso que surgiu a meados do século XX após a segunda guerra mundial e que hoje em dia é comum enxergar nas ideias e práticas dos governos e empresas que investem importantes recursos nos países do Sul Global em nome do progresso, desenvolvimento, crescimento e do espírito da renovação, etc.

O projeto de globalização se expande e incorpora às sociedades a partir de um conjunto de princípios que as transforma, desconhecendo suas características e peculiaridades históricas ou às vezes, utiliza e exalta suas particularidades para afiançar sua integração (como a cultura por exemplo) para virar objeto de valorização e posteriormente consumo turístico. Segundo Ianni (1999, p. 77) “A concepção de mundo moderno prevalece nas sociedades avançadas da Europa Ocidental e nas sociedades de fala inglesa, ganhou dianteira na formação de instituições internacionais e na transformação do mundo, em resultado da generalizada adoção dos seus valores e instituições”.

Os projetos de desenvolvimento urbano são novas estratégias de colonização capitalista do espaço, projetam interesses de instâncias governamentais, instituições ou empresas imobiliárias. Estes se constroem e desenvolvem em parcerias e alianças com o Estado, investidores nacionais e internacionais. Esta ideia de desenvolvimento urbano define formas de estar, saber e ser no espaço, as quais estão inseridas e fazem parte de um “sistema mundo civilizatório”, Grosfoguel (2013) o qual está presente de forma geral e relacional no modelo econômico, o sistema político, referentes culturais, a organização territorial e social de classe, raça e de gênero numa sociedade. No cenário global de concorrência prevalecem os modelos que afiançam a ideia de um “Mundo Civilizado Ocidental”, entendido como projeto mundial de expansão do capital ao nível global, um tipo de civilização, desenvolvimento, progresso e modernização ligado ao crescimento incessante, destruição da natureza, concorrência mundial e acumulação do capital (CORONIL 2005).

Este tipo de desenvolvimento se projeta no espaço como um conjunto de tendências universais que aproveitam rasgos próprios de um lugar tais como a beleza natural ou a cultura para criar especificidades, rasgos próprios e produzir cenários específicos que aproveitam as particularidades da história do lugar, é o que Santanna (2004) chama de “cidade atração” ou Arantes, Vainer e Maricato (2002) “a cidade do pensamento único”, fazendo referência ao conjunto de ideias institucionalizadas que viraram padrões globais e modelos universais em termos de práticas urbanas e formas de gestar a cidade.

Isto se traduz como uma tendência à universalização dos procedimentos, das formas de fazer as coisas, dos tipos de renovações e intervenções, a universalização das técnicas, tecnologias e da ciência, Santos (1998). As técnicas e tecnologias ficaram a serviço de um dos valores e motores da globalização e o desenvolvimento: a produção de lucro. Este tipo de universalização impõe modos comuns de intervir e reformar os espaços, é por isso que as cidades têm lugares e transformações espaciais semelhantes, é o que De Mattos (2010) chama como “urbano generalizado”, quer dizer que as cidades empreenderam construções que são símbolo e tendência de progresso e modernização como a construção de shoppings, ampliação de grandes avenidas, construção de zonas específicas com condomínios fechados, projetos habitacionais para classes média e alta, reformas de centros históricos com padrões comuns de intervenção, aperfeiçoamento dos sistemas de mobilidade urbana em grandes cidades, centros empresariais etc. configurando assim tendências comuns e que podem ser de caráter continental. Estas tendências têm como alvo a competitividade, a produção de riquezas por meio de empreendimentos urbanos diversos fragmentados e a valorização das localizações estratégicas.

De acordo com Santos (1998, p. 13) “Quanto mais os lugares se mundializam mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”, cada lugar é distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. A mundialização (entendida como desenvolvimento do capitalismo no âmbito internacional) implica evolução, progresso e o crescimento da sociedade do mercado e do desenvolvimento do capitalismo em diferentes escalas, tanto no local, nacional, regional, internacional e global. Na globalização existem dois tipos de padrão de poder: por um lado uma vertente homogênea, sistêmica enquanto totalidade histórica, na medida que é um processo global do capital e as economias fazem parte dele, mas por outro lado, existem heterogeneidades histórico-estruturais Quijano (2002) do seu padrão de poder, que tem a ver com os ritmos de desenvolvimento, as características próprias do

capitalismo em cada país e formas de governo, o qual também se projeta nas formas e dinâmicas das cidades contemporâneas.

1.1.Cidades, competição e globalização. Concorrendo por espaços e lucros.

Desde finais do século XX, a produção e aproveitamento das heterogeneidades e diferenciações espaciais implicaram processos permanentes e conflituosos de destruições e construções dos espaços urbanos. Espaços que historicamente sofreram processos de desvalorização ou esquecimento (entendido como ausência de políticas públicas e equipamentos urbanos), foram objeto de transformações e reformas para instalar novas dinâmicas capitalistas de produção do espaço. O espaços antigos e desvalorizados viraram uma oportunidade dependendo do potencial que ofereciam para sua transformação na produção de lucro, pois dada sua condição física precária somada ao quadro de problemáticas sociais associadas à pobreza, abandono, insegurança, à ideia de “atraso”, de “pouco aproveitamento” ou inclusive a maneira como no imaginário se considera um espaço como “feio, sujo ou desagradável”, permitiu que fossem consideradas zonas suscetíveis de investimentos públicos e privados, criando assim um cenário favorável ao espírito da renovação. Autores como Sabatini (2010) e Pradilla (2009) coincidem em afirmar que as cidades contemporâneas entraram numa competitividade no livre mercado para melhorar o fluxo de investimentos nacionais e internacionais.

Os investimentos do capital quando têm por objetivo sua materialização em espaços urbanos, procuram um leque de justificativas, persuasões e satisfações aos futuros consumidores para potencializar os investimentos. Esse leque de opções começa com comparações do que era antes e o que vai ser depois do investimento, oferecendo nos discursos de modernização e reformas urbanas localizações brilhantes, espaços onde se possa disfrutar da natureza e boa vista, segurança, conforto e mobilidade entre outros atrativos e fatores diferenciados. O capital precisa do que Harvey (2011, p. 164) denominou de “destruições criativas”, fazendo referência à destruição física do espaço para produzir novas formas de acumulação do capital. Esta lógica implica reorganizações do mundo do trabalho, reinvenção da funcionalidade das instituições sociais (ou criação de novas) e algumas mudanças dos sentidos de estar no espaço, garantindo assim que o considerado como antigo, inservível, caduco ou disfuncional, possa reativar o ciclo de reprodução do capital por meio da instalação do novo. Do que se trata então como diz Vainer (2000), é de “fabricar consensos” ao redor do

crescimento a qualquer preço e em favor da mobilização de forças para a competitividade e o desenvolvimento urbano.

Segundo Harvey (2011) a vertiginosa mudança das cidades contemporâneas é a manifestação desse constante investimento de excedente de capital na construção de espaços fixos, infraestrutura, condomínios, avenidas, shoppings e múltiplas renovações focalizadas. Este modelo de investimentos focalizados produz uma urbanização difusa e descontínua materializado mediante produtos urbanos constitutivos de enclaves ou parques temáticos mercantilizados, Martinez (2016, p. 95). Alguns deles são esteticamente sobressalientes, arrumados, seguros e também evidenciam distinções sociais e raciais, pois estão feitos para parcelas específicas da população que possuem certo nível de status socioeconômico e inclusive intensificam as distinções de cor da sociedade capitalista. Tudo isto em contraste com áreas degradadas ou marginais, como é o caso de bairros periféricos, chamados marginais ou desvalorizados, os que têm como padrão comum, serem habitados por grupos sociais pobres, negros, indígenas ou mestiços, dependendo do caso analisado.

As dinâmicas de classe social e raça têm um papel fundamental neste processo: por um lado, o poder das classes proprietárias, empresários, capitais imobiliários nacionais ou internacionais que direcionam e impulsionam os projetos urbanos, e junto com eles, agindo desde diversas alianças e cooperações, os grupos administrativos do âmbito público, prefeituras e diversas secretarias do poder público que viabilizam os projetos desses novos cenários urbanos. Por outro lado, as classes ou grupos sociais que são despossuídos, deslocados, expulsos, excluídos, os que não possuem propriedade e com pouco ou nenhum poder de decisão nessas transformações espaciais. Estes últimos grupos ficam relegados das redes e gestões urbanas, seu nível de influência depende de outros fatores como o tipo de governo, sua força enquanto a capacidade de consolidar e se organizar como movimento social ou político, assim como a construção de possíveis pactos com as redes hegemônicas de gestão que surgem nas disputas pelo poder territorial.

Estes conflitos de grupos e classes emergem em várias dimensões, eles podem ser pelo uso do solo urbano, a moradia, direito de permanência, de reconhecimento enquanto pessoas com direitos territoriais, pela demanda por projetos de habitação social, espaços dignos e confortáveis ou pela importância de continuar morando perto dos seus lugares de trabalho como é o caso dos centros da cidade. Para Maricato (2015) a cidade enquanto produto da reprodução espacial da luta de classes ignora os problemas que concernem à produção de habitação social dos trabalhadores. Para os grupos empresariais e mesmo para os governos, este não tem sido

um problema estrutural que mereça atenções, nem para o capital imobiliário, nem para o Estado. Este problema estrutural só é foco de atenções na medida em que representem um potencial de investimento, produção de renda ou um foco de conflitos pela terra urbana, pois a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária seu motor central.

As dinâmicas do centro urbano estão atreladas ao contexto de competição interurbana global. Os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam, Coronil (2005, p. 59). Nesse sentido, o Estado é aliado dos diversos setores do capital imobiliário, ele é o encarregado do controle do fundo público para investimentos em áreas consideradas “estratégicas”, encarrega-se da regulamentação e o controle sobre o uso e ocupação do solo, o qual estipula-se nos planos, leis, ordenamentos e em geral no marco normativo urbano que decide o que fazer com a cidade. Segundo Maricato (2015, p. 73) o papel do Estado não foi diminuído, nem sumiu como crê o ideário neoliberal, ele adapta-se e articula-se de diversas formas e dependendo de cada contexto analisado, às exigências das grandes corporações, do capital financeiro e imobiliário. É o que Dardot e Laval (2016) assinalam nos regimes de governança que conformam “governos empresariais”, os que agem com uma vigorosa privatização da governança, criando marcos normativos empresariais no contexto de produção neoliberal do espaço urbano.

Na produção social do espaço estabelecem-se coalizões de elites relacionadas com negócios imobiliários e os setores públicos para produzir grandes riquezas, é o que Molotch (1976) denominou no contexto das cidades norte-americanas como “Urban growth machines”. Tais elites asseguram as precondições para o crescimento da cidade, conduzem as políticas urbanas com o propósito de expandir a economia local e acumulam riquezas para grupos empresariais. Estes grupos políticos ou elites têm a capacidade de criar coalizões para desenhar estratégias e ações de empreendimento no espaço urbano, conformando grupos de interesse ao redor da terra urbana e utilizam o governo para melhorar o potencial de investimento, criando assim um “ambiente de negócios” favorável a uma ideia de crescimento, progresso e desenvolvimento. A ideia de “cidade como negócio” proposta por Molotch (1976) é uma cidade onde as elites e grupos que a administram concorrem permanentemente pelas localizações estratégicas dos investimentos para criar ambientes favoráveis para a população solvente, como por exemplo morar perto do trabalho, ter dotação de equipamentos urbanos que também incluem segurança, conforto, desfrute da natureza, acesso ao transporte, parques, zonas tranquilas, isoladas do barulho urbano etc. O aspecto importante que vale a pena salientar em Molotch (1976), tendo as devidas precauções de não transpor uma teoria que foi construída no

contexto Norte-americano sem as devidas análises do contexto Latino-americano, é que as “classes rentistas” conformam pactos, alianças ou coalizões com outros setores como os políticos locais, as instituições públicas de serviços, de gestão urbana, histórico-patrimonial, turística ou hoteleira. Estes grupos juntam-se de forma estratégica para desenvolver uma “máquina de crescimento urbano” que governa a cidade.

Este(s) tipo(s) de discursos que evocam negócios, competitividade, crescimento, progresso e desenvolvimento, são evidentes nos documentos e ideologias que tratam sobre a organização do território como os planos diretores, de gestão urbana ou programas das reformas, que são aplicados nas cidades capitais e metropolitanas, as que, segundo De Mattos (2002, p. 7), ocupam um papel relevante no cenário nacional e incrementaram suas mudanças na morfologia urbana. Estas mudanças influenciaram nas transformações da imagem e paisagem urbana das cidades Latino-americanas, as quais foram mudando ou construindo zonas específicas como construção a de shoppings, ampliação de avenidas, implementação de sistemas de transportes, reformas nos centros, embelezamento de áreas especiais, zonas turísticas e de consumo.

Segundo Gaspar (2005) as cidades no contexto da competitividade global, operariam de quatro maneiras: como centros de comando e controle da economia mundial, como lugares-chaves de inversão financeira, locais de produção e, também, como lugares para os movimentos do mercado e consumo massivo. Para o autor a consolidação global dos espaços urbanos latino-americanos é evidenciada pelos embates e conflitos entre os tipos de uso do espaço, o qual se materializa entre os usos relacionados a diversos empreendedorismos urbanos e o componente residencial. O primeiro se apresenta em diversas reformas ou megaprojetos urbanos que são produto de grandes investimentos (privados ou públicos dependendo do caso), já o segundo, é uma reivindicação histórica por moradia, projetos de habitação social ou o direito de permanência em zonas próximas ou que são objeto dos empreendimentos. O “empresariamento urbano” foi um conceito desenvolvido por Harvey (1996), ele faz alusão a um fenômeno que emerge desde finais do século XX, especialmente desde a década dos 70 no contexto Norte-americano que depois alcança uma dimensão mundial, impactando de diversas formas as especificidades sócio espaciais de cada contexto. O crescimento do empresariamento urbano teve um papel importante numa transição geral da dinâmica do regime de acumulação de capital (fordista keynesiano) para um regime de acumulação flexível” Harvey (1996, p. 49). Esta tendência consiste em que as cidades se renovam permanentemente nas suas áreas consideradas como estratégicas para competir entre si pela atração de recursos, outorgando prioridade aos

fluxos do mercado e às iniciativas privadas que representam maiores lucros e produção de rendas.

As iniciativas e parâmetros ao redor das revitalizações na cidade vinham tanto dos Estados Unidos como de Europa, através de parcerias entre o setor público e o privado, e os exemplos mais emblemáticos – só para mencionar alguns casos do Norte Global - foram as requalificações urbanas de Inner Harbor de Baltimore, Boston Waterfront e do Quincy Market. Segundo Arantes (2007, p. 22) depois da guerra e mais intensamente na década dos anos 70 é que começam a se desenvolver as concepções da cidade como “máquina de produzir riqueza” onde a cultura e o capital financeiro começaram a intervir mais amplamente. Desde esta década o desenvolvimento urbano passou a ser um assunto empresarial, Harvey (2007), de capitais internacionais que procuram novas oportunidades, aproveitando e criando qualquer tipo de utilidade da estética dos espaços talhando produtos para diferentes gostos, situações e funções sociais. As cidades viraram colagens de espaços e misturas altamente diferenciadas, que dão a entender estratégias pluralistas e orgânicas de construção do espaço desde a ótica do capital.

Nessas lógicas as cidades assumem um comportamento empresarial de gestão em relação ao desenvolvimento econômico outorgando relevância ao poder que pode ser consolidado nos governos locais, Harvey (1996, p. 50). As execuções das parcerias público privadas com um corte empresarial contêm uma concepção especulativa, sujeita a todos os perigos e dificuldades inerentes aos empreendimentos imobiliários especulativos os quais se contrapõem aos empreendimentos imobiliários coordenados e racionalmente planejados, isto significa que o setor público fica com os riscos dos investimentos e o setor privado fica com as ganancias. Estes tipos de empresariamento das cidades são gestados e executados por parcerias público privadas que visam o investimento e o desenvolvimento econômico, construindo lugares que transmitam um ar de inovação, que sejam atraentes, seguros para viver, agradáveis de visitar, com diversas atividades de lazer e para um consumo criativo Harvey (1996, p. 54).

Este tipo de empresariamento, parcerias público privadas e formas de gestão da cidade, fez com que as cidades ficassem alinhadas na construção de formas e padrões de desenvolvimento urbano capitalista semelhantes, forçando uma reprodução repetitiva de empreendimentos como centros comerciais internacionais, centros culturais, empreendimentos imobiliários aproveitando belezas naturais ou artificiais, shopping centers, ambientes de negócios e tecnologia, etc. aproveitando o potencial da localidade como lócus de regulação da provisão de infra estrutura, das relações de trabalho, dos controles ambientais e mesmo da política tributária, face ao capital internacional, Harvey (1996)

Estas mudanças colocam ênfases no que for rentável e represente lucros potenciais para o setor privado principalmente, nesse sentido se consolida uma ênfase na modernização do espaço urbano assim como a ênfase no desenvolvimento turístico (ou a congruência dos dois dependendo do caso), na produção e consumo de espetáculos e na promoção de eventos efêmeros. Estas duas tendências assim como suas formas de gerenciamento, gestão e administração público privada, entraram e desenvolveram com força nas principais cidades da América Latina desde a segunda metade do século XX até nossos tempos, projetando formas de desenvolvimento urbano e organização sócio espacial desde uma perspectiva eminentemente capitalista.

1. 2. Percursos e tendências de consolidação da globalização nas cidades Latino-americanas.

Para Azevedo (2001, p. 281), a partir da década dos anos 60 do século XX, começam as pressões da indústria turística globalizada, apoiada pelos organismos internacionais, para a conversão das cidades históricas em objeto de desejo turístico. A OEA elaborou as normas de Quito em 1967 sobre restauração, ditou as bases para que o patrimônio cultural latino-americano adquirisse sua valorização em função do turismo. A invenção do patrimônio urbano, segundo Choay Françoise (2001), enquanto forma de conservação estratégica e proteção do patrimônio mundial e natural foi adotada em 1972 pela UNESCO, desde então sua conservação mundial depende de um sistema de cooperação e de assistência internacional, nos campos financeiros, artísticos, científicos e técnicos. O patrimônio tornou-se empresa e indústria cultural, uma “engenheira cultural”, Françoise (2001), que faz do patrimônio um valor de consumo econômico em detrimento de seu valor de uso, que oferece os centros e os bairros antigos como produtos para o consumo cultural.

Desde então o “turismo globalizado” surgiu como opção econômica das cidades que empreenderam projetos urbanos apoiados por organismos internacionais. Em alguns casos específicos, o patrimônio histórico cultural atrelado ao passado colonial foi visto como uma das opções mais importantes e chamativas para atrair a produção de recursos, posicionando-se como um dos setores estratégicos.

O turismo representa aproximadamente um terço da recepção global do setor de serviços, movimentando 625,2 milhões de pessoas e US\$ 444,7 mil milhões, em 1998, segundo a organização do trabalho/ OIT. Mas o turismo tem beneficiado pouco a América Latina. A Europa continua sendo o principal destino dos turistas (59,6%), seguida dos Estados Unidos (AZEVEDO, 2001, p. 282)

Na década dos anos 70 começam as políticas na América Latina de abertura neoliberal em diferentes âmbitos da vida social, tendência que trouxe a extinção do planejamento urbano como proposta exclusiva do Estado. Após um processo de esgotamento das políticas de substituição de importações, presenciamos desde estes tempos a circulação e inserção de diversos capitais nacionais e internacionais em setores importantes e estratégicos da sociedade, privatizando setores como: indústria, serviços, comunicações, transportes, produção de alimentos, políticas agrárias (agrárias) e nas formas de pensar e gestar a cidade. Este último aspecto evidenciou diversas tensões entre o planejamento público e as demandas do mercado imobiliário. Para Pradilla (2009) e Grosfoguel (2013) este tipo de mudanças corresponde a uma nova fase do imperialismo ou uma “Colonialidade global de poder” na qual se afiança desde acordos e processos dos domínios dos países hegemônicos e as instituições multinacionais como FMI, OMC e Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais possuem políticas em diversos âmbitos da vida social. A aceitação dos empréstimos por parte dos países Latino-americanos estaria condicionada a um conjunto de regras: boas políticas fiscais, liberalização da economia, ajustes fiscais e estar alinhados a roteiros e programas de desenvolvimento internacionais. Nesse contexto, as políticas urbanas começaram a fazer parte de roteiros impulsionados em parcerias, alianças e cooperações entre o setor público e capitais imobiliários privados.

Na década dos anos 80 cresceu o setor informal mais depressa que os empregos no setor formal, isso gerou uma mudança continua no emprego urbano, caracterizado pela informalidade e a crescente ocupação dos centros como espaços de trabalho. As mudanças nas atividades econômicas expressam-se sobre as formas de uso e posse do território e dos imóveis. Os tipos de ocupação no mundo do trabalho foram ligados ao aumento na economia de serviços, gerando transformações nas novas infraestruturas urbanas. Para Davis (2006, p. 177) na América Latina a economia informal emprega-57% da força de trabalho e foi um setor que cresceu em medidas desproporcionais, fenômeno que é possível evidenciar na transformação, ocupação e utilização dos centros das cidades, que são os lugares de preferência do comércio informal em termos de localização estratégica, ampla mobilidade e os fluxos que representa, o que tem gerado conflitos com o que se conhece como “economia formal”. Este processo tem impulsionando formas reguladas, disciplinadas e normativas de uso do solo urbano. Estas se projetam e materializam no espaço central via projetos de intervenção ou no controle público de “como e quem” pode usar o espaço público.

Nestas trajetórias dos finais do século XX surgem os discursos e práticas urbanas ao redor das Renovações, Revitalizações, Recuperações e Reabilitações, como formas preponderantes de intervenção, Santanna (2004), Azevedo (2004). As revitalizações estão sustentadas em discursos e práticas que têm por finalidade a preocupação pelo embelezamento, ornamentação, estética e status que um espaço específico pode adquirir. A simbologia e história da cidade vira então parte do seu status sócio espacial em comparação com outras. Este “capital simbólico e cultural” que se projeta na densidade histórica da cidade, sua arquitetura, patrimônio cultural, referentes identitários (como os aspectos étnicos e raciais nas cidades andinas de Lima, Cuzco, La Paz ou no Brasil no caso de Salvador) tenderam a ligar seu aspecto cultural como capital simbólico no conjunto das estratégias de venda da cidade, como lugar a “ser visitado, frequentado e consumido”.

Desde a década dos anos 90 podemos dizer que foram produzidos um conjunto de padrões comuns na organização social do espaço na América Latina no contexto do neoliberalismo, Pradilla (2013). Mas esses tipos de tendências comuns adquiriram características próprias em todos os países dependendo do seu passado, dos tipos e intensidades de integração mundial, regimes políticos, legislação urbana, redes de gestão urbana público-privada e dinâmicas de classes-raça-gênero produzidas e reproduzidas nos espaços locais urbanos. Os padrões comuns seriam tanto as formas e as lógicas que perseguem os programas de intervenção assim como a modernização e funcionalização do centro (como o caso de Cali) ou a aliança entre economia, patrimônio e cultura (caso de Salvador). As duas tendo como ponto em comum, posicionar-se favoravelmente como cidades no mercado global a partir de reformas urbanas específicas, assim como aperfeiçoar seu nível de funcionalidade dos centros e melhorar sua competitividade no cenário internacional.

Este tipo de empreendimento urbano, seus tipos de governança e relações entre o público e o privado, afiançam as políticas criadas no Consenso de Washington desde a década dos anos 90, as quais reorganizaram e reestruturaram as políticas econômicas para os países periféricos tendo como referente a preponderância do mercado capitalista, a estabilização macroeconômica, liberalização financeira, comercial e privatizações nos setores estratégicos e vitais da sociedade. Este tipo de cenário fez com que as forças globais tivessem dificuldade de convivência com o conjunto de instituições sociais de cada país, sendo que para os países centrais do capitalismo (PCC) a globalização significou a quebra do contrato social e para os PCPs (Países Capitalistas Periféricos) significou uma nova relação de dominação e exploração Maricato (2015, p. 74). Este tipo de relação de dominação está ligado ao papel dos Bancos

Centrais, os quais interferem profundamente na vida dos países pois direcionam empréstimos a políticas específicas ligadas tanto a critérios de desenvolvimento social, econômico, urbano e rural, assim como a conhecimentos técnicos de intervenção urbana.

No contexto do surgimento do Consenso de Washington, apareceram as ideias ao redor do Plano Estratégico que provinham do urbanismo de Barcelona no contexto dos jogos olímpicos dos anos 90, esta ideia foi comprada na América Latina pelos governos nacionais, locais e empresários, como um discurso de vanguarda e uma possibilidade de integração nas lógicas internacionais do ideário neoliberal em termos de reorganização sócio espacial. É desde este período que, segundo Castells, Borja (1996, p. 152), a cidade emergiu como um “ator político” cuja governança é um polo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado, os quais conformam acordos, associações, parcerias e alianças. Este tipo de articulações entre os setores público e privados visam também um amplo consenso público, pois sendo a cidade um Ator Social sua forma de governo deve estar encaminhada para realizar uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais, profissionais e meios de comunicação social. Castells, Borja (1996, p. 152).

O Planejamento Estratégico tem seus antecedentes no Norte Global, em espaços com o Europa, Ásia e Norte América. Segundo Castells e Borja (1996), no ano de 1986 teve lugar em Roterdã a Conferência de Cidades Europeias, que definiu as cidades como motores de desenvolvimento econômico, isto a sua vez deu origem ao movimento das Euro cidades em 1989, que reúne as cinquenta cidades mais importantes da Europa como o caso da criação do Comitê de Regiões em Maastricht que integra representantes dos governos regionais e das cidades.

Em outros continentes o protagonismo é ainda mais evidente como em Ásia: Seul, Taipei, Hong Kong Cingapura Bangcoc, Shangai etc. nelas existem uma complementariedade entre governo da cidade e os agentes econômicos, todos orientados para os mercados externos. Nos Estados Unidos, Cidades como Los Angeles, São Francisco, Detroit, Seattle etc. —assim como os estados da Flórida e Wisconsin— demonstraram, simultaneamente, mediante planificação estratégica e cooperação público-privada, o potencial negativo da aberrante política neoliberal e a capacidade de resposta das cidades CASTELLS e BORJA (1996, p. 153)

No caso de América Latina, o surgimento destas formas de governança urbana veio junto com os seguintes processos e ideias: 1) a democratização e descentralização dos Estados, que deram mais legitimidade aos governos locais 2) à abertura econômica (neoliberalização da sociedade), que impus a necessidade de consolidar uma cidade competitiva, ou seja, atraente e

funcional, dotada de infra estruturas modernas 3) a conscientização por parte dos atores privados do quão pouco viável é uma cidade que exclui ou marginaliza uma parte da sua população e 4) a existência de amplos espaços de debate público com setores políticos, intelectuais e profissionais Castells e Borja (1996, p. 157).

As reformas urbanas contemporâneas são executadas em zonas estratégicas, nas que o setor público pode desempenhar o papel de ente facilitador dos processos de transformação, como por exemplo na modificação de forma repentina ou planejada dos preços do solo urbano em zonas de execução dos projetos de desenvolvimento e renovação urbana, os quais são comprados pelo capital imobiliário visando futuros empreendimentos. Este tipo de lógica indica que as cidades fazem parte de estratégias de mercantilização ao nível continental e mundial. Estas estratégias vêm fortalecidas pelas políticas na forma de roteiros, normas, doutrinas, discursos e ações que provem desde as instituições multilaterais de desenvolvimento as quais são implementadas por um grupo de técnicos especializados na área urbana.

Este tipo de administração das cidades segundo Vainer (2013, p. 76) “é inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”. O que o autor quer assinalar é que as cidades no contexto neoliberal globalizado estão em altos níveis de competição e assumem esquemas de funcionamento e gestão semelhantes às empresas privadas, o qual gera um ambiente de concorrência interurbana, que é incerto e instável

Difícilmente se poderia exagerar quanto à relevância de uma discussão séria e rigorosa deste modelo de planejamento urbano. De um lado, é praticamente total o comprometimento de agências de cooperação e instituições multilaterais em sua difusão e de seus conceitos básicos, de que são exemplos recentes: a) a publicação de alentado volume sobre a experiência de Barcelona, pela Oficina Regional para América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana, constituído e financiado pela Agência Habitat das Nações Unidas, PNUD e Banco Mundial (Borja, 1995); b) a encomenda, feita pela Agência Habitat das Nações Unidas, para que Jordi Borja e Manuel Castells produzissem um documento de análise e propostas especialmente para a Conferência Habitat II (Istambul), em que retomam vários de seus trabalhos anteriores e em que apresentam, para além de análises e propostas, verdadeiras receitas para a aplicação do modelo (Borja & Castells, 1997). (VAINER, 2007, p. 77)

Este projeto de Cidade Empresa vem apoiado e gestado pelo exemplo de Barcelona e instituições mundiais como a BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), na Harvard Business School, agência Habitat das Nações Unidas, Banco Mundial e arquitetos e urbanistas de alcance mundial ligados a estas instituições. As cidades

estão chamadas a manter seu poder de atração, conformar alianças público privadas seguindo o ideário de um Marketing Urbano. A analogia usada de cidade-empresa não se esgota unicamente em uma proposta administrativa, nem gerencial, nem operacional, para Vainer (2013) o que está contido nessa analogia são poderes locais e sua inserção como sujeito/ator econômico, assim como a consolidação de novas alianças e a forma como se apropriam de espaços e instancias estratégicas de decisão do poder público. Este tipo de modelo que visa construir uma cidade dos negócios e os empreendimentos imobiliários também está acompanhada por um time de técnicos, economistas, urbanistas especialistas e poderes públicos locais (prefeituras, secretarias, governos etc.).

Este time técnico é chamado por Maricato (2015, p. 76) de “formuladores de políticas” como são o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre outras, são algumas das entidades que se organizam para esta tarefa de “capacity building”, no qual todo empréstimo exige a aplicação de políticas vindas nos itens do Consenso de Washington e dentro do ideário neoliberal. Estas políticas são de fácil recepção tanto pelo panorama político que historicamente os países latino-americanos têm ocupado nas relações globais, assim como pela prevalência e valorização excessiva que têm ideias provindas do exterior em desprestígio das propostas endógenas, as quais surgem e circulam desde diversas instâncias na sociedade (Movimentos sociais, partidos políticos, universidades, associações, ONGs etc.) mas que são ignoradas, silenciadas, excluídas ou violentadas.

Atrelado aos focos de interesse das renovações urbanas executadas pelo conjunto dos agentes sócio institucionais público privados como os agentes imobiliários, prefeituras, empresários e instituições culturais, surgiram formas de governança que fizeram mais eficientes e sustentáveis as formas institucionais de administração pública, as quais tinham como função facilitar e viabilizar as reformas urbanas no contexto neoliberal. Esta tendência foi denominada como “governança urbana” que junto com o “planejamento estratégico” deu prioridade ao papel do mercado e do capital privado na organização das cidades Latino americanas, Maricato (2007). Os novos enfoques da gestão urbana segundo De Mattos (2002) contribuíram para melhorar as condições para a afirmação de uma lógica estritamente capitalista no desenvolvimento metropolitano, outorgando à “mais-valia urbana” e à produção de renda privada o critério urbanístico básico. As formas de gestão inseridas no âmbito mundial da globalização resultam na privatização do controle da autoridade coletiva, reconfigurando assim uma espécie de “governo mundial invisível”, que opera desde a interação de agentes públicos,

privados e intergovernamentais, configurando um novo ordem e padrão de poder mundial que vem se configurando desde finais dos anos 90, Quijano (2002, p. 13).

Para Carvalho (2013), o tipo de governança urbana das cidades latino-americanas no contexto Neoliberal vem sendo influenciado pela adoção do denominado “empreendedorismo urbano”, o qual implica uma governança inspirada no planejamento empresarial. Nesse sentido é que Martinez (2016) aponta dois desafios tanto em escala macro e micro do Estado, no macro ele evidencia uma debilidade diante dos poderes e agentes econômicos globais, já no nível micro, tem uma enorme fragilidade de fazer efetivas as políticas públicas frente aos poderes políticos, as empresas privadas, assim como diante dos grêmios de construção e imobiliários. Este tipo de características provém das maneiras como o âmbito público e privado se relacionam na gestão das cidades em tempos globais.

A governança urbana em tempos de globalização implica formas específicas de relação entre o Estado e as empresas privadas (capitais privados nacionais e internacionais). Esses tipos de relações podem variar e ser de diversos tipos como de cooperação, alianças estratégicas, execução, tensão ou de oposição com respeito aos objetivos que procuram. O Estado pode ser um agente facilitador das relações do mercado, assim como um regulador, direcionador ou uma instância que produz e gesta políticas sociais para mitigar os impactos do mercado na produção da cidade. O que está em jogo é a maneira como os atores políticos e agentes urbanos redefinem as maneiras de como no interior do Estado se relacionam, participam e consolidam redes de cooperação nos processos econômicos.

Uma das características contemporâneas é que os novos gerenciamentos e governos locais têm como principal preocupação a chegada de usuários e consumidores solventes no espaço. Nesse sentido um dos principais focos das reformas urbanas seria o de considerar a cidade como problema estético e paisagístico no qual a visibilidade da pobreza e miséria das ruas, incluídos, os habitantes de rua, seria visto como problema a ser abrandado, mas não resolvido, inclusive suscetíveis a serem deslocados dos lugares objeto de intervenção Vainer (2000). A conquista privada do espaço definiu e define quem são seus potenciais usuários, consumidores e habitantes. A revitalização de áreas urbanas esvaziadas e os grandes eventos mundiais foram o mote do chamado planejamento estratégico no empreendedorismo urbano Gordilho Souza (2014, p. 165).

As revitalizações e renovações urbanas tinham e têm implícitas lógicas de consolidar uma “cidade negócio” e “cidade empresa”, estas se fundamentam em uma ideia de “civildade” dos espaços e das pessoas, expressada em aspectos como: nas formas de usar e estar no espaço;

o que se considera visualmente agradável para o consumo; quem pode e quem não pode estar, circular e habitar os espaços; uma organização estética dos lugares do que se considera belo, charmoso, glamoroso, artístico e boêmio; inclusive espaços que estabelecem políticas de distinção socioeconômica e racial. Trata-se por tanto, de uma nova estratégia de gestão que articula os poderes públicos e setores privados, chamem-se capitais imobiliários ou elites urbanas que utilizam diversas formas de planejar as cidades desde o marketing urbano, que dependendo do seu potencial é que a cidade articula o encontro “glamoroso” entre Cultura e Capital, Arantes (2007, p. 48)

A transformação dos centros históricos em territórios rentáveis para a acumulação de capital mediante sua conversão em objetos de “turismo cultural” internacional, nacional ou local, implicou segundo Pradilla (2012, p. 31) os seguintes riscos: a) a modificação de imóveis para adaptá-los a interesses turísticos; b) transformação dos centros históricos em conjuntos mortos de museus, bibliotecas, centros culturais, monumentos, etc. c) o monumentalismo, que só se ocupa de proteger os grandes imóveis, os do poder político e econômico, e deixa de lado, não protege ou destrói, o popular, as tramas, quer dizer, a combinação complexa da cidade original; d) o fachadismo, que não resolve fatores importantes de destruição; e) substituição da população residente por uma itinerante.

Estes processos e tendências que foram enunciados, fazem parte do arcabouço de discursos e modos de fazer a cidade contemporânea do século XXI, regidas pela produção capitalista do espaço e um padrão mundial de poder focalizado exclusivamente na produção de renda. As reformas desenvolvidas em localizações estratégicas como os centros históricos, não estão isentas desse contexto e padrão, a forma como se projeta e constrói suas lógicas depende dos tipos de agentes urbanos, assim como das maneiras como se consolidam redes e alianças socioinstitucionais de gestão urbana.

CAPÍTULO 2. GLOBALIZAÇÃO, PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NOS CENTROS HISTÓRICOS E PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO E BOUTIQUIZAÇÃO

Este capítulo apresenta dois aspectos centrais que estão entrelaçados no que anteriormente foi denominado globalização como padrão mundial de poder nas dinâmicas de transformação e gestão dos centros urbanos. Estes aspectos permitiram identificar o contexto geral sob o qual foram produzidas as gestões urbanas e ir assinalando um conjunto de respostas à pergunta central deste trabalho “quem e como se faz a cidade? O primeiro eixo consistiu em significar o se entende por Centro Urbano e Centro Histórico, o qual considera-se como um lugar vital, estratégico e que atualmente é objeto de intervenções e reformas encaminhadas para a sua recuperação funcional e econômica. O segundo eixo analítico consistiu em identificar como as reformas urbanas têm sido impulsionadas pelos poderes locais, regionais ou internacionais nas modalidades de redes sócio institucionais, as quais têm gerado lógicas de expulsão e deslocamento na forma de processos de Gentrificação ou Boutiquização.

2.1. Centro Urbano – Histórico Como Lugar Estratégico e Objeto De Mercantilização

Pensar no centro nos remete a tempos fundacionais das cidades latino-americanas, que desde os tempos da conquista e colonização ocupou um papel vital e estratégico na vida sócio econômica do sistema colonial Europeu na América. Podemos afirmar que a consolidação e construção de um tipo de vida urbana foi o alvo procurado como estratégia de desenvolvimento mercantil e de expressão de uma forma de Europeização da América, Romero (1999). O centro desde suas origens desempenhou um papel administrativo, fundacional, posto de controle militar, residência de classes governantes, lugar comercial e sede dos principais poderes públicos. O centro é um lugar estratégico, é um ponto nodal de diversas conexões que está articulado ao contexto mundial e, portanto, evidencia o grau de desenvolvimento específico da economia e da sociedade. Ele é uma escala de concentração dos processos históricos no qual as atividades humanas são desenvolvidas junto com as atividades econômicas e as tendências globais de progresso, desenvolvimento e o que se entende por modernização numa época específica.

Desde as últimas décadas do século XX os centros urbanos e históricos são objeto de intervenções, renovações, reformas e programas gestados -segundo cada caso analisado- por diversas formas de alianças entre o setor público e o privado. Estas reformas procuram recuperar sua funcionalidade econômica, seu grau de articulação com a cidade, sua vitalidade cultural, patrimonial e histórica para aumentar os níveis de consumo, mobilidade, frequência

de público, melhorar seu sentido estético, artístico e em termos gerais, aperfeiçoar os aspectos físicos, infra estruturais e lógicas sociais como ponto vital da cidade. Estas reformas acontecem após longos processos históricos de desvalorização espacial e social, visam a articulação do centro às lógicas de acumulação capitalista por meio da construção de empreendimentos, negócios, boutiques, shoppings, hotéis, lojas, instalação de sedes administrativas e de transporte. Nestes arranjos e empreendimentos aparecem dois paradigmas de intervenção (com possibilidades de serem executados conjuntamente dependendo do caso) que tomaram força desde as últimas décadas do século XX e que foram amplamente discutidos pela literatura especializada nessa área (Azevedo, 2004), (Santanna, 2009), (Carrión, 2005). O primeiro foi o turismo, é uma das tendências que guiam e estabelecem os roteiros das reformas urbanas dos centros, e em segundo lugar a recuperação do sentido administrativo e de mobilidade como ponto articulador dos fluxos das cidades.

O turismo se consolidou desde as últimas décadas do século XX como um paradigma de intervenção urbana. Utilizou a cultura, o patrimônio, história, beleza natural ou os aspectos identitários da cidade como produtos a serem oferecidos e consumidos para o público local, nacional e mundial. Desta forma, têm cidades que após processos de reformas e gestões urbanas se consolidaram no nível mundial como turísticas, tais são os casos de Cartagena, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Buenos Aires, San Carlos de Bariloche, Cusco, Lima, Santiago e Cidade do México (Carrión, 2001). Estas cidades e alguns dos seus lugares, recebem grandes quantidades de fluxos de pessoas durante períodos específicos, se posicionando num lugar preponderante no consumo turístico global. As instituições públicas (sejam elas municipais, estaduais, federais ou nacionais segundo cada caso) encarregadas dos assuntos urbanos, de cultura e do patrimônio, têm consolidado esforços e alianças junto com os setores empresariais e imobiliários para atingir esse objetivo.

Existem casos onde os projetos de recuperação e revitalização urbana são apoiados, assessorados e financiados por organismos mundiais de desenvolvimento que são os encarregados de entregar os empréstimos financeiros. Os recursos estão atrelados a roteiros, critérios, guias e alinhamentos que indicam lógicas de fazer a cidade. Para sua execução são nomeados um conjunto de assessores técnicos encarregados de socializar ou trazer experiências de outras latitudes sobre os possíveis caminhos que devem seguir as intervenções. Em muitos casos estas experiências viraram uma “camisa de força” e modelos referenciais a seguir. Uma das instituições encarregadas de fazer os respectivos empréstimos é o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que junto com a UNESCO inscreve sítios específicos

declarados como Patrimônio Histórico e Cultural para posteriormente ser objeto de fortes investimentos econômicos.

Além dos programas nas áreas de transporte saneamento e infraestrutura que financiam no Brasil e em outros países do continente, o BID vem concentrando energias e desenvolvendo vários programas de incremento do turismo e de preservação do patrimônio na região, alguns dos quais financiados por fundos fiduciários europeus e de outros países desenvolvidos. (SANTANNA 2004, p. 316).

Estas instituições como a OEA e UNESCO tiveram e ainda têm um papel de protagonista nos destinos das reformas urbanas e na forma como foi inventada a ideia de Centro Histórico para América Latina desde o ano de 1968. Segundo Azevedo (2004, p. 199) “Con la promulgación de las Normas de Quito por la OEA en 1968 y la intensificación de las misiones técnicas de la UNESCO y OEA en América Latina, los países de la región despiertan para el potencial económico del patrimonio monumental, en especial a lo que se llamó centro monumental o histórico”. Assim mesmo surgiu junto às formas de intervir os centros, a conceição do que se entende por Turismo Cultural e que foi trasladado para diversos países Latino-americanos aproveitando desde uma perspectiva econômica seu passado colonial, monumentalidades, cultura, simbologias, história, etc.

El turismo cultural, inspirado en experiencias europeas, como la española y francesa, era la palabra de orden en aquella época, no solo para la OEA, como para la UNESCO, En aquella Norma, el turismo cultural es presentado como la tabla de salvación, no solamente para los centros históricos, como para las economías de los países de la región, con graves problemas de balance de pagos. Con esta inspiración, se hicieron algunos grandes proyectos de desarrollo urbano y regional, como el llamado Plan Esso. Para la ciudad Histórica de Santo Domingo, de 1967 y el Plan Copesco (1969 y 1975), para el desarrollo de una faja de 500 km. de la Cordillera Andina, entre Cuzco y Puno, en Perú, con un presupuesto de US\$ 72.4 millones financiados por el Banco Interamericano de Desarrollo. En Brasil, los Ministerios de Planificación y de Educación y Cultura crean el Programa de la Ciudades Históricas del Nordeste -PHC empezado en 1973 y cerrado diez años más tarde (AZEVEDO 2004, p. 199)”

A perspectiva turística atrelado à valorização da cultura e belezas naturais das cidades e dos centros históricos foi concebido como uma ideia de City marketing, onde os centros foram objeto de programas e projetos de investimentos financiados com políticas econômicas das instituições multilaterais que ajudaram ao desenvolvimento de empresas privadas dentro das zonas reformadas, como hotéis, lojas, restaurantes e museus.

El City marketing, que está ligado al llamado capitalismo avanzado ya había aparecido en los Estados Unidos y Europa. En la década de los años ochenta, con grandes proyectos como el de Baltimore y Barcelona. El fenómeno se repite en América Latina en los años noventa, con especificidades propias de la región. Algunos ejemplos de proyectos con esta inspiración en la región, son el Programa de Rehabilitación del Centro Histórico de Quito, elaborado a raíz del terremoto de 1987; el Programa de Rehabilitación de La Habana Vieja, ejecutado por la Oficina del Historiador, después de la crisis resultante de la disolución del Bloque Socialista; la retomada del Programa

de Recuperación del Centro Histórico de Salvador de Bahía, a partir de 1992 y el Plan de Recuperación de la Plaza de Armas y Otros Espacios Públicos de Lima Metropolitana empezado en 1996 (AZEVEDO, 2004, p. 201)

Nestas lógicas, as alianças e acordos servem como estratégias que afiançam os cenários locais a contextos globais. Não se trata simplesmente de uma imposição na direção global-local, nela também existem atores políticos e agentes urbanos no cenário local, municipal ou governamental que participam ativamente na construção do tipo de centro que se quer construir. Estes tipos de poderes locais podem estar articulados ou não aos programas de desenvolvimento, o que depende do contexto histórico e das relações de poder políticas que são construídas junto com as instâncias públicas estabelecidas. Nesse sentido, também é necessário delimitar o conjunto de atores que compõem o cenário local, o qual está composto por instituições de gestão públicas assim como pelos investidores do setor privado.

A segunda perspectiva consiste na recuperação funcional e administrativa da centralidade do centro, embora pareça uma redundância, é sabido que durante décadas as cidades capitais nacionais ou estaduais, se expandiram de forma desorganizada e este fenômeno possibilitou a consolidação de diversas pluri-centralidades, fundando e estabelecendo focos nodais que contém diversas infraestruturas como shoppings, comércio, hospitais, instituições educativas, pontos articulados de transporte entre outros equipamentos urbanos. O centro é, portanto, um ponto nodal que recebe e expande múltiplas influências na cidade como um todo. Para Carrión (2022) a consolidação do centro histórico é o resultado de um conjunto de relações sócio espaciais de tal maneira que as reformas e intervenções que são produzidas nelas, seja de uma perspectiva administrativa, funcional ou turística, causam impactos nos seus arredores.

Un centro histórico se define por sus relaciones con el conjunto de la ciudad y no cerrado en sí mismo. En otras palabras, cuando se hacen intervenciones fuera del centro histórico es muy probable – como de hecho eso ocurre – e que se lo afecte directamente, de forma positiva o negativa. Por eso, no se trata solo de intervenir en la zona demarcada, sino también en las áreas externas de influencia inmediata. Ahí viene la necesidad de establecer un sistema de centralidades, de tal manera que no exista competencia entre ellas sino cooperación. Es que la centralidad histórica no es una suma de monumentos o atributos, sino una red de relaciones. (CARRION, 2021)

O processo de expansão das periferias das cidades levou consigo a consolidação de diversas centralidades e territorialidades nas cidades Latino-americanas, Carrión (2001). Esse tipo de expansões fez com que o que se considera hoje em dia como centro histórico ou antigo, perdesse paulatinamente certo protagonismo funcional e administrativo. Tal expansão da cidade e migração das classes abastadas do centro da cidade permitiu a chegada de uma população de classe média baixa e baixa, presença de diversos negócios de pequeno porte, ausência de

políticas públicas que potencializaram a desvalorização histórica infra estrutural e social dos espaços, algumas casas abandonadas ao ponto de cair, fenômenos de esvaziamento e no meio desse panorama, um conjunto de relações sociais de vizinhança que mantinham habitados os bairros mesmo nessas condições de pobreza e esquecimento institucional.

As gestões urbanas tenderam a recuperar a funcionalidade administrativa e a modernizar o centro, entendido como uma estratégia de capitalização, trazendo com os empreendimentos a instalação de sedes administrativas, alguns projetos de habitação (não destinados à população pobre ou antigos habitantes), consolidação de redes de transporte articulado estrategicamente com o resto da cidade assim como diversos empreendimentos urbanos que ficaram na maioria das vezes nas mãos de agentes privados. Nas reformas dos centros urbanos estamos assistindo a processos de privatização das dinâmicas e da gestão do assunto urbano, onde o Estado faz presença como um ente facilitador da gestão que se articula com o setor privado. A aparição do capital privado surge da necessidade de procurar investidores interessados nas reformas e recuperações do centro, pois o Estado se apresenta como uma entidade que “carece de recursos” Harvey (1996), De Mattos (2008), e por outro lado, porque o centro da cidade representa um lugar suscetível de produzir renda e riqueza para setores empresariais.

Para Rojas (2001), esta situação de carência de recursos econômicos, demandaria a participação dos atores interessados nas reformas como empresas, setores do comércio, Estado, setores culturais e investidores imobiliários, que visam o que eles denominam como “intervenções sustentáveis” e de desenvolvimento urbano dinâmico dos centros como foram os casos de Cartagena, Recife e Quito. Para o autor, as associações público privadas têm procurado no caso de Cartagena, investimentos privados em preservação e adaptação de edifícios históricos para usos contemporâneos, consolidando um centro histórico de transcendência mundial; no caso de Recife, a revitalização da área de Bom Jesus no Bairro Recife que envolveu o empreendimento de prédios para usos comerciais dependentes das atividades voltadas ao turismo; Em Quito, o setor público procurou se associar a investidores privados para reabilitar edificações com atividades residenciais, comerciais, serviços e produtivas. Nos três casos evidenciam-se exceções tributárias para promover o investimento privado.

O que se vem evidenciando nas trajetórias e na história das intervenções nos centros na América Latina desde a última década do século XX, como bem é assinalado no texto de Silvio Mutal (2001) nos casos de Cidade de Panamá, Santo Domingo, Lima, Cartagena e Salvador só para mencionar alguns, é que tem existido populações moradoras e locatárias que pelo fato de não possuírem capital de investimento, nem poder político nas esferas de decisão (nesse caso o

mundo institucional), ficam relegadas, silenciadas, excluídas ou inclusive violentadas pela maquinaria institucional, o capital imobiliário e as políticas de gestão das reformas urbanas. Nestes casos têm acontecido processos de expulsão e deslocamento urbano que operam em diversas direções: seja na forma de negociações coletivas ou individuais para que a população saia do lugar; os “cheques despejo” que outorgam valores abaixo do estipulado nas negociações para a compra de prédios; pressões para que a população venda as propriedades ou no caso mais extremo, a utilização da força estatal com ordem de despejo.

Este tipo de exclusão vem atrelada ao modo de execução das parcerias público privadas e opera em diferentes âmbitos contra a população moradora: no âmbito do capital, pois só grandes investidores detêm a capacidade de atuação e investimento; no âmbito do conhecimento e do saber, onde existem um conjunto de assessores (as), especialistas, técnicos, arquitetos (as) de renome, que tem o poder de “saber o que fazer”; e também, no âmbito de decidir para quem é o centro urbano, que poderíamos definir como um âmbito do “ser”, o que implica atrelar aos processos de despejo e deslocamento urbano uma mudança dos usos do solo urbano e por tanto, das classes e grupos que “teriam o direito” de estar na cidade, habitar e trabalhar no centro nas melhores condições possíveis aproveitando suas vantagens, assim como quem lhe frequenta e consome.

A organização e planejamento da cidade envolve dinâmicas do que Mignolo (2000) chama de “colonialidade do poder territorial” por um grupo de pessoas que definem os conhecimentos e procedimentos de como fazer as gestões, estes grupos que estão compostos por burocratas e especialistas do setor privado ou do público (muitas vezes engajados aos interesses do capital privado) detêm o poder de enunciação tanto nos cenários globais quanto locais. Os primeiros são instituições globais de financiamento e desenvolvimento (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas, UNESCO, etc.) e os segundos são os governos locais (prefeituras, governos federais, estaduais, regionais) e atores com poder de decisão local, entre os quais não existem desconexões, pois a sua articulação, parcerias, gestões e coalizões garantem a viabilidade e execução dos programas urbanos. As intervenções dos anos 90, por exemplo, mobilizaram vários profissionais e equipes multidisciplinares como administradores, economistas, engenheiros, urbanistas, empresários da indústria cultural e publicitários, os quais possuíam o “saber fazer” sobre as dinâmicas territoriais e que tinham o poder de executar políticas urbanas.

Este es un ámbito en que cierto grupo de gentes define qué es territorialmente correcto y, por lo tanto, sustentan el poder de enunciación; esta se ejerce tanto en los escenarios territoriales globales como en los locales, Mignolo (2000). En los primeros ostentan poder de enunciación agentes transnacionales como los monopolios de la explotación

de los recursos naturales o de la construcción, algunas fundaciones, organismos internacionales y otros. En los segundos, lo hacen los gobiernos locales y otros actores con poder de decisión, aunque cada vez más influidos por los agentes transnacionales pues no existe desconexión entre una escala y otra” (DELGADO RUIZ, 2014, pág. 10)

As reformas urbanas contemporâneas nos centros das cidades, seja pela via do turismo ou pela recuperação funcional e administrativa, têm estado articuladas às formas como têm se estabelecido relações, alianças e redes entre o Setor Público e Privado para efetivar processos de desenvolvimento urbano, estes a sua vez, têm produzido lógicas de consolidação de diversos empreendimentos nos espaços, os quais aprimoram e melhoram o ambiente de negócios, projetos imobiliários, recuperação funcional de áreas específicas e projetos de habitação para classes abastadas, mas por outro lado e como consequência indissociável, processos de deslocamento urbano das populações que habitam e trabalham os lugares alvo das reformas.

2.2. Reformas nos Centros Históricos e os processos de Gentrificação e Boutiquização.

É sabido que os projetos de intervenção urbana nos centros das cidades fazem parte de tendências e trajetórias mundiais que possuem suas particularidades dependendo do país e momento histórico específico. As ações e práticas da gentrificação se evidenciaram desde diferentes contextos urbanos em Inglaterra (Manchester) e França (Paris) no século XIX, onde as intervenções eram feitas com o propósito de projetar o embelezamento, a limpeza social, saúde pública e a construção de lugares para negócios no centro urbano. Com efeito, os inícios da gentrificação foram herdados do contexto Europeu como uma iniciativa de higienização do espaço e ancorados numa tendência política liberal.

Como foi dito no capítulo anterior, estes processos de reformas urbanas nos centros das cidades se intensificaram desde a segunda metade do século XX, tendo como ponto inicial países do centro Europeu e Norte América e depois países da América Latina, Azevedo (2004). Somado às reformas, recuperações, modernizações, revitalizações etc. surgiram como parte intrínseca e muitas vezes até indissociável destes processos, as lógicas de expulsão e deslocamento de populações pobres e trabalhadoras. Estes primeiros casos de Gentrificação no contexto Europeu e mais especificamente em Inglaterra foram analisados por Ruth Glass (1964) Smith (2007, 2012) estudos que posteriormente seriam nomeados para os casos Norte-americanos desde a metade do século XX ou de “Boutiquização” Carrión (2012) para analisar os casos Latino-americanos. A palavra gentrificação pode adquirir muitas conotações e por isso

merece muita cautela ao momento de utilizar este termo pois teríamos que examinar o contexto sócio histórico no qual se produz.

Tendo como palco o cenário do capitalismo global, a Gentrificação virou uma tendência de alcance mundial com importantes repercussões nos planos de ordenamento territorial e nas políticas de organização do espaço público e especialmente o espaço central urbano. Este é um fenômeno urbano que começou a ser estudado nas sociedades do capitalismo avançado, especialmente na Europa Ocidental, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, cujas intervenções e renovações urbanas nos centros das cidades se converteram em paradigma a seguir em outros contextos mundiais e foram executadas desde as décadas dos anos 60 e 70 até nosso tempo.

A primeira a nomear o conceito de Gentrificação foi Ruth Glass (1964) para analisar o processo de transformação dos bairros operários centrais de Londres nos anos 70, que passaram a ser ocupados por grupos de classe média e alta. Para a autora, a gentrificação era um conceito utilizado para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média e alta haviam povoado bairros desvalorizados do centro de Londres, o que compreendia a transformação da composição social das moradias e bairros operários por meio da apropriação e reabilitação. A palavra foi acunhada depois da segunda guerra mundial no mundo capitalista avançado, mais exatamente na década de 1960.

Em 1976, um estudo concluía que perto da metade das 260 unidades de Estado Unidos com uma população de mais de 50,000 pessoas estavam experimentando processos de gentrificação (Urban Land Institute, 1976). Só doze anos depois de que Ruth Glass cunhou o termo, já não só New York, Londres e Paris estavam sendo gentrificadas, se não que a elas se somavam Brisbane e Dundee, Bremen e Lancaster (Pensilvania) (SMITH, 2012, p. 84)

Para Smith (2006, p. 63) o processo de gentrificação clássica tem três ondas e características enxergadas nas particularidades da renovação da cidade de Nova Iorque desde a década dos anos 70 até 1996: a primeira é “a gentrificação esporádica” (dos anos cinquenta a meados dos anos setenta) quando as pessoas de classe média arriscam ao investir em um local desvalorizado pelo mercado imobiliário. O segundo momento é chamado de “consolidação a gentrificação” (fim dos anos 70 até 1989) consiste na participação do mercado imobiliário em acordo com planos de incentivos públicos; este mercado encontra nos bairros centrais uma perfeita forma de investimentos pelas potencialidades que representa. Num terceiro momento acontece a fase conhecida como “generalizada” ou “ampliada”, a qual permite estender significativamente as áreas de atuação em que o efeito gentrificador é percebido, configurando-se como expansão geográfica dentro dos limites da cidade, caracterizada pela criação de zonas

de consumo, lazer e emprego, fortificando o centro como zona de influência da cidade, sendo cada vez mais abrangente, complexo, plurifuncional e carregado de diversos investimentos

Depois da década dos anos 70 as intervenções urbanas tiveram por objetivo os deslocamentos da população que habitavam os centros. As intervenções, reformas e reabilitações se inscreveram no cenário de processos urbanos e globais mais amplos, que transcenderam suas espacialidades. Isto implicou a expansão do capital em diferentes escalas geográficas, como a expansão da “fronteira urbana” Smith (2012), onde os projetos de renovação se intensificaram apresentando às inovações como a ponta de lança do renascimento urbano contemporâneo, produzindo desta forma uma ideia de modernização social e econômica dos centros urbanos. Os projetos de “renascimento urbano” foram desenvolvidos desde finais o século XX nos Estados Unidos (especialmente Nova York) e Inglaterra

Como foi o caso da “missão urbana” de 1999 estipulada pelo Ministério do Ambiente, Transportes e Regiões do Reino Unido o qual tinha como alvo o “renascimento urbano” da cidade de Londres e que tinha como alguns dos seus princípios “identificar as causas do declínio urbano, propor uma nova visão dum renascimento urbano para os próximos 25 anos, construção de 60% de novas habitações em terrenos regularizados e colocar solução à perda de controle das cidades e conjuntos habitacionais o qual gerou dispersão econômica e polarização social” (SMITH, 2006, p.60).

O renascimento dos espaços urbanos como resultado das intervenções dos agentes públicos e privados a nível mundial incrementou o potencial de renda dos agentes investidores e transformou as dinâmicas econômicas e de classe dos centros urbanos por meio de processos e lógicas de gentrificação. Estas reestruturações urbanas contemporâneas seriam compreendidas a partir de um conjunto de processos que lhe são associados e constituem parte de sua história como, por exemplo, a suburbanização e o surgimento do diferencial de renda “rent gap”, Smith (1979, 2001) que facilita a mobilidade do capital, o que se traduz numa ofensiva das classes burguesas sobre as classes trabalhadoras para tomar posse de um espaço considerado como vital para o desenvolvimento de investimentos econômicos.

O diferencial de Renda –Rent Gap- segundo Smith (1979) consiste em analisar processos de desvalorização (que significam desinvestimentos e perdas para o capital) e os potenciais e futuros reinvestimentos em um lugar específico, neste caso os centros das cidades. Em primeiro lugar acontecem processos de desvalorização histórica, abandono e deterioração do centro por parte das classes abastadas, posteriormente acontecem compras dos prédios, casas e edifícios por parte de empresários que visualizam neles e no cenário deteriorado futuros empreendimentos muito mais lucrativos do que seus usos atuais, para assim finalmente dar início às novas lógicas de reabilitação, reocupação e reutilização dos mesmos. Nesse sentido, a

Gentrificação teria como foco não seus habitantes, senão a produção de capital nas áreas centrais.

A implementação deste tipo de políticas e modos de intervenção virou paradigma e modelo a seguir. Sua lógica partia da premissa de intervir em espaços considerados atrasados e susceptíveis de sofrerem intervenções com um ar de novidade. Para Smith (2012), essas transformações supõem a conquista, tomada de posse e controle dos espaços centrais deprimidos dos centros antigos. A expansão da fronteira urbana evoca os diferentes avanços econômicos, geográficos e históricos da “civilização urbana” num momento específico de desenvolvimento. Ela é expandida por coletividades expressas em grupos de bancos, empresários, o Estado e agentes sociais com potencial de investimento de escala nacional e mundial, Smith (2012). O que procura a expansão da fronteira urbana é a diferenciação interna de espaços, esta é uma tendência que avança impulsionada pelos donos coletivos do capital que fazem pactos e acordos entre eles e com os poderes públicos locais, da mesma forma que podem entrar em concorrências selvagens pela posse de espaços e localizações favoráveis para obter ganâncias.

A gentrificação foi um processo que se propagou por toda a hierarquia das cidades: ela não ocorre somente nas maiores, mas também nos centros mais improváveis, tais como as antigas cidades industriais de Clavelan e Glasgow; em pequenas cidades como Malmo e Grenade; e mesmo nas pequenas cidades comerciais como Lancaster, na Pensilvânia, ou Eské Krumlov na República Checa. Por outro lado, o processo se difundiu geograficamente de Tóquio a Tenerife, de São Paulo a Puebla de México, da Cidade do Cabo às ilhas do Caribe, de Xangai a Seul. (SMITH, 2006, p. 62)

No decorrer da história são vários os exemplos a nível mundial de tendências em gentrificação nos centros antigos das cidades e que envolvem a participação conjunta de investimentos privados e de governos. Smith (2006, p. 80) por exemplo, fala que a tendência à gentrificação foi Europeia e se manteve durante décadas como paradigma de reformas urbanas, especialmente em países que pensaram na “Regeneração urbana” como Inglaterra sob o governo de Tony Blair, Dinamarca em 1997 criou um “Secretariado Nacional para a Regeneração Urbana”, Berlim em 1991 assumiu o período da reconstrução como um momento de Regeneração urbana, Paris em 2000 criou a “Convergência entre a Renovação Urbana e as Políticas de Habitação na Europa”. Cada um destes projetos planejava diferentes dispositivos institucionais e ações governamentais e privadas nas respectivas cidades, inclusive com a capacidade de virar projetos de alcance transnacional, de modo que o que tinham pensado em executar foi uma política pan-europeia em matéria de regeneração urbana, um produto de exportação para ser implementado como modelo nos países do capitalismo periférico, o que posteriormente iria ser tratado e aproveitado desde uma perspectiva turística e cultural. Segundo

Bidou-Zachariassen (2006, p. 52) nestas renovações invoca-se a valorização do patrimônio e da história, assim como se aumenta as projeções para as atividades de turismo, a cultura e o consumo.

Com respeito ao papel do Estado, é importante assinalar que a intensidade e amplitude do processo gentrificador vai depender das múltiplas alianças estabelecidas entre o capital privado e os governos locais, estas são alianças que vão abrir o caminho no cenário do mercado imobiliário e garantir a efetividade das políticas de desenvolvimento urbano Smith (2006, p. 75). O capital financeiro participa com os fluxos de dinheiro que podem provir de diferentes lugares do mundo, ele está à procura de investimentos favoráveis onde possa obter lucro em projetos residenciais, comerciais e a construção de shoppings.

Apesar da difusão dos processos de gentrificação, conforme destacado por Smith (2006), muitos processos de recuperação dos centros latino-americanos não correspondem exatamente com as fases ou características gentrificadoras. Efetivamente, sempre existe um processo inicial de desvalorização e esquecimento de uma zona estratégica como o centro, “Rent Gap” (Smith, 2006), seguido de um mega projeto urbano e posteriormente o despejo e expulsão de população pobre ou pequenos proprietários. Mas no caso das cidades latino-americanas, como vem destacando Carrión (2012), valeria a pena se questionar se efetivamente, após as expulsões as classes abastadas retomaram (ou retomariam) o centro como potencial lugar de moradia e de reabilitação. Quando os processos de deslocamento não estão acompanhados necessariamente da retomada do centro pelas classes abastadas como projeto de habitação, acontecem processos de “Boutiquização” como argumenta F. Carrión (2012), que consiste numa mudança dos usos do solo urbano do residencial por outro que pode ser comercial, empresarial, lojas, artesanato, museus, administrativo ou cultural, que gere renda devido a sua localização estratégica no centro da cidade, quer isto dizer, o aparecimento de diversos empreendimentos e negócios privados.

A Boutiquização baseia-se nas preferências de moradia das classes abastadas, as quais procuram conforto, segurança, limpeza, distinção, condomínios fechados, prédios com estacionamentos ou lugares afastados dos núcleos centrais onde possam disfrutar de lugares perto de ambientes naturais e tranquilos. As condições sociais que se vivem nos atuais tempos neoliberais como aumento de desemprego, trabalhos precários, informalidade, ausência de políticas públicas, falências no funcionamento das instituições sociais, etc. têm repercutido nas reorganizações territoriais da cidade, configurando espaços públicos fragmentados e segregados, tudo isto acompanhado de processos de privatização do espaço onde prevalecem a

manutenção da segurança, a tranquilidade e o afastamento do que se considera ameaça, Caldeira (2000). Estas formas contemporâneas de organização do espaço urbano e dos centros são impulsionadas por lógicas de Gentrificação ou de Boutiquização.

La gentrificaci3n existe parcialmente en algunas centralidades de las ciudades latino-americanas, mientras que en la mayoría de ellas lo que existe es la Butiquizaci3n, en tanto no hay recambio del contenido social de la poblaci3n sino más bien la mutaci3n de la funci3n residencial por otras funciones y usos del suelo acordes con las nuevas realidades de la centralidad: comercio, servicios, administraci3n p3blica y privada. Muchos centros hist3ricos se llenan de restaurantes boutiques, hoteles-boutique, bancos-boutique. CARRI3N (2012, p. 531)

A Boutiquiza3o tem a ver com mudan3a do uso do solo urbano e com o que pode significar para as classes abastadas morar ou n3o no centro. No entanto o que acontece 3 que desde a perspectiva das classes abastadas o centro estaria esvaziado desse potencial de status simb3lico, cultural, de distin3o social ou racial que procuram como op3o territorial para morar. O que se evidencia 3 o uso de outras espacialidades dentro da cidade como projeto de moradia localizadas muitas vezes nas fronteiras da cidade onde podem disfrutar de ambientes naturais, tranquilidade, distin3o, seguran3a particular, lugares fechados e vigil3ncia com sistemas tecnol3gicos.

Os discursos de renova3o, progresso ou desenvolvimento urbano contempor3neo que acompanham as pr3ticas urbanas das gest3es da cidade, indicam rupturas com um passado que ficou “estagnado” e no “atraso” devido aos processos de longa dura3o de desvaloriza3o, abandono e esquecimento institucional. Tais processos de desvaloriza3o remontam-se a meados do s3culo XX com a chegada massiva de migrantes do campo, o que gerou a expans3o da cidade de forma informal e desorganizada devido à aus3ncia de um planejamento estatal, formando um universo marginal nas cidades latino-americanas que pouco a pouco foram construídas pela autogest3o e rela33es de vizinhan3a. Para Quijano (1971) o universo marginal se caracterizou pela instabilidade, irregularidade e debilidade em compara3o com os setores n3o marginais, mas tamb3m por fortes la3os de solidariedade que ir3o se projetar nos bairros que come3avam a ser construídos e habitados. As classes abastadas migraram para outros lugares fronteiraos urbanos consolidando novas espacialidades e fen3menos residenciais planejados dotados de melhores equipamentos urbanos. Tal processo deixou as casas, casar3es e estruturas centrais em abandono, as que posteriormente seriam ocupadas (na maioria dos casos) por uma popula3o pobre e sem moradia, por uma sociedade que segundo Jos3 Luís Romero (1999), vivenciou um 3xodo rural massivo para a cidade e que teve que se adaptar às normas urbanas, estilos de vida e sua funcionalidade. Este abandono e desvaloriza3o fez parte de um processo intencional de “esquecimento p3blico” em mat3ria de aus3ncia de investimento

em infraestrutura, equipamentos básicos, políticas sociais etc. os quais são a condição necessária e uma das primeiras fases das futuras intervenções urbanas nos centros das cidades, isto é um processo de reciclagem de áreas urbanas para aproveitamentos posteriores como a Boutiquização.

Quase todos os centros históricos de América Latina e o Caribe têm experimentado durante os últimos cinquenta anos intensas renovações. Segundo Silvio Mutal (2001), eles têm se caracterizado por ter perdido seu papel de núcleos urbanos centrais, serem projetos que atraem a grupos de capitais imobiliários, são uma oportunidade para o setor privado de gerar investimentos individuais ou parcerias conjuntas com o setor público, as intervenções são feitas com um ar de progresso e renovação econômica e têm o turismo como paradigma de intervenção. Os núcleos urbanos ainda conservam alguns dos seus elementos básicos como edifícios governamentais, bancários, educativos e comerciais, após os processos de reformas aconteceram despejo dos habitantes do centro, marginalização social, déficit de projetos de habitação social e pobreza urbana em algumas das suas áreas.

Como bem se estipulou no “Documento de Lima” no primeiro encontro de Prefeitos e Autoridades Latino-americanas de Cidades dos Centros Históricos em processos dinâmicos de recuperação (Lima, Novembro de 1997), além das respectivas diferenciações nos contextos sociais e culturais dos centros históricos, estes tinham problemáticas comuns como: degradação do patrimônio histórico e urbano, despovoamento, esvaziamento, subemprego e desemprego, alta presença de população em extrema pobreza, imagem urbana negativa, falta de acessibilidade, privatização dos espaços públicos, entre outros, Coulomb (1997, p. 78)

Nos casos específicos da América Latina como bem mencionam Laila Mourad, Nelson Baltrusis (2001; p. 5) “o discurso que prega revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, entre outros encobre de fato, na maioria das intervenções, um processo de higienização social e expulsão da população pobre, ampliando dessa forma as desigualdades sócio espaciais em nossas cidades”. É um processo que evoca, dada suas trajetórias e seu “modo de operação”, o empresariamento do espaço, Albuquerque (2011).

Estas intervenções têm tido como ponto em comum a ausência da participação cidadã nas alianças público privadas. A tendência geral dos governos têm sido a de chamar a participar a empresários, intelectuais, arquitetos, urbanistas, historiadores, jornalistas, os quais se consideram com conhecimento ou possuem o capital para promover e dirigir estes processos. O resultado tem sido a pouca ou nula mobilização dos atores sociais locais, Pradilla (2012). A

participação social tem sido limitada, ou inclusive alguns cenários de participação podem ser simplesmente marketing político por meio de políticas paliativas para favorecer a imagem pública de um governo (local, municipal, estadual) ou do capital imobiliário.

Estes tipos de transformações estão ancorados em discursos do desenvolvimento do espaço e que vêm tomando força desde as últimas décadas do século XX. Estas tendências se encaminham em diferentes linhas de ação as quais aproveitam a história e a cultura do lugar, mais ainda se possuem o status de serem declarados patrimônio artístico e cultural pela Unesco. Estas são lógicas de organização social e espacial, que se inserem em ideias globais civilizatórias, na medida em que se repetem padrões de desenvolvimento capitalista e neoliberal, ancoradas no espírito do que se considera moderno, competitivo, esteticamente apresentável, produtivo e sustentável, nesse sentido tudo o que evoca “decadência e pobreza” não fazem parte da nova cara do espaço.

Durante décadas os bairros centrais foram mantidos em pé pela manutenção das relações de vizinhança que se desenvolviam em muitos casos sob condições de pobreza e carências infra estruturais. Essa diversidade de atores possibilitou que mesmo nas condições precárias os bairros existissem. Estes tipos de panoramas sociais e espaciais são objeto de mudanças desde finais do século XX por meio de programas de reformas urbanas. Tais projetos deslocam para renovar, consolidando assim zonas de investimentos e de negócios em diversas centralidades da América Latina, De Mattos (2010, p. 98), potencializando uma centralidade favorável às atividades terciárias como sedes corporativas, bancárias, financeiras, centros comerciais diversificados e especializados, hotéis e cadeias internacionais, restaurantes etc.

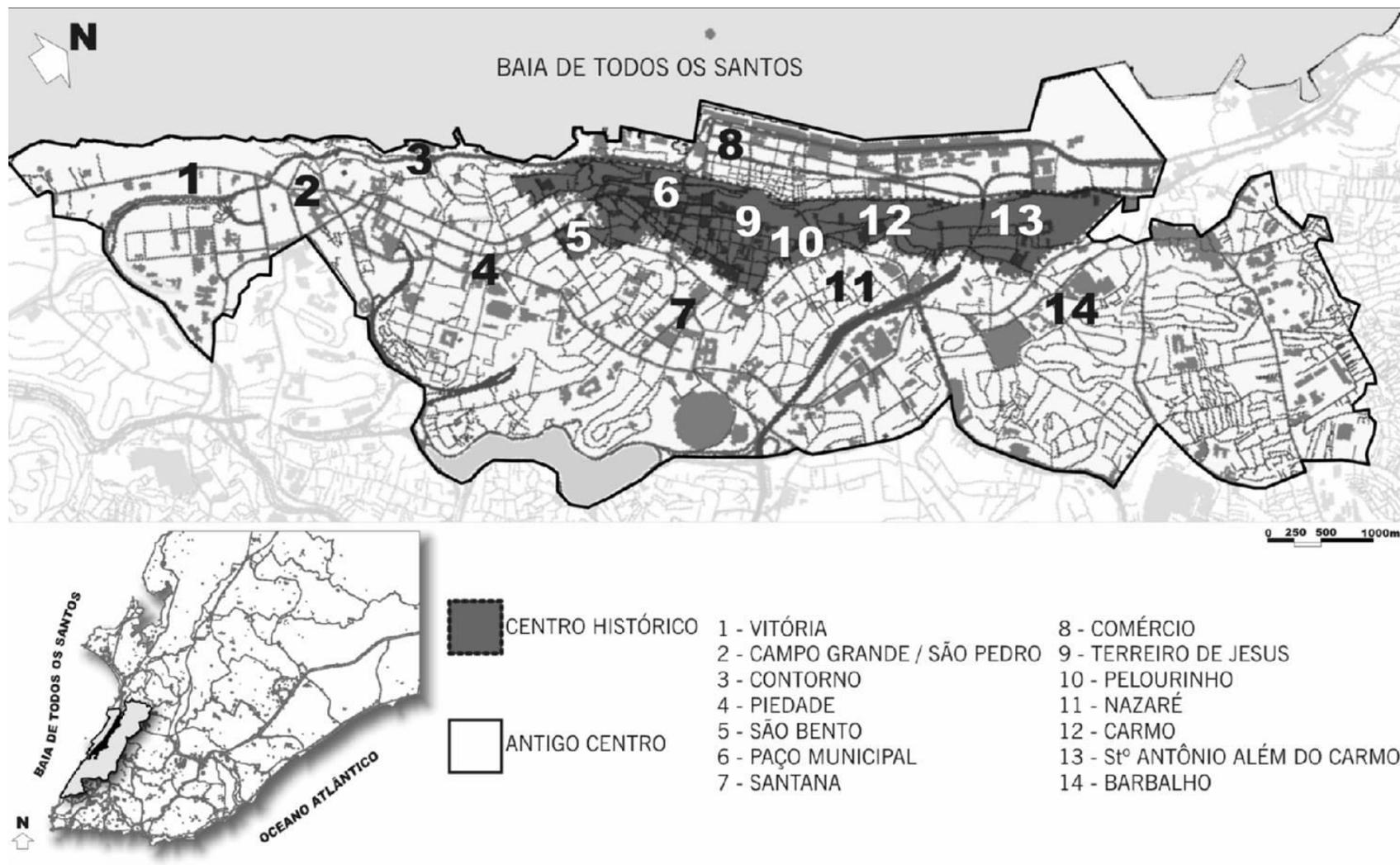
Este conflito pela organização do espaço se expressa não só em termos de propriedade e de quem tem direito a ocupar o espaço urbano, sejam feitos por meio de processos de gentrificação ou boutiquização, senão também nas territorialidades, memórias, sentidos de identidade, pertença, inclusive ancestralidades. Estas dinâmicas que fazem parte da história dos lugares, das histórias e da pluri diversidade (Mignolo, 2014) de grupos humanos urbanos que têm construído e habitado a cidade durante décadas, mas que querem ser negados, entram em conflito com os discursos e práticas de gestão institucional, pelos empreendimentos urbanos de desenvolvimento capitalista, que almejam ressignificar a história do lugar e as suas dinâmicas. Este tipo de discursos, práticas e formas de gestão urbana contemporâneas são os que se projetam nos dois centros históricos aqui analisados.

CAPÍTULO 3. TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR, “PROGRAMA REVITALIZAR” E “PROGRAMA REVIVE”.

3. 1. Centro Antigo e Histórico de Salvador. Um breve contexto

O Centro Antigo de Salvador, segundo a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) é uma área de 7 km², que inclui em sua extensão territorial 11 bairros da capital baiana como Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Santo Antônio e Comércio, além do Centro Histórico. O Centro Histórico de Salvador (CHS) foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1984, e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1985 como Patrimônio da Humanidade. A delimitação do Centro Histórico inicia próximo ao Mosteiro de São Bento e segue até o Forte Santo Antônio Além do Carmo o qual está composto pelos bairros Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodré, trecho da Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Largo de São Francisco, rua da Misericórdia, Conceição da Praia, rua Ajuda e rua Chile, Barroquinha e São Bento, Gottschall, Santana (2006).

Dentro do CHS se encontram os lugares que foram o foco principal deste estudo, os quais compreendem a Ladeira da Conceição (Rua dos Ferreiros), Praça Castro Alves, Rua Chile, Praça Tome de Souza e o Pelourinho. Delimitam-se estes espaços pela extensão e densidade que implicou analisar dois dos programas que recaem atualmente sobre o Centro Antigo e o Centro Histórico de Salvador a saber: o Programa Revitalizar e o Programa Revive



Mapa 1. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei de ordenamento do uso e da ocupação do solo de Salvador. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira, capturado em setembro de 2006. Elaboração UFBA/SEI 2006.

O núcleo histórico de Salvador situava-se entre o Terreiro de Jesus, Largo do Pelourinho e ruas paralelas, que correspondia à área residencial da sede administrativa da Capital do Império Português no Brasil, abrangendo desde a fundação colonial da cidade de Salvador em 1549, por Tomé de Souza, até 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro (Miranda; Dos Santos 2009). Antes da colonização portuguesa esta área era ocupada pelos indígenas Tupinambás e, posteriormente colonizada pelos padres Jesuítas para fundar seu colégio na área hoje denominada como “Terreiro de Jesus”.

A cidade fundada em 1549 é capital do Estado da Bahia, e a mais antiga cidade brasileira. Foi durante três séculos, a aglomeração urbana mais importante e mais populosa do Brasil; o seu porto era o principal do país. No fim do século XVI a cidade contava com 8 mil habitantes. Sua função portuária crescia, ao lado das funções primitivas: administrativa e militar. Essa função portuária adquiria importância à proporção que a cultura da cana se estendia. As estas duas funções se juntam o papel de metrópole regional. Poderíamos dizer que, nesse momento, começa a ter um papel verdadeiramente urbano. É a capital econômica do Recôncavo (SANTOS, 2008, p. 41)

Em meados do século XVII a população urbana de Salvador era de mais ou menos 10 mil habitantes, no fim desse século era de 20 mil. No meio do século XVIII, contavam-se 40 mil. Assim, a população urbana dobrava de 50 em 50 anos. Durante o século XVIII aparece a descoberta de ouro nas terras altas da Chapada Diamantina, o que teve como consequência que Salvador se beneficia-se do tráfego de gado e de ouro. Segundo Milton Santos (2008. p. 42) “É o início de uma organização do espaço em que Salvador se afiança como praça comercial que abastecia uma vasta região do Estado do Piauí até Minas Gerais, e de outro, como porto de exportação não somente para o açúcar e fumo assim como para o ouro”. Segundo referências encontradas:

No desenvolvimento do século XVIII o Pelourinho foi o espaço que evidenciou o desenvolvimento econômico como consequência da descoberta de ouro e pedras preciosas, além do comércio de açúcar produzido pelos engenhos do Recôncavo. Salvador foi a capital do império, o que fez dela o centro do comércio do Atlântico Sul e centro administrativo, daí que muitas das estruturas do Pelourinho evidenciem o rastro de uma época e sua respectiva arquitetura composta por “suntuosos casarões, ricas igrejas, grandes conventos e edifícios públicos palacianos” (MIRANDA, DOS SANTOS. 2009, Pag. 12).

Os imóveis que compõem a arquitetura do Pelourinho datam dos séculos XVII, XVIII e XIX e sua consolidação, ao igual que a fundação da cidade, teve como base de organização espacial uma divisão entre “Cidade Baixa” e “Cidade Alta”, que resultou de antiga estratégia

de defesa militar do império português diante de possíveis invasões às suas Colônias. Segundo Santos (2008) no seu estudo sobre o centro da cidade de Salvador, a especialização histórica das funções da cidade foi dada por:

Uma Cidade Baixa, próxima ao porto, construída em proporção do desenvolvimento do papel portuário e comercial da cidade, e onde se abriga o comércio grossista e “de papeis”; uma Cidade Alta, onde vive a quase totalidade da população e cujo centro dispõe de maior parte do comércio do retalho. (SANTOS, 2008, p. 31).

Em termos gerais, segundo Santos (2008, p. 94) a importância do centro para a cidade de Salvador consistia em dois aspectos: a concentração antiga e cada vez mais acentuada dos recursos financeiros, técnicos e sociais da região na capital do Estado, e a acumulação das funções urbanas nos distritos centrais da cidade. Pelo fato da cidade ter sido centro administrativo, religioso, porto e forte militar, isso incidiu na composição social do seu centro residencial, pois nele moravam prósperos comerciantes, ocupantes de altos cargos da hierarquia eclesiástica, senhores de engenho, classes abastadas, autoridades graduadas e detentores de postos administrativos e políticos da sociedade escravista e colonial.

No século XIX a cidade vai se expandindo devido ao crescimento econômico e a concentração das atividades na cidade baixa. Com a expansão da cidade a migração da população que habitava o que conhecemos hoje em dia como o centro histórico vai ocupando áreas como Campo Grande, Canela, Politeama, Graça e Corredor da vitória (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, p. 13).

Nas primeiras décadas do século XX o CHS especialmente o núcleo do bairro o Pelourinho foi ocupado por diversas atividades comerciais. Este tipo de ocupação utilizou a parte baixa das casas, especialmente os andares térreos, para a instalação de atividades comerciais e artesanais. Predominavam ocupações do espaço com habitações pluri domiciliares, os que abrigavam muitas pessoas e famílias em pequenos espaços dos casarões que careciam de rede de esgoto e condições sanitárias adequadas. Durante a primeira metade do século XX as epidemias de cólera e febre amarela atingiram os moradores da área, já neste tempo segundo Santos (2008, p. 171) era possível evidenciar o quadro de “degradação” do bairro em termos de infraestrutura, lotação, sem condições higiênicas e um quadro geral de pobreza.

Na metade do século XX o centro histórico viveu um processo de abandono e migração da classe alta para o sul da cidade para bairros como Graça, Canela, Barra, Vitória e Campo Grande. Os espaços abandonados foram sendo ocupados a partir da década de 1940 por uma população de baixa renda da própria cidade, assim como outros grupos populacionais provenientes do Recôncavo e do Sertão. Os casarões se transformaram em cortiços, residindo

neles famílias de baixa renda, pequenos comerciantes, prostitutas, trabalhadores (as), e ambulantes. Entre os “eventos” que permitiram o esvaziamento do bairro, destacam-se também os incêndios que afetavam tanto a famílias residentes e as edificações antigas. Esta paisagem urbana tornou-se o argumento perfeito para fazer com que desde a década do 60 se pensasse em um processo de recuperação da zona. Gottschall, Santana (2006).

A degradação que sofreu o centro histórico de Salvador na metade do século XX, segundo alguns autores como Eduardo A.C. Nobre (2003), Paula Marques e Wilson Ribeiro (2009) Luciete B. Miranda/ Aparecida S.C. Dos Santos (2009), estava associada a um conjunto de processos sócio espaciais: o primeiro estava relacionado ao traslado e transferência das sedes administrativas e instituições econômicas da cidade para outras áreas como o Centro Administrativo na década dos anos 70, assim como o traslado de muitas instituições que cumpriam um papel importante na densificação e diversificação dos usos do lugar:

Saiu a faculdade de Medicina, saiu o Instituto Médico Legal, saiu a sede do INCRA, saiu a academia da Bahia. Fecharam o Cine Santo Antônio, fecharam o Cine Popular, desativaram o Plano Inclinado do Pilar, desativaram o Elevador do Tabuão, houve um incêndio no Liceu de Artes e Ofícios, tiraram a administração do município, tiraram a administração do Estado. Também saiu o BANEBA, a Caixa Econômica entre outros (ALBUQUERQUE, 2011, p. 142)

O segundo processo remete ao que se entende por “degradação da área”, segundo Albuquerque (2011) uma denominação que faz referência à deterioração do lugar devido também ao surgimento de outras centralidades em outras partes da cidade. Isto permitiu a “popularização do comércio central” e com isso a chegada de uma ampla população pobre que fixou suas residências no Centro Histórico de Salvador. Paralelo a estes processos locais de esvaziamento, deterioração e desvalorização sócio espacial, a nível continental a OEA em 1967 ditou as bases para que o patrimônio cultural Latino-americano adquirisse sua valorização e recuperação em função da atividade econômica do turismo, Azevedo (2001, p. 282). Nas décadas do 70 e 80 segundo Gottschall, Santana (2006) ocorreram migrações impulsadas pelas oportunidades industriais ocorridas na região metropolitana: exploração e transformação do petróleo, no Recôncavo Norte, depois a implantação do CIA (Centro Industrial de Aratú) em Simões Filho e o polo Petroquímico em Camaçari, o qual também impactou as dinâmicas do centro da cidade. Para Bonduki (2010) essa fase correspondeu ao momento em que os centros tradicionais das cidades mais dinâmicas perderam sua atratividade econômica e imobiliária, em decorrência da abertura de novas centralidades, possibilitadas pela implantação de uma infraestrutura viária voltada para o automóvel.

Concomitantemente à nova etapa vivida pela economia baiana, impulsionada pela exploração do petróleo e pela criação do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico, as obras de infraestrutura viária mudaram por completo o padrão de deslocamento de veículos e pessoas – sobretudo de renda média e alta – em Salvador, viabilizando a criação, em áreas mais distantes, de polos de negócios e bairros de elite. De forma deliberada, a administração estadual transferiu a sede dos órgãos públicos para a área de expansão urbana, contribuindo concretamente para a dinâmica imobiliária, impulsionada pelo setor privado. A simbiose entre o setor público e o privado foi visível. Obras implementadas pelo estado, como a ampliação da infraestrutura e a implantação do Centro Administrativo na Avenida Paralela, combinaram-se com investimentos de mercado, como a centralidade em torno do *shopping* Iguatemi e a concentração de empreendimentos imobiliários destinados à população de média e alta renda em bairros como Pituba. (BONDUKI, 2010, p. 312)

Salvador começa a expandir suas fronteiras e periferias, assim como a configurar processos urbanos desiguais e segregados, que desde a perspectiva de Moreira de Carvalho e Corso Pereira (2014, p. 57) estabeleceram-se três vetores de expansão diferenciados: a Orla Marítima Norte, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário, no Litoral da Bahia de Todos os Santos. Estes processos urbanos recaíram nas dinâmicas locais do CHS, foi surgindo assim um discurso da necessidade de Revitalização, Renovação e Recuperação do CHS acorde com as dinâmicas da cidade. Para Antônio Lima (1994, p. 110) o projeto de intervenção no centro histórico foi um discurso do governo do Estado e Municipal que era possível enxergar desde finais dos anos 60 e começo dos 70. Este discurso tinha como linha de atuação desenvolver alguns lugares de Salvador em seu “potencial turístico e tempo de lazer” especialmente o Pelourinho e a Orla como lugares susceptíveis de importantes investimentos.

No ano de 1966 chega uma delegação da UNESCO para realizar estudos na área e projetar o processo de restauração do Pelourinho. Partindo do relatório e estudos feitos pela UNESCO, a prefeitura de Salvador decide criar a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural IPAC, encarregada de preservar e restaurar o patrimônio do Centro Histórico de Salvador (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, pág. 14.).

A delegação da UNESCO chegou no momento em que, segundo as instituições encarregadas da Intervenção (Governo do Estado da Bahia), o Pelourinho e o Centro Histórico se encontravam em um elevado estado de decadência, especialmente nas décadas dos anos 70 e 80. O IPAC partiu de um levantamento das condições econômicas e sociais do Pelourinho para iniciar as intervenções e preservação de algumas áreas citando a “preocupação de manter os habitantes da área nos imóveis”. Para Miranda; Dos Santos (2000, p. 18) antes da década dos anos 90 uma das preocupações da restauração do CHS e especialmente do Pelourinho consistia em manter a população local nos imóveis, mas os tipos de iniciativas empreendidas para reverter este processo não deram muitos resultados positivos nesse sentido. Em dezembro de 1985 o CHS foi declarado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, passando a ser

visto como uma área com potenciais de investimentos e intervenções governamentais o que abriu possibilidades de desenhar o posterior programa de intervenção, Braga; Ribeiro dos Santos (2009; p. 24).

A década do 90 foi decisiva para o início do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Em 1991, segundo os estudos realizados por Braga; Dos Santos (2009) os objetivos eram: “desenhar ações interativas voltadas para a recuperação de bens imóveis de caráter arquitetônico/urbanístico e para o desenvolvimento sociocultural da população residente no local, capacitando, assim o Centro Histórico de Salvador como gerador de benefícios”. Por meio deste projeto, o Centro Histórico de Salvador adquiria forma e estruturação nos seus objetivos de intervenção.

É na década de 1990 que começaria a intervenção maciça no CHS. Em 1991, no governo de Antônio Carlos Magalhães, o sociólogo Luciano Diniz Borges e a arquiteta Maria Adriana Almeida Couto de Castro elaboraram o Termo de Referência que orientou a operacionalização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, efetuado pelo Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (IPAC) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER). Os objetivos do programa foram: a recuperação e restauração, a sua manutenção de forma contínua e o "desenvolvimento do potencial produtivo da área (MONTROYA, 2000, p. 4)

Com este tipo de iniciativas se abriu espaço aos processos de “enobrecimento” e a criação de diversos empreendimentos, os quais para Braga e Ribeiro (2009), significaram a expulsão da população pobre/moradora e a mudança das atividades econômicas, trazendo consigo transformações sócio espaciais voltadas, principalmente, para o consumo cultural, manutenção, conservação de prédios e a “revitalização” de um espaço que se inseriu nas dinâmicas internacionais no contexto da globalização. Segundo Nobre (2010, p. 164) de 3200 pessoas que habitavam e que eram residentes no Maciel/Pelourinho no ano de 1992, “cerca de 2706 (85%) foram despejadas nas primeiras etapas de intervenção e os outros 15% permaneceram temporariamente até a conclusão de outras etapas, sendo expulsos à medida que a reforma avançava”. Segundo a autora, o tipo de função que tinha a propriedade no Pelourinho nos anos de 1992/93 era majoritariamente residencial e em menor porcentagem de serviços e comercial, já no ano de 1995 esse tipo de função diminui notavelmente até chegar a um 3% em comparação de 15% nos anos 92/93, Nobre (2010, p. 174). Depois da intervenção aconteceu uma conversão na funcionalidade da propriedade, segundo informe do IPAC do Levantamento do Solo de 1995:

“Ocorreu um processo de consolidação de uma rede ampla e diversificada de empresas ligadas aos setores de comércio e dos serviços, no desempenho de atividades consideradas turísticas importantes para o desenvolvimento econômico do Centro Histórico da cidade de Salvador”.

A década dos anos 90 marcou a tendência do “turismo globalizado”, o qual se posicionou como forma de aproveitamento econômico da indústria cultural nas cidades Latino-americanas, as que empreenderam projetos urbanos apoiados por organismos internacionais e da qual o CHS fez parte, Azevedo (2001), Nobre (2010). Este tipo de transformações apoiadas e gestadas tanto por esferas públicas e privadas visaram a valorização do patrimônio, transformaram os Centros Históricos em territórios rentáveis para a acumulação de capital mediante sua conversão em objetos de “turismo cultural” internacional, nacional o local, Pradilla (2012, p. 31)

Um dos aspectos importantes a ressaltar do centro histórico de Salvador é a sua composição étnica, especialmente no concernente a população de origem afro-brasileira. A área sempre foi um dos focos, cenários e espaços históricos da cultura afro de Salvador, outorgando-lhe diversas características identitárias, aspectos simbólicos, sociais e étnicos que fazem parte das dinâmicas culturais do CHS. Dentro deles segundo Marco Aurélio e Ana Fernandes (1994; 54), destacam-se alguns grupos como o Ylê-Ayê nos anos 70, Filhos de Gandhi criado desde os anos 50, Olodum criado em 1979, Araketu 80, e o grupo Muzenza da década dos anos 81, os que mesmo não tendo origem dentro do CHS, têm contribuído com a consolidação cultural afro-brasileira do Centro Histórico. Estas características sócio étnicas da história social da cidade, teve e ainda têm muita influência na divulgação do Pelourinho como atrativo cultural, sendo esta ideia aproveitada como um produto econômico e cultural a ser explorado e vendido, tanto por prefeituras, governos do Estado e capitais privados. Essa incorporação da questão cultural Afro no *marketing* da operação de Renovação e Revitalização não significou, entretanto, a permanência da população moradora local, a qual era um tecido social que outorgava consistência e autenticidade ao Pelourinho, criando um território rico e denso em cultura, embora marcado pela pobreza, marginalidade e deterioração física dos espaços, mas mesmo nessas condições difíceis e de precariedade, os casarões eram mantidos como lugar de moradia pelos moradores e nesse cenário foram construídas relações de territorialidade. Bonduki (2010, p. 331)

Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

O programa de intervenção deu início durante a gestão do governador Antônio Carlos Magalhães (1991), o projeto foi apoiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Programa Monumenta, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Plano Diretor para revitalização do Centro Histórico de

Salvador foi executado pela Secretaria de Cultura, através do IPAC, e os recursos para as intervenções foram provenientes do Tesouro do Estado da Bahia, DESENBANCO e Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, através dos recursos provenientes do Fundo do Desenvolvimento Social e Econômico FUNDESE, Díaz (2014)

O governo estadual procedeu a diferentes formas de negociação que levariam à venda do imóvel, já com a população residente, foram adotadas as medidas de desapropriação e pagamento de indenização (Braga; Dos Santos, 2009; p. 25). O deslocamento da população permitiu convertê-lo em um espaço de consumo cultural atraindo uma nova população que usufruísse o espaço renovado. Alguns dos espaços renovados e reformados foram: a Casa Jorge Amado, Museu Afro-Brasileiro, Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, Museu da Cidade, Associação das Bahianas do Acarajé, Casa de Angola na Bahia, Teatro Pelourinho e Praças Públicas destinadas a eventos culturais como a Pedro Arcanjo, Teresa Batista e Quincas Berro D'Água. A metodologia de intervenção foi realizada por quarteirões, segundo documento do IPAC (1995).

Para dar início ao processo de revitalização, o Pelourinho foi dividido em 4 áreas para dar mais operacionalidade ao projeto. Estas áreas eram: Subárea A01, área da Rua Aristides Milton (Barroquinha)/Praça da Sé/ Castro Alves. Subárea A02, situada entre a Misericórdia/ Praça da Sé/ Rua Saldanha da Gama. Subárea B03: Compreendendo o Terreiro de Jesus/Pelourinho/Maciel. Subárea C04 Composta pelo Passo/Carmo/Taboão. (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, p. 52).

Este processo foi feito em sete etapas ocorridas desde 1991. Considerando os estudos feitos por Braga (2009), Ferreira (2010), Sant'Anna (2004) podem ser resumidas da seguinte maneira:

- Primeira etapa:** Concluída em março de 1993, abrangia uma área de 33.053 m², foram recuperados 89 imóveis e quatro quarteirões, 399 famílias receberam indenizações e 26 fizeram opção pela relocação nos imóveis.
- Segunda etapa:** Concluída em novembro de 1993, atingiu uma área de 11.088 m² de construção, abrangendo 47 imóveis e dois quarteirões. Foram indenizadas nesta etapa 176 moradores, 16 famílias foram relocadas e 19 microempresas tiveram compensações para mudar.
- Terceira etapa:** Concluída em março de 1994, abrangia 58 imóveis e 3 quarteirões, correspondendo a uma área de 12.476.00 m². Saíram da área 374 famílias e 58 pequenos negócios receberam indenização.

- **Quarta etapa:** Concluída em Dezembro de 1994, abrangia uma área construída de 47.525.00 m², segundo documento do IPAC (1996) instalaram-se joalheiras, lojas de pedrarias, recuperação de museus, igrejas, delegacia de proteção ao turista, entidades e instituições.
- **Quinta etapa,** a intervenção se deu na Praça da Sé e se iniciou um caminho de promoção de eventos culturais no espaço restaurado, dirigido a um público de mais alta renda, cujo projeto ficou integrado ao PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste).
- **Sexta etapa,** Criou-se o 18º. Batalhão da Polícia Militar para agir através do “policimento ostensivo” e o BID passou a inserir em seu controle os mecanismos de gestão dos projetos do PRODETUR. (IPAC 1997, p. 18).

Em 1995 consolidou-se o Espaço Cultural e Centro de Vivência “Pelourinho Dia & Noite”, (IPAC, 1996), coordenado pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia e implantado pelo IPAC. Outros momentos e cenários da renovação do Centro Histórico foram dados pela implementação do Programa “Rememorar” -Programa Habitacional do Centro Histórico de Salvador- financiado pela Caixa Econômica Federal, para restauração desde o ano de 1997 de casarões arruinados para uso habitacional. No documento oficial publicado em 1997 pelo IPAC, intitulado “Reabilitação Urbana de Centros Históricos da Secretaria da cultura e turismo”, se estabeleceu o “Universo de intervenção do Pelourinho” que estipulou “a implantação de infraestrutura em rede de água, contra incêndio, esgotamento sanitário, telefone e energia elétrica, transferência da população residente mediante relocação ou acordo com pagamento de indenização” (IPAC, 1997, p. 20)

Segundo Gottschal e Santana (2006, p. 92) a falta de um aparato institucional adequado de gestão impediu um bom funcionamento e crescimento harmônico do Pelourinho renovado, gerando poucos incentivos de investimento para os empresários. Diante deste panorama os empresários e comerciantes assinalaram um documento elaborado em 26 de março de 2001 intitulado “Carta do Pêlo”. Muitos dos empreendimentos feitos nestes anos foram dirigidos à população de renda média e média alta. Na última fase do projeto conhecida como a “Sétima Etapa” (Ferreira, 2010, p. 188) se combinou duas funções que o projeto de renovação não conseguiu equilibrar: Comercio e Moradia, caracterizando uma nova iniciativa que fez parte do projeto “Monumenta Habite”, entendendo que quem devia conservar os espaços eram os próprios moradores, mas visou atender aos moradores da classe média e empresários que podiam participar dos planos de financiamento.

As ideias que norteiam o programa de Monumenta consistiam em afirmar que a ação do Estado não é suficiente para conservar os bens culturais sendo por tanto essencial o aporte de investimentos privados e a mobilização da sociedade civil. Este programa construiu um modelo de intervenção baseado na sustentabilidade, ele põe em relevo

o extremo “despreparo do Estado brasileiro para lidar com a complexa questão da preservação e dinamização de áreas urbanas (SANTANNA, 2004, p. 258)

Esta fase caracterizou-se por uma nova crise, a classe média que visava ser a potencial consumidora deixou de frequentar o lugar, aconteceu o fechamento de várias lojas e muitos empresários foram ameaçados de despejo, o que diminuiu o número de investimentos e, portanto, o consumo econômico e cultural na área. Em termos gerais e considerando os contextos políticos que influíram nestes tempos sobre os destinos e intervenções feitas no CHS, pode-se assinalar que em 2000

O Congresso Nacional aprovou uma emenda ao artigo 6º da Constituição Federal que introduziu a habitação como um dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro de 1995 até dezembro de 2002) sancionou o Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso que envolveu todos os segmentos ligados à questão urbana. Por outro lado, a vitória da oposição em nível federal e a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, (janeiro 2003 até dezembro 2010) reduziram ainda mais a situação confortável em que o governo do estado se mantivera durante décadas para impor sua linha de atuação. O governo federal, através do Programa Monumenta e do Ministério das Cidades, atuou, de acordo com sua linha programática, buscando uma solução que garantisse o direito dos moradores a permanecer na área. (BONDUKI 2010, p. 342)

Em julho de 2002 nasce a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH, tendo como principal bandeira de luta a permanência dos moradores na área da 7.ª Etapa de Revitalização do CHS, (Nazem, Baltrusis, 2011). Também aconteceu a remoção da comunidade da Rocinha no interior do Pelourinho. Em consequência, ocorreu um conjunto de reuniões e visitas por parte da Relatoria dos Direitos Humanos para Moradia no ano de 2004, para dar conta da situação da população, evidenciando-se que em todas as etapas de intervenção existiram violações aos direitos dos moradores³.

Ocorreram intensas lutas entre moradores e o governo do Estado que culminaram com a assinatura de um compromisso denominado “Termo de Ajuste da Conduta” que tinha como objetivo a permanência das famílias dos moradores na área em 2005 e pode ser considerado como uma importante referência na luta contra a expulsão da população dos centros históricos, (Nazem, 2011, p. 341). Este Termo foi a garantia da permanência de 103 famílias na área dentro do processo da 7ma etapa, assim mesmo como a conformação de instancias participativas da

³ Violação do Direito à Moradia Adequada (art. 6º, da Constituição Federal); Violação do Direito à Gestão Democrática da Cidade (art. 2º, inc. II, da Lei Federal nº 10.257/01); Violação do Direito à Identidade e Manifestação Cultural (artigos 215 e 216, da Constituição Federal) e a Não-discriminação (art. 3º, inc. IV, da Constituição Federal); Violação do Direito ao Trabalho (art. 1º, inc. IV; e art. 170, incisos VII e VIII, da Constituição Federal).

comunidade diante o desenvolvimento do processo de intervenção, (Nazem, Baltrusis, 2011). O TAC apoiava-se na criação de um Comitê Gestor, o que mostrava que o Ministério Público do Estado estava atento às formas de democracia participativa, composto por entidades representantes da Sociedade Civil que incluíam além da AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico), o Centro de Estudos Sociais, a Universidade Estadual de Feira de Santana e a Cooperação para o Desenvolvimento da Moradia Humana (CDM).

O governo da Bahia, sob a administração de Antônio Carlos Magalhães, comandou uma ação típica das grandes obras realizadas pelos estados autoritários: centralização das decisões, grande volume de investimentos, projetos e obras realizados num pequeno espaço de tempo, **marketing político** massacrante, apoio ou omissão dos formadores de opinião e desarticulação das poucas vozes que se opunham (BONDUKI, 2010, p. 332).

Segundo Hita (2018, p. 40) “Após 12 anos desse TAC, apenas 70% das famílias foram relocadas em casarões, em péssimas condições de habitação, segundo perícia realizada pela AMACH por peritos da Faculdade de Arquitetura da UFBA em 2017”. A prefeitura de Joao Henrique Carneiro (PDT – PMDB) (2005-2012) mostrou ser uma colaboradora efetiva do setor privado que atuava nesse processo de desenvolvimento urbano, “flexibilizou a aplicação da regulamentação de construção e de controle ambiental, modificando a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS) a tal ponto que ficou mais fácil para capitalistas imobiliários explorarem localizações mais privilegiadas, antes protegidos por essas leis” Hita (2018, p. 41).

Porém, após 5 anos da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, somente 5 imóveis foram concluídos do Programa de Habitação de Interesse Social, abrigando apenas 21 famílias. Nenhum equipamento de apoio a função residencial foi implantado. Além disso, a opção política do governo do estado em atender exclusivamente os servidores estaduais, foi muito limitada, fechando quaisquer possibilidades de incorporar a diversidade social de forma mais ampla” (NAZEM, BALTRUSIS 2011, Pág. 16)



Mapa 2 . Etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, Conder (1995)

No ano de 2010 foi proposta O Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Salvador para ser implementado até 2014. Este plano que devia ser realizado conjuntamente entre ONGs, iniciativa privada, organismos estaduais e moradores, visou a consolidação de “câmaras temáticas” para participar, deliberar e tomar decisões sobre o processo de reabilitação, SOUZA (2011). Este Plano apesar de acolher demandas dos movimentos e admitir equívocos anteriores, valorizou o elemento cultural, a população residente e a moradia, também adotou características de gestão empresarial. Segundo Nazem, Rebouças, Puglies (2017) assinalam que durante esta intervenção deu-se prioridade a investimentos que visavam a valorização do centro histórico enquanto espaço atrativo para o mercado, porém em detrimento das demandas históricas dos movimentos sociais como o direito à moradia para a população de baixa renda. Nos anos de 2011, autores como Albuquerque (2011, p.232) definiram o estado do processo de intervenção do Pelourinho como de “desertificação social”, o qual significou que ocorreu um esvaziamento da área diretamente influenciada pela especulação imobiliária. Na segunda década do século XXI apareceram Programas de incentivos fiscais, um deles em 2016 feito pela prefeitura de Salvador no Centro Antigo denominado Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovador PIDI da Vila Cultural da Barroquinha, assim como o Programa Revitalizar aprovado em Abril de 2017.

3.2. Reformas e Gestões públicas privadas contemporâneas no CHS: Os Programa Revitalizar e Revive.

A continuação se apresenta algumas características gerais dos projetos Revitalizar e Revive, colocando especial atenção nas lógicas das alianças, redes, relações e ações urbanas que foram construídas entre as instituições públicas, os agentes privados investidores, as instituições nacionais e internacionais de gestão e financiamento. A análise das formas e tipos de gestão e as redes sócio institucionais possibilitou identificar conflitos e tensões que vêm se produzindo sobre diversos aspectos como por exemplo, os usos e contra usos do espaço central pelos diversos agentes envolvidos, a consolidação de um centro histórico com um viés turístico patrimonial, cultural, moderno, residencial e administrativo, assim com a forma como estes programas possibilitaram a existência ou não de espaços de participação para outros setores da sociedade como a população moradora.

3.3. O Programa Revitalizar e suas diretrizes para o Centro Histórico de Salvador.

O Programa Revitalizar chamado “Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação dos Imóveis do Centro Antigo de Salvador”, faz parte do 4to eixo do programa “Salvador 360 graus” e tem como foco o Centro Antigo e Histórico da cidade de Salvador. Este programa se instituiu com a Lei nº 9.215, de 19 de maio de 2017, é feito em cooperação com a UNESCO para desenvolver estudos técnicos para a elaboração de planos urbanísticos de mobilidade e habitação, regulamentação da Área de Proteção Cultural e Paisagística que delimitam o centro antigo de Salvador e as sete Zonas Especiais de Interesse Social. A área que abrange o projeto corresponde a uma região de proteção cultural e paisagística, que é estabelecida pela Lei 3.289, de 21 de setembro de 1983⁴ e o conjunto arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Este projeto é uma ação da Diretoria da Gestão do Centro Histórico, que é uma instância da Secretaria de Cultura no Município. Os recursos econômicos do Revitalizar provêm de diversas fontes, por parte do Município, de empréstimos do Banco de Desenvolvimento para América Latina (CAF) e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) por meio do financiamento do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)⁵ e da Caixa Econômica Federal. Estimava-se que a iniciativa privada investisse cerca de R\$500 milhões no Centro Antigo até 2020 segundo as previsões iniciais da Secretaria de Turismo e da Prefeitura de Salvador.

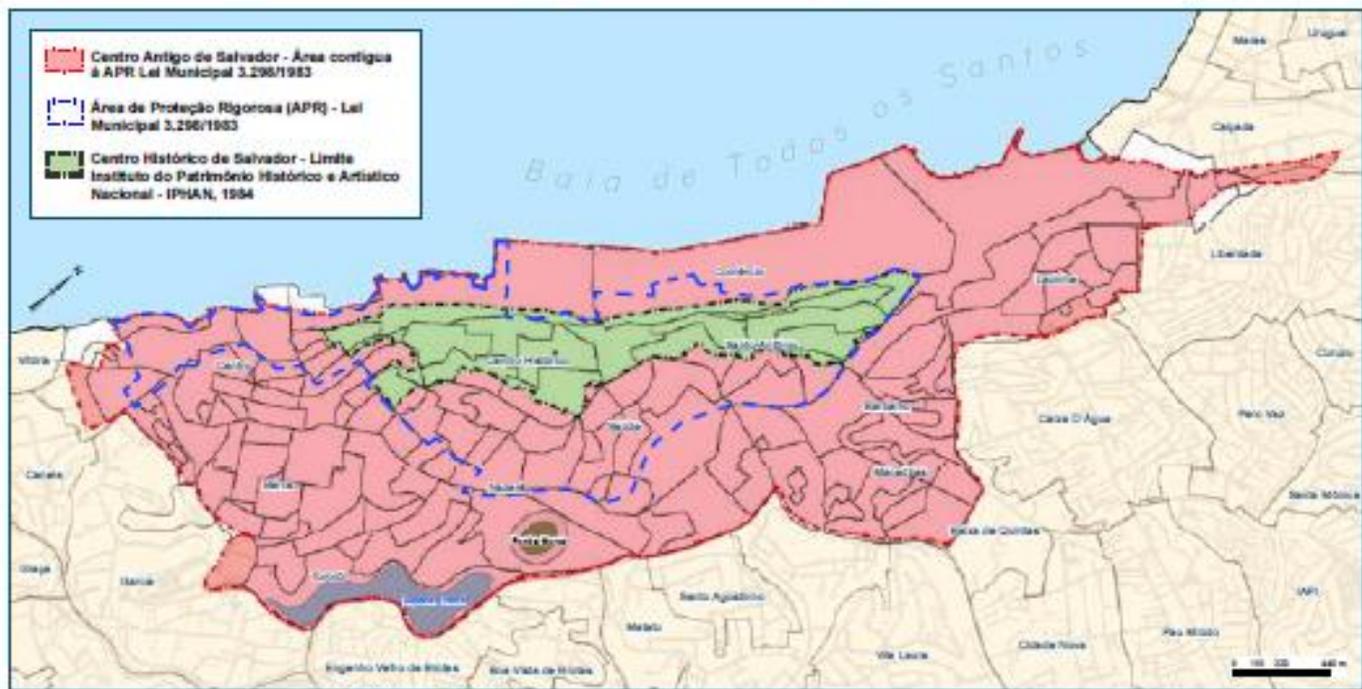
⁴ Após TJ questionar projeto para Centro Antigo de Salvador, lei entra em vigor, diz presidente da Câmara. Bahia. Globo G1. 24/05/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/apos-tj-questionar-projeto-para-centro-antigo-de-salvador-lei-entra-em-vigor-diz-presidente-da-camara.ghtml>

⁵ Revitalização do Centro Antigo terá investimento de R\$ 200 milhões. Salvador. A Tarde. 21-08-2017. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1888037-revitalizacao-do-centro-antigo-tera-investimento-de-r-200-milhoes>.



SALVADOR

População:
2.675.656 habitantes
Área:
693,28 km²
Densidade:
3.859,35 hab./km²



CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

População:
77.721 habitantes
Área:
645,96 Ha ou 6,45 km²
Densidade:
12049,77 hab./km²

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

População:
5.985 habitantes
Área:
78,28 Ha ou 0,78 km²
Densidade:
7673,07 hab./km²

Mapa 3. sobre Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador.

O programa estipula fazer várias intervenções dentro do núcleo do Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador tendo como focos principais a integração viária, o melhoramento de fluxos, a projeção de habitação social para servidores públicos, viabilidade dos investimentos do capital imobiliário, criação de equipamentos culturais, recuperação do centro como sede administrativa e um centro modernizado de acordo com o viés turístico, o qual estaria acompanhado de fortes propagandas de marketing urbano. Estes aspectos transversais da política de intervenção do Programa Revitalizar, que estão estipulados junto com o Programa Salvador 360⁶ foram resumidos e explicitados no discurso oficial da Prefeitura municipal nos seguintes pontos⁷:

1. Requalificação da Avenida Sete de Setembro⁸, desde a Praça da Aclamação até a Praça Castro Alves (um quilometro e meio de obras) priorizando o pedestre para a ampliação dos passeios, a implantação de parklets para descanso, nova rede de energia elétrica, drenagem, fiação subterrânea da rede telefônica, ampliação de espaços para o comercio de rua e dos pedestres.



Foto 1 Obras Avenida Sete 2019

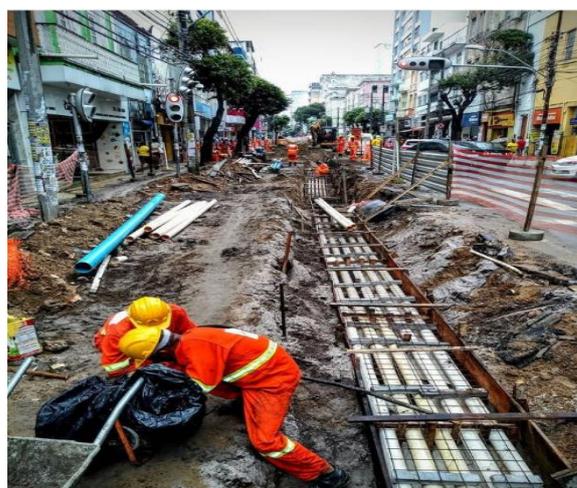


Foto 2. Obras Avenida sete de setembro. 2019

⁶ Salvador 360 graus Centro Histórico. Prefeitura de Salvador. 22 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B6QIGvCSPXc&list=PLQhJoCRdN7-XFWog7x-heFwRwlu4YZIhn&index=7&t=0s>

⁷ Alguns dos pontos assinalados foram complementados com fotografias tiradas em diversas observações de campo desde o ano de 2016 até o segundo semestre de 2021 em tempos da Pandemia do Novo Corona Vírus. Neles se explicitam os pontos principais, obras entregues e algumas que ainda não foram entregas.

⁸ As Avenidas Joana Angélica e Sete de Setembro, são tradicionalmente voltadas ao comércio e à prestação de serviços, seu dinamismo se sustenta basicamente pelo consumo em grande escala do público de classe média, classe média baixa e baixa. Lojas de confecções, artigos populares, moda feminina e masculina, eletrodomésticos, cosméticos, produtos e acessórios para residência, sapatarias, livrarias, papelarias, escolas, bibliotecas e escritórios de serviços especializados o fluxo de pessoas na região em horários vespertinos.



Fotos 3 e 4. Obras entregues para facilitar o acesso e a organização do espaço público. Fotos tiradas em 2020

2. Restauração do antigo hotel Castro Alves e de casarões históricos da Barroquinha para a implantação da nova sede da Fundação Gregório de Mattos⁹ e do Café Teatro da Barroquinha. Mudanças na Praça Cairú (localizada no comercio na Cidade Baixa), instauração do Museu da História de Salvador e Arquivo Público anexo ao futuro Arquivo Público Municipal. Construção do Museu da Música Brasileira (ambas obras já foram culminadas em setembro de 2021)¹⁰.
3. Centralização Administrativa Municipal, a Prefeitura pretendia levar até 2020 mais do 80% dos servidores públicos municipais para atuar no Comercio no Centro Antigo, ocupando imóveis vazios para projetar o centro como uma área economicamente relevante da cidade, esta iniciativa se desenvolverá em parceria com o setor privado¹¹, porem este objetivo institucional ainda não foi executado no que vai do decorrer do ano 2022. Este programa de habitação segundo o Plano do Governo 2021-2024 “visa projetos de habitação popular e de interesse social promovendo-se o Mix adequado para o retorno da atratividade do Centro Histórico como lugar de moradia regularizando as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Centro Histórico as quais serão reestruturadas e regularizadas”. Os projetos de habitação para servidores públicos é parte do PDDU 2016¹² que visa o

⁹ Fundação encarregada de formular e executar a política cultural do Município de Salvador

¹⁰ A Cidade de Salvador obteve o título de “Cidade da Música” concebido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). “A medida faz parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco, que tem como objetivo promover a cooperação internacional entre cidades para desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social e aumento da influência da cultura no mundo”. Ver: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/09/29/salvador-tem-titulo-de-cidade-da-musica-renovado-pela-unesco.ghtml>. 29 setembro 2020.

¹¹ Diretriz do Plano de Governo 2021 – 2024. Salvador sempre em frente. Prefeitura de Salvador.

¹² Prefeitura Municipal de Salvador, LEI Nº 9.069 /2016, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador. 2016

redensificação populacional do Centro Antigo. Nas fotos 5 e 6 pode-se observar prédios que estão habitados, outros abandonados, fechados com tijolos e fazem parte do panorama mais emblemático e visível do CAS (Centro Antigo de Salvador): prédios abandonados e muitas casas sem moradores, aguardando algum tipo de uso. Nas fotos 9 e 10 pode-se ver um antes e depois da obra já entregue do museu da História de Salvador, ao lado a obra do Arquivo Municipal, ambas localizadas no núcleo do Centro Antigo e Histórico. A Praça Marechal Deodoro também foi entregue no final do ano de 2020, foi dotada de via de acesso exclusivo para bicicletas, ela possui uma das paradas de ônibus de mais fluxos na cidade baixa na zona do comércio (a qual também foi reformada, foto 7 e 8)



Foto 5. Praça Marechal Deodoro. Obra entregue. Foto tirada pelo autor 2021



Foto 6. Prédios antigos e alguns habitados no CAS ao redor da Praça Marechal Deodoro. Foto tirada pelo autor 2021



Foto 7. Paradas de ônibus praça Marechal Deodoro. Foto tirada em 2021



Foto 8. Estações de bicicleta bando Itau. Conectam vias do CAS até praça Marechal Deodoro. Foto tirada em 2019



Foto 9. Intervenções nos prédios antigos para a construção casa da história e arquivo Municipal. Foto tirada em 2020 (antes da Pandemia)



Foto 10. Foto tirado em 2021. Obra em processo de finalização. Museu da História de Salvador

4. Reforma de praças da Inglaterra e a praça do Mercado do Ouro¹³ (Esta praça já foi entregue durante a Prefeitura de Antônio Carlos Magalhães (Neto) (segundo mandato de janeiro 2017 até dezembro 2020).
5. Segundo o discurso oficial presente no documento de lançamento do Programa, se visa solucionar problemas urbanísticos e de mobilidade para apoiar o transporte público, a organização do “comércio informal” e mobiliário urbano. Um plano funcional de mobilidade será elaborado em parceria com a Unesco que visa conectar o Centro Histórico com seu entorno. Estipula-se para o Centro Histórico de Salvador a requalificação dos terminais de ônibus do Aquidabã e da Barroquinha. Uma das obras já entregues durante a Prefeitura de ACM Neto foi na baixa dos Sapateiros e o Mercado de São Miguel, ambos localizados na Avenida José Joaquim Seabra.
6. Construção da “Casa do Carnaval”¹⁴ nas imediações da Praça da Sé no terreiro de Jesus. Esta obra já foi entregue durante o ano de 2021.

¹³ Este processo já está em andamento, no dia 29 de abril de 2019, foi inaugurada pela Prefeitura de Salvador a nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), localizada no Edifício Cidade do Salvador, na Avenida Estados Unidos, 397, Comércio. Assim mesmo a requalificação da Praça Marechal Deodoro receberá um investimento de R\$ 4,1 milhões, com projeto da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), de igual jeito a praça comumente chamada da “mãozinha”, inauguração da praça da Inglaterra. Salvador. **Correio 24 horas**. Link: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/comercio-prefeitura-inaugura-secretaria-e-inicia-obra-nesta-segunda-29/>. 29 abril 2019

¹⁴ Na data da escrita deste trabalho a “casa do Carnaval” já está em funcionamento. Assim mesmo no dia 07 de junho de 2019 foi entregue pela prefeitura e o prefeito ACM Neto a reforma do Largo do Terreiro de Jesus. A obra foi responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestruturas e Obras Públicas (SEINFRA). Após intervenções, largo do Terreiro de Jesus é entregue. Salvador. **A Tarde**. 07 junho 2019. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2065724-apos-intervencoes-largo-do-terreiro-de-jesus-e-entregue>

7. Programa Salvador Memória Viva da Prefeitura de Salvador, o qual integra ações voltadas à preservação de bens culturais por meio de tombamento, registro especial do patrimônio imaterial, educação patrimonial, conservação e restauração de monumentos públicos e outros patrimônios.
8. A Prefeitura através da Secretaria de Cultura e Turismo vai assumir a coordenação da gestão do CHS. Fortalecimento do programa “Pelourinho Dia e Noite”¹⁵ junto com programas de **promoção e sinalização turística** para a região.
9. Aumentar a densidade residencial e contribuir com a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural. A expectativa é a produção de cerca de mil habitações¹⁶ e espaços de trabalho na região do Centro até 2020, o qual pretende resolver o esvaziamento e o abandono dos bairros do centro antigo de Salvador.

A maioria das obras que foram enunciadas anteriormente começaram a ser executadas desde 2017, muitas delas foram entregues durante a Prefeitura de ACM Neto (Partido DEM) (1ro janeiro 2013 – 31/12/2020) e outras no contexto da Pandemia no governo do atual prefeito Bruno Reis (Partido DEM) (janeiro 2021 – atualidade). O Programa Revitalizar é apresentado nos discursos oficiais e institucionais como uma operação de resgate e recuperação dos espaços do CH, que pretende instaurar novas dinâmicas sócio culturais, visa enfrentar os problemas sócio econômicos, potencializar o desenvolvimento do centro, aprimorar a sua articulação com a cidade, implementar renovações que visem o aperfeiçoamento da sua vocação turística e patrimonial.

Estes tipos de reformas são apoiados por gestões públicas e iniciativas privadas estipuladas nos planos de desenvolvimento urbano e social como é o caso do “Plano Salvador 500”, que é o plano estratégico de desenvolvimento para Salvador, com horizonte até o ano de 2049. Este plano incorpora as diretrizes e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, cultural e urbano ambiental institucionalizadas no PDDU¹⁷. Para incentivar o desenvolvimento

¹⁵ É um conjunto de ações que visam melhorar a infraestrutura, a viabilidade, incentivar e potencializar o turismo, a inclusão social e o empreendedorismo, promover iniciativas em educação, cultura, entretenimento e lazer para o Centro Histórico de Salvador.

¹⁶ Estipula-se a instalação de “Habitação de Mercado” e Habitações de Interesse Social. Sobre a utilização dos 1.100 imóveis vazios em ruínas ou subutilizados foi feita a projeção de 8000 unidades para habitação, sendo que 5000 serão destinadas para habitação de mercado e as outras 3000 seriam para atender a demanda de famílias em risco social, Rebouças, Mourad, Pugliese (2017, p. 9-10). Até a data de escrita deste trabalho esta proposta ainda não foi feita pelo Programa.

¹⁷ Segundo o PDDU 2016 Pretende-se segundo a Lei No 9069/2016 sobre o Fortalecimento do Centro Antigo como território estratégico para o desenvolvimento de Salvador, por meio da recuperação e valorização da sua qualidade ambiental e urbanística, da preservação do patrimônio histórico, cultural e humano, da manutenção e ampliação dos usos institucionais públicos e privados, do incentivo ao uso habitacional e da implantação de ações estratégicas na área da cultura, da economia criativa e do turismo.

de empreendimentos e reformas nos casarões abandonados no CHS, O Programa Revitalizar possui uma linha de atuação que consiste em outorgar benefícios aos proprietários de casarões que queiram fazer reformas nos seus prédios. Os benefícios são restritos aos imóveis e atividades localizados na área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo de Salvador estabelecida pela Lei nº 3.289, de 21 de setembro de 1983, e no Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e está em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. O prédio que for beneficiado deverá sofrer “reforma, ampliação, restauração, recuperação ou construção de nova edificação”¹⁸. Esta tem sido uma tendência continental nas políticas públicas de intervenções urbanas nos centros históricos que consiste em outorgar benefícios públicos aos proprietários dos casarões e prédios abandonados, assim como a exceção de impostos para garantir os investimentos privados, tal como analisado por Silvio Mutal (2001) nos casos de diversos Centros Históricos de América Latina y del Caribe como no Cidade do Panamá, Cartagena, San Juan, Cidade do México e Recife.

De igual forma estipula-se a redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU após a conclusão das obras de edificação. O programa também pretende destinar 30% dos recursos a micro e pequenos empresários¹⁹. Os casarões do CH serão inseridos num processo de “*retrofit*” que “possibilitem viabilizar a restauração, recuperação, conservação e reforma dos imóveis estimulando o uso misto, conjugando comércio/serviços e habitação, de modo a também gerar oportunidades de trabalho e renda para os moradores” (Diretrizes Plano do Governo, p. 52; 2021-2024).

Um dos focos do projeto Revitalizar é o bairro do Comercio (localizado na Cidade Baixa) que nas últimas décadas tem evidenciado problemas de esvaziamento –especialmente nas horas noturnas-. Porém, é importante ressaltar que é um bairro de muito movimento, fluxo de pessoas, ponto de articulação de transporte de ônibus, diversas atividades comerciais formais e informais, lojas de roupa, esportivas, atividades administrativas, bancárias e de serviços durante a jornada matutina. Um dos lugares de maiores atividades econômicas formais e informais o constitui o Centro da Cidade, especialmente nos setores que correspondem às áreas de comércio e serviços e que correspondem aos consumos de população solvente. Nas observações de campo feitas durante esta pesquisa no Comercio na Rua Miguel Calmon, as

¹⁸ SEDUR. Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/programas/revitalizar/>.

¹⁹ Edital do programa de incentivo ao desenvolvimento sustentável e inovação - pidi nº 02/2016. Os benefícios fiscais do Programa Revitalizar -segundo documentos institucionais- não serão destinados para a implementação de centros comerciais com área superior a 3000 m2

Praças reformadas como a Cairú e Marechal Deodoro, Ladeiras que se articulam com o Centro Histórico como a da Conceição e Preguiça, assim como a Avenida José Joaquim Seabra na Baixa dos Sapateiros, percebeu-se um intenso movimento matutino e parte do início do vespertino, sendo áreas que combinam atividades da economia formal e informal.

Segundo o Observatório do Trabalho do Estado da Bahia, Prefeituras Bairro do ano 2018²⁰, encontra-se que o número de estabelecimentos formais por atividade econômica no Centro e Brotas foi o seguinte: agropecuária 1.407, Comércio 74.253, Construção Civil 4.694, Indústria 6.802, Serviços 60.756, total: 147.912. O Comércio é uma zona de intensa atividade econômica, possui várias vias de articulação com o CHS, uma das mais relevantes que articula a Cidade Baixa e a Cidade Alta é a Ladeira da Conceição, a Ladeira da Montanha e da Preguiça, as quais também têm sido objeto de reformas contemporâneas estipuladas dentro do Programa Revitalizar como forma de melhorar a articulação, a visibilidade, estética, o acesso e a revitalização o Centro Histórico de Salvador.



Foto 11. Ladeira da Conceição foi fechada por conta das obras de renovação que se desenvolviam em 2019. Foto tirada em novembro 2019 pelo autor



Foto 12. Ladeira da Conceição. Obra terminada. Foto tirada em janeiro 2021.

²⁰ Territórios de Identidade. Secretaria do trabalho, emprego, renda e transporte. Governo do Estado. Disponível em: <https://geo.dieese.org.br/bahia/abrangencias.php>

Segundo as declarações do presidente da ACB (Associação Comercial da Bahia) Luiz Fernando Queiroz, o Comercio sempre foi enxergado como um lugar decadente e degradado que precisava de investimentos para reverter sua situação e recuperar além das suas atividades administrativas e de serviços o setor portuário²¹. Segundo Luiz Fernando Queiroz

O bairro do comercio será transformado em “bairro inteligente” (*smart city*) será dotado de infraestrutura digital moderna e eficiente – infraestrutura de telecomunicações, internet (IoT), câmeras – tornando-o o principal polo tecnológico de Salvador e um ambiente de negócios apropriado para a inovação, essa iniciativa é chamada de “Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente”. “As atividades relacionadas com escritórios de serviços, micro e pequenas empresas e profissionais liberais encontrarão no novo ambiente do centro histórico um espaço apropriado para sua localização em condições adequadas de trabalho com redução do custo tributário” (Revista ACB, pag. 12, Dez 2016)

A ideia de Smart City –Cidades Inteligentes- segundo Weiss, Bernandes, Consoni (2015, p. 311) implicam processos inovadores de gestão para os desafios das dinâmicas urbanas contemporâneas, sendo um deles a criação de valor por meio de “ecossistemas institucionais técnico científicos públicos, privados e de arquiteturas empresariais propícias ao fomento de soluções inovadores e inclusivas”. Esta lógica concebe às cidades como espaços chave no cenário mundial das redes de acumulação global que valorizam a produção de conhecimentos e inovações tecnológicas, (Castells, 2012).

A criação de ambientes favoráveis de gestão como forma de se articular no contexto global da concorrência interurbana, envolve um conjunto de ideias, estratégias, transformações e reformas das cidades como a ideia de “cidade como negócio” proposta por Molotch (1976), na que grupos que administram e gestam a cidade, concorrem permanentemente pelas localizações estratégicas e a consecução dos seus interesses; também é concebida como foco de produção de renda imobiliária ao redor da melhor utilização da terra urbana, Maricato (2015); como a conformação de ambientes favoráveis de negócios, crescimento, competitividade, progresso e desenvolvimento do capital, as que segundo De Mattos (2002, p. 7) ocupam um papel relevante no cenário nacional e incrementaram suas mudanças na morfologia urbana.

Para a consolidação deste cenário, a proposta do Revitalizar prevê que os imóveis com débitos em tributos, desocupados e sem manutenção, possam ser desapropriados pela Prefeitura para usos mais inovadores. A administração municipal estimava, inicialmente, que cerca de 500 imóveis na região do Centro Antigo e Centro Histórico estivessem em situação de abandono e falta de manutenção, alguns deles habitados por famílias pobres em condição de ocupação.

²¹ Revista ACB Associação Comercial da Bahia No 92. Página 12. Dezembro 2016

Desde 2017 existem outros tipos de projetos que não são de habitação social, estes consistem em que os casarões abandonados e em estado de desabamento sejam recuperados ou usados para projetos sociais ou culturais. O que se pretende é a criação do “Distrito Criativo Pelourinho”, uma área que inclui as ruas Saldanha da Gama e 28 de setembro e tentará influenciar economicamente na região, nesta iniciativa participam sete Secretarias Estaduais²². O Solar Mirante de Saldanha por exemplo que data do século XVIII (tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) passou a abrigar o Casarão da Diversidade²³. Estipula-se que o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia) dispõe de 60 prédios no CHS e potencialize em alguns deles a ideia de Economia Criativa no Distrito Criativo Pelourinho a qual segundo Dos Santos e Rocha (2020) está baseada na criação de negócios que potencializam o capital intelectual, cultural e a criatividade de empreendimentos que geram valor econômico.

O Revitalizar também estipula o aperfeiçoamento das vias de acesso, mobilidade e de fluxos do CHS. Antes de ser decretada a Pandemia no ano de 2020, vinham acontecendo obras que estavam alinhadas nessa direção como é o caso do melhoramento da Rua Chile, a principal via de acesso ao CHS, a qual foi finalizada no primeiro semestre do ano 2020 durante a Pandemia. Nesta rua já foi construído um hotel de luxo chamado o “Fera Palace Hotel”, é frequentado por turistas solventes nacionais e internacionais, também é centro de reuniões empresariais, atos políticos e um dos símbolos do desenvolvimento urbano e turístico contemporâneo do CHS.

3.4. Análise das redes de gestão público privadas para o Centro Histórico de Salvador no Programa Revitalizar.

O Programa Revitalizar possui uma afinidade eletiva com tipos de governos que sejam favoráveis a um modelo de cidade e de desenvolvimento urbano caracterizado pelo viés turístico.

²² A construção do Distrito Criativo do Pelourinho deve reunir sete secretarias do Estado da Bahia. A secretaria de Cultura (Secult) atuaria com imóveis do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) e o Bahia Criativa/Suprocult, a de Planejamento (Seplan) com a agenda territorial, a de Desenvolvimento Rural (SDR) com a Bahiater, a do Trabalho, Emprego Renda e Esporte (Setre) com o arranjo produtivo, a do Turismo (Setur) com as capacitações e qualificações, a da Ciência Tecnologia e Inovação (Secti) com consultoria técnica, e a de Desenvolvimento Econômico (SDE) com o diagnóstico do Centro Histórico de Salvador. Salvador. **Portal Oficial do Estado da Bahia.** 21 setembro 2017. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2017/09/noticias/cultura/distrito-criativo-do-pelourinho-deve-ter-aco-es-conjuntas-de-sete-secretarias-estaduais/>.

²³ O Casarão da Diversidade é o espaço da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), foi entregue em 2018 e abriga uma série de serviços, ações e iniciativas de cidadania e proteção da população LGBTQI+.

Nessa ordem de ideias os governos locais estão chamados a facilitar processos públicos (como atos administrativos, jurídicos, marcos normativos, criação de agendas culturais e políticas de atração de investimentos) que estejam articulados aos aliados estratégicos e potenciais investidores privados. No caso dos últimos anos, e especialmente desde as prefeituras de ACM Neto (1ro janeiro de 2013 – 2016) e (2017 – 2021) do Partido Democratas na esfera Municipal, e por outro lado nos Governos Estaduais do Partido dos Trabalhadores desde 2007 até 2019, Jaques Wagner (dois mandatos de 2007 até 2015), posteriormente Rui Costa (1ro janeiro 2015 até a atualidade) têm se presenciado importantes mudanças e continuidades nas reformas sócio urbanas no centro de Salvador, seja desde a esfera Municipal ou Estadual, as quais estão inseridas em cenários de conflitos e competições políticas entre os partidos e grupos políticos que fazem parte dos períodos de mandato. Estas concorrências expressam-se na ideia de “*quem faz mais e melhores obras*” ou slogans institucionais como “*obras tamanho G*” do Governo do Estado²⁴.

Fazendo um balanço geral do Mandato ACM Neto²⁵ pode-se dizer que ele foi um prefeito de “*fazer e entregar obras*”, da “*cultura do cimento*” e que mostrava “*resultados*” em zonas estratégicas e as mais visíveis da cidade, especialmente aquelas zonas que são consideradas um cartão postal de Salvador, com intenso fluxo turístico (nacional e internacional), de uso cotidiano dos soteropolitanos (como espaços de lazer, esporte e festividades) como a Orla Atlântica desde Itapuã até o centro da cidade em Campo Grande, sua articulação com o centro da cidade por meio da Avenida Sete (também reformada dentro do contexto do Programa Revitalizar) assim como o Centro Antigo e o Centro Histórico de Salvador, sem mencionar algumas zonas importantes e visíveis que foram revitalizadas como Parques e Praças Públicas com espaços de lazer²⁶ em toda a cidade, obras de contenção de encostas em zonas de risco, Unidades de ensino reformadas, etc. Foi uma prefeitura de empreendimentos, de mostrar resultados palpáveis na cidade, de espaços recuperados e renovados que dada a sua heterogeneidade e os diversos lugares onde foram realizados, boa parte da população têm acesso e pode usar frequentemente mesmo com algumas restrições em matéria de transporte público.

²⁴ Porém, estes aspectos dos conflitos e competitividades nas esferas Municipais e Estaduais na gestão urbana merecem estudos mais aprofundados que não são o foco deste trabalho.

²⁵ Primeiro mandato de 2012-2016, segundo mandato 2016-2020. No primeiro mandato foi eleito em segundo turno com uma votação de 53% sobre o candidato Nelson Pelegrino do Partido dos Trabalhadores 46%, no segundo mandato ganhou no primeiro turno com 74% dos votos sobre Alice Portugal do PCdB 15%.

²⁶ Algumas delas: Praça da Plataforma, Paripe, Praça da Igreja do Bonfim, Praça Marques de Olinda (Garcia), Praça Cairú, Marechal Deodoro (Comercio-Cidade Baixa), Joao Manguabeira, Praça Lord Cochrane, etc.

Considerando que o prefeito foi reeleito em 2016 com mais de 70% dos votos em todas as zonas eleitorais, é possível dizer que ele vem se configurando, assim como destacou Harvey (1996), como um “prefeito carismático, um administrador urbano sagaz” que tem direcionado o desenvolvimento de Salvador ainda mais para a lógica do empresariamento. Isso vem sendo feito, inclusive, com o resgate do orgulho e do sentimento cívico dos cidadãos, favorecendo o surgimento de um certo “patriotismo de lugar” (Logan e Molotch, 1987) (ARANTES E PEREIRA, 2020, p. 305)

Uma das fortalezas da gestão público privada de ACM Neto e do seu programa de governo urbano foi o fato de ter sido uma Prefeitura que materializou as obras e renovou permanente a cidade. Provavelmente esta seja uma das explicações de por que sua prefeitura teve uma alta popularidade, aceitação social e especialmente a enorme diferença em porcentagem de votos que obteve no seu segundo mandato²⁷. Suas gestões fazem parte de investimentos focalizados e um urbanismo de fachada acorde com a vocação turística e cultural da cidade. Desde a perspectiva de Arantes e Pereira (2020, p. 305) esse foi um modelo de gestão cujas ações de governo maximizaram a máquina de crescimento urbano, criando condições políticas favoráveis, especialmente a partir da cooptação e pacificação social, uma prefeitura de “ações práticas” e atos visíveis, amplamente divulgadas pela mídia.

Este tipo de governo municipal se caracterizou também por ter sido uma prefeitura que fez intervenções focalizadas e por tanto, de abandonos em termos de políticas de saneamento básico, pois muitas problemáticas da cidade ainda se mantiveram e não tiveram solução como por exemplo, as inundações em avenidas importantes e bairros pobres, engarrafamentos, insegurança e pouco investimento social em outras partes periféricas da cidade, inclusive dentro do próprio Centro Histórico, sendo o problema de habitação social um dos mais palpáveis e ainda vigentes. Teve uma forma de governança urbana onde se mobilizou fortemente campanhas de marketing político na mídia e redes sociais construindo a imagem de um prefeito “*Da gente e para a gente*”. Foi uma prefeitura que agiu como instância chave e aliada aos setores empresariais, fortalecendo a construção de um ambiente favorável para negócios imobiliários e uma ideia de setor público como agente facilitador, gestor e promotor dos empreendimentos e negócios. Este tipo de governança caracteriza-se segundo Moreira de Carvalho e Corso Pereira (2014, p. 51) pela utilização local de estratégias de marketing para a promoção e venda da imagem da cidade.

Percorrendo as ruas e becos do Centro Antigo e Histórico de Salvador, percebe-se um panorama que provém de décadas atrás e que ainda não tem sido resolvido pelas políticas de

²⁷ Na reeleição do Prefeito ACM Neto no ano de 2016, o candidato do DEM teve 73,99% dos votos e a sua oponente Alice Portugal, do PC do B, obteve 14,56%

intervenção e renovação urbana. Esta paisagem urbana é conformada por diversos casarões abandonados, outros fechados e alguns já com avisos informativos fazendo alusão a futuras obras e empreendimentos. Esse panorama evoca o velho conflito ao redor dos usos e contra usos da propriedade e do solo urbano no CHS, os conflitos pelo direito à habitação social e por permanecer no centro enquanto lugar de moradia, de trabalho, do território enquanto lugar identitário e cultural para antigos moradores, um espaço que possibilita a facilidade de acesso a diversas partes da cidade, o direito de ser e estar no território e de participar das reformas. Este tipo de intervenção corresponde ao que Bonduki (2010), Santanna (2004) e Azevedo (2004) desde os 90 denominaram como uma reforma de fachadas, que tem priorizado o aspecto turístico e as estruturas mais visíveis, com potencial de aproveitamento econômico e consideradas como relevantes no CH.



Foto 13. Avisos que anunciam futuras obras e empreendimentos. Foto tirada no Comercio, frente ao Mercado Modelo. Futura Casa da História e Arquivo Público. 2021



Foto 14. Casarões fechados no CHS. Foto tirada pelo autor 2019

As fotos 14 e 15 foram tiradas em saídas de campo (antes e durante a pandemia), ilustram por um lado, prédios que duraram anos e décadas fechados, abandonados, em risco de cair e que hoje em dia são renovados para fazerem parte das iniciativas do projeto Revitalizar para serem reformados. Mas por outro lado, existem grandes casarões historicamente abandonados cujos proprietários fecharam suas portas e janelas com tijolos à espera de futuros investimentos. Esta última é uma forma de revalorização a longo prazo da propriedade e dos lugares, na medida em que quando surgem grandes projetos urbanos gestados por instituições públicas em parceria com agentes privados, a venda deles resulta muito favorável para quem é proprietário. Com visto anteriormente, aqui conforma-se o que Smith (2007) denominou como “Rent Gap”. A degradação e desvalorização histórica de uma zona estratégica como são os

centros das cidades supõe um potencial de investimento no longo prazo, uma renda que é capitalizada tendo em conta a sua localização central. Seu mal estado de conservação e deterioro, vira uma grandiosa oportunidade para a especulação imobiliária, pois os promotores imobiliários e as construtoras vendem e constroem diversos empreendimentos “depois de restaurar os imóveis a um preço muito acima do qual o compraram ainda devoluto, maximizando o princípio do Rent Gap” Mendes (2017, p. 496). Muitos dos casarões que podem ser vistos nas fotos, têm sido fechados para evitar possíveis ocupações por parte da população sem teto e não solvente, que ainda não vê uma possível solução ao problema de moradia no Centro Histórico.

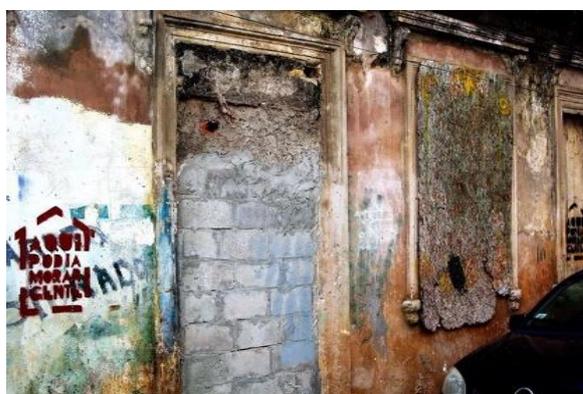


Foto 15 e 16. Rua do Bispo, no CHS com casarões fechados e avisos que denotam reivindicações por moradia para população não solvente. Fotos tiradas pelo autor 2019

Estas fachadas, janelas e portas fechadas com tijolos e cimento, expressam os poderes públicos e privados de gestão local. Eles selecionam patrimônios, casarões e espaços para posteriormente serem objeto de investimentos, assim como para os proprietários e investidores privados eles representam uma oportunidade de produzir renda e para a população moradora um possível projeto de moradia, um mesmo lugar que evidencia tendências e tipos de usos do solo urbano que entram em conflitos. O panorama atual do CHS é o resultado das interações dos agentes envolvidos, suas redes, conflitos, formas de estabelecer alianças ou confrontações. No seguinte quadro se classificam os agentes públicos, privados e a sociedade organizada em associações, assim como se identificam alguns dos programas e planos que acompanham e fortalecem a iniciativas de intervenção no CHS do Revitalizar.

Agentes Revitalizar.

TIPO DE AGENTE	ORGANIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, EMPRESA
Agentes públicos	Secretaria de Cultura e Turismo Secretaria Municipais de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR) e da fazenda (SEFAZ) UNESCO Diretoria da Gestão do Centro Histórico (instancia da Secretaria de Cultura e Turismo -Município) Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) Caixa Econômica Federal IPAC
Agentes privados	Banco de Desenvolvimento para América Latina (CAF) Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) Antônio Mazzafera, Fera Investimentos Nova Bahia Calatrave Invest & Trade Inc Grupo Vila Gale- Grupo Hoteleiro Português. Proprietários de imóveis
Sociedade Civil	Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) Movimento Sem Teto da Bahia Artífices da Ladeira da Conceição da Praia Comunidade da Ladeira Preguiça
Programas, Planos e Projetos	“ Plano Salvador 500 ” Salvador 360 graus Programa Salvador Memória Viva Pelourinho Día e Noite Pelas Ruas do Centro Antigo de Salvador Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente Distrito Criativo Pelourinho Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (Pidi) PDDU 2016

Quadro 1. Agentes público privados Programa Revitalizar

No Programa Revitalizar os agentes privados visam a obtenção do lucro por meio do aproveitamento e aperfeiçoamento do viés turístico do CHS, para tal fim demandam do setor público garantias para esse objetivo. Os agentes privados não só “injetam capital”, eles também têm o poder de dar novos usos, sentidos e lógicas de organização, normatização e disciplinamento para os usos dos espaços públicos, isto é, se configuram como Capitais Urbanos, Marques (2006), quer dizer que os capitais envolvidos repercutem mais além de dinâmicas econômicas, eles também têm a capacidade de decisão, gestão e de construção de relações de poder no interior de formações históricas específicas como as instituições públicas. Os capitais privados, proprietários de casarões e agentes imobiliários são um agente ativo na produção de um amplo marketing publicitário. Eles consolidam junto com o setor público a vocação turística de uma cidade, imprimindo nela o selo de ser a “mais festiva”, a cidade do “melhor carnaval do mundo” inclusive aproveitar e explorar os múltiplos sentidos culturais de

uma identidade territorial, conformando uma indústria cultural baseada nesses elementos “autóctones”, consolidando a história e a cultura como espetáculo, Magnavita (1995).



Foto 17 Rua Chile. Hotel Fasano e no fundo Fera Palace. foto tirado pelo autor 2021

Um exemplo deste tipo de investimentos e investidores que se consolidaram no núcleo do Centro, mais exatamente na Rua Chile, é um dos grandes acionistas do CHS chamado Antônio Mazzafera, que também é conhecido como “o novo dono da Rua Chile” – nos últimos anos, ele afirma ter assumido o controle de 123 imóveis em 16 prédios nas imediações da rua onde fica o hotel. Ele é sócio da Fera Investimentos, que administra o Fera Palace e é sócia da Nova Bahia, empresa que comprou 75 dos imóveis adquiridos pelo grupo. Uma de suas investidoras é uma offshore sediada no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas chamada Calatrave Invest & Trade Inc. A compra dos prédios e casarões por parte do Empresário mineiro Antônio Mazzafera foi amplamente apoiada pelo prefeito da época ACM Neto no ano de 2015 (primeiro mandato do 1ro janeiro de 2013 até janeiro 2016, segundo mandato do 1ro janeiro 2016 até 1ro janeiro 2021) nas suas declarações assinalou a importância dos investimentos privados para a Revitalização do centro histórico.

É, entretanto, um projeto que apoiamos, assim como todos que promovam a revitalização do Centro Histórico, como há a nossa própria intenção de criar nessa área um centro administrativo municipal, por exemplo... "Particularmente, torço para que todos os empreendimentos no Centro Histórico sejam de muito sucesso, isto sem deixar de considerar que é uma área que tem muitos imóveis tombados e que os projetos precisarão passar pelo crivo normais dos órgãos competentes, como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), assim como a própria Prefeitura"²⁸

Percebesse na fala anterior os órgãos que agem conjuntamente para viabilizar os investimentos, pois além das esferas de governo Municipais e Estaduais também fazem parte dos acordos de compra de prédios a participação do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional). O custo da compra dos prédios foi estimado no valor de R\$150 milhões e hoje em dia além do uso turístico para classes solventes, explora o visual da Bahia de Todos os Santos.

²⁸ Neto apoio venda de imóveis para “novo dono” da Rua Chile. **A Tarde**. Salvador. 30 de junho 2015. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1692959-neto-apoia-venda-de-imoveis-para-novo-dono-da-rua-chile>.

No próprio Fera Palace Hotel foi lançado em agosto de 2017 o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (Pidi)²⁹ que compreende as áreas de: Ladeira da Barroquinha, Rua Visconde de Itaparica, Rua do Curriachito, Rua Visconde de Ouro Preto, Ladeira das Hortas, Travessa Antônio Bahia e Largo de São Bento, este programa estipula um conjunto de concessões fiscais para os futuros empreendimentos aos donos dos casarões do CHS que visem a implantação, ampliação ou reforma de espaços destinados a atividades culturais, alimentação e outros especificados segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE³⁰ que “os pavimentos térreos deverão obrigatoriamente ter atividades comerciais ou de serviços abertas ao público”³¹. Do que se trata é, e com base no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), promover o aproveitamento econômico e o cumprimento da função social da propriedade dos móveis vazios ou subutilizados no CHS (Plano do Governo Diretrizes Prefeitura de Salvador 2021-2024, pag. 52)

Do lado do Palace Hotel se encontra o Hotel Fasano, que foi reformado aproveitando a antiga estrutura do que era antes a sede do jornal A Tarde, o qual foi construído em 1930. Este empreendimento hoteleiro é administrado pela empresa Prima Empreendimentos que é uma rede de hotéis de luxo no Brasil. Uma das características deste Hotel é que foi o primeiro em Salvador a ser instalado em prédio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) como Bem Cultural da Bahia, dando continuidade a uma das tendências de reformas sócio espaciais no CHS que consiste em oferecer prédios antigos, alguns considerados patrimoniais e de valor arquitetônico para o usufruo econômico das empresas privadas. Na visão e concepção de empresários como é o caso de Nilson Nóbrega vice-presidente da Prima Empreendimentos sobre os destinos do CHS, diz o seguinte: "Esses tipos de investimentos são o reconhecimento de que o Centro Histórico de Salvador é um lugar para se viver e se fazer negócios"³². Estes importantes investimentos imobiliários estão dentro do contexto de intervenções público privadas dos programas como “Pelos Ruas do Centro Antigo de Salvador”,

²⁹ Este Programa também visa a transformação do Centro Antigo de Salvador, “estimulando a atividade econômica do maior e mais relevante centro histórico da América Latina”. Revista ACB Associação Comercial da Bahia No 92. Página 11. Dezembro 2016.

³⁰ Edital do programa de incentivo ao desenvolvimento sustentável e inovação - PIDI nº 02/2016.

³¹ Os itens e demandas exigidas para os respectivos projetos requerem de investimentos consideráveis, cabe se perguntar para que tipo de empresários ou investidores estaria destinado dito projeto. Ele possui um conjunto de conhecimentos técnicos, administrativos (burocracias) e uma linguagem empresarial, só para quem já tem uma trajetória no mundo dos negócios, investimentos, cálculos, etc. critérios de empregabilidade, tecnologias limpas.

³² Rua Chile atrai investidores locais e de outros estados. Salvador. **A Tarde**. 06 de Dezembro 2014. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1644470-rua-chile-atrai-investidores-locais-e-de-outros-estados-premium>.

que é desenvolvido pelo Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder).

Outro caso na mesma Rua Chile o conforma o Palacete Tira Chapéu, localizado na Praça Tome de Souza, foi inaugurado em 1917, e é mais um projeto do Fera Investimento, Rio Verde Participações e a empresa Elo que pretendem transformar o lugar em um espaço gastronômico, café-teatro e exposições. O investimento teve um valor de R\$ 30 milhões³³ e junto com os outros investimentos na Rua Chile visa a Recuperação e Revitalização da principal entrada ao CHS

As obras de restauração já foram iniciadas e a previsão é que sejam concluídas nos próximos dois anos, segundo estima o empresário. “Logo que compramos o imóvel encomendamos o projeto ao arquiteto dinamarquês Adam Kurdahl, o mesmo que restaurou o Fera Palace, e o submetemos ao Ipac e ao Iphan, já que o prédio é tombado”, diz Antônio Mazzafera³⁴.

Nos casos assinalados anteriormente, identificam-se algumas tendências, formas e lógicas da gestão público privada e suas redes sócio institucionais. Uma delas consiste em que uma boa proporção das casas, prédios ou casarões que conformam o patrimônio histórico, artístico, cultural ou patrimonial do Centro Histórico de Salvador, são almeçadas pelo capital imobiliário nacional e internacional para serem usufruídos na construção de diversas boutiques ou hotéis de luxo, os quais são encaminhados principalmente para o consumo de uma população solvente nacional e internacional, uma classe média, média alta e alta. Para isto ser possível, vem se consolidando uma forma de governança urbana na qual as instituições públicas do assunto urbano como o IPHAN ou o IPAC são instituições paralelas e aliadas do setor privado, da mesma forma que os governos nas esferas Estadual ou Municipal facilitam e promovem essa lógica de fazer a cidade independentemente das suas bandeiras políticas, pois o que prima são os negócios e investimentos que mudem e renovem a cara do CHS por meio da refuncionalização dos prédios antigos ou abandonados. Na consolidação das parcerias quem têm o papel preponderante na rede de gestão é o setor privado, o qual se vê fortalecido pelas burocracias e funcionários públicos como bem o afirma o Secretário Estadual do Turismo da Bahia Fausto Franco “com a parceria da iniciativa privada poderemos realizar

³³ Centro Histórico vai ganhar shopping gastronômico com oito restaurantes. **Correio 24 horas**. Salvador. 18 agosto 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/centro-historico-vai-ganhar-shopping-gastronomico-com-oito-restaurantes/>

³⁴ Centro Histórico vai ganhar shopping gastronômico com oito restaurantes. **Correio 24 horas**. Salvador. 18 agosto 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/centro-historico-vai-ganhar-shopping-gastronomico-com-oito-restaurantes/>.

empreendimentos em prédios abandonados que serão de grande importância para o projeto de revitalização do centro antigo”³⁵

Na perspectiva de um dos empresários que conformam o CHS e Presidente da Associação dos Empreendedores do CH, o que este setor empresarial quer é que a gestão “simplesmente funcione para todos” e que o futuro do CHS esteja mais além do ideológico ou de posicionamentos políticos que se projetam desde as esferas Estaduais e Municipais

“A princípio a relação com a esfera Federal, Estadual e Municipal, é boa, amistosa, mas sempre encontramos entraves, os entraves que encontramos hoje para que funcionem de uma forma harmoniosa são bastante complicados. Mas a gente vê que existe uma boa vontade, mas sempre digo que nós quisemos resolver os problemas do CH tem que ser criada uma força tarefa onde todas as pessoas, aquelas que têm o poder de decisão elas possam trabalhar juntas e possam ter uma harmonia, o que quero dizer com isso? Que isso da coisa das ideologias políticas fiquem de lado e que o foco centre no CH, criar um lugar que seja bom para todos, esse acho que é o grande segredo, a gente encontrar que seja bom para moradores, empreendedores, visitantes, para Prefeitura, Estado, Governo Federal e que as coisas simplesmente funcionem, é o que precisa”³⁶

Desde esta ótica o desenvolvimento econômico do Centro Histórico é algo atrelado à ordem administrativa, burocrática e política na gestão da cidade, tanto o poder Estadual como o Municipal devem ser duas instancias que devem caminhar juntas e apontar para objetivos comuns sem que as ideologias atrapalhem o “bom funcionamento”. É um tipo de gestão que visa o empresário do CHS e fortalece o sentido turístico dos espaços. Em entrevista a Leonardo Reyes outro empresário do CHS, assinala as formas como desde a visão empresarial as esferas públicas podem ser um entrave para o funcionamento das empresas.

A gente tem as três esferas do poder gerenciando e administrando o Centro Histórico: tem a Prefeitura, o Governo do Estado e Governo Federal, se uma ideia boa nasce por uma esfera dessa por exemplo, uma ideia positiva nasce pela prefeitura, ela também precisa ser aprovada pelo Estado e também pelos órgãos Federais como IPHAN, IPAC que sempre vai envolver o patrimônio dos casarões e aí você não consegue essa interação. Você pode ter ideias sobre as praças dos CH, isso é com um departamento, se envolver um casarão, isso é com outro departamento, se envolver espaço público é com outro e toda vez que você chega nesse departamento ela também depende de autorizações dos outros departamentos para poder evoluir, é possível mas não é simples. O seu projeto tem que se adequar às três esferas governamentais, dá trabalho, não é simples. Nas parcerias público privadas isso precisa a integração de todas. Mesmo com os programas que estão lá, é importante criar um conceito mais direto para o empresariado que quer investir na região.³⁷

³⁵ Governador entrega requalificação da Rua Chile e visita obras no Centro Histórico. **A Tarde**. Salvador. 24 de setembro de 2020. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/governador-entrega-requalificacao-da-rua-chile-e-visita-obras-no-centro-historico-1129451>.

³⁶ IGLESIAS Garcia, Jose Manuel. 57 anos, natural da Espanha, morador e empresário do CHS desde 1995, Presidente da Associação dos Empreendedores do CH. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 22/03/2021.

³⁷ REYES Leonardo. Empresário, desde 2019 possui duas marcas de franquias de sandálias e um espaço de eventos. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 21/09/2021.

Nesse sentido os empresários demandam mais fluxos de gestão, que o setor público se adapte aos ritmos dos investimentos, assim como possibilitar que as ideias de criar empresas sejam apoiadas e não dependam de entraves burocráticos representados tanto pelas esferas Municipal, Estadual ou Federal, assim como pelos marcos institucionais que regem os patrimônios. Para os empresários entrevistados, o sentido que deve ter o funcionamento do setor público, não são de ajudas econômicas ou subsídios como se evidencia na seguinte fala, senão que este setor cuide da imagem e que garanta a frequência e fluxo de pessoas ao CH.

Quando se fala em parceria público privado, acho que o que o privado quer não é subsídio, ele quer pessoas, o que o empresário quer é fluxo de pessoas, ele quer gerar consumo, o que a gente pode refletir isso para o poder público de forma positiva é que quando melhor você cuidar da visibilidade do Centro Histórico mais empresas lá vão se instalar, mais o consumo será gerado e se gera consumo, gera emprego e renda e o empresário que tem seu negócio aberto, funcionando, vendendo e empregando, ele não vai estar preocupado com subsídios, a não ser que ele seja um mal empresário, que não cuida do negócio dele e coloca a desculpa do insucesso dele nos outros, eu acho que em qualquer esfera o que a economia, o que o capitalismo precisa é de fluxo e consumo.³⁸

O fluxo de pessoas e a frequência ao CHS seria potencializado pelos programas, agendas culturais, condições de segurança, investimentos e pelo próprio roteiro de intervenção do Revitalizar tal como foi descrito no início do capítulo. Analisando as visões que tanto o setor privado como os moradores têm do setor público poderia se afirmar que, para os empresários o público deve ser um sócio estratégico dos investimentos imobiliários e empreendimentos privados, dinamizar a frequência no centro por meio de programações diversas que assim garantam o consumo dos lugares; para os moradores, o setor público tem virado uma espécie de sócio das empresas imobiliárias, pois este não tem interesse em gerar projetos de investimento social nem de moradia para os habitantes não solventes do CHS, suas prioridades seriam as de gerar um cenário favorável ao desenvolvimento empresarial. As gestões e ações do Estado e do privado no Brasil em matéria urbana como argumenta Maricato (2001), não têm sido pensadas para as classes de baixa renda e alguns poucos projetos habitacionais têm sido muito pontuais. Neste sentido, indagando a visão e perspectiva dos moradores, o habitante do Centro Histórico Cicero Neves em entrevista nos relata sua versão sobre porque muitos programas e iniciativas não dão certo no CHS.

Deveria ser mais em conjunto Estado e Município. Tem um conflito institucional entre eles para ver quem manda no território. Então aqui temos muitas ações do Governo do Estado há muitos anos que eles se acham donos do território, o território é Municipal, mas é o Estado que comanda o território, no sentido de que? Essa é a

³⁸ REYES Leonardo. Empresário, desde 2019 possui duas marcas de franquias de sandálias e um espaço de eventos. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 21/09/2021.

política que vou fazer então vou fazer, e o outro lado Municipal diz o que? Essa política não vou fazer então não vou fazer, e nós comunidades ficamos no meio sofrendo por esses conflitos de pensamento, de ideologia, de foco de prioridades. Um exemplo que a gente vê, que foi várias ações investidas, tivemos conflitos em que tinha placa da Prefeitura e placa do Governo do Estado na praça Castro Alves para ver quem é o dinheiro que estava fazendo o que? Outro exemplo também a falta de gerencia, essa falta de gestão compartilhada, o Estado nos últimos anos eu lembro em 2007, fez uma parceria com a Unesco de 1 milhão de reais para fazer o Plano do CHS capitaneado pelo Escritório de Referência, participei nesse plano como morador e como organizador, as 14 preposições, mas esse plano está engavetado pelo estado. Outro exemplo que vou lhe dar, a CONDER, a pior gestão do CH foi com a CONDER, é um cabide político diga-se de passagem. Por que a responsabilidade é do Estado da Bahia e da CONDER pela situação que está o CHS principalmente nos projetos que ela capitaneia, isso é o pior de tudo, os projetos que não terminaram, os projetos que se arrastam³⁹.

As obras concretizadas dentro do CHS assim como na cidade em geral, evidenciam uma concorrência política entre as esferas Municipal e Estadual no sentido de amostrar resultados visíveis e finalizados. Pode ser que efetivamente exista uma falta de gestão compartilhada entre as duas esferas devido à alternância e bandeiras políticas das respectivas esferas, mas as duas convergem em implementar empreendimentos que aperfeiçoam o sentido turístico da cidade. É recorrente nas declarações e versões dos moradores, algumas queixas sobre a ausência de participação social nos inúmeros projetos que têm surgido no CHS, assim como o respectivo foco e prioridades que eles representam. Por outro lado, para os empresários as mudanças de governos alteram a estabilidade dos programas cujas agendas culturais impactam nos negócios (hotéis, lojas, restaurantes etc) de forma positiva

No centro histórico todo mundo quer fazer alguma coisa, existem vários projetos, eu já participei de vários projetos maravilhosos, que tinham tudo para dar certo e sempre esses projetos não sei por que motivos, se é por falta de recursos ou mudanças no quadro de funcionários de colaboradores sempre são abortados, isso é ruim, não é bom porque não existe uma continuidade, ou seja, você volta tudo de novo ao ponto zero para recomeçar⁴⁰

O CHS tem tido e tem uma quantidade de programas e projetos que são criados pela esfera Municipal ou Estadual para dinamizar as atividades econômicas e culturais os quais foram descritos no início deste capítulo. Muitas iniciativas têm sido esquecidas, não têm tido continuidade e essa instabilidade repercute nas dinâmicas próprias do centro histórico, como por exemplo a ausência de agendas culturais permanentes durante o ano inteiro, algumas obras

³⁹ NEVES Cicero. Habitante e integrante da AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador). Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 19-04-2021.

⁴⁰ IGLESIAS Garcia, Jose Manuel. 57 anos, natural da Espanha, morador e empresário do CHS desde 1995, Presidente da Associação dos Empreendedores do CH. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 22/03/2021.

sem executar⁴¹, casarões vazios e esvaziamento noturno durante boa parte dos dias da semana. Para potencializar futuros investidores privados no CHS, existem licitações que têm a função de outorgar concessões aos proprietários cujos casarões estão em situação de abandono. Os benefícios públicos que são outorgados para reformas privadas nos casarões contêm uma preferência por aqueles que são proprietários (as) ou por grandes empresas hoteleiras, mas não pelos locatários ou moradores que pelo fato de não aparecerem como proprietários e não possuir capital de investimento, não têm acesso aos respectivos recursos públicos nem fazem parte das redes institucionais de gestão. Em palavras de Cicero Neves, morador e integrante da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador falando sobre o programa revitalizar e a política de isenção de impostos

“Esse programa Revitalizar, eles começaram a cutucar nesse programa de novo, esse programa é de 2017, não surtia efeito nenhum, nem na questão de investimento imobiliário, nem para trazer novos investidores do patrimônio histórico, porque essa política que acha que a iniciativa privada vai vir a bancar recursos financeiros dentro do patrimônio histórico que tem que ser tratado diferenciado com qualquer tipo de construção porque ela é muito mais emblemática, ela é muito mais custosa, muito mais demorada, porque para você mexer num casarão desses primeiro você precisa trabalhar a arqueologia dele antes de mais nada, você já pega recursos financeiros, porque trabalhar com arqueologia não é barato, é caro, ainda mais se você achar vestígios... Revitalizar basicamente ele dá isenção de IPTU, ele dá isenção de ISS, mas para quem é proprietário, eu não sou proprietário, os moradores das 108 moradias da sétima etapa, não são proprietários, essa é nossa missão como associação hoje em dia, é combater que o estado, o poder público se torne imobiliárias públicas dentro do centro histórico como acontece hoje com a gestão do IPAC”⁴²

Consequentemente com a ideia anterior, existe uma preocupação ao redor da forma como se tratam os vestígios dos casarões. Porém, este aspecto é parte de uma discussão mais densa e ampla que envolve estudos arqueológicos e históricos mais profundos. Por enquanto, merece se questionar pela forma como as instituições públicas e as empresas imobiliárias administram ou preservam os vestígios (indígenas, afro-brasileiros dos tempos coloniais) quando são achados no desenvolvimento das obras, pois como bem se sabe muitos casarões são seculares e projetam tendências arquitetônicas. No entanto é evidente que com os novos empreendimentos essas estruturas ficam vulneráveis ou são destruídas para dar entrada ao novo e seus respectivos usos comerciais e empresariais. Este tipo de tendência já aconteceu na

⁴¹ Como por exemplo a antiga praça do Reggae que ainda hoje em dia seu espaço está fechado. Esta ideia se retoma mais adiante.

⁴² NEVES Cicero. Habitante e integrante da AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador). Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 19-04-2021.

reforma da Avenida Sete em frente à Praça do Relógio de São Pedro no contexto da execução do Projeto Revitalizar⁴³ onde foram achados vestígios indígenas.

Na fala do entrevistado percebe-se o grau de seletividade dos investimentos públicos e ações urbanas públicas. O funcionamento administrativo agiria como uma espécie de “imobiliária pública”, selecionando casarões, exonerando ou facilitando o pagamento de impostos para que sejam aproveitados por empreendimentos privados. Esta ideia de o “Público como agente imobiliário” faz parte de um conjunto de ideias que se articulam a uma tendência de intervenção de modelos empresariais e neoliberalização da gestão do assunto público, sendo esta denominada por Rodriguez (2020) como uma forma de acumulação urbano imobiliária que cria as condições político administrativas para conceber a cidade como máquina de crescimento econômico, a qual opera desde uma ótica de racionalidade neoliberal nas cidades da América Latina e cujas lógicas são potencializadas pela forma como se capitalizou o setor público.

Os interesses do mercado podem ser investidos em infraestruturas como hotéis de alto padrão para população solvente (nacional ou internacional), diversos empreendimentos, shoppings, projetos imobiliários de habitação para classes com consumos elevados em zonas estratégicas, (Arantes Friori, 2006). Nessa ordem de ideias, a gestão do público faria parte de uma engrenagem onde quem tem o poder econômico e as condições de investimento possui a capacidade de marcar os destinos e roteiros do CHS, é o que Carrión (2012) assinala analisando os tipos de financiamento nos Centros Históricos na América Latina desde os anos 90 e como as instituições de financiamento e os acordos estipulados definem que tipo de centro histórico se constrói, isso consolida um cenário institucional paralelo que introduz a lógica de “sujeito de crédito”, recuperação de investimentos para o setor privado, valorização do capital, desarticulação do sentido do público e exclusão de outros agentes que não sejam quem possui capital para investir

Os lugares estratégicos são vistos como cenários oportunos de negócios, criando e recriando novos usos do solo urbano, consolidando zonas de boutiqueização, (Carrión, 2005, 2012) destinados aos empreendimentos de classes média alta, alta e empresários imobiliários nacionais ou internacionais, que no caso do CHS se evidenciariam em grandes hotéis para turistas, lojas de artesanatos, restaurantes e diversos negócios, criando novos usos e consumos, produzindo áreas potenciais para boutiques como os Hotéis Fasano, Palace Hotel e os futuros

⁴³ “A descoberta, um vasilhame com tampa de cerâmica, continha em seu interior um corpo sepultado. Há indícios de que os restos mortais sejam de um homem, provavelmente um índio tupi-guarani, que pode ter vivido em Salvador entre os séculos XIV e XVI”. Arqueólogos encontram vestígios mais antigos da história indígena em Salvador. **ABCERAM**. Salvador. 22/09/2020. Disponível em: <https://abceram.org.br/ceramica-em-revista-bahia-arqueologos-encontram-vestigios-mais-antigos-da-historia-indigena-em-salvador/>.

empreendimentos Tira Chapéu e o Palácio Rio Branco. Dentro do contexto do programa Revitalizar e das transformações implementadas no Salvador 360° aparecem alguns casos palpáveis de reformas e gestões público privadas no CHS, também adjacentes aos casos analisados anteriormente (Hotel Fasano, Palace Hotel, Palácio Rio Branco e Tira Chapéu), esses casos são a Ladeira da Conceição e a Praça Castro Alves.

Na Ladeira da Conceição ou também conhecida como a Rua dos Arcos, estes processos de reformas começaram desde o ano de 2017⁴⁴. Este é um dos espaços que foi reformado durante a Prefeitura de ACM Neto e entregue no ano de 2020. Durante o desenvolvimento desta pesquisa desde o ano de 2017 até o 2021 (também em tempos de Pandemia) foram feitas diversas observações de campo e algumas entrevistas, uma delas aconteceu em setembro do ano de 2017⁴⁵ com a senhora Anna e seu esposo Evandro. Eles administravam um pequeno negócio de venda de bebidas e comida numa das casas que compõem os Arcos da Ladeira, sendo o único negócio que tinha essa vocação, trabalhavam no bar faz dois anos aproximadamente, mas moram nos arredores há quinze anos. Falando sobre as reformas urbanas na Ladeira e sobre a vida do lugar há algumas décadas atrás disseram o seguinte

“Antes a vida aqui era muito boa, tranquilidade, o lugar tinha mais vida, agora tem diminuído, no entanto esse é um lugar com muita movimentação especialmente no final do ano, onde as pessoas alugam casas, quartos e fazem um dinheiro extra, mas isso não é suficiente pois isso só acontece num período de tempo específico e dura pouco. Alguns anos atrás existiam diversos negócios, mais restaurantes, lugares de comidas e alguns bordéis, os que eram administrados por mulheres, hoje em dia só tem dois”

Um desses bordéis ficava justo em frente do seu negócio. Para eles o bordel dava certa vida ao lugar, *“pois de noite as pessoas chegam aí, bebem uma e as vezes descem no bordel”*. Tal espaço não representava perigo, nem incômodo, outorgava movimento, presença permanente de pessoas transitando e frequentando o lugar. *“Antigamente, o movimento de bordéis e o movimento noturno, era ainda maior na região e principalmente na Ladeira da Montanha. Os imóveis que funcionavam estão desapropriados e alguns foram demolidos recentemente pela Prefeitura (ano de 2017-2018)”*. Estas demolições foram feitas para dar início à renovação da Ladeira no contexto do Revitalizar.

⁴⁴ A Ladeira da Conceição é uma das ruas que articula a Cidade Baixa e Cidade Alta para aceder ao Centro Histórico de Salvador, é um lugar que tradicionalmente se conhece por conter diversas oficinas de artesãos que trabalham o ferro –janelas, portas e também objetos do Candomblé- eles têm desenvolvido sua atividade durante décadas, é um trabalho que tem passado de geração em geração, sendo algo emblemático e característico da zona.

⁴⁵ Esta observação de campo foi feita na disciplina Antropologia Urbana oferecida pela professora Maria Gabriela Hita que tinha como objetivo pensar as dinâmicas contemporâneas sócio espaciais no Centro Histórico de Salvador.

Anna é de Santo Amaro, chegou para trabalhar em bares, primeiro alugou um bar embaixo da Ladeira e depois se mudou aonde trabalha atualmente. Em palavras dela o lugar *“era muito bom, hoje em dia tem um monte de prédio vazio lá, sem utilizar, isso não está certo”*. No lugar onde atualmente fica o estacionamento -o qual foi readaptado momentaneamente no ano de 2020 para trasladar os negócios dos artesãos- (ver foto 18)- *“era um lugar onde moravam muitas pessoas em casas de cartão, o prefeito ACM*



Foto 18. Estacionamento. Lugar que foi adaptado momentaneamente como lugar de trabalho dos ferreiros no entanto eram feitas as obras de renovação da Ladeira da Conceição. Foto tirada pelo autor em 2021.

Neto “tirou eles daí e recuperou isso, se não, você nem poderia vir por aqui, aí tinha muito ladrão que roubava as pessoas por aqui no centro e iam aí a se esconder. O mesmo nessas escadas dali embaixo, era um mato, uma floresta, um bananal e ninguém caminhava por aí”. Para Anna as mudanças e renovações que começaram na Ladeira desde 2018 tem um foco, *“Este lugar querem mudar para gringo, colocar hotéis, restaurantes como lá na Rua Chile, onde já colocaram esse hotel grandão”* (fazendo referência ao Fera Palace Hotel e o Hotel Fasano na Rua Chile)”. Da mesma forma para Evandro o projeto de renovação do centro antigo caracterizar-se-ia por botar várias “casas culturais e de artistas” as quais seriam especialmente *“para consumo de gringo, de pessoas com dinheiro, pois são eles que investem e vão nessas “galerias de arte”, eles são os que gostam disso, nós não consumimos isso. Mas a Prefeitura ou alguns empresários prefeririam botar hotéis e lugares comerciais para alugar, pois assim ganham mais dinheiro”*. Segundo Evandro o que vai acontecer nessa rua e algumas por perto onde já têm casas fechadas com tijolo nas suas portas frontais, *“é o mesmo que aconteceu no Pelourinho há algumas décadas atrás onde as pessoas foram tiradas das suas casas e hoje em dia é lugar comercial e turístico”*. Este tipo de tendência que provem desde os anos 90 e que tem continuidade ainda mais com os programas como o Revitalizar, faz parte do que foi denominado por Gottschall e Santana (2006, p. 12) como “Shopping a Céu Aberto”, Valorização turística do Patrimônio Histórico Cultural (Ormindó, 2001) ou a vinculação entre Economia e Cultura nas intervenções no CHS (Santana, 2004), processos que estão ligados ao fortalecimento da capacidade competitiva das cidades em atrair investimentos, sob um contexto de mudança de economias urbanas marcadas pelos fenômenos da globalização.

Numa visão semelhante, outro morador entrevistado virtualmente em 2021 no contexto da Pandemia do Novo Corona Vírus, argumenta sobre as transformações feitas nos últimos anos na Rua Chile no contexto do Programa Revitalizar e a respetiva focalização dos investimentos, os quais segundo ele

É inversão de prioridades, de investimento público para fomentar as ações, é por isso que nós estamos vivendo essa loucura que a atividade económica zero do Centro Histórico e o programa Revitalizar em nada mudou a cara do CH, por exemplo ali, o Hotel Fasano Rua Chile, você sabe que ali aquele corredor turístico ele tem 60 anos né?... ou seja, você está fomentando a mesma situação no mesmo lugar, numa mesma localidade, a intervenção urbanística hoje na praça Castro Alves, Mercado Modelo, são só intervenções urbanísticas, pelo próprio Estado e do Município, isso não tem nenhum outro tipo de intervenção capaz de amenizar as sequelas sociais de segurança e desenvolvimento humano daqui da região. A vitrine esta arrumadinha, mas quando você vai para periferia do Centro Histórico, o CH tem periferia? Tem! O CH tem a periferia Baixo dos Sapateiros, Ladeira do Tabuão, Ladeira da Preguiça, essas são as periferias, o comércio não tanto porque agora a Prefeitura botou a ideia que o Centro Administrativo vai ser o Comércio... mas isso é há muito tempo, isso é velho⁴⁶

A quantidade de equipamentos culturais que têm sido inaugurados desde o ano de 2018 no contexto do Revitalizar faz parte da ativação cultural do CHS, porém também da estratégia de “arrumar a vitrine” como foi expressado pelo morador. Esta canalização e focalização dos investimentos, têm gerado uma espécie de fronteira urbana (Smith, 2012, 2007) bem delimitada que está localizada mais além do centro de atenções das gestões público privadas, definindo uma zona de investimentos e outra de não investimentos numa mesma delimitação geográfica. Mais além da fronteira da renovação ficariam os pequenos comerciantes e lojistas, pessoas que fazem parte do que é denominado como o “mercado informal do trabalho” no CH e moradores que vivem há alguns anos em condição de ocupação de casarões antigos. Em palavras da moradora Maura Cristina

a gente precisa discutir essa política que te empurra a morar nas periferias, sem serviço, com todo o caos que é para você ir morar, que nós precisamos rever o que é Minha Casa Minha Vida, você tira às pessoas do local onde elas nascem crescem, se casam aqui, constroem família, constroem laços afetivos, então você não só está tirando à pessoa da casa, não é só o território, você está levando o que ele tem de mais, o que é de mais profundo que é as relações, então tem casos de doença de saúde mental nesse território⁴⁷.

O que moradores expressam por periferias teria dois sentidos de deslocamento sócio espacial: um primeiro sentido, que consistiria na intervenção que foi feita no ano de 1992 onde moradores foram expulsos a um projeto de vivenda em Fazenda de Coutos, na periferia da

⁴⁶ NEVES Cicero. Habitante e Integrante Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 19/04/2021

⁴⁷ MAURA Cristina. Habitante e integrante da articulação do Centro Histórico de Salvador, Coordenadora Estadual do MST. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 19/04/2021

cidade, longe do Centro Histórico de Salvador, estes deslocamentos foram feitos com pequenos pagamentos de compensação, de modo que as casas onde antes moravam pudessem ser transferidas para novos usos ou novos usuários, (Hitta, 2018, p. 52). Estes deslocamentos foi o que Gottschall e Santana (2006) chamaram de uma diáspora cultural no CHS, pois os empreendimentos turísticos e a focalização dos investimentos para populações solventes tendem a fazer um banimento social e cultural da população moradora, na medida em que os elementos culturais territoriais, as identidades espaciais, aspectos simbólicos e os sentidos produzidos historicamente pela população moradora e negra, foram sendo deslocados espacialmente com as expulsões desde os anos 90, ou por outro lado, integrados para serem oferecidos como um objeto de consumo cultural e turístico. Em outro sentido, as periferias fariam referência a processos de exclusão sócio espacial que acontecem mesmo dentro ou aos redores dos focos dos investimentos e prioridades do CHS.

A formação dessa periferia é por conta da expansão do que Smith (2010) denominou como a fronteira urbana, a qual consiste em propostas de intervenção urbana que refazem a geografia da cidade e a produção social do espaço, potencializam a rentabilidade das zonas delimitadas, oferece novos referentes estéticos, gera um espaço consumível –especialmente solvente-, seguro e impõe outras formas de socialização em comparação com os usos antigos.

A fronteira urbana evoca os diferentes avanços econômicos, geográficos e históricos da civilização urbana num momento específico de desenvolvimento, mas por outro lado estes processos de expansão são feitos por coletividades ou grupos de bancos, empresários, o Estado e agentes sociais de escala nacional e mundial. O que procura é a diferenciação interna de espaços já desenvolvidos nas cidades. É uma tendência que avança impulsionada pelos donos dos coletivos do capital. (SMITH, 2012, p. 22)

A implementação do Revitalizar gera um impacto visual nas obras terminadas e reformadas como é o caso da Praça Castro Alves, adjacente à Ladeira da Conceição e na frente do Hotel Fasano. Desde esta praça se aprecia uma vista panorâmica para Bahia de Todos os Santos, este espaço é mais um cartão postal da cidade renovado e revitalizado no contexto das reformas urbanas contemporâneas no CHS assim como do programa Salvador 360°. O espaço após reforma ganhou em visibilidade, segurança e tranquilidade (é um espaço permanentemente monitorado pela Polícia), é frontal ao único Cinema localizado no Centro Histórico: Cine Metha Glauber Rocha.



Foto 19. Vista panorâmica da Bahia de Todos os Santos desde a praça Castro Alves. Obra entregue. Foto tomada pelo autor Fevereiro 2021.

Percebe-se que por parte dos poderes públicos e agentes empresarias este tipo de formalização e reorganização do espaço público sempre é vista com bons olhos; é algo necessário para os setores empresarias, possui aceitação social por quem frequenta o CHS e se transforma um símbolo de ordem para os poderes públicos. Silva Aguiar (2019), que analisa a intervenção na Ladeira da Conceição da Praia visibilizando a racialização da intervenção, destaca que estes Projetos e intervenções urbanas que têm como bandeira a mercantilização do território estão pautados na hostilidade e intimidação da população mais pobre. e no caso do CHS da população negra que habita e trabalha nos lugares que são foco das renovações e reformas.

Para Lipsitz (1998) e Roy A. (2017), que analisaram os impactos raciais e de classe das renovações capitalistas urbanas contemporâneas em Los Angeles, existe um conjunto de violências estatais e privadas que recam direta e exclusivamente sobre população não solventes, negras, pardos e Latinos. Para os autores esta violência formal e organizada recai sobre corpos racializados estabelecendo um urbicídio e a respectiva aniquilação intencional do lugar, o qual se traduz na perda de histórias coletivas de populações não solventes que têm sido construídas ao longo do tempo nos bairros que sofrem projetos de renovação urbana. O despejo destas populações assegura, por outro lado, a posse soberana do lugar, neste caso dos grandes e potenciais investidores, do capital imobiliário, assegurando o controle territorial por parte do “investimento possessivo da brancura”, o qual se projeta no espaço em vários aspectos que são também visíveis em Salvador: tanto nos sentidos, nos usos da propriedade, os tipos de consumos (alguns deles marcados em pautas artísticas e culturais), vocação turística e conservação e reutilização dos patrimônios nas mãos privadas para produzir renda. Trata-se em Salvador também de um “banimento racial” (Roy, 2017).

A vida nos casarões, nos Arcos da Ladeira e nos postos de trabalho em lugares públicos provêm de velha data na história do CHS, no caso das ocupações remonta-se décadas atrás,

muito antes das políticas de intervenção da década dos anos 90. Elas ainda se mantêm em alguns casarões, como bem analisa Montoya (2019), muitas das ocupações que conseguiram construir um habitar com dignidade têm em comum a enorme importância das mulheres negras, muitas das famílias e pessoas que habitam nelas sempre têm sofrido a incerteza da sua permanência e a insegurança, pois isto

Impossibilita qualquer projeto a médio prazo ou a longo prazo, o que traz como consequência a precariedade que se torna incessante e a sensação de indeterminação persistente (que renasce a cada boato, a cada pequena mudança conjuntural, a cada resultado eleitoral ou troca de interlocutores). As ocupações vivem assim, sob o paradoxo do provisório-permanente (MONTROYA, 2019, p. 391)

Este aspecto é algo histórico e emblemático que caracteriza à população que habita o Centro Histórico de Salvador, a luta pela moradia, o direito de estar no espaço e de viver no centro da cidade.

O CHS é um território negro, que é indiscutível não ser visto desta forma, quando somos 98% de negros que reside e trabalha neste lugar, que ficou na resistência histórica. Aí você tem um resgate histórico que trabalhou durante 300 anos e não recebeu nem terra, nem semente, e até hoje nós temos uma queda de braço do direito a esse território. O que me move é o direito a um país que é negado.⁴⁸

Justamente este espaço específico foi alvo de uma Ação desenvolvida pela Prefeitura de Salvador (Partido político DEM), pelo capital imobiliário e pelo governo da Bahia do PT denominado “Projeto de Requalificação das edificações localizadas nos Arcos da Montanha” financiado pelo PAC Cidades Históricas. O IPHAN aprovou um plano da Prefeitura em 2014 para renovação dos Arcos da Ladeira, que incluía um aspecto visual e equipamentos e residências artísticas, mas não contemplava os serralheiros, marmoristas, ferreiros e seus atuais ocupantes. Os moradores e trabalhadores dos Arcos da Montanha receberam uma notificação no dia 15 de julho de 2014 dado pela “Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Município” (SUCOM) para que saíssem dos seus locais de trabalho, para que fossem realizadas obras de reparo das edificações dentro dos padrões projetados pelo instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan-BA e financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas. (52)

Um dos principais temores de despejo por conta desta renovação foi que muitos moradores e trabalhadores não possuíam as escrituras de propriedade dos imóveis, que é uma desvantagem jurídica que impossibilita fazer negociações. Após processos de mobilização os Artífices da ladeira da Conceição junto com outros atores conseguiram por meio de uma

⁴⁸ MAURA Cristina. Habitante e integrante da articulação do Centro Histórico de Salvador, Coordenadora Estadual do MST. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 19/04/2021

negociação política com a Prefeitura evitar a sua retirada do local e garantir a sua permanência após o processo de renovação. O principal logro que se obteve foi que durante o transcurso das obras de renovação, os trabalhadores permaneceriam em containers devidamente equipados e localizados a poucos metros das obras -mas exatamente num estacionamento adjacente- como forma de garantia de permanência enquanto as obras eram finalizadas. Nesta mobilização participaram atores como a Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, moradores, trabalhadores(as), professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, a Defensoria Pública da Bahia.

Em 2014, os trabalhadores fizeram um acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional, o Iphan, e com a Prefeitura para que não fossem retirados do local. Mas, no ano seguinte, parte dos imóveis foi derrubada pela Defesa Civil sob a alegação de irregularidades e risco por conta das chuvas. Alguns tiveram de deixar o espaço sem receber indenização – caso de Vera Lúcia, que teve a casa construída nos arcos demolida após 25 anos trabalhando como ferreira no local. Seu filho, Telmiro Rocha, de 32 anos, permanece na mesma rua, ocupando o casarão do tio marmorista aposentado (The Intercept 2019)

As obras foram entregues em novembro de 2020 e os moradores e trabalhadores conseguiram retornar a seus lugares de trabalho. Estas obras foram custeadas com recursos da Prefeitura. O investimento foi de, aproximadamente, R\$3,4 milhões, e é parte integrante de um conjunto de 35 iniciativas para a revitalização do Centro Histórico, com investimento total de R\$300 milhões. Em outros cenários do CHS se visualizam diversos conflitos que versam sobre os usos do solo urbano, pois por um lado existem os grandes projetos empresariais e ações urbanas públicas que visam o viés turístico, e por outro a reivindicação do centro histórico como um que também pode ser de moradia para população não solvente. Na perspectiva de moradores, associações e grupos políticos como é o caso da representante do Movimento Sem Teto da Bahia Maura Cristina o projeto é:

Nada mais é que o mesmo modelo falido feito antes por Antônio Carlos Magalhães. A violência maior é tirar a história da vida dessas pessoas, eu tenho lideranças que teve os seus bisnetos aqui. Por que não transformar esses casarões em habitações? Os moradores têm receio de que os imóveis sejam desocupados. “Revitalizar” é trazer vida ao que não está vivo, mas o centro antigo tem vida. Tem gente que mora no local há 60 anos, que nasceu no local. O projeto fala de imóvel abandonado, mas não fala em que tipo de imóvel deteriorado, em quais condições de uso. Isso não está claro. As pessoas ficam inseguras porque as experiências anteriores foram da mesma forma⁴⁹.

⁴⁹ Projeto Revitalizar tentativa de gentrificação ou revitalização. **Correio Nago**. Salvador. Disponível em: <https://correionago.com.br/portal/projeto-revitalizar-tentativa-de-gentrificacao-ou-revitalizacao/>.

Da mesma forma na opinião de Pedro Cardoso, um dos coordenadores do Movimento Sem Teto da Bahia, o projeto Revitalizar é focado para benefício de proprietários e quem possui capital para investir nas reformas, a sua vez ele critica a perspectiva da intervenção, pois visa unicamente o empreendimento turístico do centro histórico e os projetos para o Centro Antigo tanto dos governos Municipal como estadual, foram desenhados a partir da lógica do mercado imobiliário. No centro histórico moravam 13,520 habitantes e no seu entorno denominado Antigo Centro havia 53.343 residentes, para o PPA -Plano Plurianual de Salvador- no ano de 2018, no CHS tem 2.253 habitantes e no Comércio 1.345⁵⁰, e segundo a Defesa Civil dos 1.429 casarões cadastrados, 70% estão com moradores, sejam donos dos imóveis ou pessoas que ocupam esses locais, dos quais 128 apresentam alto risco de desabar⁵¹.

Não há planos para reformar os imóveis que estamos, por exemplo”, critica, em referência aos seis prédios que o movimento ocupa na região. “Você não vê projeto popular para o centro, tampouco para a classe média. É um perfil para o turista e pessoas de alta renda, quando o grosso dos habitantes é de classe mais popular”, diz Cardoso⁵².

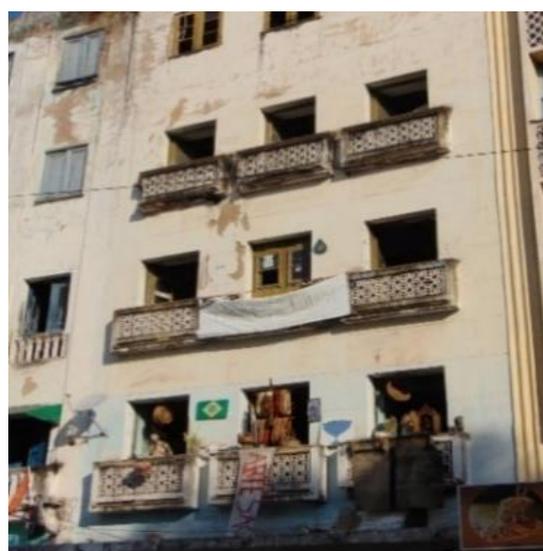


Foto 20. Focalização dos investimentos em arquitetura colonial

⁵⁰ Segundo o site <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/centro-historico>. “Em 2010, o bairro do Centro Histórico contava com uma população total de 2.253 habitantes, a maior parte se autodeclarou parda (51,75%) e preta (29,93%), do sexo masculino (50,82%) e se encontrava na faixa etária de 20 a 49 anos (47,89%). No que diz respeito aos domicílios, 9,06% dos responsáveis não eram alfabetizados, e apesar de 36,9% estar na faixa de 0 a 1 salário mínimo, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$ 1.537,00. Já com relação a infraestrutura ofertada, 91,36% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 88,75% com abastecimento de água e 90,4% com esgotamento sanitário”

⁵¹ Movimento social aponta que Salvador e região metropolitana em 14 espaços ocupados por famílias sem moradia. Salvador. **G1 Globo**. 06/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/06/07/movimento-social-aponta-que-salvador-e-regiao-metropolitana-tem-14-espacos-ocupados-por-familias-sem-moradia.ghtml>.

⁵² Jornal The Intercept Brasil. “Em risco no Pelourinho. Adeus, artesãos. Olá, hotéis de luxo: o plano gourmet do prefeito de Salvador para o Centro Histórico”. Link: <https://theintercept.com/2019/04/21/salvador-centro-historico-pelourinho/?comments=1#comments>. 22 abril 2019

Foto 21. Prédios com moradores.



Foto 22. Predios e Casarões habitados por moradores do lado do Elevador La Cerda.

Foto 23. Avisos alusivos a casarões fechados que antes eram habitados.

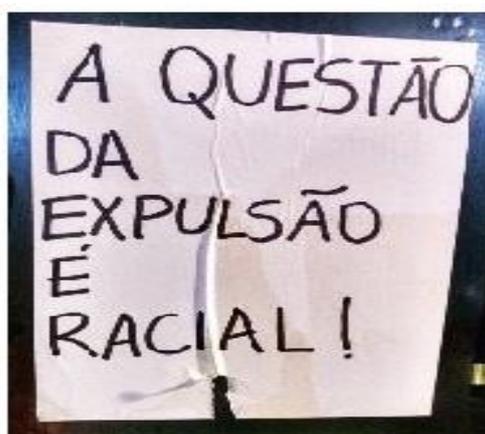


Foto 24. Avisos que evocam reivindicações políticas e sócio raciais sobre o direito de moradia

Foto 25. Avisos nas portas dos casarões

As fotos foram tiradas desde o ano de 2018 até 2021, elas mostram estruturas que têm sido os principais alvos de investimentos por parte do poder público como igrejas e algumas sedes administrativas, casarões que foram fechados e que serão o alvo do programa Revitalizar. Algumas destas casas também estão habitadas há anos, vale a pena dizer que sem a autogestão e esforços por parte dos seus moradores, provavelmente essas estruturas teriam caído num amontoado de pedras sem nenhuma função mais do que a lembrança do abandono e esquecimento. É comum se deparar nos percursos do CHS com casarões fechados, alguns deles tem murais e inscrições em grafite de reivindicações que evocam o direito de estar e habitar no centro histórico como por exemplo "*aqui podia morar gente*", "*aqui morava gente*", "*a questão da expulsão é racial*", "*Muita gente sem casa, muita casa sem gente*", "*que tal trazer os moradores de volta?*" "*Aqui morava gente e o Estado expulsou*". Este tipo de reivindicações

plasmadas em grafites ou avisos colados nas portas, janelas e muros, evidenciam os sentidos verticais das práticas, redes e alianças de gestão urbana do público e privado. Desde a perspectiva de Santos (2001), o importante para as gestões verticais é a produção de mais-valia a partir de uma racionalidade que é técnica, tecnológica e política que guia o desenvolvimento e as atividades econômicas hegemônicas contemporâneas. A gestão urbana vertical faz parte da forma como se tomam as decisões no contexto do empreendedorismo urbano, este traz consigo a transferência de atribuições de controle do uso e ocupação do solo e da formulação de políticas, planos e projetos de desenvolvimento urbano da esfera pública para a esfera privada, (De Carvalho e Corso-Pereira, 2013).

Considerando algumas das falas dos moradores e suas reclamações por participação social e democratização das decisões sobre a gestão urbana, vale pena salientar a análise feita por Ormindo (2004, p. 52) quando fez um balance das formas como se concebeu a política social das renovações urbanas: “En algunos casos el centro histórico se convierte en un verdadero escenario y la población local es vista más como un obstáculo que como un socio en la consecución de este objetivo”. Desde a visão de alguns empresários, a moradia e habitação social para população não solvente sempre tem sido desde finais do século XX um dos grandes problemas irresolutos das intervenções institucionais no CHS

Requer um cuidado enorme porquê da mesma forma que agente deve ter uma cautela com IPHAN e com o IPAC na preservação dos casarões, você preservar um casarão de mais de 200 anos precisa de investimento, você não consegue pegar uma pessoa que talvez não tenha a mínima capacidade financeira para manter um casarão em funcionamento, com água, energia, com manutenção de edificação, você também não pode pegar teu principal ponto turístico da cidade e talvez gerar um choque de entendimento de interpretação, o que é o centro histórico? É um lugar onde as pessoas são acolhidas e são colocadas aqui para morar sem nenhum tipo de estrutura, se a Prefeitura garantir estruturas para as moradias eu diria lá pode colocar essas pessoas para morar lá, capacitá-las, e até integrá-las junto a iniciativa privada, com emprego, renda, claro que o emprego e renda depende muito da vontade também dessa pessoa querendo se colocar no mercado de trabalho, mas se a Prefeitura falar, vou reformar o casarão, as famílias estarão aqui, vou gerar emprego para vocês, agora se você não se mantiver no emprego e a gente nesse acompanhamento perceber que faltou responsabilidade esforço da sua parte de se manter no emprego, você também perde a responsabilidade de estar morando num equipamento da Prefeitura. Isso é muito difícil.⁵³

Desde esta ótica, povoar o centro histórico requer uma série de condições, uma delas é que a população esteja articulada formalmente ao mercado de trabalho oferecido pelo setor privado, pois assim se garante certa capacidade econômica para manter os casarões em ordem

⁵³ REYES Leonardo. Empresário, desde 2019 possui duas marcas de franquias de sandálias e um espaço de eventos. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 21/09/2021

e manutenção. Não deixa de ser emblemática a forma como o setor empresarial fala do lugar como próprio, com sentido de pertença, propriedade, com um discurso coletivo, algo que compete exclusivamente ao capital privado como grupo solvente organizar, gestar, disciplinar e consolidar, criando todas as condições socioeconômicas e espaciais do desenvolvimento, o que também inclui a organização do mundo do trabalho. Muitos dos empresários moram há anos e décadas no centro, eles têm estruturado um poder territorial que recai diretamente em quem possui o capital e os detentores das principais atividades econômicas do Centro Histórico.

Não adianta você povoar o centro histórico para dizer que você usou o CH com moradia se você não dar capacidade ou der a possibilidade dessas pessoas viverem dignamente também, e aí as reformas dos casarões não são reformas fáceis de se fazer ou a outra alternativa é realmente buscar pessoas que queiram povoar e incentivar a essas pessoas que tem uma capacidade financeira para bancar essas reformas e essas estruturas e que passem a povoar e a ter segurança atrativos, no que na minha opinião teria mais sentido⁵⁴

Em termos gerais pode se dizer que desde a perspectiva dos empresários entrevistados, a gestão do CHS deve ficar nas mãos dos agentes privados expressados em investidores nacionais e internacionais, setores do capital imobiliário, donos de lojas, restaurantes e boutiques já consolidadas no setor, assim como ser habitado por pessoas que têm “capacidade financeira” para manter os casarões. É nessa mesma lógica que nas análises De Carvalho e Corso-Pereira (2013) sobre o protagonismo do capital imobiliário no desenvolvimento de Salvador, afirmam que são os atores privados os protagonistas na produção e reprodução da cidade, as funções que tradicionalmente foram do Estado como o planejamento e a gestão urbana foram transferidas para o setor privado, ou funcionam de forma paralela.

Tudo que venha acontecer dentro do CH de forma positiva ela é muito bem-vinda, eu acho que esse é o caminho, é uma área nobre que tem seu charme seu encanto e ela precisa funcionar, mas pela minha experiência para que realmente tudo funcione, deveria de haver um grupo independente da Prefeitura e do Estado para que esse grupo de continuidade a isso. Quem é que garante que daqui a 4 anos isso vai ter continuidade? não existe garantias, eu lhe digo isso pela minha experiência, não te digo isso porque eu li no jornal, na internet, na revista não, eu digo pela experiência, eu já vi todas as fases, já vi coisas bacanas acontecendo e depois sei lá vários problemas, e um dos maiores problemas é esse, eu acredito que isso deveria pelo menos ficar na mão da iniciativa privada e o Poder Público entrando como adjuvante como apoiador. Mas sinceramente não acredito em nada que saia da iniciativa pública, eu não acredito, eu não acredito por esses problemas⁵⁵

O que assinala o empresário é a instabilidade do setor público para garantir a execução de diversos programas que têm existido no CHS e mudam dependendo de quem estiver no

⁵⁴ REYES Leonardo. Empresário, desde 2019 possui duas marcas de franquias de sandálias e um espaço de eventos. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 21/09/2021

⁵⁵ IGLESIAS Garcia, Jose Manuel. 57 anos, natural da Espanha, morador e empresário do CHS desde 1995, Presidente da Associação dos Empreendedores do CH. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 22/03/2021.

poder Municipal ou Estadual. A estabilidade dos possíveis programas a longo prazo seria dada, segundo sua visão, pela iniciativa privada e na qual o setor público entraria como um adjuvante, não como o ator principal das reformas. Um dos aspectos que mais têm visado o poder privado na construção dos diversos negócios no CHS e na criação de um ambiente de consumo turístico, é a reorganização-disciplinamento do espaço público assim como o controle do mercado informal de trabalho. Quem percorre as ruas do CHS se depara com quantidades de pessoas que trabalham na rua em diversas atividades como vendedores de fitas alusivas à Salvador e sítios turísticos, capoeiristas nas praças que passam o chapéu por exibir sua arte, malabaristas, vendedoras do Acarajé, pintores tribais, artesãos, pessoas que contam alguma história do CHS, etc. estas diversas atividades que a população moradora ou não solvente desenvolve nas praças e principais ruas do CHS, surgiram desde os anos 90 quando foi implementada a primeira renovação sistemática no ano de 1992 com um viés turístico e o aproveitamento histórico patrimonial. Para o setor empresarial o mercado informal do trabalho impacta o centro em dois sentidos, por um lado, algo que afeta a imagem do CHS, devido às múltiplas queixas que são colocadas pelos turistas que visitam os lugares no site www.tripadvisor.com.br, e por outro lado, a necessidade de organizar e disciplinar esse mercado informal de trabalho.

Nós temos hoje um problema que precisa ser resolvido o mais rápido possível que é a questão do mercado informal no CH que é o que mais hoje atrapalha a imagem do CH para os visitantes, quando o visitante tem uma experiência ruim, ele vai para redes sociais e para eu ilustrar melhor minha fala, eu sugiro que você depois entre no site www.tripadvisor.com.br e veja lá atrações turísticas e bote lá “Pelourinho” e veja o que tem lá. Eu acho isso muito grave porque nós estamos falando de imagem, quando a gente fala de imagem a gente faz com que empreendedores evitem de fazer investimentos privados que nós temos exemplos, as grandes empresas do CH são todas elas da iniciativa privada, pessoas que acreditaram, temos aí os mais recentes, o grupo Prima que trouxe a bandeira do Fasano, o Antônio Massafra, o Hotel Vila Bahia, eu me considero dentro dos 10 maiores empreendedores do CH numa proporção bem menor⁵⁶

O que evidencia estas falas é a necessidade de controle e reorganização territorial do espaço público definindo formas e modos de trabalhar nele. No contexto sócio econômico da globalização e das cidades Latino-americanas, um dos impactos mais visíveis sobre as classes trabalhadoras é justamente no que se entende por mercado informal de trabalho, onde os Centros Históricos por serem lugares nucleares, de muitos fluxos e por sua localização estratégica, possuem vastos contingentes de população nessa condição. Como bem anota De Mattos (2002, p. 7) estas mudanças nos mercados metropolitanos de trabalho têm construído

⁵⁶ IGLESIAS Garcia, Jose Manuel. 57 anos, natural da Espanha, morador e empresário do CHS desde 1995, Presidente da Associação dos Empreendedores do CH. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 22/03/2021.

“cidades duais” regidas pela formalidade e a informalidade nas ocupações dos seus espaços, as quais impactam na paisagem da cidade (desigualdades sociais, segregação residencial, delinquência, conflito social). A cidade sempre expressa as mudanças e a evolução do seu respectivo mercado de trabalho. São sociedades marcadas por altos índices de desemprego e informalidade do trabalho, trabalho por horas, do “dia a dia”, sem carteira assinada, comércio informal, por aplicativos etc. Os empresários que foram entrevistados, são a favor do credenciamento desses trabalhadores informais, os quais deveriam ser organizados em cooperativas que seriam administradas pelos próprios setores privados.

A gente não pode falar do CH sem falar da informalidade que é algo que afasta bastante, porque é uma área visitada, o turista que vem vai ao CH, mas se você não tem o controle, a organização do CH você deixa ele muito aberto para a informalidade tomar conta e fazer o que quer, então as experiências não são bem vistas e aí as pessoas terminam passando pelo centro histórico elas não contemplam, a gente tem conteúdo para a pessoa ir no CH, ir dois três dias e conhecer coisas diferentes, passar o dia inteiro conhecendo coisas diferentes no CH. Se você pegar da Praça Castro Alves, Comércio, até Ladeira do Carmo, você tem muita coisa, experiência gastronômica, arte, moda, aquelas pousadas do CH elas deveriam viver lotadas a noite do CHS ela deveria ser lotada.⁵⁷

É importante considerar a relevância que a “ordem” adquire na atual gestão, pois recai diretamente aos grupos sociais de baixa renda, em geral trabalhadores informais, sendo construída para que a cidade possa trilhar os objetivos pretendidos pela administração municipal: “a elevação da cidade a um novo patamar de metrópole cosmopolita, capaz de atrair novos negócios e investimentos sustentáveis” (PMS, 2013, p.7). A pobreza e os pobres são vistos como problemas ambientais ou de paisagem, cuja situação precisa ser regulada e ordenada Arantes e Pereira (2020, p. 305). Como destacou Vainer (2000), a cidade-mercadoria busca consumidores solventes, transformando-se assim em mercadoria de luxo.

A informalidade é algo comum no mundo todo, a nossa informalidade é muito natural conviver com ela, agora ela precisa ser organizada, precisa ter um órgão por trás, organizando, reconhecendo, essas pessoas precisam levar o pão para casa, mas elas não podem impactar no desenvolvimento do Centro Histórico inteiro. Se não tem organização eles podem chegar e começar a disputar entre si. Se você como Prefeitura ou Estado não organiza você passa a ter dezenas de pessoas aí ofertando um serviço e gerando e precisando de uma demanda que não se sustenta, não adianta você ter cinquenta pessoas para botar a fitinha e receber 25 turistas. Isso começa a atrapalhar e começa a afastar as pessoas, precisa credenciamento, capacitação das pessoas, o turista quer contemplar a cidade. É possível fazer isso inclusive com parceria pública privada. Chame uma empresa privada, tanto para fazer um colete, a Prefeitura vai entrar com a capacitação, se ela consegue promover um carnaval inteiro só com a iniciativa privada como foi feito nos últimos anos de carnaval por que é que ela não

⁵⁷ IGLESIAS Garcia, Jose Manuel. 57 anos, natural da Espanha, morador e empresário do CHS desde 1995, Presidente da Associação dos Empreendedores do CH. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 22/03/2021.

consegue organizar um centro histórico com iniciativa privada? Vamos valorizar a dança, valorizar a cultura, valorizar essas atividades informais que são importantes⁵⁸

É necessário entender os espaços públicos que conformam o CHS como as praças, lugares de mais fluxos de turistas, assim como zonas mais estratégicas de venda e comércio do CH, como um lugar que é de disputa territorial. Seguindo o estudo de Bouças (2015), quando analisa os diversos conflitos sócio territoriais ao redor do espaço central em Salvador na Avenida Sete que é a principal artéria veicular e de pedestre que conecta o CHS, vemos que as ações do poder público podem ser concebidas com o intuito de organizar, ordenar ou coibir os usos considerados não compatíveis com os interesses público-privados. Este tipo de ações que visam a reorganização do mundo do trabalho informal objetiva desde uma perspectiva institucional um lugar mais atraente, arrumado, apresentável e seguro para a população que frequenta o CHS. Para Gottschall e Santana (2006) esta característica do mercado informal do trabalho provem desde os anos 90 como consequência das primeiras intervenções sendo a região de Pelourinho-Sé-Misericórdia, o espaço onde mais se registrou um alto índice de precariedade social e informalidade pós intervenção.

Dessa forma, controlando e normatizando o uso do espaço público e do trabalho se garante e repercute na imagem e estética dos lugares, um aspecto que é muito apeteido segundo Harvey (2011, p. 165) pelo funcionamento das cidades e a competição capitalista a nível global e continental. Este aspecto é algo muito anelado pelas políticas de intervenção e a gestão da Prefeitura no Centro Histórico dentro do Programa Revitalizar e que recai diretamente sobre os usos que a população não solvente tem do espaço. O programa Revitalizar, tanto como o Programa Revive –que será analisado a continuação- propendem pela organização e aproveitamento econômico do espaço. Um impulsionado pela esfera Municipal e outro pela Estadual.

3. 4. Programa Revive. Importação de Modelos urbanos internacionais e suas relações com agentes locais nos destinos do CHS.

Partindo de uma visão global, o Programa Revive –impulsionado e gestado pelo governo do Estado da Bahia- faz parte de uma estratégia de intervenções urbanas contemporâneas atreladas a um contexto de competição interurbana que tem como origem e fonte um modelo trazido da experiência de Portugal. Este Programa visa e projeta o Centro Histórico como lugar

⁵⁸ REYES Leonardo. Empresário, desde 2019 possui duas marcas de franquias de sandálias e um espaço de eventos. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 21/09/2021.

estratégico de investimentos privados considerando o aproveitamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de uma perspectiva prioritariamente turística. Este projeto também teria relação com o modelo do Revitalizar, na medida em que se soma a mais uma iniciativa de intervenção do CHS na modalidade de concessões do patrimônio público, neste caso desde uma gestão e relações sócio institucionais do governo Estadual e atores privados investidores. O protocolo, roteiros e diretrizes em questão é parte da estratégia do governo de Portugal para a internacionalização ou transnacionalização do Programa, que já desenvolve estratégias semelhantes na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Moçambique e São Tomé e Príncipe⁵⁹

Nas diretrizes e roteiros estipulados no documento “Guião Técnico do Projeto Revive” do Ministério de Turismo de Portugal, se estabelecem os princípios que guiam a intervenção no seu centro histórico. Citam-se alguns dos seus roteiros tomados dos documentos do Ministério do Turismo de Portugal⁶⁰ com o intuito de identificar os aspectos centrais e assinalar no decurso da análise, as possíveis semelhanças, diferenças, transferências de ideias ou políticas urbanas que serão aplicadas em Brasil e especificamente em Salvador. No documento citado estipula-se:

- Lançamento ao mercado através de concessões de longa duração de mais de trinta imóveis do Estado atualmente sem ocupação;
- A recuperação das atividades econômicas desde os investimentos privados focalizados em hotelaria, atividades culturais, comércio e as atividades que envolvem o setor do turismo;
- A gestão do patrimônio imobiliário tem como horizonte salvaguardar a natureza pública do mesmo;
- Os imóveis objeto do projeto Revive não serão alienados sendo que as figuras jurídicas de exploração salvaguardam a propriedade pública dos mesmos;
- Assegurar uma adequada recuperação do patrimônio por meio de Requalificação e Refuncionalização dos imóveis.
- Propende por uma captação de investidores privados interessados na exploração dos imóveis;
- Os investidores podem aceder a linhas de financiamento feitas pelo Ministério do Turismo de Portugal; concurso público para seleção das entidades e o projeto que iram desenvolver. (Programa Revive 2018)

No caso do Brasil, uma das frentes mais importantes do programa é o que consiste em trabalhar numa política de atração de investimentos de empresas internacionais e nacionais para o turismo na área do setor hoteleiro. Inicialmente até julho de 2020 já foram selecionados quatro locais para serem parte das ações do programa a nível nacional: Fortaleza de Santa Catarina,

⁵⁹ Programa Revive cooperação internacional promove patrimônio cultural e turismo. **IPHAN**. Salvador. 12/03/2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>

⁶⁰ Programa Revive: Salvaguardar e reutilizar patrimônios. Revista de História da Arte No 13. 2018. Margarida Elias e Raquel Henriques da Silva

em Cabedelo (PB); Forte Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE); Forte Orange, na Ilha de Itamaracá (PE); e Fazenda Pau D’Alho, em São José do Barreiro (SP). Os critérios de seleção dos imóveis dentro do Programa Revive foram principalmente o seu potencial de atratividade turística, políticas estratégicas de mercado e gestão e a valorização do Patrimônio Cultural. Somado a isso, é um programa que selecionou como foco dos empreendimentos e políticas de intervenção principalmente a Região Nordeste, realçando assim seu aproveitamento turístico num nível regional.

Tal programa foi assinado em março de 2020⁶¹, é feito por meio de parcerias entre o Ministério do Turismo do Brasil, assinado pelo atual Ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio, a presidente do IPHAN Larissa Peixoto, a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal (Brasil) e o Governo de Portugal. As formas como se relacionam o setor público e privado já estão estipuladas em roteiros específicos, alguns deles de caráter internacional e dos quais Brasil é assinante, como por exemplo a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas que estabeleceu dentre suas metas o cumprimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a “Declaração de Montreal – Por uma visão humanista e social do turismo” (OITS, 1996) o “Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015)⁶².

Estes documentos são seminais no campo da responsabilidade social e do contexto global da economia de serviços focalizada no turismo⁶³, além de priorizar a ideia do Desenvolvimento Sustentável nas políticas de intervenção e planos de gestão. No Programa Revive, pretende-se trazer “um corpo técnico especializado de Portugal para atividades formativas do Centro Lucio Costa (CLC)⁶⁴. Na execução do programa articulam-se um

⁶¹ Programa Revive, Parcerias e Concessões. Ministério do Turismo. Brasil. Disponível em:

<https://investimento.turismo.gov.br/parcerias-e-concessoes/revive/>.

⁶² Alguns dos objetivos mais abrangentes, gerais e fundamentais destes roteiros são os seguintes: A Declaração de Montreal foi adotada durante a Assembleia Geral anual da Organização Internacional do Turismo Social realizada em setembro de 1996, visa o desenvolvimento do turismo desde uma perspectiva sustentável, como um direito, como um agente decisivo de planejamento do território e desenvolvimento social, em harmonia com o meio ambiente e como instrumento para gerar benefícios econômicos à população local. O Código Mundial de Ética do Turismo foi elaborado pela Organização Mundial do Turismo em Chile em outubro de 1999, projeta garantir a minimização dos impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente, o patrimônio e a sociedade. Finalmente os objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU para o Brasil estão divididos em 17 princípios, sendo o princípio 17 o que mais interessa para o desenvolvimento deste estudo, pois compete às “Parcerias e seus meios de aplicação” no qual se estipulam parcerias globais para alcançar o desenvolvimento sustentável como por exemplo a mobilização de recursos financeiros, tecnologia, capacitação e comércio para o Brasil.

⁶³ Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil. Ministério do Turismo 2018-2022

⁶⁴ O Centro Lucio Costa é uma Escola do Patrimônio, é a base do eixo Formação e Pesquisa Aplicada. Ao CLC compete promover e coordenar as atividades do [Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan - PEP](#) e, por meio da Coordenação de Formação Profissional, promover a articulação entre as atividades de ensino e extensão com as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do CLC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1693/>.

conjunto de instituições como é o caso do IPHAN “que se apoia na experiência de instalação de Centros de Interpretação em cidades históricas de Portugal e pretende trazer o modelo para a realidade brasileira, em especial para os sítios do Patrimônio Mundial”⁶⁵.

Para o caso específico da Bahia e de Salvador, o projeto Revive tem por objetivo “A recuperação de imóveis de valor arquitetônico, histórico e cultural da Bahia, para finalidade turística” esse protocolo de entendimento foi assinado no dia 21 de junho de 2019, em Lisboa, pelo secretário do Turismo da Bahia, Fausto Franco, e a secretária do Turismo de Portugal, Ana Mendes Godinho”⁶⁶. Este “Termo de Cooperação” envolve um conjunto de instituições como a Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria da Administração, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério do Turismo, de cultura da Unesco no Brasil, Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador.

Na Bahia, o nome que adquire é o de “Programa de Requalificação de Patrimônio Cultural Edificado, com integração ao programa português Revive”, em palavras do então Vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico João Leão, o programa

Traz para a Bahia muita esperança, nós estivemos em Portugal, fazendo uma vistoria do Programa Revive. Lá nós encontramos hotéis maravilhosos funcionando em prédios que estavam abandonados, e aqui nós temos alguns exemplos. Já temos algumas grandes empresas internacionais, especialmente do setor hoteleiro, interessadas. Com isso podemos, em vez de ter despesas para preservar o patrimônio, aumentar a receita, por meio da cessão remunerada, contribuindo ainda para a geração de emprego e renda, afirmou (SECULTBA, 11-11-2019)⁶⁷

Para consolidar o empreendimento turístico do programa se visa o estabelecimento de alianças também com a Uneb (Universidade do Estado da Bahia) para a formação de um novo polo universitário voltado para o turismo

“Um protocolo de colaboração envolvendo o Instituto de Turismo de Portugal, a Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (Setur) e a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) também foi assinado no dia 7 de novembro de 2019, em Lisboa. O objetivo é **firmar um acordo de cooperação técnica, pedagógica e científica**, utilizando a

⁶⁵ Em visita a Portugal, delegação do Iphan quer trazer para o Brasil os Centros de Interpretação. **IPHAN**. Salvador. 19/04/2018. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4612>

⁶⁶ Bahia e Portugal assinam acordo para recuperar patrimônio arquitetônico. **Mundo Lusíada**. Portugal. 22/06/2019. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/box3/bahia-e-portugal-assinam-acordo-para-recuperar-patrimonio-arquitetonico/>.

⁶⁷ Bahia e Portugal se unem em Programa de requalificação do patrimônio. SECULTBA. Bahia. 11/11/2019. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2019/11/17151/Bahia-e-Portugal-se-unem-em-Programa-de-Requalificacao-de-Patrimonio-cultural.html#:~:text=%E2%80%9CN%C3%B3s%20estivemos%20em%20Portugal%2C%20fazendo,especialmente%20do%20setor%20hoteleiro%2C%20interessadas.>

experiência do Turismo de Portugal, para o desenvolvimento, na Uneb, de um novo polo universitário dedicado exclusivamente à formação para as atividades turísticas”⁶⁸

No seguinte quadro é se identificam os principais agentes públicos, privados e alguns atores organizados da sociedade que fazem parte das redes sócio institucionais do Programa Revive, alguns de uma forma mais ativa do que outros, consolidando relações solidas de cooperação e adaptação do modelo ao contexto do CHS

REVIVE

TIPO DE AGENTE	ORGANIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, EMPRESA
Agentes públicos	<p>INTERNACIONAIS: Organização das Nações Unidas Governo de Portugal Ministério de Turismo de Portugal Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Governo de Portugal</p> <p>NACIONAIS: Ministério do Turismo Brasil Secretária do Turismo do Estado da Bahia Secretária do Desenvolvimento Econômico IPHAN Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Administração, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Ministério do Turismo, de cultura da Unesco no Brasil, FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador) Secretaria de Patrimônio da união (SPU) Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), do Ministério da Economia BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)</p>
Agentes privados	Santa Casa de Misericórdia e Arquidiocese de Salvador Proprietários de imóveis casarões antigos. Antonio Mazzafera, Fera Investimentos Nova Bahia Calatrave Invest & Trade Inc Grupo Vila Gale- Grupo Hoteleiro Português. Elo
Sociedade	AMACH Movimento Sem Teto da Bahia Organização “O centro antigo sangra”

Quadro 2. Agentes público privados Programa Revive

⁶⁸ Bahia se une a Portugal para recuperação de edifícios históricos através do Revive. **Mundo Lusíada**. Portugal. 11/11/2019. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/box1/bahia-se-une-a-portugal-para-recuperacao-de-edificios-historicos-atraves-do-revive/>.

Um dos agentes locais e influentes do Programa Revive na Bahia é a Arquidiocese, a qual junto com o Governo do Estado da Bahia “assinaram um protocolo de intenções no 02 de dezembro de 2019 para identificar imóveis históricos da igreja católica que possam integrar o Revive Bahia e criar uma rota turística, cultural e religiosa. A parceria, firmada em visita ao Convento da Lapa, também visa apoiar a criação de um Centro de Restauo e Conservação com capacitação de jovens



Foto 26. Igreja Rua do Passo. Focalizações das reformas e preservação da memória religiosa colonial. Foto tirada pelo autor 2018.

restauradores”⁶⁹. A vocação turística também implica a seletividade do sentido religioso do CHS, no qual preponderam as arquiteturas e monumentalidades católicas coloniais em comparação com museus ou espaços destinados e preservados ao culto de outras crenças, religiões ou praticas espirituais. Desde as primeiras reuniões onde se assinou o protocolo para a implantação do Programa Revive na Bahia e Salvador, sempre foi um referente a experiência internacional do Programa em Portugal, segundo o secretário do Turismo, Fausto Franco, ele destacou o funcionamento do projeto que hoje se tornou referência de sucesso no Turismo do país europeu:

“E nossa ideia é colocarmos em prática esse exemplo, que é pegar os sítios históricos abandonados ou subutilizados e transformá-los em equipamentos turísticos, considerando que o segmento é uma forma rápida de gerar emprego e renda e cabe a nós viabilizarmos essas estruturas para que, de fato, a iniciativa privada possa tocar esses projetos”⁷⁰, diz.

Os equipamentos turísticos seriam a forma mais viável de produzir ganancias para o setor privado, assim como de gerar emprego para a sociedade. Os discursos e depoimentos dos empresários e funcionários públicos estão carregados da expectativa da geração de emprego como estratégia de aceitação social. Nas palavras do Diretor do IPAC João Carlos Oliveira

⁶⁹ Governo e arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia. **IPAC**. Bahia. 02/12/2019. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia>

⁷⁰ Governo e arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia. **IPAC**. Bahia. 02/12/2019. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia>

“O objetivo é dar viabilidade e recuperação a monumentos e patrimônios históricos que estejam abandonados e em avançado estado de degradação e poder trazer o investidor privado para que ele possa fazer uma gestão durante os próximos 50 anos, seção onerosa e recuperação do patrimônio⁷¹. Além disso, é um programa que visa se estender a outros Municípios Baianos ricos em Patrimônio Histórico e com menos poder econômico”⁷²

Chama a atenção as garantias e o bom ambiente jurídico que teriam os empresários investidores, é uma perspectiva de longo prazo -50 anos de gestão- que torna e potencializa ao setor privado como bem assinala Maricato (2001) um poder político, econômico e social do espaço como resultado de trocas constituídas ao longo do tempo. Segundo o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, o sucesso do programa em terras portuguesas mostra que a parceria entre público e privado é um ótimo caminho para o setor turístico.

“Queremos levar esse mesmo modelo para o Brasil a partir da assinatura do protocolo de cooperação. Esses patrimônios geralmente estão subutilizados, alguns degradados, pichados. Esse tipo de parcerias “retrata muito bem o que deve ser feito com a iniciativa privada”⁷³

Com este programa o Brasil se alinha a uma das práticas mundiais de geração de emprego e renda nos últimos anos nos centros históricos: a gestão de patrimônios. Para muitos agentes urbanos encarregados da gestão este foi “um modelo que deu muito certo em Portugal” como o expressou o Ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio⁷⁴. O sentido das parcerias público privadas e as coalizões é entregar o funcionamento e lucro para o capital e empreendimentos privados no CH, pois nas próprias palavras do Secretário de Turismo, Fausto Franco, o Programa Revive na Bahia propende por “viabilizar para a iniciativa privada fazer. Nós vamos dar as garantias jurídicas do que pode ser feito e o empresariado vai pegar os imóveis, vai investir e tocar”⁷⁵. O projeto tem linhas de crédito que provem do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) e o PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador). As garantias jurídicas contidas nos roteiros e declarações de agentes

⁷¹ No caso do projeto em Portugal o investidor privado teria 30 anos para permitir rentabilizar o investimento e possa ser assegurada sua exploração.

⁷² Bahia e Portugal se unem em Programa de requalificação de patrimônio cultural. SECULTBA. Bahia. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2019/11/17151/Bahia-e-Portugal-se-unem-em-Programa-de-Requalificacao-de-Patrimonio-Cultural.html>. 11/11/2019

⁷³ Programa Revive: Cooperação internacional promove Patrimônio Cultural e Turismo. IPHAN. Brasil. 12/03/2020. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=13390>.

⁷⁴ Conferencia virtual do Ministério do Turismo Brasil 9 julho 2020. Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a presidente do IPHAN, Larissa Peixoto, e a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) sobre o Programa Revive. Disponível em: <https://www.facebook.com/MinisteriodoTurismo/videos/1416740935186613/>

⁷⁵ Bahia e Portugal se unem em Programa de requalificação de patrimônio cultural. SECULTBA. Bahia. 11/11/2019. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2019/11/17151/Bahia-e-Portugal-se-unem-em-Programa-de-Requalificacao-de-Patrimonio-Cultural.html>.

públicos como o Secretário do Turismo, evidenciam as lógicas de redes público privadas na gestão deste programa, a qual desde a perspectiva de De Mattos (2002) é uma tendência continental nas políticas urbanas dos últimos anos, pois a intervenção pública possibilita o crescimento do capital privado conformando um tipo de governança regida pelo mercado e o capital imobiliário.

Nos documentos institucionais especificam-se os tipos de “alianças e parcerias público privadas” na figura de “concessão”, salienta-se que concessão não é privatização, os imóveis que forem destinados à recuperação e investimento seguem sob domínio do Estado. A secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Martha Seillier, ressaltou que o Revive não representa a privatização de patrimônios, mas sim a figura de concessão dos espaços.

“É uma parceria no sentido amplo da palavra, em que o privado vem com o recurso para cuidar desse patrimônio e, ao mesmo tempo, trazer todo o seu conhecimento para dar visibilidade, atrair cada vez mais pessoas para essa visita, com todas as regras que o poder público estipular nesse contrato. O poder público sai do papel de manutenção de gestão e vai para o papel macro de atrair investidores e de fiscalizar a boa gestão desses empreendimentos”, explicou⁷⁶.

Nessa ordem de ideias, vale a pena salientar que desde os anos 90 a política urbana brasileira segundo Abritta Cota e Magela Costa (2010), se caracteriza se por implementar um conjunto de ações estratégicas para atrair investimentos nas cidades, criando marcos jurídicos e normativos públicos para tal fim, esta forma de governança urbana é feita com “objetivos compartilhados” criando um clima favorável para os negócios desde as relações público privadas. Este tipo de tendência de intervenção e gestão do patrimônio urbano está articulada com lógicas que têm sido projetadas desde as instituições de administração e gestão do patrimônio histórico e cultural como o IPHAN e IPAC junto com Secretarias de Desenvolvimento, de enxergar no Patrimônio Cultural como vetor para o desenvolvimento turístico das cidades brasileiras, como forma de destacar o potencial dos bens culturais enquanto geradores de emprego, renda, cidadania e qualidade de vida⁷⁷. O público é um facilitador, age como aliado estratégico dos marcos normativos, cria ambientes jurídicos favoráveis e ajuda na procura de potenciais investidores para criar ambientes de negócios imobiliários no centro da cidade. Como destaca Duran (2019), existe uma captura regulatória do aparato público institucional feita pelos setores privados para garantir a obtenção de renda do solo urbano desde

⁷⁶ Durante live, Ministério do Turismo apresenta próximos passos do Programa Revive. **RETUR**. Brasil. 12/03/2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>

⁷⁷ Durante live, Ministério do Turismo apresenta próximos passos do Programa Revive. **RETUR**. Brasil. 12/03/2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>

a influência do aparato estatal. Este tipo de captura também consiste na articulação dentro da rede de gestão entre empresários, organizações, partidos políticos que são afins com as políticas de desenvolvimento urbano e os agentes urbanos dentro das instituições públicas.

Uma particularidade dos programas é que seu vocabulário institucional em termos sociais é abrangente, coletivo, enuncia benefícios comuns para a cidade, mas também destituído de conflitos de classe, raça ou de gênero, por exemplo, em que medida o programa acentua os velhos conflitos por moradia e participação social da população moradora e trabalhadora do CHS? Por que o setor público adquire um papel e função de facilitador dos investimentos privados dando em concessão a administração dos espaços públicos? Nesse sentido prevalece a ideia de criar um cenário de “competitividade e desenvolvimento sustentável” que tem como foco a revalorização dos elementos diferenciais para o incremento da competitividade no mercado mundial do turismo, Gottschall e Santana (2006) ou o que Harvey (2011) denominou como a criação de um conjunto de diferenciações sócio espaciais para que as cidades sejam atrativas no mapa global. Desde estas lógicas as gestões evocam consensos expressados na necessidade de Recuperação, Renovação e Revitalização dos espaços sob a perspectiva de roteiros do planejamento estratégico e empresarial. Estes roteiros adotados definem Que, Como e Por Que reformar os centros, é o que Vainer (2013) também denominou como “produção de consensos” na gestão das cidades contemporâneas que giram ao redor de marketing urbano, empresas, empreendimentos, competitividade, produção de renda e planejamento estratégico. Estas características e caminhos que as gestões e cidades devem empreender, são evocadas como aspectos “públicos, coletivos e que beneficiariam a todos por igual”, tal é o caso do seguinte trecho tomado do documento institucional de Planejamento Estratégico de Salvador 2017-2020.

“O perfil da gestão pública exigido pelo novo Brasil reclama por dirigentes que tenham visão estratégica, saibam ouvir as demandas da população e adotem a disciplina fiscal, expressa na frase “não gastar mais do que se arrecada” (p. 7. 2020) ressalta-se também a projeção de Salvador como cidade produtiva, competitiva e regida pelo planejamento estratégico sendo este uma forma de gestão do público para tornar Salvador uma cidade mais igualitária, desenvolvida e sustentável com prioridade nas áreas mais carentes” (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SALVADOR 2017-2020, P. 9)

Este mesmo plano estratégico estipula “Atuar na recuperação do Centro Histórico de Salvador e explorar as oportunidades para negócios, moradia, cultura, lazer e turismo na região”, assim como potencializar ainda mais o desenvolvimento de Salvador como polo turístico do Nordeste Brasileiro por meio da valorização e reutilização do patrimônio histórico, cultural e natural da cidade (Plano Estratégico de Salvador, p. 82, 2020).

Neste aspecto vale a pena assinalar como nas últimas décadas o Nordeste vem se projetando a nível nacional, continental e até mundial com uma tendência do que Ferreira Cardoso e Araújo Ferreira (2007) denominam como Turismo Residencial, no qual se empreendem projetos que valorizam o espaço para conformar um mercado Imobiliário Turístico, que indica por um lado, uma construção de imóveis e lugares diferenciados, mas por outro, um acúmulo de políticas fragmentadas: pontos de alto dinamismo socioeconômico sobre um cenário socialmente desigual.

O Nordeste brasileiro, e especificamente o litoral nordestino, atualmente, passa a atrair cada vez mais um volume de capital destinado a implementar unidades de hotelaria, resorts integrados com condomínios residenciais, “condhotéis”, flats, loteamentos, em um número cada vez maior. Empresas portuguesas e espanholas são as maiores investidoras, FERREIRA CARDOSO, ARAUJO FERREIRA (2007, p. 110)

O que se pretende é consolidar e aperfeiçoar a velha tendência do CHS de afiançar ainda mais o turismo como sector estratégico da economia. Esta tendência faz parte e é fortalecida pelos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), que segundo Ferreira Cardoso (2013) analisando os investimentos dessa instituição no Nordeste, “passou a investir em melhoramentos urbanos para ampliar a capacidade competitiva da região no cenário internacional – em obras na malha rodoviária urbana e melhoramento dos aeroportos, assim como das faixas litorâneas que articulam os principais circuitos das cidades, os investimentos são em torno de US\$ 68 milhões para incentivar a entrada de capital estrangeiro no Nordeste”. Estes investimentos impactaram na valorização imobiliária de condomínios residenciais, resorts e hotéis. Analisando as dinâmicas imobiliárias do setor turístico, os capitais e os destinos de procedência que vêm se instalando no Nordeste e em Salvador Ferreira Cardoso e De Araújo Ferreira (2007) assinalam que

a maioria é estrangeiro, principalmente transbordamentos da Península Ibérica. Empresas portuguesas pretendem investir cerca de 2,2 bilhões de reais no Brasil, quase todo volume no Nordeste (Exame, 2007a, p. 57); os espanhóis são o segundo em investimento, com 1,3 bilhão de reais. Grupos como Pestana, Banco Privado Português, Vila Galé, Sanches, além das grandes redes Accor, Hilton e Super Clubs passam a fazer parte do cotidiano do mercado turístico nacional e, principalmente, nordestino. (FERREIRA CARDOSO e DE ARAUJO FERREIRA, 2007, p. 113)

Para o Ministro do Turismo “O turismo nunca teve uma ordem de prioridade na história do país, neste governo Bolsonaro, o Turismo do lado do Agronegócio são dois aspectos a serem explorados”⁷⁸. Segundo o Ministério do Turismo, após o Covid 19 o Governo Federal pretendia fazer fortes investimentos no Turismo como estratégia de recuperação econômica, para tal

⁷⁸ Ibid.

objetivo já foram entregues 110 obras em infraestrutura turística no que vá do decorrer do ano 2021, estes investimentos são destinados para “reforma de orlas, parques, praças públicas e pavimentação asfáltica e resultam de um investimento de R\$ 49,2 milhões do órgão”⁷⁹. Se assinala que a região Nordeste concentra os maiores desembolsos, de R\$ 18,2 milhões. Estas obras ocorrem “preferencialmente nas cidades que constam do Mapa do Turismo Brasileiro, uma ferramenta do Programa de Regionalização do Turismo, que orienta a aplicação de recursos públicos em destinos que adotam o turismo como estratégia de investimento e alternativa de retorno econômico”⁸⁰, o qual contempla dentro dos Estados com mais fluxo turístico a Bahia e a cidade de Salvador como um cenário favorável para a recuperação econômica.

Desde finais do século XX e no decorrer do XXI as práticas do empresariamento dos governos urbanos e seus discursos de crescimento, vem sendo levados a cabo através do chamado planejamento estratégico, que entende que as cidades devêm ser mais competitivas frente aos desafios da globalização e, para tal objetivo, têm que ser geridas não apenas “like business”, mas antes “for business” (Arantes, 2000). Dentro desta lógica, é importante destacar que com relação ao Programa Revive é comum ler nos documentos institucionais e nas declarações públicas feitas por funcionários, secretários(as), agentes públicos em geral e empresários, discursos como o de desenvolvimento sustentável do patrimônio, cidades inteligentes, turistificação dos espaços, Revitalização, Recuperação etc. estes discursos e ideologias tiveram origem nas políticas de gestão das principais cidades dos países do Norte Global (neste caso específico do programa Revive em Portugal), circulam e são abrangentes na medida em que são adotados por diversos países nas cidades do Sul global. Estes princípios e roteiros de gestão muitas vezes são adotados sem filtro e sem considerar o que Quijano (1998) denominou como a diversidade histórico cultural e estrutural que conformam as sociedades Latino-americanas.

É notório desde o início das reuniões interministeriais, a forma como iriam ser articuladas as relações interinstitucionais e as redes de gestão público privadas locais com o âmbito internacional, neste caso seguindo ao pé da letra o modelo de Portugal. Em documento oficial e preliminar do Modelo Revive para o Brasil que data de meados de 2019 estipula-se

⁷⁹ Governo entrega 110 obras de infraestrutura turística. **Ministério do Turismo**. Brasil. 12/03/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/03/governo-entrega-110-obras-de-infraestrutura-turistica>.

⁸⁰ Governo apoia a entrega de 126 obras de infraestrutura turística no país entre março e abril. **Ministério do Turismo**. Brasil. 02/06/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/06/governo-apoia-a-entrega-de-126-obras-de-infraestrutura-turistica-no-pais-entre-marco-e-abril>.

nas próprias palavras do assessor especial do Ministro de Turismo do Brasil Mateus Von Rondon Martins o seguinte sobre seguir os mesmos passos que Portugal, o assessor indicou que

“Seria mais estratégico seguir com o modelo implementado em Portugal, que já dispunha de metodologia e processos pré-definidos, além da possibilidade de orientação por parte da equipe do Turismo de Portugal, o que facilitaria a implementação do programa no Brasil”. A decisão coloca poder nas mãos dos portugueses — do setor público e privado. O plano de trabalho prevê, por exemplo, que o desenho do imóvel piloto do programa no Brasil será definido em conjunto com os portugueses⁸¹

As assessorias interinstitucionais entre os dois países têm como uma das suas figuras principais Babington dos Santos, Secretário Nacional de Integração Interinstitucional desde 2019 e um dos primeiros passos consiste em identificar os imóveis com arquitetura e patrimônio Lusófono que seriam objeto de investimentos, para o caso da Bahia o Secretário do Turismo afirmou esta postura e o aperfeiçoamento da vocação que teria o CHS

Ainda em junho, o secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco, deu o tom do que está por vir. “Estamos mapeando imóveis que podem ser incluídos numa primeira etapa, a fim de impulsionar a instalação de novos restaurantes, hotéis, cafeterias, lojas de artesanato e outros equipamentos que ativem o mercado turístico, com desenvolvimento econômico”, disse o secretário.⁸²

Nos documentos oficiais, reportagens e declarações dos funcionários encarregados da gestão público privada do programa, se percebe a tendência em seguir os mesmos passos que Portugal em matéria de roteiros, isenção de impostos, ajudas públicas para investimentos privados e no aprofundamento do sentido turístico na revitalização dos patrimônios. Por outro lado, nas palavras da moradora Maura Cristina, integrante do Movimento de Mulheres Negras da Bahia e da Articulação do Centro Histórico de Salvador, quem tem vivenciado estes modelos urbanos e os impactos das políticas de gestão dos programas de renovação do CHS como o Revive e o Revitalizar, manifesta que

“As pessoas vêm a ver a cultura regional daqui tudo o que é feito no centro histórico é feito para o turismo, desde 1990 você deve perceber que nunca dá certo e ai tem um agravante com esses programas Revive e Revitalizar, essas novas formulas de fazer o Centro Histórico, é que desta vez eles propõem fazer alguns tipos de negócios. Eles colocam para que esses homens iluminados que pensam a cidade, sem colocar os seus atores principais que são as pessoas que nasceram e moram aqui, eles esquecem de colocar as pessoas, além de vir aqui na cidade e ver como as pessoas vivem é possível conviver o turismo com as pessoas que moram”,⁸³

⁸¹ Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. 20/10/2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

⁸² Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. 20/10/2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

⁸³ MAURA Cristina. Habitante e integrante da articulação do Centro Histórico de Salvador, Coordenadora Estadual do MST. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 19/04/2021.

O que se quer ressaltar na fala anterior é que a diversidade cultural, social, racial e estrutural do território é silenciada e ignorada nos modelos de gestão urbana, pois os roteiros e o paradigma dominante, neste caso o Turismo, demanda colocar prioridade numa visão empresarial dos espaços que visam a produção de renda. Para Otilia Arantes (2013) o fato de as cidades aproveitarem seus patrimônios desde a perspectiva turística no contexto global de competição interurbana, traz consigo a implementação de diversas requalificações feitas em zoneamentos específicos das cidades que tem como foco o “encontro glamoroso entre Cultura e Capital”. A ligação entre uma visão turística, empresarial e o conjunto de ideias de gestão patrimonial vem desde as Cartas Patrimoniais, as políticas da UNESCO, os empréstimos do BID, nos potenciais empresários investidores assim como desde os atores públicos nacionais e locais, Ormindo (2004). O Programa Revive age diretamente sobre os Patrimônios Mundiais e Arquitetônicos que foram considerados pela UNESCO, nesse caso a articulação entre Cultura e Capital propende por consolidar produtos turísticos. De acordo com uma matéria sobre o tema,

Em abril, uma das medidas tomadas na celebração dos 100 primeiros dias de governo foi definir uma política oficial de estímulo direto do governo federal para o desenvolvimento de “produtos turísticos” (privados ou bancados por dinheiro privado) nos sítios do Patrimônio Mundial reconhecidos pela Unesco. Entre os sítios naturais estão as zonas de Mata Atlântica, a Amazônia, o Pantanal, a Chapada dos Veadeiros, Fernando de Noronha... E, entre os culturais, Ouro Preto, centros históricos de Salvador e Olinda, entre vários outros⁸⁴

As administrações dos centros também fazem parte de uma engrenagem institucional de alianças, redes e cooperações público privadas que perpassam as esferas locais, pois estão imbricadas em redes internacionais denominadas de “cooperação multilateral”, porém o que prevalece neste caso analisado são as ideias e o modelo urbano que provem de um país do Norte Global. É o que Rodriguez (2020) denominou como uma Geocultura na ordem do socioespacial no Sistema Mundo ou o que Jajamovich (2016) analisou desde uma perspectiva de circulação internacional de ideias e modelos urbanos. Desde uma perspectiva da Teoria do Sistema Mundo de Wallerstein (2007) a Geocultura convida a pensar as formas como as ideologias urbanas capitalistas se produzem, distribuem, circulam e consomem na organização dos territórios localmente, tendo como referência normas e modos discursivos de caráter global como Modernização do espaço, desenvolvimento urbano, sustentabilidade, etc.

Geocultura urbana refiere, por tanto, al conjunto de conocimientos sobre las ciudades que construyen marcos ideológico-intelectuales dominantes y circulan en las

⁸⁴ Aluga-se o Brasil. **The Intercept Brasil**. 20/10/2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/>.

diferentes escalas de la esfera pública para legitimar el proceso de reestructuración del sistema-mundo capitalista (RODRIGUEZ, 2020, p. 309)

Em Jajamovich (2016) a importação, exportação de conceitos e teoria urbana implica também a circulação de técnicos, ideias e modelos urbanos, estes processos evidenciam redes sócio institucionais e gestões verticais e não diálogos horizontais nas formas de realizar programas urbanos. Estas formas de gestão público-privada são assimétricas entre os contextos centrais e periféricos, pois escassamente presenciamos que algum modelo urbano do Sul Global ou ideias de organização do espaço sejam exportados para o Norte Global, as circulações de ideias sempre são unidirecionais no sentido Norte – Sul, Mignolo (2014).

Quem participa e gesta as redes sócio institucionais do Programa Revive são os agentes públicos e privados, não tem participação de moradores ou sociedade organizada em associações, grupos, ONGs, que possam dar visibilidade a outros setores mais além dos empresários interessados na compra, administração e gestão dos patrimônios, nem que se possa propor outros modelos e tendências para o Centro Histórico de Salvador mais além do paradigma do Turismo. O principal grupo de gestão é administrado principalmente por um Comitê Interministerial conformado por representantes do Ministério do Turismo, da Secretaria Especial da Cultura, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) os quais tem como funções

A criação do plano de trabalho do programa, que definirá normas, fluxo de processos, procedimentos operacionais, editais de chamamento público para a execução de serviços e catálogo de ativos a serem concedidos na primeira fase do projeto. “O Brasil é um país riquíssimo em patrimônios culturais, e é através desse programa que o Ministério da Economia, a Secretaria Especial da Cultura e o Iphan agregarão valor para conceder alguns monumentos para que passem a gerar emprego e renda em nosso país”, afirmou o Ministro.⁸⁵

Um caso emblemático deste tipo de transformações contemporâneas que nos ilustra a mesma lógica de investimentos e tipos de gestão, será a transformação do Palácio Rio Branco (antiga sede do governo da Bahia) em Hotel de Luxo localizado na praça Tome de Souza no coração do CHS. O IPHAN desde o ano de 2019 já aprovou o projeto para que seja usufruído pela iniciativa privada, este Palácio está na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Quem participa ativamente na gestão pública para outorgar a concessão aos privados é o Governo do Estado, A Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) e o IPHAN, até agora tem como principal

⁸⁵ Programa Revive ganha comitê interministerial para avançar nas ações. **Ministério do Turismo**. Brasil. 29/01/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/01/programa-revive-ganha-comite-interministerial-para-avancar-nas-acoas>.

ou potencial investidor o grupo português Vila Galé⁸⁶, que é uma das maiores empresas hoteleiras ao nível mundial.

Conforme o secretário Fausto Franco, o estado tem diversos imóveis na região do Centro Antigo que são subutilizados ou que não estão sendo utilizados. “A gente tem um patrimônio muito grande e muito rico... Qualquer empresário que tenha vontade de empreender no Centro Antigo vai receber apoio do Governo para com isso”, afirmou. Ele ainda garantiu que muitos espaços públicos podem passar para o privado, já que o Governo está conversando com muitos grupos. “Estive com o governador Rui Costa na Espanha, e um dos objetivos foi, justamente, buscar parcerias para viabilizar empreendimentos no Centro Antigo da cidade, mas, evidentemente, isso demanda um pouco de tempo”, destacou⁸⁷.

As instancias públicas de governo seja desde a Prefeitura ou desde o governo Estadual, abrem as portas para que o CHS seja um lugar abertamente de negócios e empreendimentos imobiliários independente do viés ideológico ou do partido político que estiver no poder. Ambas instâncias seguem políticas de gestão muito semelhantes com relação ao CHS, tanto o Partido dos Trabalhadores (partido político do Estado) ou o DEM –Democratas- (partido político da Prefeitura) procuram investidores nacionais ou internacionais que visem o que Harvey (1996) denominou como empresariamento urbano, o qual consiste em que cidades se renovam para competir entre si pela atração de recursos, e os governos locais outorgam prioridade aos fluxos do mercado e às iniciativas privadas que representam maiores lucros e produção de rendas. O setor público se apresenta como uma instancia que não têm recursos e por tal motivo oferece a administração, gestão e fontes de investimentos aos agentes privados, fortalecendo assim uma rede sócio institucional onde prevalecem os grandes empresários e os modelos de gestão de outras latitudes.

A desapropriação do Palácio Rio Branco, um imóvel histórico e dos mais importantes da nossa Bahia, está acontecendo porque o estado não tem condições financeiras de manter todos esses prédios históricos, **então, é melhor encontrar outra destinação, como a gente vê nos países de primeiro mundo**. O governador acredita que com essa desapropriação vai tornar o palácio mais atraente **para um grupo empresarial assumir o espaço**”, disse o deputado estadual Adolfo Menezes (PP). “Eu assinei o decreto de desapropriação para tentar atrair investidores para dar uma destinação melhor a um espaço tão simbólico com é o Palácio Rio Branco da nossa capital”, acrescentou o governador em exercício⁸⁸.

⁸⁶ Licitação para transformar Palácio Rio Branco em hotel sairá nos próximos dias. **Correio 24 horas**. Salvador. 05/05/2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/licitacao-para-transformar-palacio-rio-branco-em-hotel-saira-nos-proximos-dias/>.

⁸⁷ Grupo recebe autorização para projeto de construção de hotel no palácio Rio Branco. **A Tarde**. Salvador. 02/09/2019. Ver: <https://atarde.uol.com.br/turismo/noticias/2088859-grupo-recebe-autorizacao-para-projeto-de-construcao-de-hotel-no-palacio-rio-branco>.

⁸⁸ Governo do Estado autoriza desapropriação do Palácio Rio Branco, no Centro Histórico. **A Tarde**. Salvador. 21/10/2021. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2198077-governo-do-estado-autoriza-desapropriacao-do-palacio-rio-branco-no-centro-historico>.

Um dos componentes mais fortes e emblemáticos do programa Revive consiste na isenção de impostos para os potenciais investidores, isto com o intuito de motivar e acelerar as reformas dos casarões e patrimônios selecionados. Esta missão fica nas mãos do Comitê Interministerial o qual tem como função

A definição da atribuição de cada órgão no projeto, o estabelecimento de estratégias de cooperação, modelagem de parcerias e critérios e diretrizes para a definição dos ativos a serem concedidos. A intenção é que os patrimônios hoje em estado de deterioração sejam recuperados pela iniciativa privada para utilização de parte do imóvel para empreendimentos turísticos como hotéis, restaurantes e outros atrativos. Para isso serão realizadas licitações para concessão dos espaços. “Devolveremos para a nossa sociedade importantes atrativos turísticos que ajudarão a impulsionar o turismo cultural em todo o território nacional”, completou o Ministro Machado Neto.⁸⁹

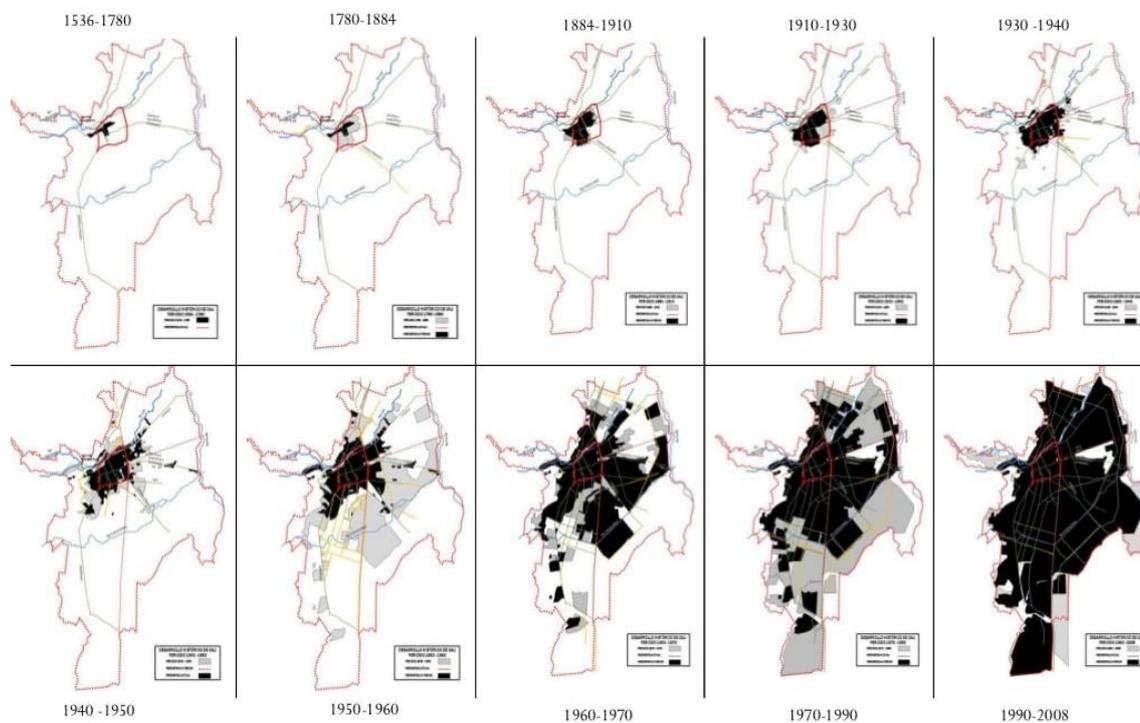
Os programas como Revive e Revitalizar objetivam, a partir de uma íntima relação dos setores públicos com os capitais imobiliários, posicionar a Salvador e o Centro Histórico em particular, como um cenário turístico na concorrência mundial da competitividade entre cidades. Para que esse objetivo fosse possível prioriza-se o desenvolvimento urbano e a renovação do centro mais além de interesses políticos partidários, quem ocupe o poder político seja desde as esferas da Prefeitura, governo Estadual ou Federal articulasse nas redes da maquinaria da produção do espaço urbano desde uma perspectiva capitalista e globalizante, onde o paradigma do turismo é emblemático. Nessa tendência, os funcionamentos das redes de gestão ignoram outras possíveis formas de organizar o espaço e de atender a outras necessidades que não sejam as do setor empresarial e imobiliário. Nas palavras de Carvalho e Pereira (2014, p. 73) o “discurso da competitividade urbana e do desenvolvimento do poder local transformou-se em um facilitador dos interesses privados deixando num plano secundário as necessidades dos moradores e transformando-a em um negócio, na acepção mais crua dos termos, em que uns poucos ganham em muitos perdem”. Na organização do espaço central urbano seja no modelo Revitalizar ou no Revive o papel protagonista está na viabilidade dos empreendimentos capitalistas, na consolidação de boutiques e sua articulação à concorrência urbana global do consumo das cidades. No seguinte capítulo, discute-se como operam essas redes e as lógicas de transformação do centro histórico em outra cidade Latino-americana, localizada em outro importante país da América do Sul.

⁸⁹ Ministério do Turismo institui comitê do Programa Revive no Brasil. **Mercado e Eventos**-Portal Brasileiro do Turismo. Brasil. 26/01/2021. Disponível: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/ministerio-do-turismo-institui-comite-do-programa-revive-no-brasil/>.

CAPÍTULO 4. GESTÃO PÚBLICO PRIVADA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO URBANO CIDADE PARAISO NO CENTRO DA CIDADE DE CALI.

Inicialmente se apresentam alguns dos principais processos históricos das dinâmicas sócio espaciais da cidade de Cali. Em seguida se especificam as tendências e lógicas urbanas que impactaram na história do Centro de Cali, especialmente o bairro El Calvário e San Pascual em conjunto com alguns dados sócio econômicos que buscam caracterizar a população que habita o lugar. Posteriormente, se apresentam as lógicas e sentidos das redes sócio institucionais público privadas e suas formas de gestão no projeto de renovação urbana “Cidade Paraíso, um centro para todos”.

Cali é uma cidade da Colômbia que está localizada no Sudoeste do país entre a Cordilheira Ocidental e Central, capital administrativa do Departamento do “Valle do Cauca” e é considerada a terceira cidade mais povoada do país. Segundo o último censo populacional do ano de 2018 possui aproximadamente 2, 250.000 habitantes. Por volta de 1930 a cidade contava com 300 hectares de área desenvolvida e 60.000 habitantes, já em 1990, passou a ter 11.166 hectares e 1.637.527 habitantes, para o ano 2000 no qual foi realizado o Plano de Ordenamento Territorial a cidade contava com 12.090 hectares e 2.161.130 habitantes (Martinez Toro, 2014, p. 175).



Fuente: “Estudio Diagnóstico para la formulación del Plan del Centro Global de Cali”. 2010

Mapa 4. História da expansão da cidade de Cali.

É possível assinalar alguns processos urbanos importantes durante as primeiras décadas do século XX da cidade de Cali. A construção da ferrovia do Pacífico possibilitou sua articulação nacional com importantes regiões como a Costa do Pacífico, Centro e a Costa Caribe. Somado ao anterior, o aproveitamento da navegabilidade do Rio Cauca, localizado no leste da cidade, possibilitou e potencializou o fluxo de pessoas, mercadorias e uma forma de articulação com o crescimento das atividades comerciais e industriais da cidade e do país. Politicamente foi uma cidade governada por poucas famílias que ocupavam cargos importantes nas esferas do poder institucional, estes grupos influíram na concentração do poder da propriedade raiz e nas esferas dos poderes municipais. Segundo Aprile (1990, p. 15) em Cali existiram durante boa parte do século XX uma rotação do poder político nas instâncias públicas que girava ao redor das famílias com sobrenomes como Buenaventura, Sinisterra, Borrero, Garces, Lloreda, Jaramillo. Nas primeiras décadas do século XX um dos processos sócio econômicos mais emblemáticos da cidade girou ao redor dos seguintes aspectos:

El proyecto de navegación a vapor por el río Cauca liderado por el ciudadano alemán Carl Hauer Simmonds, la llegada del Ferrocarril del Pacífico en 1915, la consolidación de ingenios azucareros y la organización de empresas de servicios públicos a raíz del incremento en la producción, procesamiento comercialización y exportación del café (RUIZ LOPEZ, MERA VIVAS 2015, p. 97)

Durante as primeiras décadas, Cali recebe um massivo êxodo rural que tinha como principal fator impulsor o desenvolvimento da agricultura comercial e processos próprios de industrialização. Estes processos fizeram com que a cidade aumentasse sua fronteira urbana, apareceram novos bairros ou ampliaram os existentes, mas por outro lado, o aumento de inquilinatos e ocupações denominadas como ilegais no centro da cidade e outros bairros periféricos, especialmente no Leste. Surgiram bairros como o Obrero, Santander, Benjamin Herrera, Jorge Issacs e Piloto. Estes bairros foram ocupados por classes pobres, trabalhadores, camponeses chegados na cidade, indígenas, negros e mestiços.

“La construcción de la espacialidad urbana tiene fuertes componentes de clase ella no escapa de las desigualdades en las distribuciones de los recursos de poder eficientes en las sociedades. En este sentido se puede afirmar que la constitución y legalización de los barrios de Cali, durante la mitad del siglo XX ha tenido un sentido de exclusión espacial con respecto a ciertos sectores poblacionales que, comparten las características de ser pobres, negros, indios y mestizos SAENZ (2010, p. 249)

Durante as décadas dos anos 40 e 50 do século XX Cali desenvolve um período de rápida industrialização, criação e desenvolvimento de empresas ao redor da produção manufatureira orientada à produção de bens de consumo, segundo Vasques (2001, p. 192) este tipo de produção com características tecnológicas simples e quase artesanais que aproveitava os

insumos da região foi ao redor de café, produtos da madeira, couro, cervejas, sabões, materiais de construção e tabaco, além de empresas estrangeiras na indústria de produção de papel e cartão, especialmente na linha que conecta Cali-Yumbo⁹⁰

Isto fez com que algumas zonas da cidade se especializaram na produção industrial e geraram impactos na redistribuição e ocupação do espaço urbano, como a realocação de empresas localizadas no centro da cidade, outras que surgiram na Linha Férrea, aos redores da Estação do Ferrocarril. Estes processos também foram acompanhados de uma demanda pelo uso do solo urbano do centro de Cali para a instauração de atividades administrativas.

La localización de estos usos del suelo requería minimizar el tiempo y el costo de sus demandantes y usuarios, ubicados residencialmente en diversos lugares de la ciudad. El centro de Cali –el Parque de Caicedo- cumplía estos requisitos y por lo tanto esas demandas de suelo se centraron allí, donde elevaron absoluta y relativamente los precios de la tierra. Este fenómeno provocó la demolición de casonas de las elites tradicionales para sustituirlas por edificios en altura que albergaran las actividades terciarias demandantes de ese espacio. VASQUEZ (2001. p. 197)

Estes processos próprios de industrialização e surgimento de empresas de pequeno e médio porte, repercutiram no aumento do emprego, o que somado aos processos de deslocamento por conta da violência política no campo a nível nacional, fizeram com que grandes ondas migratórias chegassem na cidade, Vásquez (2001). Na metade do século XX Cali assim como as principais cidades da Colômbia, cresceram fisicamente como consequência também de processos migratórios e de deslocamento pelo conflito armado denominado como “violência política” agudizado desde o 9 de abril de 1948 com o assassinato do líder liberal e candidato presidencial Jorge Eliecer Gaitan, este conflito consistiu em lutas armadas pelo país pelo controle de territórios entre liberais e conservadores. Os deslocamentos de camponeses e colonos pobres desterrados pelos conflitos agrários ao redor da posse da terra, assim como a aparição do Latifúndio e a classe Latifundista agudizaram estes deslocamentos. Para Aprile-Gnisset (1992) estes processos foram forçosos, violentos, foi uma guerra camponesa de classes, uma guerra agrária que envolvia partidos (Liberal-Conservador), a igreja católica, latifúndio e desenvolvimento do capitalismo rural. Estes deslocamentos também foram impulsionados pelos processos próprios da inserção do capitalismo no campo como a economia cafeeira, a “modernização” da agricultura e o aperfeiçoamento dos sistemas de transportes e serviços, Sanches (2008, p. 60).

⁹⁰ Yumbo é um Município adjacente da cidade de Cali, a uma hora aproximadamente, é um dos polos industriais mais importante da região do Pacífico e a nível Departamental (Estadual).

Os grandes contingentes de população que chegaram na cidade em condição de deslocados e migrantes desde os anos 60 foram ocupando e povoando a cidade, especialmente o Leste dando origem ao Bairro Distrito de Água Blanca composto majoritariamente por população Afro colombiana. Esta ocupação espacial localizada na ribeira do Rio Cauca, é zona suscetível a inundações e nos anos 70 foi integrada ao perímetro urbano com ajuda da Construtora Melendez como uma forma de afiançar a legitimidade das elites políticas e empresariais em Cali.

No caso da cidade de Cali, desde meados do século XX tem recebido grandes quantidades de população rural por processos migratórios ou de deslocamento pelo conflito, os quais tem chegado na cidade procurando oportunidades e fazem parte da economia informal, a cidade não tem dado resposta alguma a este tipo de problemáticas sociais. MARTINEZ TORO (2014, p. 182)

O fenômeno do deslocamento tem sido um processo que produziu a extensão urbana nas periferias das principais cidades da América Latina e na Colômbia em casos específicos como Bogotá, Cali, Medellín, Barranquilla e Cartagena. Dessa forma as cidades durante as décadas dos anos 50, 60 e 70 foram sendo construídas pela autogestão da população que teve que resolver o problema de habitação social com seus próprios esforços, recursos e organização. Este tipo de característica foi o que autores como Romero (1999) assinalaram na conformação das cidades latino-americanas uma sociedade com dois processos urbanos paralelos, diferentes, conflituosos e complementários. Por um lado uma sociedade estruturada por processos normativos, institucionais, planejados, com recursos estatais e/ou privados, uma cidade pensada para ser habitada conforme planos, e por outro lado, uma sociedade urbana produzida pelas ondas de migrantes, ocupando terra nas periferias urbanas e fundando bairros, produzindo e reproduzindo laços sociais de vizinhança, esta sociedade surgiu e se reproduziu socialmente nos bairros periféricos, assim como em casarões,inquilinos e cortiços localizados nos centros das cidades.

Para Quijano (1971) este tipo de produção social urbana formou um “universo marginal” conformado por camponeses chegados na cidade, trabalhadores informais, desempregados, pequenos comerciantes e famílias que foram se organizando no que Vasquez (2001) chamou de “bairros piratas”, estes bairros são ocupados por um enorme contingente de pessoas que foram excluídas dos sistemas de planejamento urbano, sem infraestruturas de saneamento básico, ocupando morros, ampliando periferias, construindo territorialidades, vizinhanças e solidariedade sobre condições sócio espaciais adversas próprias da expansão da cidade capitalista. Este momento histórico foi denominado por Aprile-Gnisset (1992) como “Colonização Popular Urbana” que implicava a transformação de “mato urbano” em bairros,

assim como conflitos com o Estado por considera-los como ocupações ilegais e clandestinas. Para o caso de Cali e seu processo de urbanização, podemos observar que como resultado desse tipo de ocupações sócio espaciais surgiram o bairro Siloe (urbanização de morro) assim como vários outros bairros que expressaram os conflitos pela terra e a luta por habitação social desde as décadas dos anos 70, alguns desses bairros, foram Lleras Restrepo, La Paz, Lourdes, Cañaveralejo e Aguacatal, entre outros, Vasquez (2001, p. 266). Também nesse contexto de pressão popular pela terra urbana e a habitação social surgem programas e planos de habitação para classes medias e populares como o Instituto de Credito Territorial (ICT), logrando assim diminuir em parte o déficit de aquisição de casas.

Nuestras ciudades – Cali es elocuente- han recibido día a día, campesinos venidos del resto del país rural; campesinos que han venido buscando solución a sus problemas básicos de vivienda, salud, educación o seguridad para sus vidas y no han encontrado respuesta o está ha llegado tarde o deficiente. Han terminado engrosando los cinturones de miseria de esta ciudad y buscando su alimento en el desempeño de actividades de la llamada economía sumergida MARTINEZ TORO (2002, p. 33)

Desde as décadas dos anos 70 em diante, o processo de urbanização de Cali definiu algumas zonas ocupadas por grupos que evidenciam divisões sociais em classes e cor de pele. Ao Norte bairros ocupados por classes média e média alta como El Bosque, Los Álamos, La Merced, já para o Nordeste bairros como Calima e Paso del Comercio ocupados por sectores populares. Ao Sul os bairros ocupados por classes media e media alta inclusive alta sobre o eixo da Calle 5ª entre a Avenida Circunvalar do Sul e a Autopista do Sul como Tequendama, Lido, Pampalinda, Capri, El Gran Limonar e no extremo Sul da cidade uns dos bairros ocupados pelos grupos mais solventes: Cidade Jardim e Ingenio. No Leste e Nordeste se consolidaram os bairros populares para classes de baixa renda e a população mais pobre sendo produto de “urbanizações piratas” e das atividades construtoras da ICT, Vásquez (2001, p. 275)

Com a realização dos Jogos Pan-americanos em 1971, Cali se amostrou ao nível continental e mundial, este evento foi antecedido e acompanhado por um conjunto de obras urbanísticas como a mobilidade, ampliação de vias, melhoramento de espaços públicos, fundação de bairros e arranjos estéticos que até hoje a cidade conservou. Este processo teve como foco a “cultura do cimento” e uma modernização baseada na renda do solo urbano e o espírito da novidade que trazia o chamado progresso urbano. Na década do 70 o setor terciário começou a empregar a mais da metade da população ocupada, o que também fez parte de processos de desenvolvimento urbano que aperfeiçoou o centro como zona de consumo de serviços e administrativa. Neste contexto, como bem assinala Vasquez (2001, p. 288), se elaborou o “Plano Integral de Desenvolvimento PIDECA em 1978 que melhorou a cidade como

sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e aperfeiçoou as condições de infraestrutura e saneamento básico que tinham os bairros nas periferias da cidade”. Nas décadas do 70 e 80 aumentam ofertas y servicios. A Ley 9 de 1989, possibilitou a consolidação da gestão e execução dos planos de desenvolvimento urbano sob responsabilidade dos Municipios, Regiões e a Nação, Ruiz Lopez e Mera Vivas (2015, p. 43)

Já nos finais do século XX a expansão transborda seus limites, aparecem construções na cidade do tipo condomínios fechados com sistemas de segurança particulares, a abertura de shoppings no Sul, bairros que expressam ocupações sócio econômicas diferenciadas por classes e cor de pele, sendo Cidade Jardim e Ingeio no Sul, Chipichape no Norte e construções do capital imobiliário no Oeste da cidade as ocupadas por classes sociais de estratos altos. Também a cidade se expande conformando processos de “conurbação” com alguns Municipios aos redores como Jamundi, Candelaria e Yumbo.

Como tendências e lógicas urbanas de finais do século XX, na década do 90 surge a Ley 388 de 1997 (intitulada de Desarrollo Territorial, tributaria da Lei 9 de 1989 ou Lei de Reforma Urbana) que permitiu a participação do setor privado em projetos de iniciativa pública e desenvolvimento territorial, Argoty (2012, p. 68). A Ley 9 de 1989, Segundo Ruiz Lopez e Mera Rivas (2015, p. 43) possibilitou “a consolidação da gestão e execução dos planos de desenvolvimento urbano sob responsabilidade dos municipios, regiões e a nação”. Somado a isso, os projetos de Reformas Urbanas são direcionados pelas diretrizes do Conselho Nacional de Política Econômica e Social da Colômbia (CONPES) encarregado de todos os aspectos de desenvolvimento econômico e social do país, sendo o Departamento Nacional de Planejamento a secretaria executiva da CONPES. Este órgão nacional estabelece alinhamentos, diretrizes, decretos, normas e todo o ambiente jurídico favorável para projetos e agentes imobiliários que executem políticas de desenvolvimento urbano.

Estes processos e tendências da urbanização em Cali e Colômbia, repercutiram nas dinâmicas específicas do Centro de Cali. O bairro El Calvário (que antes se chamava Casco Viejo) é um dos bairros que conformam a comuna 3 da cidade de Cali, ele é um dos núcleos do centro da cidade e suas origens remontam-se aos tempos coloniais

Su origen se remonta al siglo XVIII época en que los terratenientes empezaron a apropiarse de los ejidos de la ciudad en donde, ante las presiones para devolver la tierra por parte de campesinos y comerciantes que reclamaban su derecho a tener propiedad, la reacción de los terratenientes fue parcelar lotes en los sitios que hoy corresponden a los barrios de Santa Rosa y El Calvario. En el siglo XIX estos ejidos empiezan a configurarse en barrios RUIZ Y MERA (2014, p.45).

Já nas primeiras décadas do século XX um dos impactos que mudou a cara do centro e especialmente do bairro El Calvário, foi o fechamento e traslado do mercado popular –galeria-

para outro lugar da cidade, a qual foi catalogada como uma medida higienista, “necessária” para os processos de urbanização e modernização próprias que estava vivenciando a cidade.

El Calvario se convirtió en un lugar de crucial importancia al contener la galería que soportaba el abasto de alimentos de la ciudad. Desde las primeras décadas del siglo XX los discursos higienistas estaban relacionados con los procesos de modernización de la ciudad, en el caso del Calvario el lugar tuvo dos sujetos sociales que siempre fueron objeto de señalamientos y discursos que evocaban la necesidad de higienizar el espacio: ladrones y prostitutas. (RUIZ LOPEZ, MERA VIVAS 2015, p. 115)



Foto 27. Galería Central, 1910. Tomada por Francisco Menotti. Biblioteca Digital Jorge Garcés. Tomada do livro de Ruiz Lopez, Mera Vivas 2015

Foto 28. Galería El Calvario en 1956, calle 13, carrera 9. Archivo Digital Biblioteca Jorge Garcés. Tomada do livro de Ruiz Lopez, Mera Vivas 2015

Desde estes tempos se identificavam alguns atores importantes na zona como por exemplo as famílias residentes, os poderes públicos (Municipalidade), comerciantes da zona e a população pobre que pode ser agrupada em trabalhadores informais, população não solvente, prostitutas, deslocados, migrantes e desempregados. Na década dos anos 70 a demolição da galeria estava associada ao desenvolvimento urbano de Cali e o contexto dos Jogos Pan-americanos que além dos benefícios em termos infra estruturais para a cidade, trouxe também um discurso que conjugava Modernização e Higienização.

El fin de la galería estaba asociado a un discurso moral, conservador, higiénico del espacio, según el cual con la demolición de la galería se solucionarían esos problemas. Cali en la década de los años 70 está a las puertas de los Juegos Panamericanos. Desde estos tiempos se evidenciaba de forma aguda el problema alrededor de ¿qué hacer con vendedores, campesinos y pequeños comerciantes? Los cuales vivían en torno de la dinámica de la Galería Central (164) – desde la década del 70 existe una disputa por el espacio público, su normalización y formalización implicó conflictos con vendedores y comerciantes llamados informales RUIZ LOPEZ, MERA VIVAS (2015, p. 164)

O bairro El Calvário, por ser o núcleo do centro da cidade sempre teve diversas atividades e formas de usos sociais do espaço como por exemplo pequenas zonas comerciais,

lojas, mercadinhos, venda de moveis, lojas de materiais de construção, graneiros, pequenos hotéis, mercados de rua e bares. Porém estas características foram perdendo força desde as últimas décadas do século XX, a desindustrialização, a inserção da cidade numa economia de serviços, o desmantelamento da galeria central, migrações etc. fizeram com que muitas dos seus espaços físicos tiveram outros usos complementários aos anteriores como os inquilinatos, casas abandonadas e bodegas de reciclagem

El centro de Cali se fortalece como **un centro de servicios** pero pierde fuerza como lugar de vivienda, el centro histórico actualmente ha perdido en población y ha ganado en tercerización y en densidad, en este permanecen ubicadas la administración departamental y municipal, oficinas de bancos, mayor número de notarías (cartórios), palacio de justicia, catedral, museos, teatros, auditorios, etc. PEÑA QUITIAN (2018, p. 80)

Finalmente desde os 80 e na década dos anos 90, o Centro da cidade de Cali, especialmente El Calvário, caracteriza-se por seu paulatino processo de deterioração estrutural, a esses processos somam-se dinâmicas próprias de micro tráfico que desde as últimas décadas marcou suas dinâmicas cotidianas como por exemplo muitas casas (algumas delas abandonas outras não) que serviam como ponto comercial de drogas, no entanto para analisa este aspecto é importante ter em conta que este fenômeno é uma expressão e projeção do narcotráfico que se articula ao nível regional e nacional. Os diversos processos sócio econômicos que foram descritos anteriormente recaíram localmente sobre o lugar que é considerado como um dos bairros mais deteriorados da cidade, porém com uma localização geográfica estratégica por ser o núcleo do centro e que é objeto do projeto de Renovação Cidade Paraíso.

É sobre a sociedade que habita os bairros El Calvário, San Pascual e Sucre, que será construído o projeto Cidade Paraíso. A seguir citam-se alguns dados e estudos qualitativos contidos nos documentos institucionais produzidos pela EMRU intitulado “*Informe Gestión Social Cidade Paraíso*”⁹¹ do ano de 2010 durante a prefeitura de Jorge Ivan Ospina Perez (Janeiro 2008 até 31 de Dezembro de 2011) -atual prefeito da cidade desde janeiro de 2020-. Esta instituição foi uma das encarregadas de produzir uma descrição sócio ocupacional dos bairros que posteriormente iriam ser objeto de intervenção. Este estudo sócio econômico de Gestão Social por parte da EMRU é complementado com outras pesquisas que foram feitas desde a “Universidad del Valle” a partir de monografias, dissertações e teses como a de Ruiz Lopez y Mera Rivas (2015) que assinalam vivencias, memorias e histórias do bairro El Calvário; Ocampo Viafara (2018) estuda sobre migrações interurbanas dentro do próprio centro

⁹¹ EMRU. Informe Gestión Social Ciudad Paraíso. Proyecto Ciudad Paraíso: Planes parciales El Calvario, San Pascual, Sucre y Sede Fiscalía General de la Nación. E.M.R.U. Empresa Municipal de Renovación Urbana. 2010.

da cidade e os impactos do projeto de renovação Cidade Paraíso; Cerón Peña (2015) identifica as tendências urbanas presentes no projeto de renovação do centro da cidade; e Peña Quitian (2018) analisa a renovação urbana do centro desde uma perspectiva de Redesenvolvimento.

No bairro “El Calvário” é onde morava 30% da população do projeto. O lugar tinha 2764 pessoas registradas –além de população itinerante, habitantes de rua- algumas das pessoas que habitavam o Calvário assim como os bairros de San Pascual e Sucre são considerados como “Raizales”, quer dizer, que a população mora há décadas no lugar e sua condição de habitantes do bairro remonta-se até meados do século XX ou antes. O estudo demográfico da EMRU no Plano de Gestão Social de 2010 foi feito segundo o número de pessoas que habitam as casas e os tipos de ocupação, encontrando as seguintes características nos dois quarteirões (A202 e A203) que foram objeto de demolição: “Casas unipessoais (uma só pessoa, achando 32 pessoas nos dois quarteirões), de famílias pequenas (entre 2 e 5 membros por família, encontrando 22 casas), famílias grandes (6 e 8 pessoas por família, encontrando 27 casas)” (EMRU, 2010, p. 8). 38% das famílias tinham uma renda menor de um salário mínimo (877,802 pesos colombianos, equivalentes a R\$1271,52 reais brasileiros) desenvolvendo diversos trabalhos informais que dependem da sua localização do centro da cidade e suas respectivas dinâmicas sócio comerciais. Em total segundo o estudo de Diagnostico para a Renovação Urbana do Centro –Cidade Santiago de Cali o centro global conta com 98,672 habitantes (45.576 residentes e 53.096 empregados), (PLAN DE DESARROLLO DE CALI 2008-2011, p. 154). O Bairro EL Calvário é adjunto de San Pascual o qual historicamente tem casas em melhor estado de conservação do que El Calvário,

En el barrio San Pascual se ven viviendas en muy buen estado, familias de mucha historia y mucho tiempo habitando ese sector, son sitios que están en buena condición, empresas en muy buena condición que están ubicadas en ese sector e inclusive en el Calvario y al otro lado de la calle 15 en el barrio Sucre Obrero, hay empresas que generan un buen número de empleos⁹².

⁹² PELAEZ Jhoiner. Empresario GrecoCentro (Gremio de Comerciantes del Centro de Cali. Entrevista janeiro 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera, Cali, 2020.



Foto 29. Usos sociais e casas no bairro El Calvário. Imagens facilitadas por el PAC-CISO.
Foto tirada do livro de Ruiz Lopes e Mera Rivas (2015)

As ocupações laborais do bairro El Calvário são diversas, é um bairro com diferentes atividades econômicas de pequeno porte que também envolvem a chamada “economia informal”, atividades de camelô, administrador de inquilinato, marcenaria, vendedor de rua, pequenas empresas de reciclagem, proprietário de pequenos negócios como mercadinhos, segurança, limpeza, serviços gerais e também prostituição, (EMRU, 2010, p. 26). As condições sociais, nível de renda, tipos de ocupação e estrato socioeconômico⁹³, além do esquecimento e abandono por parte do Estado e do setor privado em matéria de políticas públicas e de infraestrutura, foram fatores que influíram na degradação histórica e infra estrutural do bairro. Em outros estudos se assinalam diversos fatores que também influíram na desvalorização e degradação estrutural do bairro como por exemplo o fechamento da “Feira Central” que outorgava dinâmicas muito ativas ao redor da vida econômica, social, cultural da zona. Estudos feitos sobre história, memória e processos urbanos no Calvário como o de Ruiz Lopes e Mera Rivas (2015, p. 69) apontam como fatores de deterioração o desaparecimento da Galeria Central desde a década dos anos 70, o surgimento dos inquilinatos e a ausência do Estado. Nessa mesma linha de argumentação Vasquéz (2001, p. 304) assinala a construção de outras praças de alimentação –galerias- e como isso incidiu na conformação de outras centralidades que concorriam com a centralidade da Galeria Central, estas outras praças de alimentos foram: Santa Elena, La Floresta, Alameda, Siloé, El Porvenir. Da mesma forma Martinez Toro (2014, p. 175) argumenta que processos como a expansão urbana da cidade desde as últimas décadas do século XX, a aparição de novas centralidades-urbanizações e subcentralidades no Sul, Norte e Este da cidade como os centros comerciais Chipichape (Norte) e Unicentro (Sul), têm contribuído

⁹³ A divisão sócio econômica e territorial na Colômbia está dividida por Estratos, sendo o Estrato 1 o menor e que corresponde à população mais pobre e em condição de precariedade sócio territorial de moradia. O estrato 6 corresponde aos bairros da população solvente.

indiretamente ao deterioro urbanístico do centro, porém ainda prevalecem as estruturas e as principais sedes dos bancos, administrações departamentais, municipais, cartórios, Palácio de Justiça, Igrejas antigas, museus, ofertas culturais e auditórios, tudo isto misturado com usos denominados como informais do espaço central como são as diversas vendas de camelo e mercadinhos de rua.

Somado a isso a expansão urbana que aconteceu desde as últimas décadas do século XX e o posicionamento em zonas estratégicas na cidade de armazéns multinacionais como Carrefour, Falabella ou Home Center tem feito com a que a cidade tenha construído novas urbanizações nas periferias com multiplex “centralidades” nos centros comerciais Unicentro al Sur e Chipichape ao Norte. Outros estudos como o de Quitian (2018, p. 83) enxergam no deterioro do centro as lógicas do surgimento do setor terciário o que produz zonas de esvaziamento e ciclos temporais de uso intenso no dia e esvaziamento de noite. A terceirização conduz à perda do sentido residencial dando prioridade à ocupação do solo urbano de diversas atividades comerciais sem políticas públicas sociais para a população residente. Da mesma forma Argoty (2012, p. 74) assinala às externalidades negativas da globalização e vácuos nas políticas públicas territoriais de escala nacional como mais um fator de desvalorização do centro da cidade.

Estes processos de deterioro aconteceram enquanto outras partes da cidade recebiam investimentos que foram sendo objeto de melhoramentos estéticos, funcionais, modernizações, segurança, mobilidade etc. Este panorama e as condições sociais de pobreza e insalubridade do bairro El Calvário, que historicamente é conhecido socialmente com o apelido e o preconceito de “una Olla”⁹⁴ desde as primeiras décadas do século XX, são uma das imagens mais representativas e emblemáticas a ser afrontadas (e utilizadas como justificativa) pelo discurso e as políticas da recuperação e Modernização do centro no projeto de Cidade Paraíso desde uma perspectiva estética, refuncionalização do centro, higienista e de limpeza social, pois alguns dos sujeitos que compõem o panorama social do bairro como prostitutas, ladrões, marginais, gamines⁹⁵ ou habitantes de rua, têm sido assinalados como sinônimos de decadência do bairro

⁹⁴ A denominação de “Olla” que traduz “Panela” para língua portuguesa, expressa um lugar que envolve condições sociais precárias, insalubres, sem infraestrutura básica nem políticas de saneamento básico, lugar de venda e consumo de drogas, inseguro. Esta expressão recai sobre populações muito pobres, por baixo de um nível considerado “digno de vida” que habitam alguns lugares específicos dos centros das cidades em condições de informalidade, prostituição, drogas, pobreza, etc. esta é uma expressão preconceituosa com a condição de pobreza estrutural que se projeta no centro da cidade. Fazendo uma analogia com Brasil, “Cracolândia” localizada no centro da cidade de São Paulo seria encaixada nesta denominação informal de “Olla”.

⁹⁵ “Gamin” é uma expressão carregada de forte preconceito, faz alusão a meninos em condições de extrema pobreza, condições precárias de existência próprias das relações sociais do sistema de produção capitalista.

pelo senso comum e a percepção coletiva dos habitantes da cidade. O estudo demográfico apresentado pela EMRU em 2010 assinala que no setor podem existir aproximadamente 1500 habitantes de rua apresentando problemáticas como falta de proteção por parte da sua família de origem, problemas de saúde mental, consumo de substâncias psicoativas e mendicância como meio de sobrevivência. A população em condição de extrema pobreza dedica-se a trabalhos arranjados do dia a dia como por exemplo carregadores de sacos nos mercados, cuidador e lavador de carros e motos, recicladores, serviços gerais dos pequenos negócios etc. Eles são também objeto direto das políticas de higienização e modernização do espaço central. Nesse sentido é notório que quando aparecem este tipo de discursos que circulam facilmente na sociedade, é porque além da carga preconceituosa envolve a falta de conhecimento ou o desinteresse em saber as diversas características sociais, culturais do bairro ou inclusive as possíveis explicações da produção sócio econômica da pobreza.

aún hoy se sigue a la espera de investigaciones que analicen estas situaciones desde un punto de vista crítico considerando más que cargas morales, razones sociales de larga duración que tienen que ver con conflictos de clase y cosmovisiones de la sexualidad, del ocio y de lo étnico (RUIZ LOPEZ e MERA RIVAS 2015, p. 189)

O Calvário tem 2764 pessoas registradas. A porcentagem de população segundo sua distribuição étnica é assim: 33% afro, mestiça 58% e 9% indígena (EMRU, 2010, p. 13). Esta última em condição de deslocados por diversos conflitos nas suas terras de origem. Este panorama social do bairro agravou-se no contexto da Pandemia do Novo Corona Vírus desde 2020, tendo em conta que boa parte da população trabalha do “dia a dia”, no que se denomina “economia informal” e sua vida produtiva está ligada as dinâmicas sócio urbanas do centro da cidade⁹⁶ a qual depende dos fluxos das pessoas nas ruas.



Fotos 30, 31 e 32. Centro de Cali. **Jornal El País**, Março 2013. População que habitava El Calvário na foto da esquerda pode se observar um inquilinato habitado por indígenas. Na segunda e terceira, se visualiza algumas ocupações dedicadas ao reciclagem, também crianças jogando nas ruas na frente de inquilinatos.

Habitam nas ruas, vivem do dia a dia. Suas atividades econômicas são de reciclagem, catadores de papel e lixo. É comum ver eles inalando cola de sapateiro ou outras substâncias alucinógenas como forma de “mitigar a fome”.

⁹⁶ ¿Qué ha pasado con las anunciadas obras de Ciudad Paraíso? **El País**. Cali, janeiro 14. 2021. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/california/que-ha-pasado-con-las-anunciadas-obras-de-ciudad-paraiso-habla-el-gerente-de-la-emru.html>.



Foto 33. Terreno demolido e pronto para a construção de Cidade Paraíso. Fonte EMRU 2021



Foto 34, 35, 36. Bairro El Calvario (Armazem de recicladoras) e pequenos mercadinhos como venda de grãos Rua Bairro Calvario. Fotos tomadas pelo autor, janeiro 2020.

Em matéria de ocupação laboral a EMRU (2010) encontrou que de 22 pessoas localizadas na denominação “buscando trabalho” nenhuma correspondem a maiores de idade que são produtivos, só 6 deles procuram ingressar ao mercado laboral. A relação dos cidadãos destes quarteirões com o centro da cidade revela como o 79% depende laboralmente do lugar onde mora, assim como 85% dos estudantes pertencem a uma instituição escolar no centro da cidade. Deste dado pode se inferir que o fato de morar no centro implica diversas atividades que envolvem trabalho e educação principalmente, e que por tanto El Calvário além de ser um cenário sempre amostrado como degradado, também foi habitado por famílias, grupos de idosos, jovens e outras formas de estar e ocupar o espaço.

O ofício mais generalizado entre os moradores são os relacionados com serviços de limpeza e as vendas na rua. Por outra parte as atividades relacionadas com a marcenaria e a carpintaria se constituem nos ofícios de mais reconhecimento no setor pela renda que gera (EMRU, 2010, p. 13)

No bairro el Calvário, 38% das famílias têm uma renda menor de um salário mínimo⁹⁷, o qual está ligado ao tipo de trabalho informal que desenvolvem, suas atividades informais e instabilidade laboral fazem com que seja uma população que muda bastante de residência no interior do bairro ou aos bairros fronteiriços como Sucre, San Bosco e San Pascual. Tirando uma média de aluguel é possível afirmar que o valor de aluguel mensal corresponderia a \$236.000 mil pesos colombianos o que equivale a R\$277 reais mensais. (EMRU, 2010, p. 16)

Uma das formas predominantes de ocupação do espaço no bairro “El Calvário” era na forma de inquilinato ou repúblicas, em visita de campo realizada em janeiro de 2020 ao bairro guiada por uma das lideranças, se percebeu o interior de um dos inquilinatos: as portas de fora sempre ficavam abertas, era um movimento constante de entrar e sair, o inquilinato possuía 8 famílias aprox. Cada uma de 4 integrantes como mínimo. As famílias moravam em um quarto de aprox. 4x4mts, tinha outros de menor proporção alugados por solteiros. Os utensílios domésticos estavam pendurados nas paredes ou em pequenos armários de madeira já carcomidos pelo uso, as paredes tinham problemas de umidade e em notório estado de deterioro, alguns inquilinatos possuíam pequenos quintais, corredores, solares e áreas comuns para limpeza, lavadeiros, cozinha e banheiros, vale a pena lembrar que as condições gerais de habitação são insalubres, pobres e algumas em condições paupérrimas, a maioria dos quartos são alugados no dia a dia. Nos inquilinatos prevalecem os contratos de palavra, existem poucos contratos de aluguel pois na maioria deles prevalece um uso itinerante que varia dependendo de se o morador fez ou não o valor da diária, porem quem pode manter certa estabilidade de ocupação nos quartos é quem tem alguma estabilidade no mundo informal do trabalho. Em um informe jornalístico sobre as condições de vida e os habitantes dos inquilinatos se diz o seguinte:

“Los cálculos más conservadores sostienen que en la zona centro de Cali, entre los barrios Sucre y El Calvario, habría al menos 4 mil habitantes de la calle y otros 2 mil habitarían, en su mayoría, en casa de inquilinatos”. “El cuarto es un espacio abarrotado de recortes de periódicos, ropas sucias, un mueble maltrecho, dos camas, algunas ollas y una estufa sobre una mesa. Ella, que dice llamarse Mary, ha vivido en El Calvario durante los 47 años que tiene. Vive allí con tres de sus cinco hijos. Los otros se independizaron, dice, alquilan otros cuartos como esos por cuenta propia. Además de los objetos que llenan la pieza no tiene nada. Nada. Su madre, como ella, pagó siempre el arriendo diario de una alcoba”⁹⁸

⁹⁷ O salário mínimo na Colômbia em 2016, estava estimado em \$690 pesos, o que equivale a 810,00 BRL (Reais Brasileiros) e hoje em dia (2021) é de \$ 908.526 pesos o que equivale a (cerca de R\$ 1.250,00)

⁹⁸ OSPINA Jefferson. Cali está en riesgo de tener varios 'Bronx'. **El País**. Cali junho 5 de 2016. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/judicial/informe-exclusivo-cali-esta-en-riesgo-de-tener-varios-bronx.html>.



Foto 37 parte exterior de uma das ruas do bairro El Calvário.

Foto 38. Parte interna de um inquilinato onde habitam famílias e integrantes dos indígenas Embera Katio. Fonte: El País.

Outra das características populacionais que tinha o bairro El Calvário era que os inquilinatos eram também lugar de moradia momentânea para a população indígena da comunidade Embera Katio, segundo informe do CODHES do ano de 2014 no lugar se encontravam 190 indígenas deslocados provenientes dos resguardos Alto Andágueda La Puria e El Consuelo, localizados na rua Medellín-Quibdo, também o resguardo de Copeg del Rio Ingará no Chocó (CODHES 2014, p. 41) e outro grupo proveniente do Departamento de Risaralda. No ano de 2014 foi imposta uma “Tutela” pelos Embera Katio representados pelo advogado Rodolfo Yanguas Rengifo -uma demanda jurídica que consiste em exigir ou reclamar pela vulnerabilidade de um direito- que estavam assentados no bairro El Calvário e que moravam em inquilinatos em condição de deslocados pela violência das suas terras de origem (Departamento de Risaralda). A tutela se baseava sobre os impactos negativos que teria a continuidade do projeto Cidade Paraíso já que se veriam na obrigação de sair do centro para um lugar ainda não definido⁹⁹. Esta demanda foi considerada improcedente devido a que El Calvário não é considerado um Resguardo Indígena nem terra ancestral dos indígenas, após a superação da tutela se deu continuidade aos processos de compra e demolição dos prédios.

Em termos gerais, o informe de gestão social apresentado pela EMRU sobre o bairro El Calvário conformado por 6 quarteirões assinala “condições de existência críticas, em extrema pobreza, dado que pode se referir à população infantil e adolescente desvinculada do sistema escolar e de adultos (EMRU, 2010, p. 29). Nos três bairros em menção existe população afro colombiana mostrando as seguintes porcentagens San Pascual 23,3%, El Calvário 28,3% e em Sucre o 28,9% sendo os afro-colombianos e indígenas as populações em piores condições de

⁹⁹ Consultarán indígenas embera para seguir con 'Ciudad Paraíso' en Cali. **El País**. Cali 11 dezembro 2014. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-14963568>.

habitação e aglomeração dentro dos espaços. San Pascual é conformado por 15 quarteirões, destacasse o trabalho assalariado e independente assim como população que está dentro do trabalho formal.

Al comparar Sucre y El Calvario frente a San Pascual, en términos de ocupación económica, podría decirse que este último barrio es el que conserva un mayor porcentaje de asalariados y posiblemente todavía algunos de los empleos asalariados (en una minoría) de la población dentro del sector formal, además de un porcentaje significativo de patrones o empleadores, lo contrario a los otros dos barrios. (EMRU 2010, p. 40)

Neste bairro também se observa que as casas da população afro colombiana são os de mais baixos ingressos, registrando 80,9% em ingressos mensais entre \$0 a \$400.000, seguido dos mestiços com 71,5%, indígenas 71,5% e brancos com um 58,1%, sendo estes últimos a população com ingressos mais altos no bairro. Pode se inferir pelos dados da população e as condições sócio econômicas de ocupação do território no centro, que a cor de pele e raça são condições que definem alguns padrões de habitação social. Em porcentagens a ocupação de inquilinatos dentro dos três bairros corresponderia assim: Calvário tinha o primeiro lugar com 71%, seguido de San Pascual com 56% e em menor escala Sucre, com 32%. No segundo semestre de 2021 as casas onde prevaleciam os tipos de ocupação que eram conformados por inquilinatos já não existem, estes foram demolidos após os processos de compra de prédios por parte da EMRU. Os dados e características expostas anteriormente servem para ter uma ideia das condições sócio econômicas e de habitação dos bairros centrais e das principais justificativas que serão utilizadas para a realização do programa de reforma urbana previsto.

4.1. Objetivos, Sentidos e Roteiros do projeto “Cidade Paraíso, um centro para todos”

Desde finais do século XX e princípios do XXI a cidade começou a planejar, gestar e executar um conjunto de projetos de renovação urbana focalizados em partes específicas. Eles vem se projetando em diferentes construções como por exemplo a articulação e ampliação das vias de transporte para o Sistema Massivo de Transporte denominado M.I.O. (Massivo Integrado de Ocidente), abertura de Centros Comerciais, construção de Mega Obras¹⁰⁰, construção do Boulevar da Avenida Colômbia¹⁰¹ no centro da cidade, empreendimentos de

¹⁰⁰ Dentro delas estão as ampliações e interseções vias, construções de espaços públicos, construção de “cidades educativas” localizadas no oriente da cidade nas comunas 14, 15 e 21 (compostas por escolas de primaria, ensino meio e fundamental, técnico, bibliotecas e praças públicas).

¹⁰¹ Consistiu na transformação da antiga Avenida Colômbia no Bulevar junto ao Rio Cali, a qual foi dotada de vias para pedestre, revitalização do comercio e diversos lugares de entretenimento como bares, restaurantes, cafés,

conjuntos residenciais para classe meia e alta, consolidação de corredores verdes, melhoramento da imagem estética dos espaços mais visíveis e um conjunto de equipamentos encaminhados para o desenvolvimento urbano no sentido de melhorar a mobilidade, articular seus espaços de consumo, construir espaços de lazer, garantir o acesso do pedestre ao centro, revitalização de zonas antes consideradas deterioradas e também a sua projeção como cidade com potencial turístico¹⁰². Estes desenvolvimentos urbanos estão articulados num cenário global de competição capitalista interurbana que tem como foco na primeira metade do século XXI a transformação de vários bairros centrais como El Hoyo, El Piloto, San Vicente, San Nicolás, San Pascual, Sucre, El Calvário e La Avenida Sexta, contemplados no projeto “Cali Visión 2036” projeto que surge visando a comemoração dos 500 anos do ato colonial da sua fundação.

Foto 39. Avenida Bulevar. Comparação antes y depois do Bulevar do Rio, localizado na Avenida Colômbia no borde do Rio Cali, o espaço foi transformado para ser usado por pedestre, criando e ativando zonas comerciais, passeios, boates, zona de lazer e diversas atividades culturais durante o ano.



Fotos 40 e 41. Avenida Bulevar centro da cidade. Este espaço é muito ativo em termos culturais e como espaço de lazer, consumo e entretenimento nos fins de semana e em datas como fim de ano. Antes era um lugar de uso exclusivo de automóveis. Fotos tomadas pelo autor em 2019

pizzarias, etc. Sendo hoje em dia um dos lugares do centro mais frequentados pela população local e visitantes estrangeiros

¹⁰² Cali possui um “slogan comercial e turístico” pelo qual é conhecida internacionalmente, este consiste em ser a “capital mundial da salsa”. Seu principal foco turístico gira ao redor desta identidade da música. Existem festas, shows e diversos lugares que representam tal sentido e vocação turística na cidade.

“Visión Cali 2036”, segundo os discursos oficiais, visa o desenvolvemento urbano planejado e sustentábel, objetiva o aproveitamento das infraestruturas existentes, a geração de espazo público de calidade e cenários de inclusión social no mediano e longo prazo, resalta a paisagem natural que se articula con o sistema de mobilidade e crecemento urbano ordenado baseado na redensificación urbana que envolve outros cenários ligados ao centro como a Avenida Sexta (rua de ampla movimentación de boates, restaurantes e hotéis), o Bulevar, El Hoyo e Piloto, os quais tem “un potencial de desenvolvemento por súa localización histórica na cidade”. As intervencións urbanas de “Visión Cali 2036” serán realizadas a partir de Seis Distritos que integran a historia, geografía, cultura e economía da cidade a saber: Centro Global, Distrito Cultural, Distrito de Negocios, Distrito Educativo, Distrito Deportivo y de Ocio, Distrito de Moda y Entretenimiento (EMRU 2018).

A localización do proxecto Cidade Paraíso é no centro da cidade onde están os bairros “El Calvário, San Pascual e Sucre”, mais especificamente entre “las carreras 10 y 15 y las calles 12 y 15, sectores de El Calvário y San Pascual de las comunas 3 y 9” No ano de 2007 presentábase o Plano de Renovación urbana do Centro Global mediante o decreto 0141 do 20 de abril de 2007 que declara por motivos de utilidade pública e interese social o Proxecto Plan Parcial El Calvário.

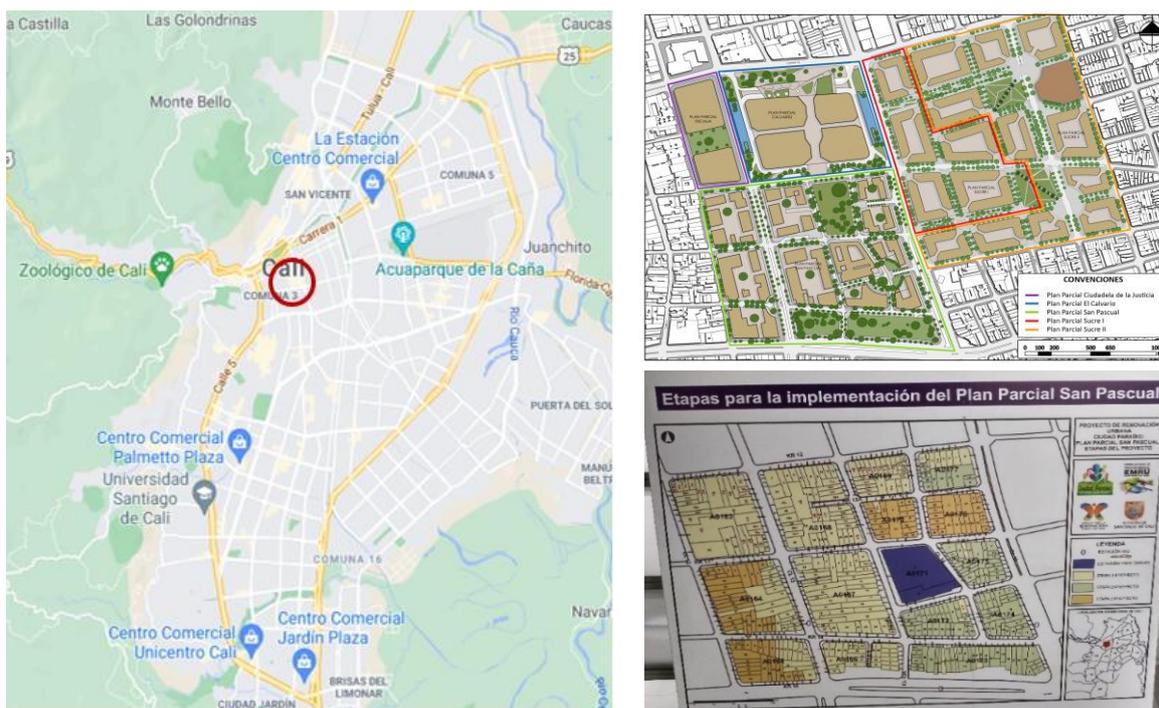
“El plan parcial El Calvario se encuentra localizado entre las troncales del Sistema Integrado de Transporte Masivo MIO de las calles 13 y 15, y entre las careras 10 y 12. El área de planificación de este plan parcial está conformado por las siguientes manzanas: A-204, A-205, A-209, A-210, A-211, A-212. Con un área bruta de 52.484,68 m2. El área de planificación está conformada por 179 predios, distribuidos en 6 manzanas.” (EMRU 2019, p. 5)

Neste contexto xeral de obras e articulado ao desenvolvemento urbano contemporáneo de Cali especialmente dentro do plano Centro Global, surge desde o ano 2009, durante a primeira prefectura de Jorge Ivan Ospina (2008-2011) o proxecto de Renovación Urbana chamado “Cidade Paraíso, un centro para todos” que é realizado, planejado e gestado pola empresa Municipal EMRU -Empresa Municipal de Renovación Urbana da cidade de Cali- a qual nasceu



Mapa 5. Focos de intervención sócio urbana de Visión Cali 2036.

em 2002 por meio do decreto #084, esta é uma empresa Industrial e Comercial do Estado, encarregada de executar ações urbanas integrais, desenvolvimento de programas e projetos derivados das políticas e estratégias contidas no Plano de Ordenamento Territorial (POT). Este é um projeto de gestão conjunta entre o setor público e empresas privadas, o qual se desenvolve a partir dos Planos “Plan Parcial El Calvário, Plan Parcial Sucre, Plan Parcial San Pascual e Plan Parcial Ciudadela de la Justicia”.



Mapa 6. Na esquerda o mapa de Cali, em círculo vermelho a localização do Projeto Cidade Paraiso (Google Maps) Nos mapas da direita a localização e quarteirões específicos de Cidade Paraiso. Fonte: EMRU 2021

O projeto Cidade Paraiso inclui 928 prédios distribuídos nos bairros El Calvário, San Pascual e Sucre, tendo uma extensão total de 23,16 hectares distribuídas em 35.604 m² para zonas verdes e espaço público, 465.822 m² para áreas comerciais, 138.315 m² para habitação e 33.406m² de vias renovadas. Segundo o plano original, cada intervenção será feita em 3 fases, a fase I compete a construção da sede principal da Fiscalía Geral da Nação, a fase II o bairro El Calvário e San Pascual e a Fase III o bairro Sucre.

A Renovação do Centro Antigo dentro do projeto Cidade Paraíso, visa, segundo os planos e as políticas urbanas oficiais, criar um centro inclusivo, recuperando sua competitividade, funcionalidade e habitabilidade por meio da construção das seguintes infraestruturas: a sede principal da Fiscalía Geral da Nação (Instituição encarregada da administração da justiça da cidade e na região), construção do prédio “Cali Inteligente”, infraestrutura para um Centro



Maquetes e desenhos arquitetônicos de como ficaria Cidade Paraíso no Centro de Cali. Foto Jornal El País. 3 março 2013

Comercial e centros de serviços, um projeto residencial no bairro San Pascual, Plano Parcial no bairro Sucre¹⁰³, a construção de um “Centro de reabilitação integral” para pessoas em situação de rua e a construção da estação intermeia do Sistema de Transporte Integral da cidade M.I.O. (Massivo Integrado de Occidente) o qual pretende melhorar o sistema de fluxos entre o Centro e a totalidade da cidade.

Em termos macro e globais, o horizonte da renovação está ligado a uma tendência nacional na Colômbia estipulada desde o Plano Nacional de Desenvolvimento (2006- 2010) denominada “Cidades Amáveis” que se articula ao chamado plano do governo nacional de “Desenvolvimento Laranja” pelo governo de Ivan Duque (2018 atualidade). A tendência de Cidades Amáveis¹⁰⁴ demanda que as cidades que são capitais dos departamentos (como é o caso de Cali capital do Departamento do Valle del Cauca) implantem estratégias de “utilização ótima do território” nos sistemas de transporte, promoção da intermodalidade e o melhoramento da qualidade ambiental dos núcleos urbanos, construindo zonas de vantagens dos territórios urbanos para lograr um desenvolvimento sustentável por meio da implementação de projetos urbanos (Alcaldia Cali, 2010, p. 20).

Renovar o centro implicará uma tarefa conjunta entre os setores público e privado, daí a importância que se conheça todas as iniciativas e projetos de uns e outros para que todos confluam no novo processo de recuperação urbana (inédito em Cali) a partir da renovação ambiental, econômica e urbana do coração da cidade, que se reverte em melhores condições sociais para seus habitantes e usuários atuais e futuros. A

¹⁰³ “Que ha pasado con las anunciadas obras de ciudad paraíso? Habla el gerente de la EMRU”. **El País**. 14 enero 2021. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/cali/que-ha-pasado-con-las-anunciadas-obras-de-ciudad-paraíso-habla-el-gerente-de-la-emru.html>

¹⁰⁴ “Desde el corazón de la renovación urbana, el edificio Cali Inteligente, será un aliado fundamental para la reactivación económica”. **EMRU**. 26 de febrero de 2021. Disponível em: <https://emru.gov.co/noticias/desde-el-corazon-de-la-renovacion-urbana-el-edificio-cali-inteligente-sera-un-aliado-fundamental-para-la-reactivacion-economica/>

construção de cidades amáveis deve suportar-se sobre um modelo de desenvolvimento urbano planejado e de *uso eficiente do solo*, que permita aperfeiçoar a localização dos seus habitantes em função das suas diferentes atividades e potencializar as vantagens dos territórios urbanos para lograr um desenvolvimento sustentável (ALCALDIA CALI, 2010, p. 20)

Nos documentos institucionais, “Cidades Amáveis”¹⁰⁵ é definido como um modelo urbano planejado, um Estado eficiente ao serviço das políticas de desenvolvimento das cidades, espaço público adequado, aperfeiçoamento do sistema de transportes, habitação digna e com infraestrutura de saneamento básico. Essa tendência nacional espera que as cidades tenham uma alta competitividade, produtividade, sejam promotoras de bem-estar e convivência entre os cidadãos, viáveis financeiramente, sólidas institucionalmente e sem problemas de governabilidade no planejamento urbano, com uma integração “para dentro e para fora”, assim como o melhoramento integral de assentamentos precários e a recuperação de centros históricos, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (2006, p. 251). Este tipo de visão plasmada em “Ciudades Amables” corresponde a uma perspectiva segundo a qual a cidade é um ator político, que segundo Castells, Borja (1996, p. 152) é um polo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado, sua governança promove acordos e associações e assume responsabilidades diante da sociedade, assim como promove a participação ativa dos principais agentes públicos e privados a partir de consensos públicos. Como visto anteriormente, esse discurso é o cerne das políticas de empresariamento urbano (Harvey, 2006) assim como desde a lógica do City Marketing (Azevedo, 2004) que canaliza fortes investimentos em projetos comerciais como a construção de Shoppings por exemplo.

Os pressupostos do projeto Cidade Paraíso estão articulados ao Plano Centro Global do “Departamento Administrativo de Planeación” do acordo 373 do POT de 2014 que já vinham sendo pensados desde a década dos anos 90 e evidenciam a articulação mais além do local das intervenções urbanas. Para alcançar esse objetivo a renovação do Centro da cidade de Cali definiu como objetivos os seguintes:

- Requalificar zonas de interesse patrimonial e representativas da cidade que apresentam problemas de deterioro.
- Propiciar processos de densificação de setores do centro, que por suas características físicas e urbanas e sua localização possuem um potencial superior ao da sua atual localização.
- Qualificar zonas de concentração de atividades de alcance urbano, metropolitano e regional.

¹⁰⁵ Construir Ciudades Amables. Visión Colombia II Centenario. Departamento Nacional de Planeación. Presidencia de la Republica de Colombia. 2019

- Fomentar a reutilização de setores desenvolvidos do centro que têm perdido sua vigência urbana; **recuperar e refuncionalizar para o mercado estas zonas** como focos da nova valorização. (ALCALDIA CALI, 2010, p. 58)

Cidade Paraíso estipula a “Renovação Urbana do Centro Global” e define as funções do centro antigo tradicional no cenário da Política da Competitividade Territorial e Fomento Turístico contemplado no artigo 9 do POT (Plano de Ordenamento Territorial). Estas novas formas de reorganizar e renovar o espaço procuram transcender suas respectivas escalas geográficas locais por meio das “atividades de alta hierarquia”, as quais fazem parte de uma estratégia que pretende ligar alguns espaços específicos com novos cenários nacionais, regionais, continentais e mundiais, ALCALDIA DE CALI (2010, p. 56). No artigo 227 do POT se define o objetivo geral para o Centro de Cali assim como o tipo de relações e gestões público privadas para sua execução

“ARTICULO 227: Plan de Renovación Urbana del Centro Global. Objetivo. Inducir la productividad urbana del centro de Cali, renovando y recualificando las condiciones físico espaciales y sociales del Centro Tradicional y del Centro Urbano - Regional de la ciudad, optimizando sus ventajas comparativas de localización estratégica, refuncionalizando las actividades metropolitanas y su oferta regional, respondiendo a las demandas y exigencias de las ciudades contemporáneas, posicionando a Cali tanto en el contexto nacional, como en los ámbitos internacional y global. El desarrollo de este Plan requiere de la acción coordinada de las entidades públicas municipales y del sector privado interesado en la inversión a gran escala.” PLANO ORDENAMIENTO TERRITORIAL CALI (2014, p. 106)

A coordenação entre o setor público e privado é realizada desde a EMRU. Para a execução do projeto de renovação do centro da cidade têm sido feitos os seguintes investimentos públicos e privados

El capital semilla como tal ha sido de \$102.085 millones; en este se encuentra la inversión de \$41.600 millones en la parte pública (Fiscalía, predios, vías) y alrededor de \$60.485 millones en la parte privada (espacios habitacionales y el centro de rehabilitación). En sí, si se logra desarrollar todo el proyecto, podría jalar una inversión de \$1.6 billones. Generando aproximadamente unos 90.000 empleos directos e indirectos, lo que caería muy bien en estos momentos de pandemia, donde se han perdido al menos 300.000 empleos en Cali.¹⁰⁶.

Assim mesmo estipula-se que para o período da administração de 2020-2023 o aporte dos inversionistas privados associados à EMRU será pelo valor de \$401 bilhões para a execução do projeto de Renovação urbana Cidade Paraíso. Do mesmo modo, \$62.989.192.981 serão

¹⁰⁶ ¿Qué ha pasado con las anunciadas obras de Ciudad Paraíso?. **El País**. Cali. Janeiro 14 de 2021. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/cali/que-ha-pasado-con-las-anunciadas-obras-de-ciudad-paraiso-habla-el-gerente-de-la-emru.html>.

provenientes de recursos públicos¹⁰⁷. Segundo o Arquiteto Carlos Andrés Argoty¹⁰⁸, um dos gestores da EMRU no projeto Cidade Paraiso os recursos requeridos e investidos até a atualidade são 95% do setor privado e 5% do setor público (Município), sendo um dos principais desafios para o centro a procura por outras formas de financiamento que sejam viáveis desde uma perspectiva eminentemente empresarial.

Em termos gerais é possível fazer a seguinte cronologia do projeto Cidade Paraiso desde os anos 2010 da seguinte maneira:

Tempo	Processos e avanços de Cidade Paraiso.
2009	O prefeito Jorge Ivan Ospina (2008-2011) deu a conhecer o projeto
Fevereiro de 2010	Começou o processo de compra de prédios para a construção das instalações da “Fiscalía General de la Nación”
Junho de 2010	Demolições das casas e prédios para a construção da Fiscalia General de la Nación.
Novembro de 2012	A EMRU socializa que a pre-venda do centro comercial Cidade Paraiso começaria em 2013
2014	A EMRU anuncia que a obra começaria na metade de 2015. A EMRU disse que em 2015 a obra do MIO começaria e que estaria pronta para julho de 2017
2015	Se produz uma “tutela” (ato na justiça que o cidadão pode fazer para reclamar por um direito vulnerado) para proteger a 217 indígenas da comunidade Embera Katio residentes no bairro El Calvário ¹⁰⁹ que paralisa o projeto
Fevereiro de 2017	A EMRU anunciou que em julho daria começo à obra, mas até a data só se tem adiantado assuntos de gestão predial e demolições
2018	Foram adquiridos 320 prédios de 596 existentes
2019	Deu-se continuidade à compra de prédios e a procura de investidores privados
2020 e 2021	Com a Pandemia as obras e processos ficaram paralisados, porem se consolidam investidores privados e se dá continuidade à compra de prédios e gestões sociais pontuais ¹¹⁰ .
Segundo semestre de 2020	Iniciam as obras de renovação urbana, ampliação da Carreira 12.
Janeiro 2022	Iniciam as primeiras obras físicas do projeto habitacional no Centro. Construção de “Paraiso Central”

Quadro 3. Cronologia Ciudad Paraiso.

¹⁰⁷ Avanza construcción de ‘Ciudad Paraiso’. **Noticiero 90 Minutos**. Cali. Dezembro 15 de 2020. Disponível em: <https://90minutos.co/avanza-construccion-cuidad-paraiso-renovar-centro-cali-15-12-2020/>.

¹⁰⁸ ARGOTY Carlos Andrés. Arquiteto EMRU. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. Dezembro 2019.

¹⁰⁹ Devido a essa Tutela, o processo de Cidade Paraiso foi suspenso por 5 meses, fazendo petição a Direitos Territoriais e vulnerabilidade social do Grupo Indígena Embera Katio que habitava nos inquilinatos do centro da cidade.

¹¹⁰ ¿Viviría usted en el centro de Cali?, proyecto residencial de Ciudad Paraiso iniciaría este trimestre. **El País**. Janeiro 21 de 2019. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/cali/viviria-usted-en-el-centro-de-proyecto-residencial-de-ciudad-paraiso-iniciaria-este-trimestre.html>.

É um processo que até agora tem avançado principalmente na compra dos prédios, tem se caracterizado por avanços lentos, com agendas e objetivos inconclusos. Desde o início do projeto tem surgido alguns problemas e conflitos que têm retrasado o início das obras como os processos de negociação com proprietários e a falta de recursos, porém este último problema já foi resolvido desde o ano de 2021 na medida que se consolidou uma aliança público privada a qual definiu umas lógicas de ações urbanas. Este aspecto é analisado no seguinte tópico

4.2. Quem constrói Cidade Paraiso? Os agentes públicos e privados na gestão do projeto.

Para agilizar os processos de construção de Cidade Paraiso, assim como consolidar parcerias entre os setores público e privados que tivessem como foco a participação e os recursos do capital privado no projeto, surge como uma iniciativa da EMRU no ano de 2012 a Alianza para la Renovación Urbana de Cali. Para entender estas alianças é importante saber que a EMRU tem por natureza ser uma Empresa Municipal que se encarrega da execução das ações urbanas e desenvolve os programas de projetos que são derivados das políticas estratégicas contidas no Plano de Ordenamento Territorial POT da cidade de Cali. Dentro dos seus objetivos estão os de gerar, promover e coordenar projetos de renovação urbana, visa a articulação e participação entre o setor privado, os atores sociais e a Administração Central da Prefeitura para a execução dos planos de revitalização da cidade.

Para levar a cabo estes objetivos a EMRU é a encarregada de fazer os contratos e convênios Inter administrativos assim como com o setor privado, se convertendo numa empresa gestora que detêm e canaliza os respectivos processos administrativos do projeto Cidade Paraiso. Para isso, a empresa objetiva avançar nos projetos de integração imobiliárias de áreas que são suscetíveis de renovação nas modalidades de Redesenvolvimento e Reabilitação.

A “Aliança para la Renovación Urbana de Cali” é um modelo de cooperação e gestão público privada que tem como horizonte a injeção de capital privado em Cidade Paraiso, envolve o “Cluster de la Construcción del Pacífico” conformado pela “Cámara Colombiana de la Construcción Valle”, “La Cámara Colombiana de la Infraestructura Seccional Occidente” e “la Lonja de propiedad raiz de Cali y Valle del Cauca”, assim como o grupo G7 Renovadora Urbana de Cali encarregados do desenvolvimento do projeto de habitação e espaço público expressados em 8000m². Todas estas empresas têm ampla trajetória empresarial na construção imobiliária a nível nacional e regional.

O Cluster da Construção do Pacífico surgiu no ano de 2008 para promover a integração das empresas privadas da construção, este Cluster tem por objetivo apoiar os processos de desenvolvimento da cidade e geração de valor compartilhado, acompanhando a gestão da administração municipal para facilitar o bom avanço dos programas de Renovação Urbana.

El Clúster de la construcción Pacífico y la EMRU firman un Convenio de Cooperación para sacar adelante cinco planes parciales: San Pascual, El Hoyo y El Piloto, Sucre, Avenida Sexta, San Nicolás y San Vicente. El sector privado aporta la experiencia y recursos económicos mientras que la EMRU aporta concurrencia interinstitucional, normatividad, gestión predial y gestión social de la renovación. Tras una convocatoria abierta y transparente, en este año se logra la vinculación de 35 empresas de la cadena de valor de la construcción de la región a través del aporte de recursos económicos. Es así como nace en 2014 el Fideicomiso Alianza para la Renovación Urbana de Cali¹¹¹

Este foi um processo de cooperação público privado que logrou a vinculação de 35 empresas afiliadas aos grêmios (agrupações empresariais) que conformam o Cluster da Construção Pacífico, os quais segundo Sonia Fabiola Amaya (Diretora da Alianza para la Renovación Urbana de Cali) têm uma ampla trajetória na construção a nível nacional e visa a transformação do Centro e Norte da cidade. Este tipo de cooperação é o que Pradilla (2009) denomina como um conjunto de facilidades e condições favoráveis que o Estado cria para as ações das empresas privadas. Para estabelecer uma identificação, organização e compreensão dos tipos de relações entre os agentes público privados e a sociedade em geral no projeto Cidade Paraíso, se fez a seguinte tabela de atores:

TIPO DE AGENTE	ATORES ESPECÍFICOS
AGENTES PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> – Emru – Metrocali – Secretaria de Vivienda – Secretaria de Infraestructura – Secretaria de Bienestar Social – Secretaria de Desarrollo territorial y Participación Ciudadana – Secretaria de Seguridad y Justicia – IGAC (Instituto Geográfico Agustín Codazzi) – Fondo Nacional del Ahorro. – Cámara Colombiana de Infraestructura. – Emcali (Empresas Municipales de Cali) – UAESPM Unidad Administrativa Especial de Servicios Públicos
AGENTES PRIVADOS	<ul style="list-style-type: none"> – Alianza para la Renovación Urbana de Cali ARUC (Público-Privado) – Cluster de la Construcción del Pacífico – Cámara Colombiana de la Construcción Valle (Associação gremial de caráter regional) – La Cámara Colombiana de la Infraestructura Seccional Occidente (Associação Gremial de cobertura nacional de caráter privado)

¹¹¹ “El plan que en 18 años busca renovar completamente la cara de Cali”. **Camacol Valle**. Cali. Maio 28 de 2018. Disponível em: <https://camacolvalle.org.co/el-plan-que-en-18-anos-busca-renovar-completamente-la-cara-de-cali/>.

	<ul style="list-style-type: none"> - Comfandi y el Grupo Empresarial Vallecaucano - la Lonja de Propiedad Raíz de Cali y del Valle del Cauca (Gremio Inmobiliario Valle del Cauca). - Grupo G7 Renovadora Urbana de Cali encargados do desenvolvimento do projeto de habitação e espaço público - Fideicomiso Derivado San Pascual (Alianza público privada) - Promotora Centro Comercial Ciudad Paraíso
SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Frente Amplio por la Defensa de Cali - Proprietários, locatários e habitantes dos bairros.

Quadro 4. Agentes públicos e privados do projeto Cidade Paraíso. Elaborado pelo autor

Dos esforços institucionais para a gestão urbana surgiu a ARUC Alianza para a Renovación Urbana de Cali, que aglutina Fideicomisos, os quais nascem pela necessidade de procurar potenciais investidores. Estes consistem na vinculação de empresas privadas para a injeção de capital, execução de obras específicas e pontuais dentro de Cidade Paraíso como é o caso do Fideicomiso “Derivado Plan Parcial San Pascual”. Na imagem embaixo pode se ver as empresas que fazem parte da ARUC assim como os Fideicomisos.





Imagem. Sessão Plenária do Conselho Santiago de Cali. Junho 18 de 2020. Reunião virtual via Facebook.

Algumas das empresas particulares que participariam no projeto Cidade Paraíso agrupadas no que foi denominado institucionalmente como Fideicomiso. Yecid Cruz Ramirez gerente atual da EMRU Fonte: EMRU

A transformação e modernização do que será Cidade Paraíso é direcionada por notados grupos económicos da construção articulados à gestão pública local, que no caso de Cidade Paraíso prevalecem as empresas regionais e nacionais, sem investimento internacional. Se faz difícil então pensar em uma possível dissociação entre agentes públicos e privados na administração, execução e gestão do projeto, uma prova disso seria o surgimento da ARUC em 2012 (Alianza para la Renovación Urbana de Cali) que como o próprio nome o indica surgiu para aliar e tecer gestões junto com o setor privado na forma de modelo cooperativo.

O modelo de cidade que representa Cidade Paraíso é direcionado por duas forças principais: primeiro por quem detém poder político e faz parte das redes de gestão institucional, e segundo por quem injeta o capital por meio dos Fideicomisos dentro da ARUC, assim mesmo por quem faz parte das redes de informação e execução do Projeto, quer dizer e seguindo a Marques (2016) a construção da cidade estaria nas mãos dos “capitais urbanos” os que têm não só o poder econômico e de investimento, senão também de gestão, administração e execução de obras urbanas específicas. Este aspecto se evidenciaria nos agentes encarregados da modernização do centro

¿Quién financia Ciudad Paraíso? La ARUC es una sombrilla grande pero ya hay un producto específico que se llama Fideicomiso San Pascual y allí está G7 renovadora Urbana, que es una empresa que se creó a partir de este proceso, también lo ha financiado la Promotora Centro Comercial Ciudad Paraíso, son los desarrolladores del centro comercial y el municipio también participa a través de inversión de Emcali, la secretaria de Infraestructura y de las distintas dependencias que focalizan el programa

allí. Todas las empresas son regionales, predominantemente son locales. No hay internacionales¹¹²

Estes agentes, principalmente privados, focalizam nas estruturas que foram parte do centro moderno, competitivo, inclusivo, sustentável, etc. Para Azevedo (2004) esta tem sido uma lógica comum das intervenções dos centros históricos da América Latina, a priorização dos equipamentos urbanos como megaestruturas, fachadas, ruas, sistemas de transporte, mas por outro lado, este tipo de lógicas e práticas urbanas tem agudizado e produzido novas problemáticas sócio espaciais.

Dentro do funcionalismo público que gesta o projeto percebe-se uma postura compacta e articulada com o setor privado o que se evidencia no surgimento da ARUC, aliança de investimentos que visa a construção de Cidade Paraiso para produzir um centro global, moderno e competitivo. Nesta relação o Público teria como função criar condições favoráveis de investimento, fazer planos de gestão, investir em infraestrutura, estabelecer contatos com a população para desenvolver negociações conforme os interesses institucionais, vender o projeto residencial “Paraiso Central”, assim como criar iniciativas de intervenção e algumas políticas de atendimento social específicas para a população vulnerável, especialmente os habitantes de rua. Este tipo de associação e de rede vem se consolidando com mais formalidade e desde os âmbitos legais desde as últimas décadas do século XX na administração das cidades, para Pradilla (2009) desde finais do século passado passamos da administração do Estado para a do Mercado, o primeiro sendo um ente que possibilita a gestão do segundo, expressado em regulação normativa, incentivos fiscais, propaganda e transferência de recursos públicos para o setor privado.

Desta forma, O setor público é um aliado favorável do capital e dos potenciais investidores, ele facilita os procedimentos, marcos jurídicos, cria condições normativas e políticas adequadas para o capital imobiliário ou de outras empresas particulares. Na associação entre Estado e Capital Privado formam-se coalizões urbanas, é o que Stone (1989) denominou por Regime Urbano, nos quais se consolidam formações de poder que possuem a capacidade de direcionar uma agenda de transformações com dois objetivos principais: Manter a coalizão estruturada por um tempo mais longo, e em segundo lugar, manter a coalizão com uma agenda de desenvolvimento econômico e urbano, ou melhor, um desenvolvimento econômico pelo urbano. A ARUC e a conformação dos Fideicomissos seriam a expressão e o resultado sócio institucional das alianças público privadas.

¹¹² LONDOÑO Nelson. Ex-gerente EMRU. Entrevistador: Carlos Andrés Díaz Mosquera. Cali. Janeiro 2020.

“En Ciudad Paraíso lo público se encarga del diseño, decir que es lo que va a existir en el centro. Sin la capacidad institucional y los recursos jurídicos que tiene el Estado para implementar la ley no podrían existir estos proyectos, pero con construcción de confianza entre lo público y lo privado. Esa articulación interinstitucional ha resultado difícil con la secretaria de hacienda, municipal, Emcali (Empresas Municipales de Cali), ahí es donde ha habido muchos obstáculos ¿por qué? Porque en nuestra tradición está el no hacer este tipo de proyecto, no lo hemos hecho antes, entonces la lógica que hay dentro de nuestras entidades es, yo saco una obra, una licitación, cada uno con sus límites. Generar estímulos tributarios para generar confianza con el sector privado, eso ha sido difícil” (Nelson Londoño¹¹³)

Como se mencionó anteriormente Cidade Paraíso é um projeto feito com aprox. 95% de capital privado, nas palavras do Ex-gerente da EMRU Nelson Londoño isso faz com que seja um desafio devido a que é a primeira vez que na Colômbia se produz um Mega projeto urbano focalizado no centro da cidade com a preponderância do capital privado, tendo como uns dos seus objetivos mais emblemáticos a construção do maior Centro Comercial localizado no centro de uma cidade na América Latina. A importância do investimento e os donos do capital num projeto urbano define o tipo de centro que se pretende construir, assim como sobre quem recaem as principais decisões e poderes administrativos, Carrión (2012). O Setor Privado é aliado estratégico, tem os recursos, o capital imobiliário, participam por meio de associações gremiais, constrói o projeto a partir das infraestruturas que produzirão valor, é o ente que dinamiza os investimentos e também aporta para gestão social.

El sector privado ya ha hecho una inversión de más de 70,000 millones de pesos (R\$ 97422780,70 aprox.) en la compra de predios. La EMRU en su papel de gestora, de articuladora, ha venido trabajando con todas las dependencias de la mano con el consejo de Cali, y creo que se ha hecho un muy buen trabajo. La EMRU es una empresa articuladora y se mueve en varias direcciones. Estamos aproximadamente en un 50% de la compra de los predios, son alrededor de 660 y tenemos alrededor de 300 ya comprados¹¹⁴

Segundo o ex-gerente da EMRU Nelson Londoño até o ano de 2020, em termos de valores e participação da gestão e execução de obras tanto do setor público quanto do setor privado temos os seguintes dados

A la fecha el municipio ha invertido como 33,000 millones de pesos (R\$ 43954,59 aprox.) los privados 70 o 80,000 millones de pesos actualmente (R\$ 106556,58 aprox.), en el estado que está el proyecto, el municipio tendrá que poner otros 30,000 millones y el resto inversión privada. La inversión privada va a llegar al billón de pesos¹¹⁵.

No seguinte quadro se explicita o tipo de infraestrutura, o valor que custa e a fonte do recurso (setor público-privado), pode se afirmar que os financiamentos com recursos públicos

¹¹³ LONDOÑO Nelson. Ex-gerente EMRU. Entrevistador: Carlos Andrés Díaz Mosquera. Cali. Janeiro 2020.

¹¹⁴ CRUZ Yecid. Gerente EMRU. Conferencia Virtual Cali junho 2020

¹¹⁵ LONDOÑO Nelson. Ex-gerente EMRU. Entrevistador: Carlos Andrés Díaz Mosquera. Cali. Janeiro 2020.

são destinados especialmente no “Bunker de la Fiscalía” e no “Edifício Cali Inteligente” já o maior investimento do setor privado será no “VIS Vivienda de Interes Social Paraiso Central”, o Centro Comercial e a “Estación Intermedia Centro” junto com o setor público.

Inversión Gestionada para Renovación Urbana para 2020-2023					
#	Proyecto	Valor (Millones)	Empleos generados	Actores	Fuente de Recursos
1	Bunker de la Fiscalía General de la Nación	\$ 476.500	6.500	FGN SVSH	Públicos
2	Ampliación de la Carrera 12 y la Calle 13	\$ 6.000	110	SIV EMCALI F.D.S.P	Públicos y Privados
3	Estación intermedia Centro	\$ 75.000	1.400	METROCALI PROMOTORA CENTRO COMERCIAL CIUDAD PARAISO EMRU	Públicos y Privados
4	Proyecto VIS Paraiso Central	\$ 85.000	1.600	PROMOTORA CENTRO COMERCIAL CIUDAD PARAISO	Privados
5	Edificio Cali Inteligente	\$ 120.000	1.900	DATIC	Públicos
6	Plan parcial San Pascual – Etapa 1	\$ 30.000	600	Fidecomiso Derivado San Pascual	Privados
7	Centro de atención para el Habitante de Calle (Barrio Sucre)	\$ 36.000	700	Secretaria de Bienestar Social	Públicos
8	Estación de Clasificación y Aprovechamiento de Residuos Solidos (ECA)	\$ 4.000	75	UAESP	Públicos
9	Servicios complementarios Fiscalía	\$ 80.000	1.500	Consortio Servicios Complementarios Fiscalia	Privados
TOTAL		\$ 912.500	15.135	15 Actores	Públicos y Privados

Quadro 5. Investimentos e atores públicos privados. Fonte: Informe de Gestão EMRU 2021

Da para ter uma estimativa da porcentagem e recursos que são investidos por parte de ambos setores, assim como as respectivas funções que desempenham na gestão público privada na consolidação de um projeto sócio espacial que vai mudar a cara do centro nos seus aspectos econômicos, sociais, culturais, residencial, administrativo e transporte. Em alguns deles existe a preponderância dos recursos públicos como é o caso do Bunker da Fiscalía (administração da Justiça), estrutura que seria de ordem pública. Aparece como dado importante a criação de empregos (15,135) o qual é um discurso paralelo que fortalece a importância da renovação do centro da cidade atrelado ao seu desenvolvimento econômico. Partindo desta primeira apresentação do projeto, seus objetivos, dados, o tipo de centro que se visa construir e lógicas das alianças público privadas, se continua no seguinte tópico para alguns aspectos que perpassam e são transversais à conformação das redes de gestão dos processos de transformação do centro de Cali.

4.3. Redes de gestão público privadas em Cidade Paraiso, análise dos discursos da modernização e recuperação do centro de Cali.

Os discursos e práticas urbanas da Modernização e Recuperação do centro de Cali, são o horizonte das lógicas das alianças público privadas e as respectivas políticas de renovação. Estes discursos e práticas se projetam não só em ações das instituições no espaço, senão também em diversos conflitos que foram identificados na análise das redes e transbordam o que é dito e explícito nos documentos institucionais, os quais se apresentam muitas vezes sem conflitos, ausentes de problemáticas sócio territoriais, uma “cidade de papel”, Mosquera (2014) o que quer dizer que existe uma cidade plasmada nas propostas e discursos oficiais e institucionais, nos documentos, nas maquetes, decretos e planos de gestão, os quais são perfeitos em “si mesmos” mas que diferem das práticas e ações urbanas. Estes discursos e práticas no momento de serem analisados, comparados, constatados ou colocados em diálogo com relatos, entrevistas, reportagens ou outros estudos sobre o tema, evidenciam a diversidade e heterogeneidade dos conflitos latentes do projeto, sendo um deles a forma como se gesta sócio institucionalmente de forma vertical por parte dos setores públicos e privados, a preponderância dos setores privados no projeto e por tanto nos destinos do centro, assim como o atraso na consolidação das obras produto da falta de inversionistas, sendo este último aspecto resolvido após o surgimento da ARUC (Aliança para a Renovação Urbana do Centro).

As cidades nos seus planos, ordenamentos territoriais, políticas de gestão e leis urbanísticas, evidenciam tendências e lógicas que correspondem a um momento histórico específico de transformação da cidade regidos por modelos, paradigmas e lógicas de construir um poder territorial conforme aos interesses conjuntos e articulados entre o setor público, o capital imobiliário (num nível global, nacional e local), assim como pelos diversos conflitos e lutas sócio espaciais que vão surgindo no caminho de consolidar um tipo de desenvolvimento urbano capitalista. Esta produção do espaço construído precisa de formas de governança, as quais segundo Marques (2013) são relações entre atores públicos estatais e não estatais (particulares) que interconectados formulam políticas urbanas inseridas em contextos institucionais específicos. Estes fenômenos urbanos se desenvolvem e produzem numa escala local contextualizadas em cenários globais (Coronil, 2005, p. 59)

Em tempos de globalização e da intensificação das dinâmicas capitalistas ao nível continental e internacional assim como suas projeções em cenários locais, é comum visualizar tendências e conceitos que viraram paradigmas de políticas urbanas nos roteiros de intervenção público privada nas cidades Latino-americanas como por exemplo o desenvolvimento

sustentável (Pradilla, 2013), competitividade, (Albuquerque, 2011), modernização do espaço (Quijano, 2000) (Maricato, 2015), aperfeiçoamento dos fluxos urbanos (Santos, 2006), aproveitamento turístico (Carrión, 2001) (Azevedo, 2004), segurança urbana, projetos de habitação social para classes média e alta (Nazem, 2011) (Arantes, 2014), progresso e modernização urbana (Coronil, 2005), entre outros.

O discurso da “Modernização urbana” tão vigente e utilizado nos documentos institucionais, nas declarações públicas dos agentes de gestão assim como nos investidores privados da cidade abrange e contém o ideário, lógicas, tendências e o horizonte das intervenções e reformas urbanas contemporâneas. Este discurso envolve o desenvolvimento econômico urbano capitalista que a sua vez contém formas de associações e parceria público privada, nas quais o setor público garante as condições jurídicas de investimento e o privado possui os recursos e define roteiros que visam a produção de lucro. Os setores públicos e privados gestam em função do desenvolvimento urbano, constroem estratégias de poder e decisão onde preponderam os roteiros de quem possui os recursos financeiros, isto é segundo Francisco Duran (2019) um poder empresarial que tem a capacidade de regular e virar instituições de gestão, pois ele mesmo é a gestão. No caso analisado, a modernização é focalizada no espaço central, visando a reorganização do espaço público com fronteiras e delimitações dos investimentos de formas bem específicas. Os recursos são canalizados para as obras de infraestrutura como o Shopping, o Projeto Residencial, a Estação de Transporte MIO e a sede da “Fiscalía General de la Nación”. Em entrevista feita a Juan David Ochoa, empresário integrante de Grecocentro (Gremio de Comerciantes del Centro de Cali) identificasse a preocupação principal pela regulação do espaço público

La más alta expectativa que se tiene es con el espacio público, realmente no se percibió una voluntad política por parte de la anterior alcaldía en cuanto a la regulación del espacio público. Los empresarios y comerciantes son muy conscientes de que la gente debe trabajar y se le debe permitir el mínimo vital y trabajar, ese tema social el sector empresarial lo tiene muy claro. Lo que se ha intentado hacer es que la ciudad tenga una política de espacio público regulado. Esa es la prioridad, que la nueva Alcaldía de Jorge Ivan Ospina ya lo sabe, él estuvo en varias reuniones con nosotros el año pasado saben que esa es una prioridad del sector empresarial, el espacio público, eso afecta una cantidad de ángulos de la vida del centro tanto en términos de movilidad como de seguridad, la ocupación del espacio central¹¹⁶

Os arredores do que será Cidade Paraíso, possui altos graus de “informalidade”, suas ruas também são ocupadas por diversas lojas, pequenos centros comerciais e uma vida econômica de rua agitada, tendo diversas atividades de camelô durante o ano inteiro e com

¹¹⁶ OCHOA Juan David. Integrante Grecocentro (Gremio Comerciantes del Centro de Cali). Entrevista janeiro 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

muita movimentação em dezembro. Em Cidade Paraiso se estipula a construção do maior Shopping da América Latina dentro de um centro urbano, esta construção outorgará novas dinâmicas sócio comerciais ao Calvário, deixando de ser um bairro historicamente deteriorado -como foi explicitado no apartado anterior- a uma zona de negócios, empreendimentos urbanos e lojas onde o capital imobiliário e empresarial fixaria seus investimentos. Este projeto urbano comercial é impulsionado pelos grupos empresariais contemplados na ARUC. Estes capitais imobiliários e comerciais Segundo Silvio Mutal (2001) são uma oportunidade para o setor privado de gerar investimentos individuais ou parcerias conjuntas com o setor público, nesse sentido as intervenções são feitas com um ar de Progresso, Modernização e Renovação econômica. Estas parcerias são a materialização das redes sócio institucionais público privadas, elas adquirem novos formatos institucionais como bem assinala Marques (2016, p. 32) dentro das quais os investidores privados ficam na administração e execução de mais serviços contratados, o qual evidenciaria a força do privado, mas por outro lado a fragilização do Público pela contratação de serviços privados para várias atividades de gestão do próprio Estado.

Sobre os terrenos que hoje em dia estão vazios -como se ilustra na foto- é que futuramente se edificará o que se tem pensado nas maquetes de Cidade Paraiso. Estas maquetes são diversas, existem vários protótipos que têm sido expostos desde que se anunciaram as obras, nelas percebe-se a magnitude arquitetônica e como as futuras estruturas virarão um “símbolo de modernização”



Fotos 42 e 43. Fotos tomadas do Jornal El Pais. Na esquerda o terreno limpo, preparado para a construção de Cidade Paraiso após a compra dos prédios num quarteirão. Na direita, uma maquete sobre como será o Projeto

Este modelo tem como foco a eliminação de todas as ocupações que são consideradas insalubres, degradadas e velhas. Está forma de intervenção urbana age arrasando o passado para dar entrada ao novo, ao moderno, enxergando tudo como degradado, desvio da norma e sem vida urbana.

Es evidente también que la renovación urbana en los Planes de Ordenamiento Territorial de las ciudades más importantes del país privilegia el “urbanismo bulldózer” a través de lo que técnicamente se ha denominado tratamiento de renovación urbana en la modalidad de redesarrollo y rehabilitación, el cual permite la

demolición de grandes sectores, para convertir las “manzanas-problema” en áreas con grandes potenciales constructivos, en torno a un proyecto de espacio público. FRANCO CALDERON (2010, p. 54)

O modelo de Redesarrollo (Redesenvolvimento) e Reabilitação que é implementado em Cidade Paraíso, se define como a renovação feita em setores que devem ser sujeitos a um processo de substituição total ou parcial das redes de infraestrutura, da elevação substancial dos índices de construção e das alturas resultantes (estipulado no Artigo 297 POT) o que também implica impactos e mudanças da população que habita e trabalha no lugar, assim como nos usos do solo urbano. Este tipo de modelo de cidade baseado no “Redesarrollo” e a “Rehabilitación” precisa do que Harvey (2011) denominou como “destruições criativas capitalistas”, quer dizer que as zonas da cidade que são consideradas velhas e historicamente desvalorizadas, são suscetíveis de serem destruídos para virarem potenciais projetos urbanos que viabilizam a produção de renda para o capital imobiliário. Neste tipo de funcionamento os estados, governos e poderes públicos adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro e imobiliário (Maricato 2015) que no caso de Cidade Paraíso se expressaria na consolidação das alianças e gestões da ARUC.

Como se vem assinalando, Cidade Paraíso contém roteiros, maquetes e planos de gestão previamente estabelecidos sem a sociedade que habita o bairro, impondo um modelo e uma maquete urbana sobre o espaço já demolido, um modelo de cidade semelhante à junção de vários blocos de container, cada um com suas funcionalidades administrativas, residenciais, comerciais e de transporte, que juntos conformam um modelo de centro e se coloca no território de forma abrupta, deslocando as problemáticas sócio espaciais para as fronteiras da renovação. Este tipo de modelos urbanos passa por alto e ignora as particularidades das populações ou tecidos urbanos existentes. Tem como alvo uma ideia de desenvolvimento associado a um estilo de vida e progresso, com rasgos espaciais homogêneos caracterizados pelo consumo, acumulação e distribuição desigual das riquezas, Cuevas (2017, p. 7)

O interesse que prevalece é o horizonte da “modernização do espaço central”, sua recuperação funcional e a construção de novas formas destruindo as velhas, as quais efetivamente estão deterioradas e não corresponderiam com as demandas do novo modelo de cidade pensado desde a gestão público privada. Para as lógicas deste modelo, a população pobre simplesmente tem que sair do lugar, ela é símbolo de desvalorização. Segundo Maricato (2015, p. 112) para os projetos urbanos regidos pela produção de lucro o pobre pesa negativamente sobre o preço e impacta a taxa de lucro, a boa localização é um conceito muito importante, ela tem preço e as lógicas contemporâneas das cidades se regem a partir da valorização imobiliária.

Como se ilustrou na foto e maquete, tudo o velho é destruído, a intenção é que não fiquem vestígios do que era El Calvário, se limpa o terreno tanto no espacial e social pois o que foi historicamente desvalorizado tem que dar cabimento ao novo modelo urbano, não tem como um projeto urbano desta magnitude ser edificado sobre as casas antigas. São duas dinâmicas sócio espaciais que desarmonizam e são incompatíveis dado o tipo de centro que se quer construir. Para a gestão pública a modernização do centro precisou da expulsão sócio territorial dos habitantes, foi algo conveniente e necessário para a renovação e o surgimento das novas formas que serão construídas em Cidade Paraíso

Podría no ser conveniente que la misma gente que hoy habita los entornos de degradación permanezca, pues estos son sujetos resultantes de fenómenos socioeconómicos, insertos en unas dinámicas económicas de precariedad y amarrados, de alguna forma a ellas. Propiciar su permanencia podría ser la perpetuación de parte de los factores deteriorantes del centro” ARGOTY (2012, p. 84)

A possibilidade de permanência da população não é cogitada neste tipo de modernização. Na data de escrita deste trabalho a EMRU enquanto instituição pública de gestão, não dispõe de políticas de habitação social ou programas efetivos de atendimento para a população vulnerável e não solvente. Na análise dos documentos institucionais e entrevistas recopiladas nos principais jornais locais e regionais, Cidade Paraíso se apresenta como um projeto coletivo, abrangente, inclusivo, um discurso que nos planos de gestão institucional envolveria todos os atores e melhoraria a qualidade de vida do setor, “Desde la Empresa de Renovación Urbana se considera que Ciudad Paraíso, más allá de la obra civil, se constituye en un verdadero proceso de inversión social, de revitalización del centro, de mejoramiento del espacio público y de la calidad de vida en esta urbe”¹¹⁷. Ciudad Paraíso se posiciona discursivamente como um projeto que beneficia a toda a cidade e a sociedade em seu conjunto, na medida em que recupera e moderniza o centro. Este aspecto é um dos pontos mais fortes dos discursos da modernização, pois efetivamente o centro precisa de políticas urbanas de renovação e para concretar esse fim, o projeto tem que afrontar uma das problemáticas sócio económicas mais profundas que foi assinalada no início deste capítulo: o que fazer com a população em condição de extrema pobreza?.

O cenário de extrema pobreza e informalidade do bairro El Calvário foi objeto de processos de deslocamento paulatino para os lugares fronteiriços da renovação, especificamente

¹¹⁷ Con Ciudad Paraíso, Santiago de Cali deja su ‘Calvario’ y renueva el corazón. **Jornal Diário Occidente**. Cali. Novembro 06 de 2020. Disponível em: <https://calibuenasnoticias.com/2020/11/05/con-ciudad-paraiso-santiago-de-cali-deja-su-calvario-y-renueva-el-corazon/#:~:text=Desde%20la%20Empresa%20de%20Renovaci%C3%B3n,de%20vida%20en%20esta%20urbe.>

para os bairros Sucre e San Bosco¹¹⁸. Devido à complexidade da problemática social, a forma como foi feita a política do combate às drogas trasladou as lógicas do micro tráfico para as fronteiras do que irá a ser a reforma urbana. Para dar início ao projeto Cidade Paraíso foram feitas as demolições das casas antigas no bairro El Calvário, este processo de demolição foi mais intenso desde a Prefeitura de Maurice Armitage (2016-2019) e tinham como slogan institucional e marketing político o “*combate às drogas e o narcotráfico na zona*”. Efetivamente as demolições foram realizadas acompanhadas de uma ampla campanha de marketing político anunciando a demolição como símbolo de destruição do microtráfico e uma espécie de disciplinamento moral e higiênico do lugar, porém o problema foi trasladado aos bairros vizinhos do que será Ciudad Paraíso. No jornal El País do dia 5 de junio de 2016 intitulado “Cali está en riesgo de tener varios Bronx”¹¹⁹ o prefeito da época Maurice Armitage faz alusão à intervenção e recuperação do lugar: “Estamos haciendo una recuperación del espacio acompañada de intervención social en el centro de la ciudad. El propósito es también tener cero niveles de drogadicción en Cali”. Como bem o expressa um dos moradores e líder social do bairro San Pascual, Fernando Perez

“El proceso de ciudad paraíso fue tan nefasto e tan mediocre que había un Calvario y ahora hay varios, 4 o 5 Calvarios, la mitad de San Bosco es un Calvario, la mitad de Sucre otro Calvario, es tan interesante el asunto que vea, las casas de microtráfico están, San Cayetano ya tiene 5 casas de microtráfico, San Bosco los mayores inquilinatos de la ciudad están allá, Guayaquil tiene 7 oficinas de cobro (agiotagem), yo me quedo aterrado con eso. Se generaron más problemáticas sociales”¹²⁰

¹¹⁸ Este fenômeno ainda está acontecendo. Até a data de escrita deste trabalho (primeiro semestre de 2022)

¹¹⁹ Vale a pena salientar que Bronx faz referência a um nome do bairro do centro da cidade de Bogotá que possui uma problemática muito profunda de consumo, comercio e venda de drogas, o qual foi conformado por população que foi deslocada de um processo de intervenção sobre o lugar chamado “El Cartucho” no final da década dos anos 90 também no centro da cidade onde hoje em dia fica o Parque Tercer Milenio. Jornal “El País”. Título Informe exclusivo: Cali está en riesgo de tener varios 'Bronx'. Junio 5 de 2016.

¹²⁰ PEREZ Fernando. Líder social e habitante raizal bairro San Pascual. Entrevista Cali Dezembro 2019. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

Na seguinte imagem tomada do Twitter da página da Prefeitura de Cali durante o mandato de Maurice Armitage se ilustra a demolição das casas do tráfico, a propaganda midiática e a visão segundo a qual a destruição física do lugar supõe a culminação do problema. Em nota adjunta se diz “nos propusimos a quitarle espacios a los delincuentes. Con la demolición de estas tres viviendas retorna la tranquilidad a este sector del Calvario, y evitamos que sustancias ilícitas lleguen



Foto 44. Imagem Twitter da Prefeitura de Cali anunciando a demolição de casas de tráfico com a presença do prefeito Maurice Armitage (Janeiro 2016 – 31 dezembro 2019)

a los entornos escolares”¹²¹. O modelo de intervenção urbana se coloca metaforicamente como um conjunto de blocos de container, os quais precisam da destruição do lugar para se sobrepor no espaço que será construído, mas suas problemáticas se trasladam e reproduzem novamente ao redor do espaço delimitado da renovação.

Esta problemática tem sido assinalada e denunciada por diversos representantes da sociedade como líderes sociais e religiosos, dirigentes comunais e vereadores, como é o caso da líder social Aris Lisandra Molina do bairro Sucre quem afirmou “que el Plan de Renovación Urbana Ciudad Paraíso, ha desplazado las cocinas del microtráfico que operaban en el Calvario y casi 16 ventas de alucinógenos ahora operan en Sucre. Hoy contamos con 60 expendios identificados, *la pregunta es qué van hacer para impactar esos focos de violencia?*”¹²². Esta última pergunta não tem resposta nos planos de gestão social da EMRU ou talvez seja um tema demasiado denso, estrutural, arraigado na macro economia municipal, regional e nacional que demandaria mudanças de modelos sócio econômicos, abordagens do problema das drogas em múltiplos aspectos, como na educação e conscientização pública sobre o assunto, atenção psicológica, serviço social, políticas públicas de habitação social etc. a única solução oferecida pela gestão pública e o capital privado, tem sido o deslocamento espacial como consequência da implantação do tipo de modelo urbano, assim como a crença segundo a qual a consolidação

¹²¹ En Cali realizan demolición de inmuebles que funcionaban como centros para expendio de droga. **El Espectador**. Bogotá. 19 outubro 2018. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia/cali/en-cali-realizan-demolicion-de-inmuebles-que-funcionaban-como-centros-para-expendio-de-droga-article-818832/>.

¹²² Voceros de la comunidad de Ciudad Paraíso reclaman mayor atención del gobierno. Concejo de Cali. 02 agosto de 2019. Disponível em: http://www.concejodecali.gov.co/Publicaciones/voceros_de_la_comunidad_de_ciudad_paraíso_reclaman_mayor_atencion_del_gobierno.

do projeto na zona vai trazer impactos positivos e melhores condições de vida para toda a população. Sobre a gestão social e os desafios da EMRU para a zona, em entrevista feita ao empresário Jhoiner Pelaez

“ese es el tema débil” del proyecto, el centro tiene una gran cantidad de habitantes de la calle. ¡Esa parte es compleja, el estado le tiene que apostar a la renovación urbana pero la parte social tiene que intervenirla de la mejor manera, pero que le dé resultados! Ya hay cambuches (barracas) alrededor de lo que va a ser Ciudad Paraíso. Se renova pero se va a correr el riesgo de deterioro en las zonas aledañas, eso no se puede permitir porque se va a afectar a otros ciudadanos, no se ha hecho algo fuerte para evitar esa situación. Se debe generar una política constante, una política pública y que esto se ejecute constantemente, si no hay una continuidad no vamos a ver resultados¹²³.

A Revitalização, Renovação do Projeto Cidade Paraíso aborda o problema das drogas desde uma política de limpeza, higienização social e disciplina moral do espaço, nesse sentido o imaginário que pesa sobre o bairro e suas condições sócio econômicas têm servido como abono e matéria prima para legitimar a reforma do centro. As intervenções urbanas e mais ainda as que são focalizados nos centros em zonas deterioradas são vistas segundo Freitag (2006, p. 162) como problema higiênico-sanitário e técnico. Esta visão consiste em tildar os moradores dos bairros como os culpáveis do deterioro do espaço. Nesta visão também participa ativamente o papel da mídia na difusão de imagens, discursos e mensagens. Este aspecto influi em que a sociedade converga com o ideário de limpeza social e com o discurso higiênico do espaço, pois na globalização como bem nos fala Ianni (1997, p. 173) se globalizam interesses e objetivos, ideologias e visões do mundo daqueles que detêm meios políticos, econômicos, sociais e culturais de mando e desmando em escala global

Em outro depoimento de Aris Molina de 41 anos, raizal do bairro El Calvário, presidenta da “Junta de Acción Comunal”¹²⁴ quem trabalha na recuperação de pessoas adictas às drogas no bairro de Sucre, assinala que um dos focos de onde parte o problema social do bairro é o abandono estatal e o preconceito que sofre a população para procurar oportunidades de trabalho

Esto aquí tiene sus problemas, pero no son tan graves. ¿Y quiere que le diga cuál es el peor problema? El abandono estatal”. Ella cuenta que la Junta de Acción Comunal viene desarrollando varios proyectos deportivos, culturales y de manejo de basuras para los habitantes del barrio. “Se trata de humanidad”, dice. “Yo crecí en El Calvario y lo conocí todo. Mi mamá me enseñó el camino derecho y el asunto en estos barrios es ese, que no hay quién les dé oportunidades a los niños, entonces estos crecen en medio de los delitos y la droga”. La mayor parte, tal vez el 95% de los menores que nacen en barrios como El Calvario o Sucre son hijos de madres solteras que, además, tuvieron su primer bebé a los 14 o 15 años y que no tienen trabajo. Lo que se puede hacer, dice Aris, es reciclar basuras, trabajar como domésticas, si las aceptan o, si los

¹²³ PELAEZ Jhoiner. Integrante de GrecoCentro (Gremio de Comerciantes del Centro de Cali). Entrevista Janeiro 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

¹²⁴ Chamasse “Junta de Acción Comunal” a uma instância política que cada comuna (composta por bairros) tem na cidade de Cali, são eleitos por votação e com um respectivo período de mandato.

casos son muy extremos, delinquir. “Se trata de vivir, de comer. Yo no voy a justificar a nadie, pero te digo, aquí hay gente que quiere trabajar y cuando pone en su hoja de vida que es de Sucre, de una vez pierden la oportunidad”¹²⁵.

Na última parte do depoimento percebe-se uma das características que têm carregado historicamente os bairros que são objeto de intervenção: existe uns imaginários coletivos na cidade de Cali que versam sobre a ideia de que o “pior da cidade” mora no Calvário, Sucre e San Pascual, isso facilita certo grau de legitimidade em aceitar qualquer tipo de intervenção urbana no lugar que vise uma nova cara do centro e a sua Recuperação dessas condições de pobreza

“Este barrio es de gente buena. Hay consumidores, claro, pero también hay mucha gente que quiere hacer cosas buenas, que quiere trabajar. Si aquí viene la Alcaldía y dice que va a demoler todo para construir otra vez, pues tan sencillo como que el problema se va para otro lado”. El plan, como está planteado, busca sencillamente expulsar de esa zona a los habitantes de la calle y a quienes siempre han vivido allí. “Si no se les ofrece nada, para algún lado se van a ir los consumidores. ¿Qué va a pasar? Como en Bogotá, toda la gente expulsada del barrio El Cartucho se fue para lo que hoy es El Bronx en Bogotá. Mover el problema de un lado para otro solo lo agrava más”, concluye. Parece que algunos expendedores ya compraron casas en el barrio vecino, Aranjuez”¹²⁶

Para Juan David Ochoa de GrecoCentro (Gremio de Comerciantes del Centro de Cali), o que pode acontecer com a população em extrema pobreza do bairro é o que já foi feito na cidade de Bogotá há algumas décadas quando foi renovado o centro chamado “El Cartucho”

Sobre la gestión social de Ciudad Paraíso, es una comunidad que va a tener que ser desplazada o trasladada, porque en algunas ciudades como fue Bogotá, esos proyectos crean un desplazamiento que tiene en un principio un modelo de reorganización pero que muchos de ellos se ven desplazados, entonces esperamos que la EMRU nos comunique porque hasta el momento no conocemos bien cuál va a ser el orden¹²⁷.

Existe nos depoimentos e imagens que circulam nos jornais (especialmente El País, jornal local) um marketing político e simbólico ao redor da destruição física do lugar de comercialização e consumo de drogas, como se a demolição fosse uma maneira de resolver o agudo problema de microtráfico, a isso se soma as campanhas de presença policial na zona que garantiriam “certo controle”, porem após a demolição dos prédios e casas o problema não deixou de existir, ele continuou e se deslocou.

¹²⁵ MOLINA Aris. Mulher habitante bairro El Calvário. Integrante AMURE (Asociación de Mujeres Recicladoras). Entrevista janeiro 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

¹²⁶ MOLINA Aris. Mulher habitante bairro El Calvário. Integrante AMURE (Asociación de Mujeres Recicladoras). Entrevista janeiro 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

¹²⁷ OCHOA Juan David. Integrante GrecoCentro (Gremio Comerciantes del Centro de Cali). Entrevista janeiro 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

4.4. A gestão Público Privada e a participação social.

A Modernização do espaço central desde a perspectiva de um dos seus gestores públicos que pertence ao Escritório de Assessoria, Planejamento e Comunicações da EMRU consiste em “transcender *el paradigma del arraigo* y la renovación social como centro del problema, puesto que partir de esta premissa significa priorizar los intereses de localización de una minoria sobre um entorno deteriorado, sobre los intereses de uma maioria (la ciudad) de poder acceder a parte del centro, como es el caso de Cali” (ARGOTY 2012, p. 84). O enraizamento no lugar, a permanência, o direito de estar e ser no espaço em novas condições sócio econômicas com políticas públicas de atenção à população em condição precária, além de processos democráticos de negociação e participação que não sejam regidos pelo capital não fazem parte das práticas urbanas de gestão da EMRU. Estes tipos de enraizamentos e pertencimentos que alguns setores da população têm desenvolvido com seus espaços (especialmente famílias raizales) são vistos como um problema a serem resolvidos pela gestão público privada, cuja solução vem dada pela execução do projeto e transformação física do espaço sem políticas sociais de intervenção no mesmo. Para Acosta (2017, p. 184) os sentimentos de arraigo e pertencimento das famílias raizales são laços sociais que na medida que avança o projeto de renovação urbana, vão ficando mais evidentes e visíveis, estes se expressam como uma luta e defesa pelo espaço diante da ação do Estado e do capital privado.

Desde o início das obras surgiu a preocupação pública pelo destino dos moradores, estas preocupações podem ser expressadas nas seguintes perguntas: *O que fazer com a população que durante décadas tem conformado o bairro? E qual população moraria no projeto residencial Paraiso Central?* Um dos setores que inicialmente foi deslocado do setor foram os comerciantes de lojas de venda de imóveis, a qual era uma atividade importante da zona. Após prolongados processos de negociação e compra dos prédios um dos aspectos que têm chamado a atenção no planejamento e execução de CP é a lentidão nas execuções das obras pois as últimas três prefeituras não têm dado início pleno ao projeto tal como está estipulado nos planos. Para o morador Carlos Córdoba a situação das obras de CP é “triste” pois é lamentável que “después de 18 años la EMRU no asuma la responsabilidad social que tiene con los moradores y propietarios de los barrios San Pascual, El Calvario, Sucre Piloto. Son varios los diseños y proyectos que se han hecho en Ciudad Paraíso, debido a que se ven afectados por las alturas

que se proponen¹²⁸, por tanto, en tres mandatos no hay una solución ni de desarrollo y menos social para quienes, habitan, habitaron y no encuentran solución”¹²⁹.

Para o Vereador Terry Hurtado Gómez (Alianza Verde – partido de Centro) Ciudad Paraíso é um projeto “*de buena intención que pauperizó a quienes allí vivían y las comunidades de sectores aledañas, dadas las dinámicas sociales que había antes de las demoliciones, pero que fueron factores no abordados o desatendidos. No podemos decir que este proceso no se repita en otras zonas de Cali, pero no podemos permitir otro modelo de gentrificación*”. Uma das estratégias do deslocamento nos processos de negociação é não garantir a relocação das pessoas moradoras do bairro El Calvário no que irá ser o projeto residencial Paraiso Central, elas receberam uma ajuda econômica –algo como um cheque despejo- mas não se espera a sua relocação ou que sejam participes do projeto de habitação social. Alguns moradores que habitavam El Calvário e que foram expulsos, argumentam não ter recebido nenhuma ajuda por parte da EMRU, sua saída do lugar representou um agravamento das suas condições sócio-econômicas, tal é o caso de Paola Guacal, vendedora e recicladora

Ese proyecto de la EMRU por lo menos a mí no me reconoció absolutamente nada, ni me han dicho nada, yo viví ahí en ese sector por 35 años, yo vendía minutos, vendía ropa, pero desde que se terminó eso, yo quede sin hacer nada, porque pues no tengo recursos no tengo nada, no nos reconocieron nada, ¿entonces que puedo decir? Que fue un proyecto malo para nosotros¹³⁰

As suas palavras refletem um dos aspectos dos processos de negociação e a forma como as redes sócio institucionais têm gestado com relação à sociedade que habita El Calvário, algumas delas foram afetadas e impactadas nas suas labores e atividades econômicas sem reconhecimentos ou ajudas para mitigar estas consequências. Estes aspectos também têm repercutido sobre outros direitos como o de permanência, pois alguns anos atrás, em Direito de

¹²⁸ A altura dos prédios residenciais que serão construídos em Cidade Paraiso foi motivo de um conflito jurídico já superado com a Escuela Militar de Aviación Marco Fidel Suarez no ano de 2019 localizada no entre o Centro e Nor-Este da cidade de Cali. Este conflito consistiu em que desde 2013 começou a operar um Comando de Combate na Cidade de Cali que mudou o espaço aéreo disponível que deve ter a Força Aérea na Escola Marco Fidel Suarez. Por tal motivo todas as construções que iriam a ser feitas em Cali cuja altura superasse os dois patamares deveriam de ter a licença e permissão da FAC (Força Aérea Colombiana) com sede em Bogotá. A FAC apresentou uma “Acción Popular” –uma demanda jurídica- em contra de Cali por expedir licenças de construção com altura superior a 12 patamares sem contar com a permissão da Força Aérea. No entanto em Cali e mais especificamente no centro da cidade já existem construções que tem uma altura superior à demandada, tal exigência da FAC limitaria seu planejamento e desenvolvimento urbano vertical em um 62% do seu território, que é o espaço aéreo demandado pela FAC. Este litigio fue superado, no entanto, paralisou as obras por uns meses.

¹²⁹Luego de 10 años Ciudad Paraíso no avanza, cuestionan gestión de la EMRU. **Concejo de Cali**. 04 Março de 2020. Disponível em:

http://www.concejodecali.gov.co/Publicaciones/luego_de_10_anos_ciudad_paraíso_no_avanza_cuestionan_gestión_de_la_emru.

¹³⁰ GUACAL Paola. Vendedora e Recicladora, integrante da AMURE (Associação de Mulheres Recicladoras). Entrevista Via Whatsapp. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. Outubro 2021

Petição feito por mulheres recicladoras no dia 30 de junho de 2015 se diz o seguinte sobre o direito de permanência, moradia e participação social no projeto Cidade Paraiso

Desde hace más de 25 años hemos vivido junto con nuestras familias en el sector conocido como El Calvario de esta ciudad, como es de su conocimiento somos mujeres cabeza de familia, las cuales vivimos del reciclaje, somos mujeres que reclamamos nuestros derechos y exigimos un trato digno, y no como hemos sido tratadas desde que se empezó a vender las propiedades en donde hemos vivido toda la vida. Queremos denunciar el trato que nos ha dado la EMRU en contra de las familias, denunciamos la vulneración al trabajo y a la vivienda, denunciamos al señor Nelson Londoño (gerente da EMRU na época) quien argumenta que “no hay reubicación, sino una ayuda económica”, debe usted saber señor alcalde que la solución no es una ayuda económica, nuestro principal problema es la vivienda, por ello estamos convocando a una reunión donde contemos con su presencia y la presencia de la personería de los Derechos Humanos, la Defensoría del Pueblo, la procuraduría, la Secretaría de vivienda, oficina de Bienestar Social y de ser posible la señora Gobernadora para que entre todos se busque una solución que nos beneficie, solicitamos ser escuchadas”¹³¹

A “ajuda econômica” tem sido uma estratégia de negociação que se traduz na expulsão das pessoas. Esta situação evidenciaria uma possível tendência sobre para que tipo de estrato sócio econômico estaria destinado o projeto residencial, assim mesmo como uma lógica de substituição sócio econômica da população que habitaria o setor devido ao padrão de apartamentos que se oferecem no projeto residencial Cidade Paraiso. Nesse sentido se configuraria possíveis processos de Gentrificação descritos nos capítulos iniciais desde a perspectiva de (Glass, 1964), (Smith, 2007, 2012), porem ainda não palpáveis pois estão no papel e sem execução até a data em que é escrito este trabalho, nesse sentido não se tem certeza de quem vai comprar os futuros apartamentos do projeto residencial Paraiso Central. O que se tem estipulado nas maquetes, projetos e declarações dos gestores públicos é a consolidação de um projeto de habitação para funcionários públicos e uma população mais solvente que comprariam as casas do projeto. Por outro lado, de forma paralela e complementar a está lógica, se configurariam também processos de Boutiquização, (Carrión, 2012, 2005) devido à recuperação funcional, administrativa do centro junto com o estabelecimento de empreendimentos imobiliários, comerciais e empresariais que têm interesse na construção do Centro Comercial e por tanto uma zona com diversas atividades econômicas. Diante da pergunta quem vai morar no centro? Em entrevista feita ao ex-gerente da EMRU Nelson Londoño sua resposta foi

La población objetivo es población Estrato 3 y 4, arrancando en estrato 3 (Clase Media e Media Alta), dentro de la vivienda de San Pascual siempre ha sido contemplado es que un porcentaje sea de interés prioritario, dirigida a aquellas personas que se han identificado dentro del trabajo social que podrían convertirse en

¹³¹ Derecho de Petición. Contraloría General de Santiago de Cali. 01 Nov. 2016

propietarios, en el sector de Sucre es donde por los costos del suelo y demás es donde se podrían desarrollar proyectos de viviendas que vayan dirigidos al alquiler, a esa transición entre “leasing habitacional” y un porcentaje de vivienda de interés prioritario, pero lo importante es que pertenezcan en el centro, lo que pasa es que hay que hacer un trabajo a fondo con la población, más que todo con la población que trabaja con el reciclaje de la informalidad¹³².

Nos depoimentos de funcionários públicos existe uma linguagem evasiva sobre a possibilidade dos atuais habitantes e proprietários estarem incluídos dentro do projeto residencial, estes habitantes ainda não venderam porque como se falou anteriormente não concordam com os preços de compra e querem estar dentro do projeto residencial. A possibilidade de expulsão da população é latente, tanto que uma das propagandas e visões do projeto residencial radica na intenção de trazer e convidar a funcionários públicos, pequenos empresários e trabalhadores do centro a comprar ou alugar as futuras residências oferecidas por Paraiso Central. Esta população teria como características sócio econômicas uma capacidade de solvência maior. Em entrevista realizada em janeiro de 2020 a Juan David Ochoa integrante de Grecocentro (Gremio de Comerciantes del centro de Cali) o projeto residencial resulta interessante para comerciantes, empresários e trabalhadores do centro pois

a través de la información que nosotros tenemos sobre el proyecto de vivienda nosotros estamos comunicando a los empresarios y comerciantes porque se logró que se aprobara que Grecocentro y los asociados a Grecocentro tuvieran el beneficio de acceder al proyecto de interés social, los que estuvieran interesados... hay interés por parte de comerciantes, empresarios y trabajadores de las empresas en vivir en Ciudad Paraíso, teniendo en cuenta que el perfil de las viviendas es de interés social muchas personas que trabajan en el centro no tienen vivienda, entonces a futuro lo que vemos nosotros es que muchos de los trabajadores de esas empresas van a vivir aquí e igualmente los empresarios van a invertir mucho más, teniendo en cuenta que va a tener una mejoría en movilidad, espacio público, seguridad y el ordenamiento territorial, que es lo que más les interesa. Este tipo de mejorías va a ser que el centro sea más organizado, los empresarios a eso es lo que le apuntan.

Um dos principais detonadores dos conflitos ao redor da gestão público privada de Cidade Paraiso consiste no tipo de “participação social” onde os moradores, pequenos comerciantes e empresários só sabem das decisões quando elas já foram tomadas em escritórios e gabinetes. Teriam então uma espécie de diálogo no papel, que só aparece no marketing político ou nos documentos oficiais como bem manifesta Fernando Perez Quintero Veedor Cidadão de Cidade Paraiso.

“El proyecto de renovación urbana Ciudad Paraíso ha sido concebido ante todo como un gran negocio antes que como una manera de mejorar las condiciones habitacionales y de servicios de sus habitantes que tienen el derecho de contar con una vivienda digna y el poder de desarrollar su actividad económica y comercial dentro de la zona que hoy es objeto de la renovación. Muchos en la ciudad han escuchado o leído sobre los beneficios que para Cali traería el primer proyecto de Renovación Urbana Ciudad

¹³² LONDOÑO Nelson. Ex Gerente EMRU. Entrevista Cali Janeiro de 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

Paraíso, soluciones de vivienda, espacio público, movilidad y centros comerciales, algo que en letras e imágenes se aprecia de forma fantástica no obstante, el caminar y charlar con la comunidad sobre cómo se adelanta el proyecto, resulta evidente que los barrios intervenidos son partícipes de un proceso confuso, lleno de enredos y artimañas, donde lo único real hasta ahora son escombros, desalojos, atomización de problemáticas, heridos y hasta muertos”¹³³

Os aptos ofertados nas maquetes de Paraiso Central são conformados por sala, cozinha, dois quartos, um banheiro e vista panorâmica para o centro da cidade, o valor corresponderia a \$167.000.000 (pesos colombianos) que equivale a R\$ 226.052,88 reais brasileiros, com uma área construída de 48.75 m² e área privada de 42.03 m²



Imagem 45, 46 e 47. Fotos maquetes Cidade Paraíso. <https://www.paraisocentralcali.com/>
Na esquerda, maquete dos apartamentos oferecidos no projeto Residencial. Imagem do meio, maquete das torres residenciais. Na imagem da direita, diversas maquetes do Projeto Residencial Paraiso Central expostas em reunião virtual da EMRU. 18 junho 2020

Em documentos institucionais da Prefeitura de Cali¹³⁴ se diz que esses projetos seriam destinados para funcionários públicos que laboram nas dependências administrativas localizadas no centro da cidade. Evidentemente sua estrutura e funcionalidade diferem das antigas casas que tinham outros desenhos, tamanhos e que influía também no tipo de ocupação por parte de diversos grupos, famílias e os tipos de relações sócio espaciais. Desta nova estrutura pode-se inferir que estaria desenhada principalmente para ser habitada por casais, casais com um filho ou solteiros(as), tal característica abre diversos questionamentos, um deles consistiria em se perguntar se a classe média, média alta ou funcionários públicos teriam interesse em morar no centro da cidade, considerando as condições sociais de precariedade e desvalorização que o próprio projeto está produzindo aos redores da renovação como consequência do deslocamento da população que morava no Calvário.

¹³³ PEREZ Quintero Fernando. Habitante bairro San Pascual. Entrevista Cali Janeiro 21 de 2020. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera.

¹³⁴ Paraíso Central: proyecto habitacional que detona la renovación del centro de Cali. **Diário Occidente**. Cali setembro 29 de 2020. Disponível em: <https://occidente.co/cali/paraiso-central-proyecto-habitacional-que-detona-la-renovacion-del-centro-de-cali/>.

Nos planos e documentos se diz que “En el sector de San Pascual se construirán unas edificaciones de 18 y 20 pisos, disponiendo en las primeras plantas unos desarrollos comerciales que evitarán que se rompa la actividad económica y fomentarán la reconstrucción del tejido social, ofreciendo los productos y servicios con mayor organización”, concluiu o Gerente da Empresa Municipal de Renovación Urbana, Emru”¹³⁵. Na seguinte citação, aparecem os valores, planos, ofertas e possibilidades para quem quer adquirir habitação no Centro de Cali por meio de Cidade Paraíso, mas tal iniciativa tem sido criticada pelos moradores por não estarem inclusos, assim como por outros setores pela falta de recursos para levar a cavidade o empreendimento.

“Paraíso Central reporta inversiones por valor de \$55.200 millones con 20.300 metros cuadrados de construcción destinados para vivienda; en su primera etapa se materializará en un edificio de 20 pisos con 331 apartamentos, de los 1.500 que contempla inicialmente el proyecto.”¹³⁶ (setembro 2020) “Quienes compran en Paraíso Central, tendrán derecho a acceder al Programa Frech, consistente en un subsidio a las cuotas del crédito hipotecario, el cual fue adoptado por el Gobierno Nacional mediante Decreto 1233 del 14 de septiembre del año en curso, como una medida para impulsar el crecimiento económico del país.” “A través del Decreto 1233, se asignarán 100.000 cupos para créditos hipotecarios y operaciones de leasing habitacional a nivel nacional, con cupos definidos para los años 2020, 2021 y 2022. Los beneficiarios de los subsidios recibirán cerca de \$439.000 mensuales, descontables de la cuota mensual de su crédito durante los primeros 7 años del mismo, lo que equivale a un subsidio total de más de 36 millones de pesos, 42 salarios mínimos. Se espera el inicio de la construcción de Paraíso Central para el segundo trimestre de 2021”¹³⁷

Segundo palavras de Nelson Londoño (gerente da EMRU até 2019)¹³⁸, se estipula a construção de 650 unidades de vivenda de interesse social a cargo da Aliança para a Renovação Urbana de Cali no bairro San Pascual. Esta obra vai permitir “que entre 18.000 e 20.000 “Caleños” -gentílico de pessoas que moram em Cali- vivam no centro da cidade perto do seu trabalho e o mais importante perto ao Sistema de Transporte Massivo MIO. Esses conjuntos habitacionais serão destinadas para a população que mora em condição de aluguel do setor”. Estas declarações são feitas em janeiro de 2019 e no vídeo institucional afirma-se que em fevereiro do mesmo ano iria dar começo as obras, mas até o momento da escrita deste trabalho

¹³⁵ Con Ciudad Paraíso, Santiago de Cali deja su ‘Calvario’ y renueva el corazón. **Diário de Occidente**. Cali novembro 06 de 2020. Disponível em <https://occidente.co/cali/con-ciudad-paraiso-santiago-de-cali-deja-su-calvario-y-renueva-el-corazon/>.

¹³⁶ “Con Ciudad Paraíso, Santiago de Cali deja su ‘Calvario’ y renueva el corazón”. **Diario de Occidente**. Cali novembro 06 de 2020. Disponível em <https://occidente.co/cali/con-ciudad-paraiso-santiago-de-cali-deja-su-calvario-y-renueva-el-corazon/>.

¹³⁷ “Paraíso Central: proyecto habitacional que detona la renovación del centro de Cali”. **Diario de Occidente**. Cali setembro 29 de 2020. Disponível em <https://occidente.co/cali/paraiso-central-proyecto-habitacional-que-detona-la-renovacion-del-centro-de-cali/>.

¹³⁸ “Conozca los detalles de Ciudad Paraíso, el proyecto que busca cambiar el centro de Cali”. **El País**. Cali janeiro 27 de 2019. Disponível em <https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/video-conozca-los-detalles-de-ciudad-paraiso-el-proyecto-que-busca-cambiar-el-centro-de-cali.html>.

(primeiro semestre de 2022 e no cenário da Pandemia) ainda não começaram. Este aspecto ainda está no papel, existem depoimentos públicos por parte de funcionários da EMRU que afirmam que alguns apartamentos do projeto Residencial Paraiso Central já têm sido comprados, como nas seguintes declarações de Yecid Cruz atual gerente da EMRU.

Por ejemplo, en El Calvario, en donde ya iniciamos obras, compramos más de 180 predios y fue un proceso que tomó casi siete años. Ya estamos construyendo la primera torre que constará de 20 pisos con 331 apartamentos y que estaría finalizada para enero del próximo año. Aquí es importante aclarar que más de 300 familias ya han adquirido su apartamento en esa primera torre, por lo que dentro de poco se espera que inicie la venta de la siguiente torre. La comunidad nos ha venido acompañando, pues entiende la necesidad de integrar este espacio del centro que antes estaba vedado. A medida que las más de 1000 personas que compraron los apartamentos de la primera torre se instalen en la zona, ellas generarán las condiciones de seguridad mediante su apropiación del sector¹³⁹

Como vem se argumentando sobre o projeto residencial, se espera desde a perspectiva institucional, que a chegada dos novos moradores seja um impulso transformador na composição social do lugar, uma reativação nos aspectos económicos e de segurança. Porém, este aspecto apenas está no papel, nos documentos e ainda não é visível após quase sete anos de preparação e implementação do projeto. Os atrasos nas obras de CP se devem a diversos fatores, sendo um deles segundo o Chefe do Escritório de Assessoria e Planejamento Carlos Andrés Argoty (2012, p. 64) a ausência de liderança por parte do Município, falta de confiança do setor privado no setor público e a ausência de consensos sobre os objetivos da renovação. A estes atrasos podem ser adicionados as formas como tem sido realizadas as negociações com moradores e o surgimento da Pandemia desde o ano de 2020.

Para superar a falta de confiança do setor privado no projeto estabeleceram-se estímulos tributários para os investidores de qualquer fase do projeto de cidade paraíso. Este tipo de tributação está estipulado no artigo 0300 de 2010 do Conselho Municipal de Santiago de Cali. A isenção de impostos é por cinco anos do Imposto Predial e por dez anos de Industria e Comercio para os novos estabelecimentos. Esta política de gestão pública faz parte de uma estratégia para atrair investidores privados. Uma das expressões deste tipo de alianças e relações público privadas é quando o Público isenta impostos e facilita o caminho para os investimentos. Segundo Pradilla (2009) a regulação normativa urbana no contexto neoliberal define incentivos fiscais para o capital privado, este tipo de políticas e instrumentos funcionam como canais de transferência de recursos públicos às empresas e o capital imobiliário. Harvey (1989, p. 54)

¹³⁹ Después de 12 años despegó Ciudad Paraíso: habla el gerente del plan de renovación del Centro de Cali. **El País**. Cali março 27 de 2022. Disponível em <https://www.elpais.com.co/calidespues-de-12-anos-despego-ciudad-paraiso-habla-el-gerente-del-plan-de-renovacion-del-centro-de.html>.

assinala este tipo de políticas como algo próprio do “empresariamento na gestão do urbana” o qual consiste em ajudas substanciais por parte dos governos locais aos empreendimentos imobiliários de grande escala. Este tipo de marco jurídico, condições econômicas e normativas estão direcionadas para os donos do capital, não para a população moradora ou pequenos comerciantes. Sobre este aspecto, em palavras do atual gerente da EMRU Yesid Ramirez, nas relações do setor público com o privado, corresponde ao setor público criar infraestruturas para atrair os investimentos do setor privado, pois “num território que não tenha as condições mínimas de infraestrutura nenhum privado vai investir”¹⁴⁰. Estes tipos de investimentos demandam garantias jurídicas, já o aspecto social fica na responsabilidade do setor Público. Diante de todo este panorama os moradores e líderes sociais não são muito otimistas com o começo do projeto, como é o caso de Fernando Perez, Presidente da “Junta de Acción Comunal de San Pascual y Veedor do projeto”

“Siendo el último año de gobierno y pensando que hay ley de garantías, el proyecto no va a despegar, decir que van a poner la primera piedra, como lo han prometido desde 2016, es una utopía. Los predios en El Calvario no se han demolido en su totalidad, en San Pascual también hay predios con problemas. Lo que hicieron fue afectar a un mundo de familias vulnerables y atomizar la problemática social a otros sectores de Cali”, expresó Pérez¹⁴¹.

Como se mencionou em outro apartado, é um bairro historicamente deteriorado, que efetivamente precisa de intervenção, recuperação e políticas sócio econômicas e territoriais que dinamizem esta parte do centro antigo de Cali. É o núcleo da cidade e precisa de políticas públicas e de investimento que além do aperfeiçoamento funcional e estrutural, consiga afrontar um dos seus problemas e conflitos mais visível expressado nas condições de extrema pobreza e vulnerabilidade social do bairro. Este tipo de ações são as que devem ser resolvidas pelas gestões público privadas e suas formas de fazer a cidade, pois seguindo a Celina Souza (2003, p. 17) só as instituições tornam o curso de certas políticas mais fáceis e viáveis do que outras. As instituições definem as alternativas políticas e mudam a posição relativa dos atores, as políticas públicas expressam de diversas formas lutas pelo poder e por recursos nas políticas públicas.

A medida que tem se desenvolvido as políticas de gestão público privada na implementação de Cidade Paraíso apareceram dois principais desafios: a procura de

¹⁴⁰ ¿Qué ha pasado con las anunciadas obras de Ciudad Paraíso?, habla el gerente de la Emru. **El País**. Cali janeiro 14 de 2021. Disponível em <https://www.elpais.com.co/caliquelha-pasado-con-las-anunciadas-obras-de-ciudad-paraiso-habla-el-gerente-de-la-emru.html>.

¹⁴¹ ¿Viviría usted en el centro de Cali?, proyecto residencial de Ciudad Paraíso iniciaría este trimestre. **El País**. Cali 21 janeiro 2019. Disponível em <https://www.elpais.com.co/caliviviria-usted-en-el-centro-de-proyecto-residencial-de-ciudad-paraiso-iniciaria-este-trimestre.html>.

investidores privados e a problemática social do bairro. Com o surgimento da ARUC e a formação dos Fideicomisos se dá por fato a injeção de capital privado na consolidação e construção das principais estruturas de Cidade Paraiso assim como a formação e consolidação de redes sócio institucionais de gestão público privada. Desta forma, as decisões de gestão recaem e são produzidas por quem detém os recursos financeiros para investir e assim reproduzir o capital comercial e imobiliário. Nesse sentido e seguindo a Carrión (2012) vale a pena lembrar que nos projetos contemporâneos das reformas nos centros históricos das cidades Latino-americanas que se gestam desde as últimas décadas do século XX e no decorrer do XXI, os capitais envolvidos procuram o lucro e o aumento da rentabilidade do solo e das ocupações urbanas que daí surgem, o que permite afirmar a hipótese segundo a qual quem deposita o capital é quem toma as principais decisões na gestão das reformas dos centros urbanos, sendo o papel do setor público um colaborador, aliado estratégico, facilitador normativo e o ente que cria todas as condições jurídicas e sócio institucionais para viabilizar os investimentos.

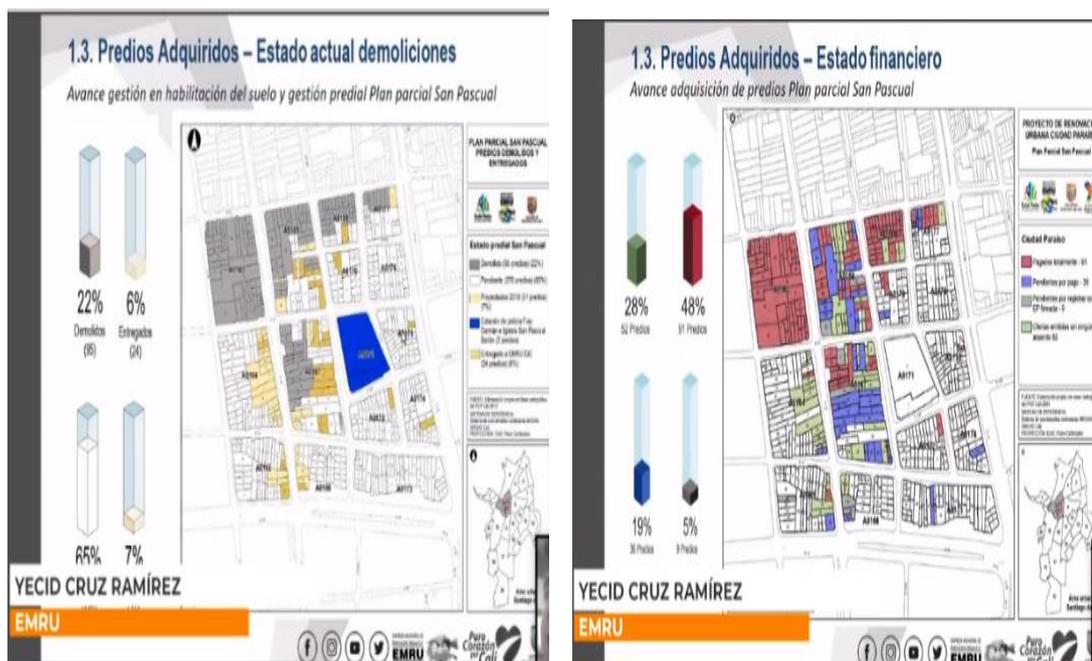
O processo de implementação de Cidade Paraiso implicou negociações com a população proprietária para a compra das casas. Ao fazer um percurso de algumas publicações feitas pelos jornais regionais percebe-se que o eixo das “negociações e compra de prédios” tem estado carregado de conflitos que envolvem vários aspectos ao redor da definição e imposição dos preços de compra das casas e terrenos, nas formas de negociação, a importância da localização do bairro no núcleo da cidade, conceber o centro como lugar de moradia e de trabalho e conflitos ao redor das exclusões sociais e territoriais sobre quem “deve ou não deve estar” na nova cara do centro. Desde o ano de 2013 com a aprovação do “Plan Parcial San Pascual” os moradores, comerciantes e locatários viram com preocupações os processos de compra que começariam a ser implementados. Começou a ser socializada um conjunto de informações feitas pelos próprios moradores organizados que deslegitimava o papel da EMRU enquanto empresa de gestão encarregada dos processos de avaliação e compra dos terrenos. Um dos slogans que circulou em propagandas penduradas nas paredes do bairro foi o de “*La EMRU nos mintió*”, “*No al despojo*”, “*Este negocio NO se vende, No se expropia*” entre outros avisos que tinham como foco a demanda por negociações justas e a participação no projeto.



Fotos 48, 49, e 50. Tomadas do jornal El Pais 2018-2019. Algumas das reivindicações do movimento de moradores, comerciantes, famílias, pequenos empresários que fazem parte do movimento Frente Amplio por la Defensa de Cali

Em visita de campo feita em dezembro de 2019, se percebeu avisos desse tipo nos muros e paredes das casas antigas e negócios, algumas ainda habitadas por famílias que no meio do cenário das demolições, terrenos vazios e fechados, permaneciam esperando o que poderia acontecer nas futuras negociações. Evidenciou-se que as ruas do calvário padeciam do abandono, se culminou em parte a fase de compra de prédios e casas –como se ilustra no mapa embaixo- porem suas ruas parecem os estragos de uma cidade abandonada. As maquinas fizeram a respectiva destruição e limpeza do terreno, só restando a poeira, lixo acumulado e algumas barracas que as pessoas tinham levantado novamente para sobreviver no lugar sem nenhum equipamento urbano. Durante as demolições dos prédios e casas, o centro virou o “*lugar mais feio da cidade*” como diz um título de um artigo do Jornal El Pais do 4 de setembro de 2018¹⁴² pois os espaços que tinham sido demolidos, assim como as casas abandonadas viraram lugares de moradia insalubre para habitantes de rua, cheios de lixo, escombros e novamente o problema do consumo de drogas. Alguns lugares têm sido fechados com telas metálicas, porem estas têm sido roubadas para serem vendidas. A resposta que tem dado a EMRU é que querem contratar empresas de segurança particular para diminuir este tipo de acontecimentos, mas algumas delas não querem trabalhar no setor por considera-lo perigoso.

¹⁴² “Las dos cuadras del centro de Cali que pueden ser el lugar más feo de la ciudad”. **El País**. Cali setembro 4 de 2018. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/cali/las-dos-cuadras-del-centro-de-cali-que-pueden-ser-el-lugar-mas-feo-de-la-ciudad.html>.



Mapa 7. Estado das demolições no conjunto de El Calvário.

Fonte: Reunião virtual gerencia EMRU junho 18 2020

No primeiro quadro se representa a situação de compra e demolição de prédios em San Pascual, em cinza com 22% os prédios demolidos, em branco com 65% prédios que estão aguardando a compra, em rosa com 7% os prédios projetados para 2019, em amarelo escuro com 6% os prédios entregados a EMRU, como se pode visualizar o processo ainda é lento e prevalece a porcentagem de prédios e casas que estão aguardando a sua compra (65%). Este processo de compra estará perpassado pela reivindicação de participação social no projeto, pois os moradores querem ser tidos em conta dentro dos projetos de habitação social do projeto residencial Paraiso Central, assim como também exigem que suas casas sejam compradas a preços justos. No quadro 2 aparece em vermelho 48% de casas e prédios já pagos, em verde 28% sem acordo, em azul 19% aguardando pelo pagamento e em cinza 5% aguardando ser registrado. Sobre a compra dos prédios é importante ter em conta as versões de moradores e como estes assinalam as formas pelas quais têm sido feitas as negociações e o estabelecimento de preços para a compra das casas por parte da gestão público privada.

“Esta casa tiene 100 años, nosotros llevamos viviendo aquí más o menos 80 años y para nosotros debería existir no una compensación, pero si un estímulo para decir “bueno ustedes vivieron tanto tiempo aquí, ¿pertencieron al territorio como se van a ir del territorio sabiendo que es el único territorio donde han estado su familia y ustedes?” Eso no se tuvo en cuenta, la empresa lo llama intangible, ¡eso de intangible no lo tienen en cuenta!, como decir por ejemplo vos vivís en el centro de la ciudad, después de las 4 de la tarde aquí la brisa es la mejor brisa de la ciudad, pero eso intangible no lo vas a recibir si vos te vas del territorio, pero si lo van a recibir los

inversionistas que se van a quedar con la tierra que posiblemente es la tierra más cara de la ciudad que es el centro”¹⁴³

A localização e vantagens geográficas não são tidas em conta nos momentos de estabelecer os valores para a compra dos prédios por parte da gestão público privada, mas como se assinalou no depoimento, o que se denomina como “bens intangíveis” se será considerado como bem a ser vendido nas ofertas dos apartamentos no projeto residencial “Paraiso Central”. Este aspecto geográfico é um valor natural agregado oferecido na publicidade das vendas, além da vista panorâmica a diversas partes da cidade como a Cordilheira Ocidental e Central devido a sua localização.

Segundo os moradores a EMRU oferecia um determinado preço fixo para comprar, não perguntavam o possível valor da casa, colocavam preços ao valor do metro quadrado segundo os Peritos privados que foram contratados para isso, também não consideraram o fato de serem terrenos localizados no centro da cidade. Este aspecto desde sua perspectiva foi uma imposição que mesmo se as pessoas proprietárias não aceitassem correriam o risco de perder a casa. A EMRU argumentou nesse sentido que efetivamente foram feitas socializações com proprietários para esclarecer as políticas de compra e traslados dos negócios. No comunicado no. 3 de Março 13 de 2017 a EMRU argumenta como instituição que

“No ha desconocido, ni está desconociendo los derechos y garantías constitucionales al debido proceso y al respecto de la propiedad privada como lo manifiestan algunos comunicados anónimos difundidos en el sector”. En otro trecho del mismo comunicado “es importante informar que no existe ninguna irregularidad ni en el procedimiento, ni en funcionario o la entidad que se encuentra realizando los avalúos comerciales dado que el artículo 61 de la ley 388 de 1997, permite que el precio de la adquisición de los inmuebles sea determinado por peritos privados inscritos en las lonjas o asociaciones correspondientes, sin que la naturaleza privada de estos afecte la validez de los avalúos comerciales”¹⁴⁴

Este aspecto do avaluo das propriedades para posteriormente definir os preços gerou conflitos pela forma como se afiançaram as alianças público privadas para definir o valor de compra das casas. Em depoimento realizado pelo habitante do bairro San Pascual Fernando Perez diz o seguinte sobre os Peritos Privados que definem os preços

A Lonja de propiedad raíz es parte del proyecto de ciudad paraíso junto con Camacol y la Cámara Colombiana de la Infraestructura, la lonja de propiedad raíz de Cali quienes manejan los precios del metro cuadrado en la ciudad tienen de aliado al que la EMRU manda para que hagan los avalúos, quienes hacen los avalúos se atienen a lo que ofrezca la Lonja. El evaluador de los precios de los terrenos no tiene

¹⁴³ PEREZ Fernando. Habitante e Presidente da Junta de Acción Comunal bairro San Pascual. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. Cali. Dezembro 2019.

¹⁴⁴ EMRU Comunicado 03. Avaluos comerciales del Plan Parcial de Renovación Urbana en San Pascual. Marzo 13 de 2017

imparcialidad alguna. Desde ahí nos limitan a nosotros de que va a haber un buen proceso, no lo va a tener¹⁴⁵.

Nos dois depoimentos anteriores é possível evidenciar o conflito ao redor de como os preços são estabelecidos, o setor público representado pela EMRU estabelece uma parceria ou contrato com Peritos Privados que definem o valor para ser adquirido o imóvel e posteriormente demolido, este tipo de aliança segundo os documentos oficiais é “garantia de neutralidade e validez dos avaluados” o qual é objeto de crítica e preocupação por parte de moradores pois os valores não correspondem ao que eles demandam.

La EMRU no decide nada sobre el territorio, sobre lo que va a pasar, porque ellos son los gestores del proyecto, la administración de eso se lo dan a la ARUC son los inversionistas que van a meter el dinero, son los que prácticamente van a decidir que es lo que van a hacer con el territorio, esa ARUC es Camacol, La Lonja, y la Cámara Col de la infraestructura, que son los 3 principales inversionistas del proceso ellos le dijeron a la EMRU necesitamos el territorio, acabe con todo, compren como sea! Aquí en El Calvario compraron a “precio de huevo” (*giria que significa algo muito barato*) porque no había propietarios viviendo en las casas, entonces los propietarios que no viven en el barrio aprovecharon y vendieron, les quitaron un peso de encima porque ya no podían ni ir a cobrar el arriendo en el inquilinato. San Pascual no, esto va a ser difícil comprarlo, porque aquí hay propietarios, tiene dolientes, tiene casas en buen estado, aquí no hay inquilinatos, no hay ventas de drogas, no hay habitantes de calle, no hay basura¹⁴⁶

Desde o começo dos processos de compra dos terrenos e casas por parte da EMRU, as reclamações e reivindicações que fizeram as famílias moradoras, comerciantes e proprietários em geral, consistiu no valor de compra, pois estes argumentavam que dito valor oferecido não correspondia com o valor real do imóvel.

Libardo Naranjo, presidente de la JAC (Junta de acción Comunal) de El Calvario, remarcó que las ofertas que han recibido los propietarios de los predios del sector “no corresponden a la realidad y son hasta ofensivos. Le están dando a la gente \$182.000 por metro cuadrado (R\$246,00), lo que es insólito porque estamos en el centro de la ciudad, cerca de todo y tenemos los predios con todos los servicios públicos. Esa es una oferta aceptable en el Oriente, no en El Calvario”. Ante esto, el vocero de la EMRU aseguró que “eso no es cierto, porque el valor más bajo que se ha pagado en El Calvario es de \$220.000 (R\$298,26) por metro cuadrado. A eso hay que sumarle el valor de la construcción, las indemnizaciones a los propietarios, los reconocimientos económicos a los arrendatarios para su traslado. Esa sumatoria da un valor por metro cuadrado que ronda el millón de pesos, en promedio”¹⁴⁷

Os donos das empresas de venda de imóveis (os quais são locatários) argumentam que eles não têm sido informados sobre esses procedimentos e, portanto, em matéria de remoção

¹⁴⁵ PEREZ Fernando. Habitante e Presidente da Junta de Acción Comunal bairro San Pascual. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. Cali. Dezembro 2019

¹⁴⁶ PEREZ Fernando. Habitante e Presidente da Junta de Acción Comunal bairro San Pascual. Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. Cali. Dezembro 2019

¹⁴⁷ “Otros seis edificios serán demolidos en la zona del Calvario”. **El País**. Cali. 02 junho 2016. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/cali/otros-seis-edificios-seran-demolidos-en-la-zona-de-el-calvario-centro-de.html>.

dos negócios a EMRU quer proceder de forma improvisada¹⁴⁸. A negociação consiste em que a EMRU oferece o dinheiro para os proprietários sobre a condição de expulsar os locatários dos negócios oferecendo \$4 milhões de pesos colombianos (R\$ 5400,00 reais brasileiros aprox.) aos comerciantes, mas sem benefícios de participar no projeto. Desde o ano de 2018 as polemicas seguiam sendo as mesmas, versavam sobre o valor oferecido pela EMRU, o valor que proprietários consideram irreal além de não serem incluídos nos planos de gestão-participação social do projeto Cidade Paraiso, o qual eles interpretam como um “atropelo a seus direitos”. Porém, segundo palavras do gerente da época da EMRU Nelso Londoño¹⁴⁹ não existe uma disposição por parte dos comerciantes e locatários dos negócios de venda de imóveis para fazer um acordo e se “deslocar temporariamente para quando estiverem prontas as áreas comerciais do projeto Cidade Paraiso eles virarem proprietários”. Seguindo esta linha de argumentação e visão institucional por parte do Ex-gerente da EMRU Nelson Londoño, se ressalta a fortaleza das alianças público privadas, os bons processos de negociação e o papel que tem desempenhado a EMRU como Estado dentro do setor.

¿Qué es lo más valioso que identifico en este modelo? La construcción de confianza y posibilidad de trabajar entre el sector público y el sector privado interviniendo un sector donde hay una cantidad de actores sociales que en su gran mayoría han estado y entrado dentro del proyecto, la gran mayoría de propietarios vendieron de forma voluntaria, los procesos de negociación fueron concertados, la comunidad si ha tenido beneficios, la EMRU se convirtió como en el Estado en el sector. La EMRU llega y se comienzan a canalizar cosas, llevar una oferta que no existía, llevar la secretaria de deporte, educación, cultura, bienestar social, llevar una cantidad de actores a hacer cosas en el barrio. Eso no pasaba en el sector¹⁵⁰.

Por outro lado, em entrevista a Luz Huíla habitante do bairro e integrante da Associação de Mulheres Recicladoras (AMURE) diz o seguinte sobre as relações sócio institucionais realizadas pelo setor público para compra de prédios e o tipo de negociações feitas com eles.

“el engaño comenzó así, el engaño comenzó primero que a nosotros nos censaron eso fue como en el 2012, entonces nos dijeron que si nosotros queríamos vivir mejor si de pronto ahí renovaban iban a hacer unas casas de interés social, que si queríamos casa o apartamento, entonces cuando lo cogen a uno pobre y dicen que casa y apartamento, uno les recibe la visita y hasta les hace café. Entonces así fue que recogieron todos los datos de nosotros, pero eso fue un engaño porque jamás hubo casa ni apartamento, no hubo nada... ellos dijeron que quien no estuviera censado quedaba fuera del proyecto. No hubo negociaciones, no hubo trabajo social, conmigo no hubo nada, porque

¹⁴⁸ “Resurge polémica por desalojo de predios para renovación del centro de Cali.” **El País**. Cali. 07 Mayo de 2018. Disponible em: <https://www.elpais.com.co/cali/polemica-por-desalojo-de-predios-de-la-calle-13-centro-de.html>.

¹⁴⁹ “Esta semana iniciará la demolición de 108 inmuebles en San Pascual, centro de Cali”. **El País**. 07 Mayo de 2018. Disponible em: <https://www.elpais.com.co/cali/esta-semana-iniciara-la-demolicion-de-108-inmuebles-en-san-pascual-centro-de.html>.

¹⁵⁰ LONDOÑO Nelson. Ex-gerente da EMRU (2016-2019). Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. janeiro 2020.

nosotros manteníamos hablando y diciendo la problemática que estaba pasando, entonces la EMRU le dijo a la gente que yo iba a salir desalojada y sin un peso y que los que no hicieran caso también iban a salir así desalojados y sin plata, entonces por eso la gente no se unieron al proceso y el engaño era que les iban a dar casa de interés social, que al que peleaba no se le daba nada, así fue que los engañaron a ellos, yo no tenía casa, nosotros teníamos un negocio, como organización tampoco se nos reconoció nada.”¹⁵¹

Nos depoimentos dos moradores que conheceram e vivenciaram o processo de negociação, se percebe que as relações entre sociedade e institucionalidade pública têm estado marcadas por desconfianças, conflitos, problemáticas e tensões, o que prevalece é o estabelecimento de preços favoráveis para gerar ganancias na compra das casas e terrenos. Uma das estratégias para facilitar a compra das casas por parte do setor público foi a previa diminuição do estrato social do bairro, o qual passou a ser de Estrato sócio económico 3 a Estrato 1 (o mais baixo) o que afetou o valor da propriedade e do solo urbano. Sobre a definição do Estrato do lugar e os respectivos preços das propriedades estipulasse na lei nacional o seguinte

“La ley 388 de 1997 en su artículo 61, y la ley 1742 de 2014 en su artículo 37, determinan que el precio de avalúo comercial de un inmueble o predio estará determinado por el Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC); en los decretos 1420 de 1998 de la presidencia de la República, la resolución 762 de 1998 y la resolución 620 de 2008 del IGAC, se han establecido parámetros para realizar el avalúo de un inmueble o predio. Se plantean cuatro (4) métodos para calcular el precio por metro cuadrado (m²) del suelo localizado en áreas de renovación urbana: primero, la comparación de mercado. Segundo, Capitalización de rentas e ingresos. Tercero, método (técnica) residual. Y un único método para valorar el precio del (m²) de la construcción: cuarto, costo de reposición” (EMRU 2019, p 17)

Com essa política territorial de diminuição do Estrato Social do bairro o Estado conseguiu comprar a preços baixos, ou em palavras dos próprios moradores “*a preço de ovo*” propriedades que estavam acima dos valores ofertados. Para a vereadora do partido Polo Democrático (esquerda) Ana Erazo, a intervenção urbana tem sido prejudicial para os donos de imóveis nos processos de compra de prédios por parte da EMRU

“Lo que hicieron fue bajar el estrato para poder pagar un precio irrisorio, están pagando 180.000 pesos por metro cuadrado (R\$240,00 aprox.) cuando estaban avaluados entre 340.000 y 350.000 pesos (R\$450,00 aprox.) por metro cuadrado,

¹⁵¹ HUILA Luz. Habitante del barrio El Calvário e integrante da AMURE (Associação de Mulheres Recicladoras). Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 16 diciembre 2019

además estos metros cuadrados los venderían alrededor de 4 millones de pesos (R\$ 5270,00 aprox.)”¹⁵²

Por outro lado, aos que não são proprietários mas que eram habitantes do bairro nos inquilinatos se lhes entregou um subsídio que não dava para cobrir as despesas do deslocamento, esse dinheiro era para garantir sua saída imediata do lugar, já aos habitantes de rua não receberam ajudas, salvo algumas atividades esporádicas de assistência social. Todo este panorama de compra de prédios, os tipos de negociações e as formas como o setor público e privado estabeleceram relações com a sociedade gerou desconfianças, incredibilidade e mal-estar na sociedade sobre o poder público e os grandes inversionistas.

“todo esto lo van a tumbar, me imagino que la problemática social que se viene encima a parte que ya se viene Cali Distrito Especial ya va a comenzar, aparte de eso la presión psicológica que montaron sobre los habitantes que tenían que desocupar fue fuerte. Ellos no reconocen el tiempo que la persona ha vivido ahí. Con la EMRU no hay negociación, no hay nada, son mentirosos. La EMRU nos colocan a pelear unos contra los otros para vender, “quien no vende es porque no tiene necesidad” le dicen a las personas para que vendan rápido y salgan”¹⁵³.

Sobre a compra dos prédios e os respectivos conflitos que têm produzido se pode afirmar que faz parte de uma estratégia de longo prazo a qual pode ser sintetizada da seguinte forma: em primer lugar, após um longo processo histórico de desvalorização intencional sócio espacial do bairro, as propriedades, terrenos e o metro quadrado ficou a preços muito confortáveis para serem comprados pelo setor público e privado, este processo foi ajudado pela respectiva diminuição do estrato sócio econômico do setor para facilitar a compra dos terrenos; num segundo momento, aconteceu a fase de compra e expulsão dos moradores para dar entrada à respectiva demolição do bairro; em uma terceira fase apareceram diversos conflitos sócio espaciais produto das formas como institucionalmente se estabeleceram relações com a população moradora, locatária e usuária do centro para negociar e participar no projeto, pois os interesses do capital privado e da gestão pública prevaleceram dando início aos conflitos pelos usos e contra usos do solo urbano; a quarta fase consistiu na tentativa das realizações das obras e sua respectiva execução, o resultado da consolidação das obras e do tipo do projeto vai depender das lutas e as formas como foram resolvidos os conflitos sócio territoriais produzidos pelas formas de gestão público privada. Nesta última fase percebe-se o grau de efetividade dessas lutas, suas possíveis conquistas, derrotas ou fracassos, pois a maneira como vai ser

¹⁵² “Ciudad Paraíso, entre la renovación urbana y el despojo”. **Jornal virtual Colômbia Informa**. 07 julho de 2014. Disponível em: <http://www.colombiainforma.info/ciudad-paraiso-entre-la-renovacion-urbana-y-el-despojo/>

¹⁵³ HUILA Luz. Habitante do bairro El Calvário e integrante da AMURE (Associação de Mulheres Recicladoras). Entrevistador Carlos Andrés Díaz Mosquera. 16 diciembre 2019

executado o projeto tal qual foi apresentado nas fases iniciais, não termina de se consolidar da mesma forma que foi plasmado no papel, nesse sentido e seguindo a E. Marques (2006) se evidencia como a luta política pelo território tem a capacidade de gerar políticas públicas sócio espaciais. Neste aspecto e desde a perspectiva de Celina Souza (2003) é importante interpretar às gestões e políticas públicas urbanas como um cenário de conflitos de ideias, recursos, poderes e interesses, por meio da qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações específicos projetadas nas políticas urbanas

Como tendências gerais pode-se dizer que nos processos de compra e negociação evidenciaram-se diversas posturas por parte de proprietários e/ou moradores: 1) Antigos proprietários que não moravam no bairro há décadas decidiram vender, pois suas casas eram habitadas por pessoas que ocuparam elas e decidiram relocar na forma de inquilinatos o que influenciou na sua degradação arquitetônica, problemáticas sociais e desvalorização econômica, estes proprietários não tinham interesse nas casas e viram no projeto Cidade Paraíso uma forma de aproveitar a oferta de compra mesmo a preços muito baixos. 2) Alguns proprietários (as) que queriam continuar morando no bairro com suas respectivas famílias protestaram pelos preços oferecidos pela EMRU, os quais estavam por baixo do valor do solo urbano, isto considerando que as propriedades estavam localizadas no centro da cidade. O solo urbano sob o qual estavam localizadas as casas é o terreno sobre o qual é projetado Cidade Paraíso, por tanto sua saída do lugar era questão iminente e de tempo. 3) A população que morava em condição de aluguel (na maioria em inquilinatos) tiveram que sair das casas, teve pouco ou nulo trabalho social com a população, salvo o cadastramento para ter documento de identidade, oficinas de pequenos empreendimentos ou atividades lúdico recreativas com jovens e crianças, este tipo de trabalhos foram mais num sentido de marketing político institucional e ainda continuam sendo feitos 4) Os habitantes dos bairros fronteiriços que também será foco do projeto Cidade Paraíso como San Pascual e Sucre, permanecem no bairro, fizeram (e ainda fazem) reuniões, mobilizações políticas para dar visibilidade a sua situação enquanto pessoas que têm direito de permanência ou de serem participes ativos no projeto, tem feito declarações importantes na mídia, utilizando redes sociais para se manifestar e dar a conhecer. Eles têm contado com o apoio de movimentos sociais, sindicatos como EMCALI (Empresas Municipales de Cali) e partidos políticos, se organizaram em quanto associação de moradores tomando consciência da problemática e dos conflitos sócio territoriais gerados pelo projeto Cidade Paraíso.

O que se pode inferir até o primeiro semestre de 2022 é que ainda é um desafio a aquisição total dos terrenos para o início do projeto, porem já foram feitas demolições e no

bairro El Calvário já foram preparados quarteirões para dar início às obras. Cidade Paraíso evidenciaria nas suas políticas de gestão público privadas processos paralelos e complementários de por um lado Boutiquização, tal como foram explicitados nos capítulos iniciais desde a perspectiva de Carrión (2012), quer dizer, como uma recaptura empresarial do lugar com a instalação de empreendimentos e boutiques como um Centro Comercial por exemplo, os que consolidam processos de mercantilização das cidades, os quais segundo Toro (2014) agudizam e perpetuam as diferenciais sociais do território, e por outro lado, uma tentativa que ainda não real, mas que está nos documentos, de processos de Gentrificação Vainer (2000) que consistem na invasão e chegada de camadas afluentes ao coração das cidades em projetos habitacionais destinados para população solvente. A construção do Centro Comercial (estipulado como o maior da América Latina localizado num centro da cidade) com capital privado reativaria e criaria novos sentidos comerciais ao redor de investimentos, lojas, negócios, e empreendimentos urbanos diversos, o qual estaria localizado perto da estação central de transporte MIO (Masivo Integrado de Occidente) facilitando seu acesso ao centro da cidade como lugar de consumo e com diversas lojas e empreendimentos comerciais.

O projeto residencial Paraíso Central consolidaria um novo cenário de moradia no centro da cidade, este projeto seria destinado para população de estrato sócio econômico mais solvente (estrato 3 e 4), embora estas lógicas de “gentrificação” ainda sejam muito cedo afirmá-las, pois a população solvente de Cali já têm suas zonas de moradia, consumo, diversão e lazer estabelecidas, principalmente ao Oeste e Sul da Cidade, nesse sentido o centro não seria o atrativo cultural, econômico ou status simbólico como projeto residencial para população de estrato 4, 5 ou 6. A esse aspecto se tem que ter em conta que aos redores e nas fronteiras da renovação (bairros Sucre, San Bosco, parte de San Pascual, Guayaquil) se está consolidando uma zona com as mesmas problemáticas sócio territoriais de desvalorização e precariedade que antes tinha El Calvário, produto dos processos de deslocamento da população.

Cidade Paraíso é um projeto de recuperação do centro, que se soma a mais uma das tendências ao nível continental de Renovação, Desenvolvimento e Modernização dos Centros Urbanos e Históricos em tempos globais que são impulsionadas por médio de gestões conjuntas público-privadas. Nestas transformações contemporâneas prevalecem os arranjos empresariais em suas diversas formas, a necessidade de articular o Centro às dinâmicas da cidade como um todo, a construção de novas zonas de consumo e lazer, melhoramento estético, segurança e em termos gerais à reinserção do espaço e seus respectivos usos, às lógicas capitalistas neoliberais. Estas lógicas se produzem em alguns casos de formas semelhantes, mas não idênticas, pois as

realidades continentais Latino-americanas têm o que Quijano (2002, p. 19) denominou como heterogeneidade histórico cultural, quer dizer que na globalização é impossível um padrão de poder totalmente homogêneo, sistêmico, mecânico ou orgânico, o que implica que as formas de controle, organização da sociedade, os governos públicos e privados não podem ter os mesmos ritmos, formas, lógicas correspondentes, embora possam ser semelhantes.

CAPÍTULO 5. DIALÓGOS LATINO-AMERICANOS. GESTÕES URBANAS EM CIDADES DO SUL GLOBAL.

Neste diálogo identificam-se tendências próprias nos casos analisados, suas lógicas de gestão e organização sócio espacial que prevaleceram assim como suas diferenças. Estas lógicas que foram identificadas adquiriram sentidos devido às relações sócio institucionais, fatores econômicos, geográficos, políticos, tipos de governança urbana e as características de cada contexto sócio espacial. Dito o anterior ressalta-se o seguinte nas comparações: 1) Identificar alguns pontos em comum e diferenças das lógicas de gestão público privada e os tipos de redes sócio institucionais que foram construídas na governança urbana de Salvador e Cali, tendo como eixo analítico discursos e novas práticas urbanas ao redor da Modernização, Renovação, Recuperação do espaço, Cidades Inteligentes e Competitividade 2) Partindo dos tipos de intervenção e gestão explicitados nos capítulos anteriores, discute-se se esses processos podem ser interpretados à luz do que a literatura dos estudos urbanos chamou de gentrificação, ou se é preciso lançar mão de conceitos distintos para dar conta de uma nova realidade empírica, como fez Carrión (2012) ao cunhar o conceito de boutiqueização dos centros históricos. Ou seja, o que vem acontecendo nessas duas cidades latino-americanas possui correlato com as experiências europeias e estadunidenses; quais as semelhanças e diferenças destes processos? 3) Qual o lugar para a participação social nas formas como os gerenciamentos urbanos das duas cidades latino-americanas produz suas redes de gestão público-privadas?

5.2. Lógicas de gestão Público privadas de duas cidades do Sul Global.

Nas reformas e renovações urbanas analisadas existem discursos mobilizadores das respectivas gestões público privados, estes variam dependendo dos contextos analisados, mas é possível estabelecer modelos de cidade que transformam seus espaços a partir de ideias ao redor da Modernização, Turistificação dos espaços, Aproveitamento Histórico Patrimonial, Desenvolvimento Urbano, Reabilitação, Renovação, Revitalização, Cidades Inteligentes e Competitividade. Estes discursos impulsionam e mobilizam o sentido das transformações, viram bandeiras de luta dos esforços institucionais por concretizar o modelo de cidade proposto. Nesse sentido, os funcionários públicos, prefeitos, governadores, secretarias do assunto urbano e diversas instâncias de poder, reivindicam e os usam permanentemente nas declarações públicas.

A análise das redes de gestão sócio institucionais das duas cidades Latino-americanas do Sul Global implicou identificar o nome dos agentes urbanos, suas ações no cenário urbano

e relações com a produção capitalista da cidade no contexto global. As duas gestões urbanas visam uma ideia de Centro Global articulado a cenários mais abrangentes para a construção de vantagens territoriais e diferenciais sócio econômicos. No caso específico de Cali, o discurso de “cidades amáveis” que provem da ideia do “Desenvolvimento Laranja” do governo nacional de Ivan Duque (2018-atualidade) é uma ideia articulada ao Plano Centro Global, que demanda transformações das cidades que são capitais dos departamentos (Estados) para que implantem estratégias de utilização ótima do território desde uma perspectiva de construção de um conjunto de vantagens comparativas dos territórios urbanos. Nessa lógica, as redes sócio institucionais evidenciaram articulações nas suas diretrizes ao nível Local, Municipal e Nacional.

Para discutir los centros de nuestras ciudades, su desarrollo y gobernabilidad no podemos limitarnos a una visión puramente local. Tenemos que tomar en cuenta problemas nacionales, como la máquina de estado, la mala distribución de la renta, los desniveles regionales y los conflictos sociales. Tenemos que estar atentos a problemas globales como la dependencia económica y tecnológica, el proteccionismo y la masificación cultural, factores que ejercen una fuerte presión sobre nuestras ciudades. ORMINDO (2004, p. 190)

Já no caso de Salvador, o CH afiançou e aperfeiçoou suas articulações globais de forma mais sistemática desde a década do 90, o qual tinha como antecedente a declaração de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1985. Esta intervenção foi feita pensada na consolidação de um viés turístico patrimonial que propendeu pelo aproveitamento econômico da cultura e arquitetura patrimonial do Centro Histórico. Depois dessa declaração, todos os programas, projetos e iniciativas de intervenção têm tido como objetivo o aperfeiçoamento do sentido turístico. Os programas contemporâneos Revive e Revitalizar, dão continuidade ao forte viés turístico cultural e patrimonial, ou o que chama Queiroz Ribeiro (2012, p. 41) de “Turismo Imobiliário” no Centro Histórico de Salvador. O Revitalizar e Revive possuem outras tendências articuladas à transformação do centro como a ideia de Modernização, a qual se projeta no espaço por meio do melhoramento das vias de acesso, recuperação do seu sentido administrativo, projeto residencial para funcionários públicos na cidade baixa (ainda não executado, mas contido no plano do Programa Revitalizar dentro do Salvador 360°), construção de equipamentos culturais e diversos empreendimentos imobiliários como a construção de hotéis de alto padrão para turismo nacional e internacional, tudo isto acompanhado de programas culturais feitos desde a Prefeitura ou desde o Governo do Estado como explicitado no respectivo capítulo.

As ideias de “Modernizações do Espaço” e “Desenvolvimento Urbano” estão atreladas aos modos como as respectivas cidades se inserem ao cenário continental e mundial da competição interurbana na globalização. Este aspecto se traduz na transformação, construção e uso dos espaços para a produção de renda, zonas de consumo e uso dos lugares que serão potencialmente usufruídos pelos capitais imobiliários e os empreendimentos empresariais envolvidos. No caso de Salvador, esta ideia de Modernização e Desenvolvimento faz parte da continuidade do aproveitamento turístico e a exploração da riqueza cultural e patrimonial do Centro Histórico. Este aspecto já se traduz atualmente em melhoramentos dos equipamentos urbanos, alguns deles já entregues como no caso das vias de acesso (Avenida Sete), Praças (Castro Alves, Cairú e Marechal Deodoro), Museus (da Música da Bahia e do Carnaval) e em termos gerais, o aperfeiçoamento do gerenciamento urbano onde prepondera o capital privado. No caso de Cali, a ideia de Modernização e Desenvolvimento se projeta no espaço na forma de um conjunto de equipamentos como a Sede Administrativa da Fiscalía, a Estação de Transporte e a construção de um Centro Comercial, denominado como o maior Shopping da América Latina construído no centro de uma cidade. Em ambos casos evidencia-se nos planos dos programas, na visão dos empresários e o que já vem sendo executado nas gestões público privadas, o que é assinalado por Ciccolella (2011) quando enfatiza que um dos setores que mais cresce nas cidades e centros Latino-americanos é o setor de serviços “banais”, ligados principalmente a diversos consumos a partir da construção de shoppings, hipermercados, hotéis, restaurantes, casas de espetáculo e lojas, quer isto dizer, o centro como um lugar variado de oferta de serviços e consumos.

Nesse sentido, Salvador continuaria explorando a arquitetura colonial, o patrimônio, os hotéis de luxo e equipamentos culturais do Centro Histórico, assim como a indústria cultural movimentada ao redor da Baianidade, com diversas programações criadas e fomentadas pelas parcerias público-privadas, as quais variariam dependendo das festividades do ano. No caso de Cali, alguns espaços foram renovados ao redor do que será Cidade Paraíso como se ilustrou em algumas fotos: A Avenida Boulevard conseguiu modificar e redensificar uma zona que estava deteriorada, virando zona comercial, para pedestre, de lazer e também dependendo das temporadas com diversas festividades, algumas delas aproveitando um slogan turístico da cidade a saber “Cali, la capital mundial de la Salsa”, porem este aspecto não é motivo de exploração econômica ou cultural dentro do projeto Cidade Paraíso, pois já existem há anos e

décadas outros lugares na cidade dedicados especificamente a este símbolo e capital cultural da cidade¹⁵⁴.

Nas análises sobre a tendência de visar a “modernização e desenvolvimento do espaço central” apareceu o conceito de “competição interurbana” nas gestões das duas cidades, assinalado por Coronil F. (2005), Maricato (2015) e Martinez (2016) no qual as cidades procuram o aproveitamento de vantagens comparativas e produzem alguma característica econômica vantajosa que as diferencie das outras no cenário nacional, continental e mundial. Nesse aspecto, tanto a beleza natural assim como muitos dos aspectos considerados autóctones, viram atrativos e fontes potenciais de produzir renda, isso permite que umas cidades se posicionem num ranking de consumo turístico continental. Este posicionamento se produz pela consolidação de zonas estratégicas da cidade em potenciais lugares de investimento privado nas cidades latino-americanas, sendo este processo segundo Ruth Perez (2019) uma tendência atual do ordenamento do território no nível continental. As vantagens comparativas de Salvador estariam no uso do CHS como cartão postal da cidade devido à beleza de muitos dos seus espaços, especialmente a vista à Bahia de Todos os Santos que pode ser apreciada desde o percurso que começa na Praça Castro Alves, Pelourinho até o fim do Santo Antônio Além do Carmo, durante todo este percurso muitos hotéis e hostels aproveitam este capital natural como forma de potencializar o consumo turístico. No caso de Cali, a vantagem comparativa seria proporcionada pela vista panorâmica a toda a cidade e à Cordilheira Ocidental e Central que ofereceriam os apartamentos do projeto residencial Paraíso Central, somado a isso, deve se ter em conta que a brisa vespertina que provém dos ventos do Pacífico é outro dos aspectos valiosos e vantajosos do centro da cidade.

As duas gestões público privadas estão inseridas em planos de longa duração que vão mais além dos períodos de governo Municipal para consolidar transformações sócio territoriais, no caso de Cali “Cali Visión 2036” e Salvador o “Plano Salvador 500” que é até 2049, o qual está definido nos seus planos de ordenamento territorial ou planos diretores. Dentro do discurso de “Modernização e Desenvolvimento do espaço central” prevalecem ideias ao redor do desenvolvimento urbano planejado e sustentável, a preponderância do capital privado nos investimentos, a geração de espaço público de qualidade e se ressalta a utilidade econômica da paisagem natural. Esta ideia de longa duração pretende garantir a estabilidade e viabilidade dos

¹⁵⁴ Cali é conhecido por ser a Capital Mundial da Salsa e por tanto possui nas últimas décadas muitos espaços destinados a esta vocação com diversas boates e discotecas, como por exemplo a Avenida Sexta, Bares espalhados pela Calle 5ta e o Boulevard da Avenida Colômbia, Autopista Oriental, a zona conhecida como Juanchito localizada no oriente da cidade assim como no Norte à zona conhecida como Menga.

investimentos privados mais além dos mandatos de 4 anos das respectivas prefeituras e governos de estado das duas cidades.

Vale a pena salientar que nessas redes público privadas de gestão dos respectivos centros, os tipos de governos, como no caso de Salvador, o governo Municipal do Prefeito Bruno Reis é do partido político DEM (Democratas), o governo Estadual do governador Rui Costa do PT (Partido dos Trabalhadores) e no caso de Cali na prefeitura de Jorge Ivan Ospina (Partido Alianza Verde –Centro-), independente da sua orientação política os governos e prefeituras alinham-se com o setor empresarial para administrar, executar e gestar as reformas urbanas. Na rede de gestão, os governos enquanto setor público, facilitam a chegada dos capitais, inclusive procuram os capitais por meio de licitações, concursos ou parcerias, como no caso de Cali na conformação do Fideicomiso que agrupa diversas empresas privadas locais e no caso de Salvador, as empresas Fera Investimentos, Calatrave Invest & Trade Inc. Grupo Vila Galé (Portugal) e Elo, tanto de caráter local como global. Desta forma, o setor privado, na medida que coloca o capital e o dinheiro, se introduz e permeia nas instancias de funcionamento e gestão da cidade. Nessa direção, assistimos a tipos de governos onde nestes tempos segundo Krenak (2020, p. 15) “o poder político e o capital entraram em um lugar de acúmulo que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo”.

Visto que são grandes investimentos feitos principalmente pelo capital imobiliário no espaço central, o setor público é um aliado, este setor é visto como um conjunto de instituições que planejam, organizam, gestam e executam políticas urbanas que beneficiam a acumulação do capital. Nesse sentido vale a pena lembrar as palavras de Carrión (2012) quando assinala no seu artigo “dime quem financia o centro e te direi que tipo de centro é” sobre a importância de identificar os agentes que financiam as obras e programas, pois eles se posicionam como gestores e executores dos programas, assim como a ideia de Durand (2019) quando analisa a preponderância do capital privado dentro do setor público para viabilizar e estabilizar seus empreendimentos. As alianças e gerenciamentos público privados, podem adquirir diversas formas institucionais, como no caso de Cali serem um Fideicomiso, composto por um conjunto de empresas privadas de importante trajetória no setor imobiliário para a execução de algum plano específico do projeto urbano. As organizações privadas que surgiram durante o processo de intervenção assim como as já existentes como o caso da G7 Renovadora Urbana de Cali, Cluster da Construção do Pacífico e no caso específico da Alianza para la Renovación Urbana de Cali ARUC (Público-Privado), nasceram pela necessidade de procurar investidores privados que conseguissem injetar capital e a execução de obras específicas e pontuais dentro de Cidade

Paraíso como é o caso do Fideicomiso “Derivado Plan Parcial San Pascual. Nesta lógica administrativa e de conformação de redes público privadas, o poder público sai do papel de manutenção de gestão e vai para o papel macro, que consiste em atrair investidores e de fiscalizar o bom gerenciamento desses empreendimentos. Por outro lado, no caso de Salvador, existem um conjunto de empresas nacionais e internacionais do setor imobiliário, além de proprietários que ou compram imóveis privados ou buscam acessar patrimônios públicos através de concessões estatais e aproveitar o cenário favorável criado pelo setor público para viabilizar os investimentos.

Nesta análise se identificou que o setor público se apresenta como carente de recursos econômicos e por tanto demandaria da presença dos atores privados interessados nos investimentos, para Rojas (2001) estes gerenciamentos públicos privados visam intervenções sustentáveis e desenvolvimentos urbanos dinâmicos dos centros como foram os casos de Cartagena, Recife e Quito. Nesta análise dos dois casos, podemos afirmar que para entender os processos urbanos contemporâneos e suas respectivas formas de governança público privada, é fundamental entender os tipos de financiamento e a identificação dos potenciais investidores, pois desta forma fica mais evidente o tipo de centro histórico que se visa construir e projetar. Seguindo os argumentos de Carrión (2012)

“Hay que señalar que en este proceso la política de financiamiento tiene una funcionalidad muy importante. Por el peso adquirido en este último tiempo, el financiamiento tiene algunos impactos importantes que merecen ser destacados: uno de los más importantes tiene que ver con la creación de una nueva institucionalidad, desarrollada bajo múltiples formas, pero con un mismo fin. Allí están los fideicomisos en la Ciudad de México, las corporaciones en Santiago y Bogotá, las empresas en Quito y las fundaciones en Brasil. En este contexto, la lógica y el interés de las actividades económicas que se benefician de manera directa e indirecta de esta concentración de capital son, prioritariamente, los sectores inmobiliarios, comercial, turístico, servicios y financiero, que se alían entre ellos porque son absolutamente funcionales” (CARRIÓN 2012, p. 532)

Os poderes públicos institucionais nos dois casos selecionam investidores, outorgam licitações e criam marcos jurídicos favoráveis. No caso de Salvador e de Cali, as instituições públicas de governo, tanto a Prefeitura ou desde o governo Estadual (no caso de Salvador) independente do viés ideológico ou do partido político que estiver no poder, abrem as portas para que o CHS seja um lugar abertamente de negócios e empreendimentos imobiliários. Ambas instâncias seguem políticas de gestão muito semelhantes com relação ao CHS. Tanto o Partido dos Trabalhadores (partido político do governo Estadual) ou o DEM –Democratas- (partido político da Prefeitura) procuram investidores nacionais ou internacionais que visem o que

Harvey (1996) denominou como empresariamento urbano, o qual consiste em que cidades se renovam para competir entre si pela atração de recursos. Nestas renovações os governos locais outorgam prioridade aos fluxos do mercado e às iniciativas privadas que representam maiores lucros e produção de rendas. Os setores públicos e privados gerenciam em função do desenvolvimento urbano, constroem estratégias de poder e decisão onde preponderam os roteiros de quem possui os recursos financeiros, isto é, segundo Francisco Duran (2019) um poder empresarial que tem a capacidade de regular e virar instituições de gestão, pois ele mesmo é a gestão.

Desde esta ótica o desenvolvimento económico do Centro Histórico é algo atrelado à ordem administrativa, burocrática e política na gestão da cidade. O poder Estadual e o Municipal devem ser duas instancias que devem caminhar juntas, apontar para objetivos comuns sem que as ideologias atrapalhem o “bom funcionamento” dos negócios como foi manifestado por um dos empresários entrevistados no caso de Salvador. O setor empresarial só almeja que as instancias públicas -Municipais, Estaduais ou Federais- não obstaculizem e pelo contrário facilitem os programas. Este é uma visão empresarial simples e pragmática do desenvolvimento dos projetos econômicos para o CHS.

Desde os contextos analisados não se faz possível pensar em um poder político e um poder econômico sem imbricações. Vale a pena lembrar de umas das falas de um morador quando denominou o Estado como uma Imobiliária pública, o que faz referência à imbricação nas redes de gestão institucionais entre o Público e o Privado. Este tipo de associação e de rede, vem se consolidando com mais formalidade e legalidade desde as últimas décadas do século XX na administração das cidades. Para Pradilla (2009) desde finais do século passado passamos da administração do Estado para a do Mercado, o primeiro sendo um ente que possibilita a gestão do segundo, expressado em regulação normativa, incentivos fiscais, propaganda e transferência de recursos públicos para o setor privado. Este tipo de funcionalidade é orientada para criar zonas estratégicas de investimento (Coronil 2005, p. 61). Segundo Acosta (2017, p. 182) está é uma forma de execução contemporânea do assunto urbano herdeira das novas formas de empresariamento e planejamento urbano, Harvey (1996)

Esta política hace parte de la doctrina neoliberal para las ciudades. La Ley 388 de 1997 y la política Urbana Nacional de 1995 han intentado traducir el consenso de Washington y las dinámicas neoliberales al plano nacional y territorial. Este tipo de normatividad junto con un proceso internacional de democratización priorizaron la inversión privada y sus alianzas y asociaciones con el sector público (ACOSTA, 2017, p. 182)

O que se pode evidenciar nos casos analisados e como complemento da citação anterior, é que existem diversas formas e denominações que podem adquirir os investimentos privados em associação com o público, estas formas refletem modelos contemporâneos de consolidar relações locais, nacionais ou interinstitucionais como foi o caso do programa Revive e a aliança entre o Governo Federal, Estadual com o Governo de Portugal. Este tipo de alianças público privadas nos dois casos analisados também se evidencia nos benefícios fiscais para o desenvolvimento de iniciativas privadas, no qual o setor público outorga facilidades como por exemplo, a diminuição de impostos -evidenciada em ambos casos- para os setores empresariais, capitais imobiliários ou proprietários que almejem ser potenciais investidores. Tanto nos casos de Cali e Salvador existem os benefícios públicos como forma de ajudar o desenvolvimento das iniciativas privadas, esta característica tem sido uma tendência continental recorrente desde a década dos anos 90 nas políticas públicas de intervenções urbanas nos centros históricos, as quais consistem em outorgar benefícios públicos aos proprietários dos casarões, prédios abandonados e exceção de impostos durante um determinado tempo para garantir investimentos privados, estes processos foram analisados por Silvio Mutal (2001) nos casos de diversos Centros Históricos de América Latina y del Caribe como no Cidade do Panamá, Cartagena, San Juan, Cidade do México e Recife.

Dentro dos respectivos programas de intervenção tanto o Revitalizar na zona que compreende a Cidade Baixa no Comércio (Salvador), como no caso de Cidade Paraíso (Cali), se identificaram discursos comuns que correspondem a uma escala continental. Os dois visam –cada um com processos próprios- a construção de uma “Cidade Inteligente”, um *smart city* que nos documentos institucionais produzidos pelos respectivos programas e roteiros, se diz que será dotado de infraestrutura digital moderna e eficiente – infraestrutura de telecomunicações, internet (IoT), câmeras –um ambiente de negócios apropriado para a inovação, essa iniciativa no caso de Salvador, responde ao nome específico de “Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente” e no caso de Cali ao nome de “Edifício Cali Inteligente”.

Este tipo de discurso denominado “cidades inteligentes” percorre as principais cidades Latino-americanas nas reformas dos centros desde a década dos anos 90 e consiste em criar um cenário dotado de tecnologias, sistemas complexos de vigilância, eficiência administrativa, ambientes sustentáveis e de empreendimentos, fluxos comerciais e investimentos em redes de comunicação, diversas modalidades de conexão e articulação urbana assim como formas de gestão urbana mais dinâmicas, eficientes e empreendedoras, Weiss, Bernandes, Consoni (2015). Este tipo de iniciativas se projeta também no uso de transportes não contaminantes,

como é o caso da bicicleta, em Salvador por exemplo no Centro Antigo, na Cidade Baixa já foram construídas estações e vias para essa finalidade. Da mesma forma que em Cali, se visa o aperfeiçoamento da interconexão de ciclovias ao Sistema de Transporte MIO. A ideia de cidade inteligente inclui também o aperfeiçoamento de fluxos para que os centros sejam lugares dinâmicos e articulados com a cidade.

Este tipo de discursos e práticas urbanas que giram ao redor da consolidação de “cidades inteligentes” potencializam a Economia de Serviços como forma de impulsionar as mudanças urbanas. Atrelado a este aspecto, percebeu-se em ambos os casos o discurso da geração de empregos como algo iminente das lógicas de Modernização e Recuperação dos respectivos centros. No caso de Salvador estes empregos seriam gerados devido ao fluxo de pessoas que frequentaria o centro, novos consumos culturais, trabalho formal e organização do informal. No caso de Cali, empregos no setor da construção e em novos potenciais consumidores impulsionados pela construção do Centro Comercial.

Sobre este primeiro tópico de gestão público privada e os processos de modernização, renovação e recuperação do espaço central, se identificaram também diferenças nos dois casos. Uma delas é que no caso de Salvador apresentaria uma particularidade que consiste em que o Programa Revitalizar possui importantes investimentos internacionais como empréstimos do Banco de Desenvolvimento para América Latina (CAF) e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) por meio do financiamento do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)¹⁵⁵ e da Caixa Econômica Federal, da mesma forma que a participação dentro do Programa Revive de capitais imobiliários hoteleiros como Antonio Mazzafera, Fera Investimentos, Nova Bahia, Calatrave Invest & Trade Inc, Grupo Vila Gale- Grupo Hoteleiro Português e Elo. Esta participação de capitais de procedência continental e mundial deve-se à vocação turística tão preponderante do CHS. Vale a pena lembrar que o CHS foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO e é um dos destinos turísticos mais importante ao nível continental e por tanto um lugar importante na produção de renda da cidade de Salvador, especialmente em temporada de verão.

Por outro lado, a cidade de Cali, começou a pensar e gestar o projeto de Cidade Paraíso desde o início do milênio, visando a sua modernização a partir da construção da “Sede de la Fiscalía”, um projeto Residencial, construção de um Centro Comercial e uma Estação Central

¹⁵⁵ Revitalização do Centro Antigo terá investimento de R\$ 200 milhões. **A Tarde**. Salvador 21 agosto de 2017. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1888037-revitalizacao-do-centro-antigo-tera-investimento-de-r-200-milhoes>

de transporte que aperfeiçoe a articulação do sistema MIO (Masivo Integrado de Occidente) com o conjunto da cidade. Este programa não teria um viés turístico ou patrimonial, pois os lugares que possuem arquitetura colonial, prédios de arquitetura secular e museus, estão espalhados em lugares diferentes do centro, e estes não correspondem com as delimitações geográficas estabelecidas para a construção de Cidade Paraíso. A renovação de Cali não possui até o momento desta análise (primeiro semestre de 2022) a participação de capitais internacionais, pois como se especificou no capítulo, todos os dinheiros investidos são de empresas principalmente regionais e nacionais, as quais foram as empresas que conformaram o Fideicomiso San Pascual dentro do conjunto da Aliança para a Renovação Urbana do Centro de Cali.

No caso de Salvador não existe uma instituição pública na forma da EMRU no caso de Cali, a qual é uma empresa que centraliza todos os procedimentos administrativos e se movimenta em várias direções para a gestão público privada do projeto Cidade Paraíso. No caso de Salvador, participam várias instituições e secretarias encarregadas do assunto urbano para a gestão dos programas Revitaliza e Revive. Estas instituições desempenham a função de gestores, colaboradores, aliados e facilitadores dos investimentos privados, mas que não estão organizados em uma instituição única que centraliza todos os procedimentos de gestão. Eles pertencem a instituições de esferas Federais, Estaduais ou Municipais tal qual foi explicitado nos quadros de agentes urbanos no capítulo específico de Salvador.

No caso de Cali, desde o início de 2022 se visa a transformação institucional da EMRU com nova razão social para que viabilize e agilize alguns processos que dependem dos recursos do setor privado. Esta mudança se pretende fazer com o intuito de tornar mais eficiente o andamento do projeto Cidade Paraíso. Esta transformação que vai ser feita neste ano, segundo o gerente da EMRU Yecid Cruz, consiste principalmente em que o público não dependa dos recursos do setor privado para efetivar os processos de compra de prédios ou de execução das obras. Por isso a mudança de nome por Empresa de Desenvolvimento e Renovação Urbana. Neste caso seria uma instituição pública assumindo um papel investidor, gestor, administrador e executor das obras. A cidade é um lugar estratégico, de investimentos, de produção de riqueza e nesse sentido o Público capitalizaria as rendas. Esta mudança –ainda não feita, que só está no papel- não quer dizer que não tenha seus respectivos conflitos sócio territoriais, especialmente no concernente ao tipo de centro que se quer construir e como revitalizar uma zona com diversas e profundas problemáticas sócio económicas, as quais como se falo no respectivo capítulo, foram deslocadas para outros bairros fronteiriços da renovação.

Quando o setor privado entra com o capital se definem funções e focos dos investimentos, usualmente o público entra a participar em alguns projetos sociais, culturais e equipamentos urbanos, como vias de acesso, melhoramento de praças, propaganda, marketing e publicidade. Por outro lado o setor privado se encarrega dos principais negócios e que significam algum benefício à reprodução espacial do capital como oferta de serviços, diversidade de consumos, aumento da frequência e fluxo de pessoas, melhoramento da imagem e estética do espaço, recuperação da segurança, afastamento de elementos que podem ser “indesejáveis” para a prosperidade do lugar etc. o capital imobiliário tem uma bandeira de classe: não se interessa por fazer projetos de habitação social para populações moradoras ou não solventes, seu foco é, no caso de Salvador, projetos hoteleiros para turistas internacionais e nacionais solventes, assim como empreendimentos e boutiques, e no caso de Cali, um projeto residencial ainda no papel chamado “Paraiso Central” destinado para funcionários públicos e a construção do Centro Comercial.

A análise das formas como se constroem redes público privadas de gestão implicou fixar atenções no funcionamento das burocracias, compostas por informações densas, carregadas de protocolos, leis, decretos e figuras jurídicas que estipulam as formas e critérios de relacionar-se entre as respectivas instituições públicas e os atores privados, que no caso de Salvador foi mais densa, devido à competição partidária entre a esfera Municipal e Estadual, além das instituições públicas encarregadas do assunto dos patrimônios e somado a isso, a permanente mudança de planos, projetos e programas que recaem sobre o Centro Histórico. Nesse aspecto, quem se depara com estudos sobre o caso de Salvador percebe que é um Centro saturado de programas e projetos, alguns com continuidade e muitos esquecidos ou falidos. Nesse sentido vale a pena lembrar do extenso estudo feito por Santanna (2004) sobre a diversidade de planos, programas, projetos e mudanças nas intervenções do CHS desde a década dos anos 90.

Nos documentos institucionais produzidos pela gestão urbana tanto do Revitalizar e do Revive não aparece a população não solvente enquanto organização jurídica ou organização com representação dentro dos acordos, nem sequer nas declarações do Secretário do Turismo, Prefeitura, nem dos empresários obtidos desde uma análise de conteúdo dos jornais analisados. A população não solvente só aparece nos discursos e documentos institucionais representada como “cidadania, sociedade, atores”, assim como a forma como a cidade no seu conjunto seria beneficiada a partir do desenvolvimento das renovações urbanas, isso faz parte de uma institucionalidade que produz consensos, a qual desde a perspectiva de Arantes (2007) é comum encontrar nos argumentos institucionais que justificam as respectivas renovações e programas

urbanos, os quais estão encaminhados para fortalecer um discurso abrangente, segundo o qual as intervenções urbanas são a panaceia das problemáticas sócio espaciais que afrontam os centros urbanos.

El discurso que se construye en torno a dichas obras está vinculado con el progreso económico: se habla de ciudades de vanguardia, de proyectos de clase mundial y de primer mundo, y de modernización de la ciudad. Se trata de una estrategia de mercadotecnia destinada no solamente a hacer atractivos estos proyectos para el conjunto de la población, sino para venderlos a sus destinatarios, habitantes e inversionistas. (RUTH PEREZ, DELGADILLO, 2014, p. 90)

Nestas visões e formas de intervir em lugares específicos da cidade que vem na modalidade de receituários, ainda prevalecem visões anglo ou eurocêntricas evidenciando tipos de relações interinstitucionais público privadas ao nível global, nas quais é evidente no caso do Programa Revive, que prevalecem formas de intervir as cidades desde o primeiro mundo, cidades globais, países desenvolvidos e centrais. Estas formas de intervir evidenciaram as assimetrias geopolíticas ainda prevaletentes entre países do Norte e Sul Global, as quais para se consolidar necessitam de um tipo de gestão urbana que as viabilize e favoreça. Para Delgadillo (2014) este tipo de relações interinstitucionais e intervenções urbanas devem ser compreendidas e problematizadas no contexto do desenvolvimento sócio econômico e geográfico desigual, a teoria da dependência e a teoria do Sistema Mundo.

Em termos gerais, este tipo de planos concebidos como Renovação, Recuperação e Revitalização Urbana estão atrelados aos discursos da Modernização e Desenvolvimento Urbano, procuram vender a cidade como um todo no âmbito nacional e global, não só como sitio turístico, senão como lugar de oportunidades para negócios e investimentos. No Caso Latino-americano, segundo Ormindó (2004, p. 48) estes planos parecem visam resolver as grandes crises dos Centros Históricos, nas quais podem ser evidenciadas nos fenômenos de esvaziamento, deterioro e falta de equipamentos. Os modelos de gestão que impulsionam o desenvolvimento urbano contemporâneo nos casos analisados estabelecem “acordos e protocolos” nos quais segundo Fiori Arantes (2006, p. 190) participam elites políticas, governos e tecnocracias locais “difundindo políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão pública subcontratada a mercê de um corpo técnico especializado”.

5.2. Gentrificação e/ou Boutiquização nos Centros de Salvador e Cali: o que os projetos de renovação do centro têm produzido?

Nos estudos sobre reformas, renovações, revitalizações dos Centros Históricos da América Latina, é comum se deparar com o conceito de Gentrificação, o qual tentaria explicar em boa medida e independente dos contextos sócio históricos analisados, todos os processos de desvalorização, renovação, reformas, expulsão e reocupação habitacional do espaço central pelas classes solventes da população, sendo estes processos viabilizados a partir da implementação de projetos ou programas específicos de intervenção urbana. Como se explicitou nos capítulos iniciais, existe uma reflexão conceitual sobre se existiria ou não processos plenos e completos de Gentrificação nos CH Latino-americanos, nos mesmos parâmetros, tendências e maneiras como foram vivenciados e implementados em cidades Europeias ou Norte-americanas, especialmente nos países anglo-saxões. Este aspecto demandaria estudos específicos e análises comparativas que possibilitem refletir sobre a correspondência entre uma teoria “abrangente e universal” e os contextos sócio histórico espaciais continentais. A gentrificação trata sobre a substituição da população pobre, não solvente, pequenos proprietários e locatária, por uma população solvente, que pertenceria atualmente a uma classe média alta ou alta, a qual voltaria a morar no centro, recuperaria seus antigos espaços de moradia ou se instalaria no centro outorgando novos usos, consumos e adquirindo um status sócio cultural e novos sentidos pelo fato de poder morar no centro da cidade.

Um dos aspectos a se deparar quando se analisam as políticas e formas de gestão público privada dos Centros Históricos de Salvador e Cali, é a pergunta: *quem vai morar no CH das respectivas cidades?* Em ambos os casos analisados existem políticas de habitação social que estão estipulados nos documentos oficiais e as quais seriam destinadas principalmente para funcionários públicos, o qual estaria relacionado com a recuperação do sentido administrativo dos respectivos centros. Estes tipos de iniciativas de habitação tanto no Programa Revitalizar como no Projeto Cidade Paraíso visariam uma forma de recuperar um sentido da vitalidade do centro que consistiria na viabilidade de empreendimentos. No entanto, em ambos os casos, ainda é uma proposta no papel que até agora não tem sido realizada nem plasmada em práticas urbanas, mesmo com planos de elaboração desde os anos de 2017 (Salvador) e 2010 (Cali). Nesse sentido caberia se perguntar sobre se existiria a intenção por parte da população solvente das respectivas cidades, neste caso as classes médias altas e alta, em ocupar o espaço central

como possível cenário de moradia? É possível visualizar e evidenciar se efetivamente a classe média, média alta e alta mora no Centro Histórico de Salvador após a implementação dos programas de reformas desde os anos 90 até a atualidade? Os dois centros representariam algum status socioeconômico ou simbólico para ditas classes abastadas enquanto possível cenário de moradia?

Neste aspecto é complexo afirmar se efetivamente iria existir uma chegada massiva destas classes devido a dois fatores: as classes mais abastadas e solventes já têm bairros específicos para moradia, que representam certo status sócio económico e que foram se consolidando desde a segunda metade do século XX até o século XXI. No caso de Salvador os bairros ocupados e mais destacados que corresponderiam à moradia das classes solventes seriam: Corredor da Vitória, Barra, Graça, Pituba, e nas últimas décadas os empreendimentos urbanísticos na Linha Verde, Abrantes e Vilas do Atlântico, estes processos de expansão da cidade e ocupação foram-se consolidando em direção à Orla Marítima Norte fazendo parte do que Moreira de Carvalho e Corso Pereira (2014. P. 57) denominaram uma “cidade moderna”, da mesma forma que Santos (2008) já descrevia estas expansões e povoamento das classes solventes desde metade do século XX. Para o caso de Cali, as classes mais abastadas e solventes moram nos bairros Ciudad Jardín, Ingenio (Sul da Cidade) e aos redores do Rio Pance (aproveitando a beleza natural do lugar), ao Oeste nos bairros Nueva Granada, Centenario e empreendimentos urbanos ao redor da Avenida del Rio Cali nas proximidades ao Zoológico, e no Norte ao redor do Centro Comercial Chipichape. Estes processos de povoamento também foram se estruturando desde a segunda metade do século XX e finais do XX, Vásquez (2001, p. 293) e Martinez Toro (2014, p. 172)

Em segundo lugar, ambos centros históricos estão evidenciando desde há décadas, processos de desvalorização e degradação aos redores dos focos de investimento dos respectivos programas de renovação urbana. É o que foi evidenciado tanto em observações de campo, assim como em algumas das falas dos moradores e declarações públicas tomadas dos jornais. As gestões público privadas visualizam o espaço de forma fragmentada e focalizam os grandes investimentos dentro de uma fronteira específica, dentro dessa zona se priorizam equipamentos urbanos, se visa a recuperação e renovação da zona, se realizam transformações estéticas e paisagísticas (já realizadas como no caso de Salvador ou por executar como no caso de Cali), programas culturais ou sociais dependendo do caso, mas aos redores das fronteiras das renovações, formam-se periferias, ruas ou bairros que padecem as consequências da expulsão da população e sofrem processos de desvalorização e degradação paulatina.

Nesse caso vale a pena mencionar o que foi assinalado no capítulo anterior com relação ao caso de Cali nos bairros San Bosco e Guayaquil, onde a população pobre que morava em inquilinatos ou que eram habitantes de rua, foram deslocados e optaram por morar nestes bairros transformando as ruas e casas antigas, no que antes eram as mesmas condições sócio econômicas do bairro El Calvário. No caso do Centro Histórico de Salvador, se produzem também algumas destas lógicas de degradação ao redor das zonas de investimentos do programa Revitalizar e de antigos programas que tinham como foco o núcleo do CHS, como na Ladeira do Tabuão que conecta o Pelourinho com a cidade baixa, onde existem alguns casarões que são habitados pela população que foi expulsa desde as gestões dos anos 90, assim como zonas de esvaziamento na Avenida José Joaquim Seabra, que é uma zona de comércio popular e um limite geográfico que delimita a fronteira do CHS, também alguns casarões ocupados na Ladeira da Montanha (perto da Praça Castro Alves), assim como algumas ruas ao redor da Praça da Sé como a Rua do Saldanha, Rua do Tijolo, Rua da Oração só para mencionar algumas, as quais também têm vários casarões em estado de degradação, que representam um perigo para a população que habita neles e evidencia o tipo de foco e prioridades que têm se estabelecido nos programas de intervenção do CHS.

Ao redor das fronteiras da renovação se evidenciam cenários de pobreza, esvaziamento, comércio formal e informal (Avenida José Joaquim Seabra) para classes populares, que influem também nas dinâmicas sócio econômicas do CHS. Estes cenários que evidenciam fragmentação, esquecimento, pauperização e desvalorização são o resultado das redes sócio institucionais que gestam a cidade, as quais priorizam exclusivamente as zonas focais dos grandes investimentos, ignorando os redores que não são beneficiados nem reativados pelos programas urbanos. Por outro lado, não se visualiza a chegada ou tomada de posse por parte da população solvente, classes média e média alta do Centro Histórico como lugar de moradia (processo conclusivo da gentrificação), o qual demandaria um conjunto de mudanças em matéria de equipamentos e condições sócio espaciais que têm sido a marca territorial destas classes como por exemplo, zonas de estacionamento – tendo em conta que as classes média e média alta não utilizam transporte público-, condomínios fechados com muros para garantir “tranquilidade e segurança”, centros comerciais por perto e controle de acesso aos lugares com complexos sistemas de tecnologia e segurança para identificar quem “pode ser potencialmente suspeito”.

Estas marcas que evidenciam distinções sócio econômicas e culturais nos projetos de habitação das classes médias e média alta não são visíveis no Centro Histórico de Salvador. Por

outro lado, o que se evidencia como produto dos tipos de gestão público privada são a instauração de diversos empreendimentos, negócios, hotéis, restaurantes, lojas de joias e artesanatos, tudo voltado para potencializar o turismo e a articulação entre Economia e Cultura. Existem diversas boutiques e alguns hotéis considerados de grande porte que focalizam o consumo turístico das classes altas e turistas nacionais e internacionais, assim como uma variedade de hostels de pequeno porte que fazem parte das ofertas de consumo dos aplicativos como AIRBNB. Estes empreendimentos estão sendo potencializados como produto da implementação dos programas Revitalizar e Revive. Esses espaços pertencem às classes capitalistas empresariais nacionais ou internacionais como foi assinalado no respectivo capítulo. Em vista disso, o Centro Histórico não é um cenário consolidado de habitação ou projeto de moradia das classes abastadas, salvo alguns lugares bem específicos do bairro Santo Antônio Além do Carmo ou do bairro 2 de Julho¹⁵⁶, neste último mora uma classe média baixa e baixa. Neste bairro tem se construído alguns poucos empreendimentos de habitação para classes média ou média alta analisados por Mourad Figueiredo, Baltrusis (2014).

Já no caso de Cali, as gestões público privadas focalizam principalmente na recuperação administrativa, empreendimentos econômicos (construção do Centro Comercial) e aperfeiçoamento dos fluxos (construção da Estação de Transporte), além da projeção do projeto residencial Paraiso Central (ainda no papel) consolidando uma reativação econômica do centro. Porém, estas projeções também produzem problemáticas sócio espaciais muito semelhantes como produto das focalizações das gestões público privadas única e exclusivamente em diversos empreendimentos econômicos. Em ambos casos é notório os conflitos surgidos que giram entorno da inexistência de políticas de habitação social para a população pobre, seja no caso do bairro El Calvário, San Pascual, Sucre, ou também sobre os processos de negociação, participação social e na compra de prédios, terrenos e casas por parte das instituições de gestão como o caso da EMRU. Como se mostrou no capítulo específico, existem queixas sobre os preços oferecidos para comprar casas onde ainda moram famílias, além de ignorar sua

¹⁵⁶ No caso específico do bairro 2 de Julho nestas primeiras décadas do século XXI destacam-se os empreendimentos residenciais de alto luxo que estão sendo comercializados como o Cloc Marina Residence e o Trapiche Residence Adelaide além do Resort da Rede TXAI anunciado como o investimento que irá a promover o condomínio residencial Santa Tereza, todos eles explorando a vista da Baía de Todos os Santos além de outros atrativos da zona como por exemplo o fato de o 2 de Julho encerrar o cortejo comemorativo da Independência da Bahia, o Museu de arte Sacra e o Clube Carnavalesco Fantoques da Euterpe. Somado a isso o projeto “TXAI Salvador Hotel e Residence” englobará além do Hotel duas unidades imobiliárias o TXAI Residence e o TXAI Exclusive. Neste apartado se mencionam alguns dos projetos (em andamento e outros já feitos) que tem por objetivo a renovação do 2 de Julho como por exemplo o empreendimento Cloc Marina Residence e a aquisição de alguns dos imóveis que configuravam a Vila limítrofe do Museu de Arte Sacra.

localização estratégica no centro da cidade, da mesma forma que pouca participação social nos destinos do projeto Cidade Paraíso em Cali.

No caso de Salvador, o viés turístico gestado pelas instituições públicas e o capital privado, não tem conseguido um ponto de equilíbrio, nem é de seu interesse incluir ou criar dentro de seus roteiros, projetos de habitação social no núcleo do Centro Histórico para a população não solvente e que mora em alguns casos em condição de ocupação. Está sempre tem sido uma tendência histórica e continental, segundo a qual as classes dominantes, grandes empresários, estados e tipos de governos urbanos com interesses no capital imobiliário não se interessam na produção de habitação popular pois simplesmente não produz renda, Maricato (2001). Este tem sido um velho e latente conflito entre por um lado o uso institucional, formal, empresarial dos espaços do centro histórico e por outro a população que habita nele há décadas.

5.3. Moradores, população não solvente e participação social na gestão público privada.

O setor público é uma instância indissociável para o bom funcionamento dos investimentos privados que viabilizam a produção de renda para os investidores. Os dois casos evidenciam algo muito latente nos processos de conformação das redes que fazem parte das renovações urbanas contemporâneas nos Centros Histórico: a ausência de participação social, a pouca relevância que tem dentro destas redes a população que não é solvente e que não tem capacidade de investimento, pois muitas das formas que adquire as parcerias público privadas sejam na forma de “Isenção de impostos” (Salvador e Cali), “Termos de Cooperação” (Programa Revive Salvador), “Concessão dos espaços à iniciativa privada” (Programa Revive Salvador) ou “Fideicomiso” (Cali), a população locatária, moradora ou mesmo pequenos proprietários, não entram a participar nas redes sócio institucionais de gestão. A participação nas redes de gerenciamento público privada está relacionada principalmente a três aspectos: a posse de capital, ser proprietário ou quem faz parte das instituições do assunto urbano.

No caso de Cali, a EMRU fez publicações na sua página de Facebook, Instagram e nos Jornais Locais, diversas fotos que indicam reuniões, encontros, socialização de informação e campanhas sociais como oficinas de empregos, capacitação em diversos ofícios para a população e elaboração de documentação de identidade para população de rua. Nos depoimentos analisados nas entrevistas, assim como relatos tomados de jornais e vídeos de entrevistas em plataformas virtuais, se evidencia por parte da população uma permanente preocupação porque a instituição de gestão EMRU, não abre cenários de participação social e

em muitas declarações públicas utilizam uma linguagem institucional diplomática, abrangente e à vez evasiva para tratar destes assuntos. É comum ler afirmações como “Ciudad Paraíso vai trazer benefícios para todos” e “Los caleños van a disfrutar del centro” como formas de gerar discursos aglutinadores e abrangentes na população, no entanto estas perspectivas diferem muito das declarações dos moradores e população não solvente –analisadas nas entrevistas e jornais- que não são investidores nem participes do projeto urbano.

No caso de Salvador, as críticas são encaminhadas na mesma direção com relação à participação social. Nas entrevistas, produções documentárias, jornais e diversos estudos, os moradores se queixam da ausência de espaços de diálogo e afirmam que as decisões são tomadas nos escritórios de gestão de forma vertical. Por tanto, para a população moradora e trabalhadora do bairro, os projetos Revitalizar e Revive são programas que têm as mesmas lógicas das intervenções feitas desde a década dos 90, as quais são encaminhadas e projetadas exclusivamente para o consumo de turistas. Porém, o caso de Salvador amostra uma particularidade que faz parte da vitalidade do CHS, este aspecto tem a ver com a população que lhe habita: um dos aspectos mais emblemáticos do consumo turístico gira ao redor de uma ideia de baianidade ligada à história e cultura afro-brasileira. A diversidade e riqueza cultural Afro Brasileira conforma um dos principais consumos turísticos ofertados pelo repertório institucional para quem visita o CHS. Os grupos e tipos de músicas, atrações culturais, gastronomia, arte e boa parte das festividades, têm como fundamento a cultura Afro-brasileira-baiana a que faz parte da principal fonte de emprego da classe trabalhadora que mora no Centro Histórico. Este tipo de oferta cultural está implícito no marketing político e cultural que é utilizado para garantir uma frequência ao Centro Histórico de Salvador. Em ambos casos existem cenários de participação marcados pelo que Pradilla (2012) chamou como um Marketing Político, onde só são feitas políticas paliativas para favorecer a imagem pública de um governo (local, municipal, estadual) ou do capital imobiliário que precisa se legitimar para fazer a intervenção, no caso de Cali o combate às drogas e no caso de Salvador, a valorização

Nessa lógica percebe-se que nas redes de gestão público privada, quem conforma as classes empresariais, os principais investidores e até as pessoas das redes de gestão pública são pessoas solventes e majoritariamente de pele clara, conformando assim “investimentos de pele clara”, mas por outro lado quem conforma o grupo não solvente e moradores são da classe trabalhadora e moradores negros (as), pardos e mestiços. Este aspecto é transversal em qualquer análise que seja feita sobre as políticas de renovação e revitalização do CHS e do Centro de Cali: a forma como o aspecto racial e de classe estão imbricados nas dinâmicas sócio

econômicas de produção social do espaço, que implica um padrão de poder que se projeta na organização do território e repercute de formas diferenciadas na classificação social, racial e de gênero no espaço, Quijano (2002). Neste sentido é importante o estudo feito por Santos Aguiar (2019) sobre o sentido também racial da intervenção no CHS desde as práticas contemporâneas do planejamento urbano. Estas políticas partem da ideia da construção discursiva e negativa do lugar como “Desvitalizado” e “sem vida”, associando-o a pobreza, decadência e desvalorização do espaço a um grupo específico composto pela classe trabalhadora e população negra que habita durante décadas o espaço central. Dessa forma a “Revitalização” empreendida pelas gestões urbanas traria vida ao lugar, pautada numa ideia de investimentos, melhoramento infra estrutural dos espaços, lugar chamativo para turistas e seguro para ser frequentado, porém consumindo os aspectos considerados como atraentes da cultura afro brasileira-baiana, tais como comida, festas, música, capoeira, etc.

No caso de Cali, evidencia-se que as populações afro, indígena e mestiça, são as que historicamente têm ocupado e estão distribuídas nos espaços mais pobres e carentes de equipamentos básicos nos diversos bairros das cidades. No caso específico do centro de Cali, tanto os indígenas Embera Katio que habitavam o bairro em condição de deslocados, assim como a população Afro-colombiana e mestiços, conformavam o grupo populacional que maioritariamente moravam nos inquilinatos do bairro El Calvário em condições precárias, de superlotação e faziam parte do mercado informal de trabalho. Todos estes grupos junto com proprietários e locatários foram expulsos do bairro para dar início ao Projeto Cidade Paraíso.

Nos dois casos analisados existiram e ainda existem organizações, grupos e associações de moradores que surgiram no decorrer dos processos de intervenção urbana. Estes grupos levantaram bandeiras políticas reivindicando direito de moradia, processos de negociação justos, direito de estar e viver no centro, mais participação social nas gestões público privadas e não serem expulsos dos focos da renovação. No caso de Cali surgiu o Frente Amplio pelo Centro de Cali e no caso de Salvador, diversos grupos antigos levantaram essas bandeiras como a AMACH, Movimento Sem Teto da Bahia ou a organização o “Centro Antigo Sangra”. Estes movimentos conformaram o surgimento do que Carneiro (2011) denominou como uma esfera pública de discussão e formação política ao redor dos temas da cidade e do território, potencializando o aparecimento de sujeitos que reivindicam direitos territoriais e democráticos. Vale a pena mencionar que no caso específico de Salvador existe uma preponderância do papel da mulher negra na fundação e articulação política dos movimentos que lutam por moradia e o

direito de permanência, assim como na manutenção histórica dos casarões do CHS, Montoya (2019).

Os movimentos e associações, dependendo da sua articulação, força e conformação de redes com outras instancias como a Câmara de Vereadores de Salvador ou o “Consejo de Cali”, têm a capacidade de visibilizar as problemáticas e conflitos que têm surgido no decorrer das gestões, assim como por meio da utilização da mídia, redes sociais e vídeos, mostrar uma outra versão dos acontecimentos que são silenciados ou ignorados pelas versões institucionais dos respectivos programas de renovação. Alguns dos obstáculos que encontram as políticas de gestão urbana é quando os movimentos ou associações têm o poder de botar na justiça o andamento das renovações porque afetam seus interesses. Este tipo de atos que dependendo do caso analisado podem ser traduzidos em direitos obtidos e demandas que se materializam, são o produto de relações de forças e conflitos políticos dentro e fora das instituições de gestão, nesse sentido as políticas públicas são o produto de conflitos políticos que surgem na sociedade, Marques (2017). Nas entrevistas feitas na cidade de Salvador evidenciou-se este aspecto, quando uma das moradoras do CHS em condição de ocupação manifestou que as reivindicações sócio territoriais não são escutadas nas gestões público privadas, pois as gestões têm um sentido vertical e evidenciam os conflitos que são inerentes às políticas públicas entorno da distribuição de recursos e foco dos interesses para populações específicas, Celina Souza (2003).

Estas reivindicações feitas pela população moradora e não solvente, almejam um possível equilíbrio entre a tendência turística que sempre prevaleceu no CHS e uma intervenção que deveria contar com participação social para influir nos destinos do centro de forma mais democrática, horizontal, inclusiva e que não privilegie só os agentes que possuem capital ou poder político dentro das redes sócio institucionais de gestão. No caso de Cali, como foi explicitado no respectivo capítulo, a EMRU continua avançando de forma lenta na compra dos prédios e os únicos entraves que têm sofrido o projeto foram a demanda instaurada pela situação humanitária dos indígenas, o conflito jurídico com a Escola Militar Marco Fidel Suarez por conta a altura dos edifícios de Cidade Paraiso, a compra dos prédios com a população proprietária e a procura dos investidores. Todos estes entraves já foram resolvidos em boa proporção para dar continuidade ao projeto durante este ano de 2022. Ao igual que Salvador, as obras foram paralisadas durante os primeiros meses da pandemia, mas desde os últimos meses do ano de 2020, se deu continuidade às obras. Nos dois casos percebe-se que a população moradora, não solvente e não proprietária, não interferem no funcionamento das redes de

governança urbana público privada que planejam e executam os programas e projetos analisados.

No caso de Salvador, alguns dos seus moradores ainda continuam em algumas ocupações dentro do Centro Histórico, resistindo às políticas de gestão público privadas e garantindo dessa forma seu direito de moradia e estar no espaço, mesmo em condições de alto risco pelas condições de desabamento que muitos casarões têm. Os moradores (as) se mantêm nos lugares que historicamente têm ocupado e habitado, como por exemplo na Ladeira da Conceição onde ainda permanecem os (as) trabalhadores ferreiros (as), assim como diversos (as) trabalhadores informais que ainda utilizam os espaços públicos para ganhar sua sobrevivência no dia a dia dentro das principais ruas do Centro Histórico. No caso de Cali, a população moradora, não solvente e proprietários, esperam sair bem nas negociações que a EMRU ainda estabelece para a compra dos prédios, porém sem participação efetiva dentro da ARUC nem do Fideicomisso que executará o Plano de San Pascual.

Finalmente, compreende-se que os centros das duas cidades compartilham alguns discursos urbanos que definem políticas e formas de intervenção específicas dentro das redes de gestão. Dado que cada intervenção está ancorada em contextos próprios, também se identificou diferenças dos processos de conformação das redes público privadas das duas cidades latino-americanas inseridas nas dinâmicas do capitalismo globalizado. Uma delas em sentido cronológico, pois Salvador começou a implementar reformas no Centro desde finais do século XX, sempre prevalecendo um foco turístico patrimonial na medida em que o CHS foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1985. Cali por outro lado só começa a gestar a reforma do centro desde os primeiros anos do presente século, estas assimetrias nos tempos e os respectivos focos, marcam diferenças importantes nas lógicas das gestões público privadas dos dois espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A cidade como um esforço conjunto e exclusivo dos poderes públicos institucionais e dos capitais privados.

Esta tese teve por objetivo analisar as características e as lógicas das redes sócio institucionais construídas entre os agentes urbanos envolvidos nas concepções de renovação e produção social do espaço no Centro Histórico de Salvador e no Centro Urbano de Cali. Para isso foram analisados três programas urbanos ancorados em dois contextos: o Programa Revitalizar da Prefeitura Municipal de Salvador, o Programa Revive do Governo Estadual da Bahia e o Projeto “Cidade Paraíso um centro para todos” em Cali gestado pela EMRU (Empresa Municipal Renovação Urbana).

Para desenvolver esse objetivo se fez uma análise das redes sócio institucionais, identificando os tipos e focos das alianças dos agentes públicos privados envolvidos com relação ao modelo de centro que visam construir em tempos de neoliberalização das cidades (Maricato, 2007) (De Mattos, 2002). Os questionamentos centrais que perpassaram a análise sociológica dos programas foram: Quem são os agentes urbanos sócio institucionais que constroem a cidade? Quais são os sentidos e focos das redes e alianças? Que tipo de centro urbano e histórico quer se consolidar nos discursos e práticas urbanas institucionais? Seguindo estes objetivos e perguntas transversais, esta pesquisa conseguiu resultados que contribuem ao entendimento dos diversos tipos de arranjos sócio institucionais público privados no contexto da produção social da cidade.

A produção social da cidade no contexto do capitalismo global é impulsionada pela conformação de redes e coalizações público privadas na gestão urbana. Dos dois casos, Cali é o caso mais recente em termos de desenhar o projeto para o centro urbano, o qual começou a ser pensado e implementado paulatinamente desde a primeira década do presente século, por outro lado, o caso da intervenção em Salvador remonta-se aos anos 90 até a atualidade. Nos dois contextos identificou-se que nos programas contemporâneos Revitalizar, Revive e Cidade Paraíso de intervenção urbana nos centros das duas cidades Latino-americanas, os agentes públicos e privados agem conjuntamente estabelecendo coalizões, alianças, pactos, parcerias e estratégias de intervenção na construção, planejamento e gestão, visando uma produção capitalista do espaço, que dependendo do caso em menção, tem seu respectivo foco e prioridade. Em Salvador os Programas Revitalizar e Revive dão continuidade ao aperfeiçoamento do viés turístico patrimonial, a articulação entre economia e cultura e a

recuperação do sentido administrativo e residencial do centro antigo, reocupando e trazendo de volta uma infraestrutura administrativa burocrática aos prédios abandonados no Comercio na Cidade Baixa. Como complemento paralelo a este processo se pretende instaurar um projeto residencial para funcionários públicos. No caso de Cali, prevalece uma gestão que visa o aproveitamento econômico do espaço central com a construção de um Centro Comercial, um projeto residencial também destinado principalmente para funcionários públicos e comerciantes da zona, uma estação central de transporte e sedes administrativas. Nesse sentido ambas gestões ainda têm esses projetos residenciais na “cidade do papel” (Mosquera, 2014), quer dizer só nos documentos, nos planos de gestão, nas expectativas do gerenciamento urbano e nas intenções a longo prazo, pois ainda são projetos inconclusos. Como foi analisado em cada caso específico, os prazos de execução dos respectivos projetos em matéria de reocupação residencial do centro ainda não foram executados até a finalização deste estudo, da mesma forma que as datas sobre as quais se pretendia entregar as obras já caducaram e se evidenciam atrasos no que se tinha estipulado nos planos.

Salvador continua sendo um dos casos mais emblemáticos na América Latina de intervenção urbana com foco turístico. Este aspecto se expressa de forma palpável na respectiva transformação dos inúmeros casarões e prédios abandonados em futuros negócios e boutiques, na construção de hotéis de luxo que capitalizam uma das belezas naturais do CHS que é a vista panorâmica para a Baía de Todos os Santos e que são destinados para populações solventes nacionais ou internacionais. Somado a isso está a construção de equipamentos urbanos culturais inaugurados recentemente no contexto da Pandemia, uma visível transformação estética dos lugares e melhoramento do acesso ao CHS por meio da reforma da rua Avenida Sete. Estas mudanças são o resultado dos investimentos públicos em equipamentos urbanos, dos investimentos e projeções da iniciativa privada e a articulação com as agendas sócio culturais desenhadas desde a esfera Estadual ou Municipal para garantir um fluxo permanente ao CHS.

Neste trabalho se evidenciou que os capitais privados envolvidos repercutem mais além das dinâmicas econômicas, eles se estendem a outros âmbitos e têm a capacidade de decisão, gestão e de construção de relações de poder no interior de formações históricas específicas como as instituições públicas e as secretarias encarregadas do assunto urbano. Nesse sentido consolidaram-se como “Capitais Urbanos” (Marques, 2006) com campos estratégicos de decisão na vida e destinos do CHS, criam ambientes favoráveis de investimentos, constroem arranjos institucionais, mobilizam discursos e práticas urbanas afins com um tipo de governança onde impera a cidade como negócio.

Nas gestões urbanas dos programas de Cali e Salvador, se identificaram que os focos das renovações são parte de um projeto de cidade urbano imobiliária e de empreendimentos capitalistas, criados pelos agentes urbanos privados em aliança com o aparato público, o qual cria as condições político administrativas para conceber a cidade como uma máquina de crescimento econômico (Rodríguez, 2020), que opera desde uma ótica de racionalidade neoliberal nas cidades da América Latina e cujas lógicas são potencializadas pela forma como se capitalizou o setor público, quer dizer, um gerenciamento do urbano que é possível devido à articulação entre os poderes públicos e os potenciais investidores para efetivar os respectivos programas.

Para se conformar como um ator competitivo no cenário global, houve uma transformação da ação pública que introjetou lógicas empresariais e se colocou na condição de parceira dos capitais, nessa mesma tendência, segundo Arantes e Pereira (2020), o setor público criou instrumentos para a criação de planos e novos arranjos jurídicos para a implementação dessas parcerias. No caso de Cali, esses arranjos institucionais adquiriram forma jurídica-político-administrativa e económica como a ARUC (Alianza para la Renovación Urbana de Cali) e os Fideicomisos para a execução do projeto de San Pascual. Em Salvador não existe essa forma jurídica, porém as instituições públicas que agem desde as esferas Federal, Estadual ou Municipal, desempenham uma função de facilitadoras e executoras dessa visão empresarial, mesmo sem conformar uma organização ou associação nomeada juridicamente entre o público e o privado. A participação dos setores privados se dá também a partir da compra de casarões privados, da concessão de patrimônios públicos e a isenção de impostos para facilitar os arranjos privados.

Os empreendimentos e transformações contemporâneas são o resultado também de um conjunto de velhas ideologias e discursos que são atualizados em novas práticas urbanas. Estas ideias têm força de mobilização, estão plasmadas nos documentos institucionais, são usadas permanentemente nas declarações dos agentes públicos e privados, se legitimam pelas transformações espaciais que estão provocando e fazem parte do arcabouço conceitual que circula, permeia e está presente nas ações urbanas público privadas. Estes conceitos são: Desenvolvimento Urbano, Modernização dos Espaços, Revitalização, Recuperação, Empreendimentos Urbanos, Refuncionalização do Centro, Cidade Inteligente e Competitividade. Esta engrenagem e maquinaria conceitual das práticas urbanas se mobilizam de forma conjunta e articulada nos documentos oficiais da intervenção de Salvador e de Cali, foram (e continuam sendo) utilizados pelos agentes dos poderes municipais, estaduais,

secretários, empresários e funcionários públicos, eles estão introjetados no vocabulário institucional e se reatualizam permanentemente nas práticas urbanas. Estes conceitos e práticas podem ter significados comuns evidenciando tendências continentais nas cidades do Sul Global (Quijano, 2002), mas variam dependendo dos casos selecionados tal qual foi explicitado no capítulo comparativo. É importante salientar que os estudos sobre as cidades na América Latina devem reconhecer as diversidades e especificidades dos contextos nacionais, regionais e locais, tendo em conta que são realidades diferentes dos marcos epistemológicos e estudos empíricos feitos em cidades do Norte Global.

No caso de Cali, as práticas urbanas desde a perspectiva e objetivos das gestões público privadas precisaram de lógicas de “destruição criativa” (Harvey, 2011) de um lugar –nesse caso a destruição física e social do bairro El Calvário- para dar entrada às novas edificações e o novo modelo de cidade baseado nas ideias de Modernização, Recuperação e Revitalização. No caso de Salvador, foi preponderante o uso do discurso da Competitividade, Modernização, Aproveitamento Histórico Patrimonial e Revitalização, afiançando a tendência turística do CHS e lugar de empreendimentos. Esse arcabouço conceitual faz parte de um tipo de governança urbana público privada propriamente neoliberal e de desenvolvimento metropolitano, que terminam por criar zonas diferenciadas ao nível regional, nacional, continental e mundial.

Estes conceitos e ideologias fazem parte da linguagem e discursos das transformações urbanas contemporâneas no contexto da Globalização Neoliberal que são implementados nas duas cidades. Seguindo a Pierre Dardot, Christian Laval (2016, p. 15) “o Neoliberalismo antes que ser uma ideologia ou uma política econômica, é uma racionalidade, e tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados, o Neoliberalismo é um modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Desta maneira o gerenciamento urbano das duas cidades focaliza na competitividade interurbana e para isso objetiva a criação de zonas diferenciadas, o qual é um requisito indispensável da sobrevivência das empresas e das cidades no contexto neoliberal de produção social do espaço. Neste caso se pretende obter uma viabilidade dos diversos investimentos imobiliários que têm como foco os centros históricos e urbanos das cidades Latino-americanas por meio da construção de variados negócios e a criação de zonas boutiques (Carrión, 2012) que sejam atraentes para novos consumos.

Segundo De Mattos (2008, p. 102) a distinção é uma das marcas das intervenções sócio espaciais contemporâneas, faz parte da criação de zonas com vantagens competitivas das

idades como por exemplo a valorização turística da cultura, aproveitamento e exploração de espaços naturais, arquitetura secular e patrimônio histórico etc. este tipo de empreendimento nas cidades estão inseridos em regímenes urbanos que visam segundo Pradilla (2009, p. 288), posicionar às cidades num cenário de competitividade do livre mercado para melhorar o fluxo de investimentos nacionais ou internacionais, assim como o aperfeiçoamento de fluxos de pessoas e os consumos dos lugares recuperados ou renovados. Este conjunto de empreendimentos criam distinções entre as cidades na medida em que aproveitam seus potenciais naturais, culturais ou têm a capacidade de produzir novos arranjos urbanos, os quais atraem novos consumos e articulam funcionalmente o centro às dinâmicas urbanas. É nesse sentido como destacou Harvey (1986), que esses modelos acabam sendo importados e repetidos por várias cidades ao redor do globo, de modo que muitas delas acabam se reproduzindo de maneira bastante semelhante.

Na maquinaria e engrenagem conceitual contida nos documentos, declarações oficiais, entrevistas e as respectivas práticas urbanas que foram implementadas, identificou-se que o conceito de “modernização” do espaço implicou o que De Mattos assinala (2008, p. 84) sobre como as transformações urbanas contemporâneas implementadas nas cidades e nos Centros Urbanos e Históricos, desenvolveram uma progressiva dependência às regras e às dinâmicas capitalistas neoliberais, o qual também implicou a redução na promoção de políticas de bem-estar social, pois estes discursos e práticas urbanas se inclinam ao favorecimento de proprietários e ou administradores do capital. Desde essas lógicas de Modernização, se constrói uma cidade que é para vender e estar permanentemente à venda, é por causa disso que as cidades em geral e os centros em particular podem apresentar modelos de gerenciamento e práticas urbanas muito semelhantes e estabelecer tendências continentais que se adaptam a cada caso específico como por exemplo: visam recuperar espaços abandonados que potencialmente representam possibilidades lucrativas, construção de shoppings, complexos hoteleiros, aperfeiçoamento dos sistemas de transporte, equipamentos administrativos e de serviços, aproveitamento das belezas naturais etc. Este tipo de modernização perpassa os países de formas diversas, é uma ideologia continental que rege os roteiros de planejamento e organização dos territórios e mais especificamente com desdobramentos em cada Centro Histórico, os quais são heterogêneos na sua história sócio econômica e cultural.

As redes público privadas consolidam um poder territorial que leva a cabo programas urbanos, independentemente dos tipos de governos e suas respectivas bandeiras políticas. Embora a bandeira política de quem comanda o governo local ou estadual seja importante para

poder viabilizar reivindicações sociais da população menos solvente, evidenciou-se que nos casos analisados tanto em Cali com o governo do atual Prefeito Ivan Ospina (1ro de janeiro – atualidade) do Partido Aliança Verde (centro esquerda) e no caso de Salvador a Prefeitura de Bruno Soares Reis (1ro de janeiro de 2021 até atualidade) do Partido DEM e atualmente da UNIÃO BRASIL (auto definido como Centro Direita), assim como o governo Estadual de Rui Costa (desde 1ro de janeiro até atualidade) do Partido dos Trabalhadores (auto definido como de esquerda), estes poderes político administrativos locais agem conjuntamente com os poderes econômicos que participam como investidores nos programas de reformas urbanas, convergindo na construção de uma cidade e um centro urbano e histórico que potencializa negócios e empreendimentos privados. Por tanto, nestes casos analisados, não é muito relevante a ideologia declarada dos partidos governantes, pois estas segundo Pradilla (2013, p. 27) viraram assunto de políticas pragmáticas e banais que respondem aos imperativos neoliberais da globalização, o livre mercado, competitividade, rentabilidade, vocação, mobilidade, governança urbana etc.

Nesse aspecto se evidenciou uma concorrência política no caso dos poderes estaduais e municipais de Salvador, os que apresentam resultados palpáveis das obras colocando a marca da respectiva instância pública que a executou de maneira visível nos avisos publicitários do Centro Histórico. Desse modo, os poderes locais abrem o caminho para os potenciais investidores para os programas, da mesma forma que põem a disposição a maquinaria pública para ajudar a proprietários de casarões para potencializar reformas por meio de isenção de impostos. Salvador continua se encaixando no que Pradilla (2012, p. 4), Azevedo (2004), Nazem (2011) assinalam sobre intervenções contemporâneas nos Centros da América Latina: lugares que sobrevalorizam a utilização do patrimônio mediante sua conversão em objetos de turismo cultural internacional, nacional ou local para consolidar territórios rentáveis para a acumulação de capital.

As formas de gestar os centros históricos estão fortemente influenciadas pelos roteiros e planos do capital imobiliário, organizações empresariais ou a forma jurídica e organizativa que adquira o capital privado dependendo do contexto analisado. O setor público não é uma instancia dispensável, nem estaria em uma fase de detrimento como afirmam muitas teorias sobre globalização, ele é fundamental nos processos e lógicas contemporâneas de intervenção nos centros históricos das duas cidades analisadas. Tanto o setor público e os investidores privados agem visando a consolidação de um poder territorial que envolve dinâmicas de classe na produção social do espaço. O que está em jogo é a forma como se consolidam projetos de

desenvolvimento urbano capitalista nas mãos de grandes empresas privadas e encaminhados para consumos específicos, coadjuvadas pelas instituições de gestão. Estas gestões contemporâneas segundo Francisco Durand (2019), são um poder empresarial que têm a capacidade de ser um gerenciamento urbano com uma funcionalidade pública, pois o arcabouço e a capacidade de decisão que consegue edificar o poder empresarial fazem parte da própria gestão pública.

Este tipo de poder empresarial e de governança urbana se produz sob a influência do ideário e roteiros neoliberais de gestão da cidade, da mão em alguns casos com agências multilaterais e consultores internacionais. Esta governança, segundo De Carvalho e Corso Pereira (2013), se inspira em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial e do empreendedorismo urbano. Desde esta perspectiva se enxerga a cidade como um sujeito ator econômico que atrai capitais nacionais e internacionais que circulam no mundo globalizado, para assim ampliar os investimentos e as fontes geradoras de empregos. Dessa maneira, é comum se deparar na análise dos documentos institucionais uma linguagem que evoca o uso gerencial e empresarial do público, valores corporativos de competitividade, mercantilização da cidade e eficácia, como aspectos ideológicos que prevalecem nos ordenamentos territoriais e programas urbanos contemporâneos dos centros urbanos, (Ruth Perez, 2013).

A exclusividade do uso gerencial e empresarial do espaço central, foi evidenciado em diferentes depoimentos dos empresários, nos documentos institucionais assim como nas declarações do Ministro do Turismo do Brasil e o Secretario do Turismo da Bahia com relação à necessidade que o setor empresarial seja o principal agente ao longo prazo de investimento, administração e gestão nos casarões que serão revitalizados no Programa Revive durante os próximos 50 anos. Dessa forma, o Programa Revive e Revitalizar evidenciam que os patrimônios considerados públicos, as formas de ocupações e usos do solo no centro da cidade passam a ser controlados pela formulação de políticas, planos e projetos de desenvolvimento urbano provenientes da esfera privada. Quem possui o capital se associa com o setor público conformando um tipo de redes público privadas caracterizadas por serem modelos cooperativos. Nesse aspecto e seguindo a Carvalho e Pereira (2014, p. 76), o poder público opera como um ator central do processo, referendando decisões da esfera privada e criando condições institucionais para isso, o que inclui ajustar o arcabouço jurídico-urbanístico às demandas dos novos players, com as sucessivas revisões do Plano Diretor e de outros instrumentos legais, justificadas como forma de aumentar a capacidade da cidade para atrair investimentos. Por outro lado, no caso de Cali, a empresa privada se integrou na modalidade de alianças com o

setor público na conformação da ARUC (Aliança para a Renovação Urbana de Cali) e dos Fideicomisos como forma de organização e viabilizar os agentes investidores dentro da gestão da EMRU (Empresa Municipal de Renovação Urbana).

Nesse sentido afirma-se que o setor público é uma instancia decisiva nestes processos contemporâneos de transformações urbanas no contexto do Sistema Mundo Capitalista. Segundo Brand (2008, p. 14), não estamos assistindo a uma erosão do poder do Estado Nacional, mas sim a sua rearticulação mais intensa e estratégica com as escalas subnacionais, supranacionais e com poderes econômicos. Estes tipos de questões urbanas evocam novos instrumentos normativos e ideológicos de administração, assim como suas projeções e impactos em matéria de política territorial urbana regida pela rentabilidade, a acumulação de capital e poder.

O Público tem um funcionamento paralelo aos interesses empresariais na cidade e focalizam no fortalecimento de uma economia de serviços das duas cidades, o qual se legitima pelo discurso do aumento e produção de empregos em campos relacionados às intervenções como por exemplo, o setor da construção, organização do trabalho informal, novas zonas de consumo e lazer, empregos dentro do setor hoteleiro e turístico (Salvador) e os empregos derivados do que foi analisado nos respectivos capítulos como “cidade inteligente”, ao qual ambas cidades visam consolidar. A produção de emprego é um discurso usado pelas prefeituras e empresários, ele faz parte da consequência social das reformas na medida em que cada investimento privado e a construção dos equipamentos urbanos demanda da contratação de mão de obra local. A produção de empregos é um discurso que legitima e fortalece a participação o setor privado dentro dos modelos de reformar urbanas, pois os negócios e empreendimentos no setor dos serviços demandariam contingentes de população para trabalhar.

As alianças públicas privadas e as respectivas formas de governanças urbanas podem perpassam as fronteiras locais. Elas se inserem nas relações geopolíticas dos investimentos do capital imobiliário, na influência de outros governos e seus respectivos modelos nos cenários nacionais e locais. É o caso específico no Brasil do Programa Revive e as suas projeções para Centro Histórico de Salvador. Os roteiros, planos e o modelo de intervenção que é implementado dentro deste programa, diz muito sobre a função que desempenham os poderes locais e nacionais, seja na esfera Federal ou Estadual no contexto global de mundialização das cidades. O funcionalismo das instituições públicas de planejamento e gestão se articula com modelos internacionais, sendo uma expressão palpável delas, a transferência de ideias de gestão

pública privada do Modelo de Portugal. Este Modelo é lido como uma “experiência exitosa” por parte das instancias locais, tanto pelos roteiros como pelos critérios de intervenção que são estipulados e impostos desde a perspectiva do capital imobiliário internacional, o governo de Portugal e desde as instituições de financiamento internacionais que possuem paradigmas de intervenção atrelados às políticas de financiamento. O roteiro do Modelo Revive como foi evidenciado no respectivo capítulo, foi elogiado pelos agentes públicos que serão os encarregados da gestão, o que se converte em uma garantia da sua futura execução. Este aspecto também amostra como este projeto está articulado com outros discursos como a recuperação da economia “pós-pandemia”, o Nordeste brasileiro e sua “vocação turística” e a continuidade na política de aproveitamento econ mico de patrimônios ao nível Nacional com projeções específicas na Bahia e Salvador.

Na implementa o deste modelo não se perceberam discrepâncias, conflitos ou problemáticas nas rela es multilaterais dos dois governos, nem dentro das secretarias encarregadas do assunto urbano que impossibilitassem o desenvolvimento das obras e a adapta o do Modelo Revive para Brasil, Bahia e o CHS mais especificamente. Neste modelo as alianças público privadas possibilitam a transferência de ideias, de roteiros e de práticas urbanas, formas de saber e fazer que são aplicadas nos mesmos esquemas de Portugal. Os tipos de agentes urbanos e funcionários públicos que estão dentro das institui es públicas encarregadas dos patrimônios, preserva o de bens arquitetônicos e culturais facilitam todo o processo, pois agem como uma ponte de adapta o ideológica sem nenhum filtro e passando por alto os contextos sociais e urbanos em questão, nesse sentido o prioritário   o aproveitamento turístico e econ mico dos patrimônios.

No contexto global de mundializa o e competitividade das cidades Latino-americanas os acordos e as redes sócio institucionais de gestão pública privada, configuram regimes de pensamento e receituários que nas rela es e dinâmicas Centro-Periferia no contexto Neoliberal de produ o espacial das cidades, fazem parte de um novo capítulo das históricas rela es de dependência estrutural, assim como uma forma como circulam e são aplicadas ideias que provem de países do Norte Global em países do Sul Global, evidenciando por um lado, rela es assimétricas de poder e saber, uma continuidade da dependência estrutural na geopolítica do Sistema Mundo Capitalista, Quijano (2005) ao redor dos planos de Desenvolvimento e Progresso implementados na América Latina, Grosfoguel (2013). Da mesma maneira, uma participa o ativa por parte das institui es públicas e grupos políticos locais na recep o, implementa o e gestão destes modelos. Quer isto dizer que as rela es interinstitucionais não

acontecem numa direção unívoca na qual atores nacionais, regionais ou locais desenvolvem um rol passivo, pois existem instituições de gestão, prefeituras, governos do estado e planos de governo que possibilitam e viabilizam essas relações interinstitucionais e os acordos multilaterais.

Esta implementação de modelos internacionais como no caso específico do Programa Revive, fazem parte do que Maricato (2015) denominou como um **mimetismo intelectual** que consiste na valorização de ideias e das propostas de origem externa e o desprestígio das propostas endógenas. Estes tipos de adaptação de modelos internacionais fazem parte da consolidação do sistema mundo capitalista nos espaços locais. Este aspecto repercute na formação social no seu conjunto como nas maneiras de pensar, nas epistemologias do urbano, formas de fazer e organizar a produção social do espaço, assim como nas ações urbanas vigentes.

Os focos das transformações urbanas produziram diversos conflitos pelos tipos de uso do solo urbano. Estas redes de gestão relegam do planejamento e execução dos programas a moradores, trabalhadores informais e população não solvente na medida em que não tem participação social, pouca visibilidade, ausência de políticas públicas de habitação social e sofrem de deslocamentos paulatinos. A população não solvente só obteve visibilidade nas estratégias de marketing político urbano desenhados pelos respectivos governos locais como forma de legitimação das intervenções, sendo só mencionados no que em outra oportunidade foi denominado “cidade do papel”¹⁵⁷ (Mosquera, 2014) quer dizer, uma ideia de cidade que está construída nos roteiros, planos e documentos, mas que diferem das práticas urbanas institucionais, é uma cidade de promessas inconclusas, projetos não executados ou que simplesmente estão nos roteiros e diretrizes formais e não fazem parte das práticas urbanas das instituições e agentes privados. Nesse sentido ambos casos analisados evidenciaram discursos de projetos sociais e participação social que não são executados nem tidos em conta nas ações urbanas dos modelos de gestão público privados.

Este marketing urbano age em várias direções, não somente no que não foi feito até o momento como por exemplo a ausência de projetos de habitação social para população não solvente, senão também na direção de políticas culturais e urbanas que são usadas como slogans

¹⁵⁷ O conceito de “cidade de papel” parte na análise feita da dissertação do mestrado intitulada “Processos de Intervenção nos Centros de duas Cidades e seus elementos comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)” o qual faz referência a construção discursiva da cidade nos documentos institucionais e os programas de intervenção, nos quais é comum ler resultados que diferem das práticas urbanas aplicadas pelas respectivas instituições de gestão urbana

de promoção turística. No caso de Salvador envolve o sentido do aproveitamento cultural e da baianidade, focalizando na promoção nacional e internacional de ser uma cidade festiva, acolhedora, carnavalesca e alegre. Estes aspectos são perpassados pela amostra de elementos culturais afro-brasileiros como a música, arte, religiosidade e estética, alguns dos quais têm como cenário as praças e espaços dentro do CHS. O marketing político urbano também apresenta as transformações mais visíveis da cidade, especialmente as que correspondem a um cartão postal turístico da cidade, como forma de vender uma imagem sempre favorável das transformações urbanas contemporâneas, Carvalho e Pereira (2014)

Em Cali, este tipo de Marketing político urbano se expressou na forma como a EMRU gerou campanhas sociais que consistiram na criação de oficinas de emprego, produção dos documentos de identidade para a população idosa e habitantes de rua, atividades recreativas com crianças, combate às drogas e campanhas de recolecção de lixo e escombros no bairro El Calvário. Esta foi uma forma de legitimar as ações sócio institucionais no território e que foram divulgadas nas redes sociais. Na análise dos documentos institucionais e entrevistas recopiladas nos principais jornais locais e regionais, Cidade Paraiso se apresenta como um projeto coletivo, abrangente, inclusivo, um discurso que nos planos de gestão institucional envolveria todos os atores e melhoraria a qualidade de vida do setor. Cidade Paraiso se posicionou discursivamente e no marketing político urbano, como um projeto que beneficia a toda a cidade e a sociedade em seu conjunto, na medida em que recupera e moderniza o centro.

Este tipo de ações sócio institucionais são o produto de uma concepção de práticas urbanas de forma fragmentada que focalizam grandes investimentos dentro de uma fronteira específica. Dentro dessa zona se priorizam equipamentos urbanos, se visa a recuperação e renovação, se realizam transformações estéticas e paisagísticas (já realizadas como no caso de Salvador ou por executar como no caso de Cali) e programas culturais ou sociais. No entanto, aos redores das fronteiras das renovações formam-se periferias, ruas ou bairros que padecem as consequências da expulsão da população e sofrem processos de desvalorização e degradação paulatina. O tipo de gestão público privada impactou nos arredores dos focos da renovação, possibilitando o surgimento de novas dinâmicas sócio espaciais como produto dos conflitos inerentes ao uso do solo urbano. No caso específico de Cali, os bairros Guayaquil, San Bosco e Barrio Obrero, têm sido os lugares fronteiriços onde surgiram ocupações de casas antigas, inquilinatos e antigos habitantes de rua que se deslocaram como consequência do início das obras de Cidade Paraiso. No caso do Centro Histórico de Salvador, ainda existem ruas que contem casarões com ocupações, prédios abandonados, ruas sem investimentos e casas

fechadas com tijolos como por exemplo nas ruas Guedes Brito, Rua do Bispo, Rua da Oração, Rua do Tijolo, além da Ladeira da Montanha que conecta o Centro Antigo na Cidade Baixa com o CHS, todas elas nas fronteiras dos focos da renovação do Centro Histórico.

Como consequência deste modelo de redes sócio institucionais e governança urbana, surgiram grupos, associações e movimentos sociais que têm tido como foco diversas reivindicações que versam ao redor de agendas e pautas políticas como a participação social, negociações justas, que os processos de gestão não só incluam aos empresários e agentes públicos, demandam o direito de permanência no espaço central e uso do centro como lugar de moradia, trabalho e lazer. Durante o contexto da Pandemia nos dois casos analisados foram realizados encontros online, seminários e eventos virtuais que tinham como foco a pergunta “o que está acontecendo com as políticas de renovação do Centro Histórico?”. Nas declarações e depoimentos dos movimentos como o Frente Amplio por la Defensa del Centro de Cali, percebeu-se a necessidade de que haja negociações justas, transparência nos procedimentos administrativos e que a população moradora seja tida em conta nos apartamentos que serão construídos no projeto de habitação Paraiso Central. Por outro lado, no caso de Salvador, nos movimentos da “Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador AMACH”, “Movimento Sem Teto da Bahia” ou a organização “O centro antigo sangra”, se percebeu uma reivindicação que já tem décadas e ainda não foi escutada pelas redes de gestão: a criação de projetos de habitação social e emprego para a população moradora que poderia outorgar uma enorme heterogeneidade, diversidade e densidade ao CHS junto com os outros empreendimentos, para assim ser uma estratégia para acabar com o esvaziamento, insegurança, gerar oportunidades de emprego e revitalizar *junto e com* a população um dos lugares mais emblemáticos de Salvador como cidade turística.

O foco do gerenciamento público privado se centra em dois aspectos: quem possui o capital para investimento e quem faz parte do poder público institucional. São eles que detêm a capacidade de investimento e quem decidem os destinos do centro, o qual impacta diretamente nos agentes não solventes, sua qualidade de vida, nas ausências de participação social efetiva e as condições sócio territoriais dos habitantes do Centro Histórico. Seguindo a Pradilla (2012, p. 7) esta tem sido uma tendência continental na implementação de reformas urbanas que priorizam negócios e empreendimentos privados nos centros históricos, descartando a participação cidadã e outorgando prioridade a empresários, artistas, intelectuais, arquitetos, assessores técnicos especializados etc. quem são considerados com conhecimento, influencia,

capital e trajetória nas intervenções urbanas, mas que terminam por estar articulados aos interesses do setor privado para definir os modelos de intervenção.

Este gerenciamento da cidade público privado, considera como problema estético e paisagístico a visibilidade da pobreza e miséria das ruas, o que inclui os habitantes de rua, trabalhadores informais, ocupações etc. as redes sócio institucionais que almejam um modelo urbano baseado na cidade mercadoria, têm um público seletivo e específico para lhe consumir Maricato (2007), esta é uma cidade que não produz planos utópicos dentro dos quais se considere a viabilidade do centro ser um lugar com projetos de habitação social para populações não solventes. A cidade desde esta perspectiva, é um lugar em favor da despolitização da cidade para favorecer a eficiência, os fluxos e a toma de decisões conforme os planos de gerencia estratégica e empresarial, Vainer (2013).

Em síntese, as mudanças urbanas contemporâneas nos centros históricos evidenciam tendências e lógicas que correspondem a um momento histórico específico de transformação da cidade. Estas transformações estão regidas por modelos, paradigmas e lógicas de construir um poder territorial conforme os interesses conjuntos e articulados entre seus atores mais decisivos que são o setor público, o capital privado (num nível global, nacional e local) e dependendo do caso, instâncias internacionais que visam consolidar e organizar um modelo urbano capitalista.

Para efetivar esse modelo de cidade, as gestões dos agentes públicos e privados nas reformas dos Centros Urbanos agem conjuntamente estabelecendo coalizões, alianças, pactos, parcerias, criam condições e estratégias de intervenção na construção, planejamento e execução de obras urbanas. Estes empreendimentos empresariais, estaduais e/ou municipais ligados ao desenvolvimento de políticas urbanas, demandaram esforços institucionais, parcerias, cooperações interinstitucionais e multilaterais, sendo prioritário nestas redes de gestão o interesse do capital imobiliário, turístico e diversos empreendimentos capitalistas (Marques, 2003) (Carrión, 2012) (Santanna, 2004) (Molocht, 1976).

As duas gestões público privadas dos respectivos contextos e programas aqui analisados são uma realidade urbana continental com suas respectivas especificidades. Estas gestões não conseguem resolver o problema de moradia popular ou habitação social para população não solvente, nem construir processos democráticos de participação. Estas problemáticas sócio espaciais já tem sido assinaladas e explicitadas por diversos estudos e pesquisas realizadas desde universidades Federais-Estaduais, grupos de pesquisa, assessores (as) e intelectuais a nível nacional e continental, como por exemplo Santanna (2004), Ormino de Azevedo (2004),

Carrión (2001), Albuquerque (2011), Nazem (2011) Martinez (2014), Calderón (2010) e compilações de outros autores latino-americanos feitos desde a Flacso (2001), os quais vem chamando a atenção e sugerindo há décadas outros modelos e novos rumos para as ideologias e práticas urbanas que regem as intervenções contemporâneas nos Centros Históricos, de tal maneira que não continuem aprofundando as velhas tensões e contradições já existentes entre usos e contra usos do solo urbano em função só dos interesses do capital.

O que se evidencia nestes tipos de redes é o pouco diálogo em matéria do desenho e implementação dos programas urbanos com os cenários universitários, acadêmicos e com organizações da sociedade civil organizada. Deve-se ter em conta que desde estes cenários têm sido produzidos diversos estudos rigorosos, os quais apontam para a urgência de repensar e fazer novas práticas urbanas que resolvam alguns dos problemas mais agudos na produção do espaço urbano que as cidades latino-americanas evidenciam. Fica o enorme desafio de produzir práxis urbanas que consigam se inserir e ter influência decisiva nas redes sócio institucionais de gerenciamento urbano, de tal forma que se reconheça a pluralidade de atores e se pense uma cidade mais além dos negócios e as empresas capitalistas. Da mesma forma, é importante que os estudos urbanos latino-americanos analisem os novos arranjos institucionais e privados que estão gerenciando as cidades. É evidente que estamos assistindo cada vez mais a novos aperfeiçoamentos e formas locais de governança que se adaptam e se transformam aos contextos continentais. Este desafio faz com que a sociologia urbana reveja os modelos analíticos que são importados de outras latitudes e realidades sócio-históricas para pensar e construir a cidade, principalmente os modelos europeus e norte-americanos. Desta maneira os contextos continentais, as relações sócio espaciais e os processos históricos marcam profundamente novas formas de pensar, gerenciar e resolver os problemas urbanos contemporâneos.

Nessa perspectiva, se faz necessário dar continuidade a estudos continentais desde a perspectiva da sociologia urbana onde se identifiquem e compreendam os agentes urbanos, seus discursos, ações urbanas e modelos sócio económicos que regem a produção social do espaço, para desta forma desenhar e implementar políticas sociais mais além dos paradigmas capitalistas de organização do território e que prevalecem nas formas de gerenciamento público privadas.

Referencias

ABRITTA Cota Daniela, MAGELA Costa Magela. *Parceria público- privada como um instrumento de planejamento no brasil: operação urbana em São Paulo e em Belo Horizonte*. UFMG. 2010.

ALBUQUERQUE RIBEIRO, Daniel. *Gentrification no parque histórico do Pelourinho*. Universidade Federal da Bahia. 2011

APRILE-GNISET, Jacques. *La ciudad colombiana. Siglo XIX y siglo XX*. Bogotá: Biblioteca Banco Popular. 1992

ARANTES FIORI Pedro. *Ajuste Urbano: As políticas do banco mundial e do bid para as cidades*. Póspós n.20 • São Paulo • dezembro 2006

ARANTES Rafael DE AGUIAR. *Fugindo dos males da cidade: condomínios residenciais fechados na grande Salvador*. Em: *Metrópoles na atualidade brasileira, transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*, organizado por: Inaiá Maria Moreira de Carvalho. EDUFBA. 2014

ARANTES, Otília Beatriz. *Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas*. In: *A cidade do pensamento único, desmanchando consensos*. ARANTES Otília, VAINER Carlos, MARICATO Ermínia (Org.) Editora Vozes Petrópolis. 2007

ARGOTY BOTERO Carlos Andrés. *Gestión Público Privada en la renovación urbana de Cali: Retos y posibilidades del nuevo siglo*. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá 2012

AZEVEDO Paulo Ormino. *El Centro Partido*. Universidad Federal de la Bahía. 2004

AZEVEDO Paulo Ormino. *Los enlaces entre centros históricos y participación social*. UFBA. 2004

BITTENCOURT DALTRO CARNEIRO José Maurício. *A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ma etapa de revitalização do Centro Histórico de Salvador*. UFBA. 2011

BONDUKI Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta*, 2010

BORJA Jordi. *Revolución urbana y derechos ciudadanos: Claves para interpretar las contradicciones de la ciudad actual*. Universitat de Barcelona. Março 2012.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp. 2000

CARRION Fernando (Editor e autor). *Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. UNESCO. Flacso Ecuador. 2001

CARRION Fernando. *Dime quien financia el centro histórico y te diré que centro histórico es*. En: *Ciudades del 2010: entre la sociedad del conocimiento y la desigualdad social*. Aliccia Zicardi (Org.) Select Words. Septiembre de 2012.

CARRION Fernando. Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable. F. Carrión y Lisa Hanley. El centro histórico como objeto de deseo. Flacso. 2005

CARRIÓN Fernando. *Pobres las ciudades de pobres*. La Paz: Ediciones OXFAM. 2005

CARRIÓN, Fernando. Centro histórico: relación social, globalización y mitos. FLACSO. 2001

CARRION Fernando. Dossier “Prácticas Culturales Urbanas: Política, Territorio y Sociabilidad en el Sur Global”. Entrevista concebida a Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2021

CASTELLS, M. *A sociedade em rede* (6a ed.) São Paulo: Paz e Terra. 2012

CASTELLS Manuel, BORJA Jordi. As cidades como atores políticos. Novos estudos No. 45. Conferencia Habitat II. 1996

CERÓN PEÑA, Mishelle Andrea. Sociología de la política urbana: análisis del plan de renovación urbana “ciudad paraíso”. Universidad del Valle. Sociología, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Santiago de Cali 2015.

CICCOLELLA, P. (2011). *Metrópolis latinoamericanas: más allá de la globalización*. Quito: OLACCHI.

CODHES. Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento CODHE. Organización Nacional Indígena de Colombia ONIC. Crisis Humanitaria del Pueblo Embera.

CORONIL Fernando. Natureza do Pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. Em: A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (ORG). Colección Sur Sur. CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina; setembro 2005

CRUZ, Luana. Centros Históricos e desenvolvimento urbano: um estudo comparativo entre os programas Monumenta no Brasil e Polis em Portugal. Natal RN. 2009.

CUSICANQUI, Riveira Silvia. Ch’ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. Pinturas.

DARDOT Pierre, LAVAL Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo. Coleção estado de sitio. 2016

DE CARVALHO Inaia, CORSO-PEREIRA Gilberto. A cidade como negócio. EURE. Vol. 39 No. 118 septiembre 2013.

DE JESUS BOUÇAS, Rose Laila. No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador 2015.

DE MATTOS Carlos, Iracheta, Alfonso. GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros históricos. OLACCHI. Centro, núm. 2, diciembre, pp 99-110. 2008

DE MATTOS Carlos. Globalização y metamorfose metropolitana em América Latina. Da cidade ao urbano generalizado. Revista de geografia Norte Grande, 47 81-104, 2010.

DE MATTOS, Carlos A. Transformación de las ciudades latinoamericanas: ¿Impactos de la globalización? EURE, vol. XXVIII, núm. 85. Pontificia Universidad Católica de Chile. Diciembre 2002

De QUEIROZ Ribeiro, Luiz Cesar. As metrópoles brasileiras no Milênio: resultados de um programa de pesquisa. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2012.

DE SOUZA SANTOS Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais 63, Outubro 2002.

DELGADILLO Victor. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 89-111, jun 2014

DOS SANTOS Fabiana Arcanja e ROCHA José Claudio. Economia criativa: Salvador na rota dos distritos criativos / creative economy: savior on the route of creative districts. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 11. Nov. 2020

DURAND Francisco. La captura del Estado en América Latina reflexiones teóricas. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial OXFAM 2019.

DUSSEL Henrique. 1492 el encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad. Plural Editores. Colección Academia. 1992

FERNANDES, A. Decifra-me ou te devoro: Urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do Urbanismo no Brasil. In: GONZALES, S. F. N., FRANCISCONI, J. G.; PAVIANI, A. Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto teoria prática. São Paulo: Livre Expressão, 2013.

FERREIRA Cardoso da Silva, Alexsandro, DE ARAUJO Ferreira Angela Lúcia. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. Cadernos metrópole 18 pp. 109-133 20 sem. 2007

FERREIRA Cardoso da Silva, Alexsandro. Metropolização Turística (2009-2013), Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliárias e turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. 2013

FERREIRA NOBRE, Maria Ivanilde. No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.

FIORI Arantes, Pedro. AJUSTe URBANO: AS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL e DO BID PARA AS CIDADES. Póspós n.20 • são paulo • dezembro 2006

FRANCO CALDERON, Angela María La Operación “Tercer Milenio” en Bogotá. Univ. Impactos socio espaciales de la renovación urbana. Universidad del Valle. Arq. 2010

GOTTSCHALL Carlota de Sousa, SANTANA Mariely Cabral Centro da cultura de Salvador de (Organizadoras). Universidade Federal da Bahia. Salvador 2006.

GROSGOUEL Ramon. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. Revista de estudos antiutilitaristas e Pos-coloniais. Vol. 3, No. 2, jul-dez 2013

HARVEY David. A destruição criativa da terra. Em: "O enigma do capital e as crises do capitalismo". São Paulo. SP. Boitempo. 2011.

HARVEY David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Geografiska Annaler. 71B, 1996

HITTA Maria Gabriela. "Requalificação urbana e despejos em centros novo e antigo de Salvador". Caderno CRH, Salvador, v.31 n.82 p. 39-58, Jan-Abr. 2018

IANNI Octavio. Teorias da globalização. 4ta edição. Civilização Brasileira. 1997

JAJAMOVICH Guillermo. Miradas sobre intercambios internacionales y circulación internacional de ideas y modelos urbanos. V. 8 No. 3 Set/Dez. 2016

KRENAK Ailton. A vida não é útil. Companhia das letras. São Paulo. 2020.

LIPSITZ G (1998) The Possessive Investment in Whiteness: How White People Profit from Identity Politics. Philadelphia: Temple University Press

MARICATO Ermínia. Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana. Editora vozes Ltda. 2001.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias, planejamento urbano no Brasil. Em: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. ARANTES Otília, VAINER Carlos, MARICATO Ermínia (Org.) Editora Vozes Petrópolis. 2007.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. As metrópoles e a questão brasileira. Observatório das Metrópoles. Editora Revan. 2007

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. Expressão Popular. São Paulo. 2015

MARQUES Leão, Cesar Eduardo. Redes Sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo. Annablume: Fapesp, 2003

MARQUES Leão, Cesar Eduardo. Em busca de um objeto esquecido. A política e as políticas do urbano no Brasil. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 32 n° 95. 2017

MARQUES Leão, Cesar Eduardo. Government, Political Actors and Governance in urban policies in Brazil and São Paulo: Concepts for a Future Research Agenda. Brazilian Political Science Review, set (3) p.8-35. 2013,

MARQUES Leão, Cesar Eduardo. Redes sociais e poder no estado brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas*. RBCS Vol. 21 No. 60 fevereiro. 2006.

MARTÍNEZ Toro, Pedro Martín. "La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana." Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 25 (2): 77-105. 2016.

MARTINEZ TORO, Pedro. "La ciudad precaria, crisis de una civilización. Esta aglomeración urbana no es ciudad" III Simposio Pensar a Cali: Espacio público y Arte urbano. Memorias del evento. Septiembre del 2001. Cámara de Comercio de Cali. Publicada en la Revista Entorno Geográfico número 2 del Departamento de Geografía de la Universidad del Valle. Cali, noviembre del 2002

MARTINEZ, Toro Pedro. El centro urbano de Cali, entre El Calvario y Ciudad Paraíso. Perspectiva No. 19. P. 167-195. 2014.

MENDES Luís Filipe Gonçalves As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica. Mendes. Revista Cidades. Volume 12 Número 20. 2015

MENDES Luís Filipe Gonçalves. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 479-512, maio/ago 2017

MONTOYA Uriarte, Urpi. Habitar casarões ocupados no centro histórico de salvador, Bahia, brasil: velhos cortiços e novas experiências e direitos. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-393, Maio/Ago. 2019

MONTOYA, Jhon Williams. Globalización, dependencia y urbanización: la transformación reciente de la red de ciudades de América Latina. Revista de Geografía Norte Grande. Junio 2009

MOSQUERA Díaz Carlos Andrés, Processos de Intervenção nos Centros de duas Cidades e seus elementos comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia). UFBA. 2014

MOURAD, Laura; FIGUEIREDO, Gloria Cecília, BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no 2 de Julho, em Salvador: modos, forma e conteúdos. Cadernos da Metrópole, V.16, No 32, Nov. 2014

MUTAL, Silvio. Ciudades y centros históricos de América Latina y el Caribe: 50 años de trayectoria (1950-1999). En: Centros Históricos de América Latina y el Caribe Fernando Carrión, editor. UNESCO. 2001.

NAME Leo, ZAMBUZZI Mabel. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial. Em: Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia. Dossiê: Giro decolonial, Parte 1: Artes visuais, arquiteturas e alteridades. Volume 3, número 1, 2019.

NAZEM MOURAD Laila. A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador. Produção contemporânea do espaço e projetos de urbanismo. UrbBa 2011

NAZEM Mourad Laila, REBOUÇAS Thaís, PUGLIES Vanessa E. Intervenções públicas para o privado no centro antigo de salvador. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. SIMPURB. Salvador 2017

NOBRE Ferreira, Maria Ivanilde. No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.

OCAMPO VIAFARA Juan David. Explorando los procesos de “renovación urbana” en el barrio El Calvario de Cali. Universidad del Valle. 2018

ORMINDO De Azevedo, Paulo. El Centro partido, los enlaces entre los centros históricos y participación social. Universidade Federal da Bahia. 2004

ORMINDO De Azevedo, Paulo. El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después. ICONOS No. 20, Flacso Ecuador, Quito, pp.45-52. 2004

ORMINDO Paulo de Azevedo. Los enlaces entre centros históricos y participación social. UFBA. 2004

PEÑA QUITIÁN Paola Andrea. Análisis de la renovación urbana en la ciudad de Santiago de Cali caso: Ciudad Paraíso. Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia. Septiembre 2018.

PEREZ LOPEZ, Ruth. Producción de la ciudad en tiempos de globalización. Impactos socio territoriales de los megaproyectos. Revista Bitácora 29. Universidad Nacional de Colombia. Enero-Abril 2019.

PRADILLA Cobos Emilio Los centros históricos en las metrópolis de hoy. December 2012 In book: Carmen Imelsa González y Daniel Hiernaux (comps.) Espacio-temporalidad y prácticas sociales en los centros históricos mexicanos (pp.27-34)Publisher: Universidad Autónoma de Querétaro. 2012

PRADILLA COBOS Emilio. “Las políticas y la planeación urbana en el neoliberalismo”, en Brand, Peter (Comp.), La ciudad latinoamericana en el siglo XXI. Globalización, neoliberalismo, planeación, Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, Medellín, Colombia, 2009

PRADILLA Cobos Emilio. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. Seminario Internacional: A cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos. IPPUR/UFRJNov. 2013

QUIJANO Aníbal. Don Quijote y los molinos de viento en América Latina. Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos, Buenos Aires, v. 4, n. 14, enero/marzo 2005.

QUIJANO Aníbal. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. Espaces et Sociétés No. 3 Julio 1997

QUIJANO Aníbal. Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina. Sociedad y Política Ediciones. 1998

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos Rumos 4 ano 17, No 37 2002.

REBOUÇAS Thaís, NAZEM MOURAD Laila, PUGLIESE Vanessa. Intervenções públicas para o privado no centro antigo de salvador. SINPURB. Simposio Nacional de Geografía urbana. 2017

RODRIGUEZ Mancilla, Hector Marcelo. La cuestión urbana en la Geocultura. Ciclos de importación, exportación y traducción del conocimiento sobre ciudades en América Latina. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2020

ROMANO Magnavita, Pasqualino. Capítulo: quando a história vira espetáculo: palco móvel do Pelô. Em: Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (Org.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995

ROMERO José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Clásicos del Pensamiento Hispanoamericano. Edit. Universidad de Antioquia 1999.

Roy A (2017) Dis/possessive collectivism: On property and personhood at city's end. Geoforum. 80:A1–A11

RUIZ LÓPEZ Apolinar, MERA VIVAS Hansel. Entre el calvario y el paraíso: memoria, contrastes y voces de ciudad. Secretaria de la cultura y turismo de Santiago de Cali Archivo Histórico Municipal AHMC. 2015

SAENZ J. D. Élite Política y construcciones de ciudades. 1958 1998. Cali. Universidad Icesi. 2010.

SANCHEZ STEINER Lina Maria. Éxodos rurales y urbanización en Colombia Perspectiva histórica y aproximaciones teóricas. Universidad Nacional de Colombia Bogotá. Revista Bitacora 13(2) 57-72. 2008

SANT'ANNA Marcia. A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2004

SANTOS Aguiar da Silva Leonardo. Revitalização urbana: uma questão de raça. Universidade Federal de Alagoas. 2019

SANTOS Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. Coleção espaços. São Paulo. Nobel, 1985.

SANTOS Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Editora Record. 2007

SARTORI Giovanni. A política: lógica e método nas ciências sociais. Trad. De Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SCHNEIDER Sergio, Schmitt Claudia Job. O uso do método comparativo nas ciências sociais. e. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, V.9, p. 49-87. 1998

SCHWARZ Roberto. Las ideas fuera de lugar. Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos Número 3, Octubre 2014, 183-199.

SILVA, Leonardo Santos Aguiar da. Revitalização urbana: uma questão de raça. Universidade Federal de Alagoas. 2019

SMITH, Neil. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association*, v. 45, pp. 538-548. 1979.

SMITH Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção de espaço*. Editora Bertrand Brasil Rio de Janeiro. 1988

SMITH Neil. Nuevo Globalismo, nuevo urbanismo. *Doc. Análisis geográficos*, No. 38, p 15-32. 2001

SMITH Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do Espaço urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007

SMITH Neil. *La nueva frontera urbana, ciudad revanchista e gentrificación. Traficantes de sueños mapas*. 2012

SOUZA DALINE MARIA de. “A política de requalificação de centros históricos em salvador/ba e natal/rn: formulação, elaboração e Implementação”. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, agosto de 2011

SOUZA Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *RBCS Vol. 18. No. 51. fevereiro 2003*.

SOUZA Celina. Políticas públicas: questões temáticas de pesquisa. *Caderno CRH Salvador. N. 39. Jul/Dez 2003*.

SOUZA Celina. *Coordenação de políticas públicas*. Brasilia ENAP. 2018

STONE, C. N., *Regime Politics* (Lawrence: University of Kansas Press, 1989).

TEIXEIRA Asis, Wendell Fischer. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014*

VAINER, Carlos, ARANTES Otilia, MARICATO Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Cap. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. Petrópolis. RJ Editora Vozes. 2013

VASQUÉZ BENÍTEZ Edgar. *Historia de Cali en el siglo XX, sociedad, economía, cultura y espacio*. Cali 2001

WALLERSTEIN Immanuel. *O Universalismo Europeu a retorica do poder*. São Paulo. Boitempo, 2007

WEISS Marcos Cesar; BERNANDES Roberto Carlos; CONSONI Flavia Luciane. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanas. *URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, Set./dez., 7(3), 310-324. 2015

WEISS, Marcos Cesar; BERNARDES, Roberto Carlos Bernardes, CONSONI, Flavia Luciane. *Cidades*

Referencias institucionais da cidade de Salvador

Centro Antigo de Salvador uma região em debate. Secretaria da cultura do Estado da Bahia Ano 2, n.2 (out. 2008). 2011

BAHIA/IPAC Uso do solo e Levantamento Socioeconômico Quarteirões 2M. 5M. 6M. e 10M. 1995

Diretriz do Plano de Governo 2021 – 2024. Salvador sempre em frente. Prefeitura de salvador.

Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil. Ministério do Turismo 2018-2022.

Edital do programa de incentivo ao desenvolvimento sustentável e inovação - Pidi nº 02/2016

LEI Nº 9215/2017 (Regulamentada pelo Decreto nº 28.775/2017) - Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador - Programa Revitalizar.

Prefeitura Municipal de Salvador, LEI Nº 9.069 /2016, sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU e dá outras providências. 2016

Projeto de reabilitação sustentável do centro antigo de salvador a dimensão social e o quadro de vulnerabilidades do centro antigo. Relatório final. Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador. Dezembro de 2009.

Margarida Elias e Raquel Henriques da Silva Projeto Revive: Salvar e reutilizar patrimônios. Revista de História da Arte No 13. 2018

Revista ACB Associação Comercial da Bahia No 92. dezembro 2016.

Salvador planejamento estratégico 2017 – 2020. Uma nova cidade para um novo tempo. Prefeitura de Salvador.

JORNAIS CITADOS PARA O CASO DE SALVADOR

LINK JORNAL	ASSUNTO	DATA
http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1644470-rua-chile-atrai-investidores-locais-e-de-outros-estados-premium	Rua Chile atrai investidores locais e de outros estados	6 dezembro 2014
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1652535-obra-avanca-no-centro-historico-mesmo-apos-embargo-do-iphan	Obra avança no Centro Histórico mesmo após embargo do Iphan	14 janeiro 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1683805-centro-historico-iphan-e-sucom-rebatem-criticas-a-demolicao	Centro Histórico: Iphan e Sucom rebatem críticas a demolição	26 maio 2015

https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1692959-neto-apoia-venda-de-imoveis-para-novo-dono-da-rua-chile	Neto apoia venda de imóveis para "novo dono" da Rua Chile	30 junho 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1695566-centro-historico-entidades-solicitam-intervencao-da-unesco	Centro Histórico: entidades solicitam intervenção da Unesco	09 julho 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1699569-requalificacao-do-centro-historico-vai-beneficiar-200-ruas	Requalificação do Centro Histórico vai beneficiar 200 ruas	24 julho 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1701062-acoes-visam-dinamizar-o-centro-historico	Ações visam dinamizar o Centro Histórico	30 julho 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1728235-turistas-ignoram-historia-do-pelourinho	Turistas ignoram história do Pelourinho	21 novembro 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1703430-casa-onde-michael-jackson-gravou-esta-a-venda-por-r-11-mi	Casa onde Michael Jackson gravou está à venda por R\$ 1,1 mi	13 agosto 2015
http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1703891-antigo-predio-de-a-tarde-dara-lugar-ao-hotel-fasano	Antigo prédio de A TARDE dará lugar ao hotel Fasano	17 agosto 2015
http://atarde.uol.com.br/transito/noticias/1708434-ruas-internas-do-bairro-terao-acesso-fiscalizado-por-radar	Ruas internas do bairro terão acesso fiscalizado por radar	28 agosto 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1728236-joao-jose-reis-as-vezes-escravidao-vira-ponto-de-fuga	João José Reis: 'Às vezes, escravidão vira ponto de fuga'	21 novembro 2015
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1772194-centro-historico-recebe-mais-45-barracas	Centro Histórico recebe mais 45 barracas	19 maio 2016
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1800722-novos-negocios-mudam-a-cara-do-centro-de-salvador	Novos negócios mudam a cara do centro de Salvador	10 setembro 2016
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1800725-acoes-de-infraestrutura-no-centro-ficam-prontas-ate-2018	Ações de infraestrutura no Centro ficam prontas até 2018	
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1803114-no-centro-historico-72-dos-imoveis-nao-pagam-as-dividas	No Centro Histórico, 72% dos imóveis não pagam as dívidas	20 setembro 2016

http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1812706-precisamos-de-mais-projetos-de-acupuntura-urbana	Precisamos de mais projetos de acupuntura urbana"	31 outubro 2016
http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1817152-acm-neto-criara-diretoria-para-cuidar-de-acoes-no-centro-historico	ACM Neto criará diretoria para cuidar de ações no Centro Histórico	18 novembro 2016
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1822395-casaroes-abandonados-poderao-ser-desapropriados-no-centro-historico	Casarões abandonados poderão ser desapropriados no Centro Histórico	07 dezembro 2016
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1823568-acoes-visam-revitalizacao-do-centro-historico	Ações visam revitalização do Centro Histórico	12 dezembro 2016
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1834864-casaroes-sao-alvo-de-programa-de-revitalizacao-premium	Casarões são alvo de programa de revitalização	30 janeiro 2017
http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1843672-o-mais-importante-nessa-reforma-e-ser-invisivel	"O mais importante nessa reforma é ser invisível"	6 Março 2017
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1856949-camara-aprova-projeto-para-recuperacao-de-casaroes-do-centro-antigo	Câmara aprova projeto para recuperação de casarões do Centro Antigo	27 abril 2017
http://atarde.uol.com.br/opinioao/noticias/1859308-a-morte-e-as-mortes-do-centro-historico-premium	A morte e as mortes do centro histórico	07 maio 2017
http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1874409-a-cidade-no-centro	A cidade no centro	03 julho 2017
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1879774-projeto-de-reforma-do-centro-historico-esta-inacabado-apos-25-anos	Projeto de reforma do centro histórico está inacabado após 25 anos	23 julho 2017
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1882087-mpba-identifica-falhas-em-obras-feitas-pela-conder	MP-BA identifica falhas em obras feitas pela Conder	1 agosto de 2017
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1888037-revitalizacao-do-centro-antigo-tera-investimento-de-r-200-milhoes	Revitalização do Centro Antigo terá investimento de R\$ 200 milhões	21 agosto de 2017

http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1893093-mercado-sao-miguel-sera-reformado-em-2018	Mercado São Miguel será reformado em 2018	8 setembro 2017
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1907880-casaro-es-serao-sedes-de-projetos-sociais-e-entidades-da-sociedade-civil	Casarões serão sedes de projetos sociais e entidades da sociedade civil	30 outubro 2017
http://atarde.uol.com.br/cultura/musica/noticias/1910077-olodum-festeja-os-30-anos-do-disco-farao-madagascar-no-centro-historico	Olodum festeja os 30 anos do disco Faraó Madagascar no Centro Histórico	8 novembro 2017
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1960045-rua-chile-sera-alvo-de-obras-de-requalificacao-durante-4-meses	Rua Chile será alvo de obras de requalificação durante 4 meses	15 maio 2018
http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/2038388-fausto-franco-a-gente-nao-pode-olhar-a-bahia-somente-como-salvador-e-um-estado-muito-plural	Fausto Franco: "A gente não pode olhar a Bahia somente como Salvador, é um estado muito plural"	26 fevereiro 2019
http://atarde.uol.com.br/turismo/noticias/2039511-salvador-e-destaque-em-revista-internacional-de-viagem-e-turismo	Salvador é destaque em revista internacional de viagem e turismo	28 fevereiro 2019
https://atarde.uol.com.br/coluna/levivasconcelos/2047632-prefeitura-monitora-os-casaro-es-do-centro-historico-de-salvador-premium	Prefeitura monitora os casarões do Centro Histórico de Salvador.	31 março 2019
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2065724-apos-intervencoes-largo-do-terreiro-de-jesus-e-entregue	Após intervenções, largo do Terreiro de Jesus é entregue	07 junho 2019
https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2066794-requalificacao-dos-arcos-da-montanha-tem-obra-iniciada	Requalificação dos Arcos da Montanha tem obra iniciada	12 junho 2019
http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2068371-casarao-desaba-na-ladeira-da-soledade	Casarão desaba na Ladeira da Soledade	19 junho 2019
https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2090875-programa-vemprocentro-tera-incentivo-para-moradia-na-regiao-do-comercio	Programa #vemprocentro terá incentivo para moradia na região do Comércio	9 setembro 2019
https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2198077-governo-do-estado-autoriza-desapropriacao-do-palacio-rio-branco-no-centro-historico	Governo do Estado autoriza desapropriação do Palácio Rio Branco, no Centro Histórico	21 outubro 2021

JORNAIS SOBRE O PROGRAMA REVIVE

http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4612	Em visita a Portugal, delegação do Iphan quer trazer para o Brasil os Centros de Interpretação	19 abril 2018
https://www.mundolusiada.com.br/box3/bahia-e-portugal-assinam-acordo-para-recuperar-patrimonio-arquitetonico/	Bahia e Portugal assinam acordo para recuperar patrimônio arquitetônico	22 junho 2019
https://atarde.uol.com.br/turismo/noticias/2088859-grupo-recebe-autorizacao-para-projeto-de-construcao-de-hotel-no-palacio-rio-branco	Grupo recebe autorização para projeto de construção de hotel no Palácio Rio Branco	02 setembro 2019
https://jornalistaslivres.org/aluga-se-o-brasil/	ALUGA-SE O BRASIL	20 outubro 2019
http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13076-mtur-discute-implementa%C3%A7%C3%A3o-do-programa-revive-em-semin%C3%A1rio-internacional.html	MTur discute implementação do programa Revive em seminário internacional	25 outubro 2019
https://newsba.com.br/2019/11/07/governo-da-bahia-discutira-requalificacao-do-patrimonio-cultural-com-programa-revive-de-portugal/	Governo da Bahia discutirá requalificação do patrimônio cultural com Programa Revive de Portugal	07 Novembro 2019
https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2107297-revive-traz-muita-esperanca-para-bahia-diz-vicegovernador-joao-leao	"Revive traz muita esperança para Bahia", diz vice-governador João Leão	11 novembro 2019
http://www.cultura.ba.gov.br/2019/11/17151/Bahia-e-Portugal-se-unem-em-Programa-de-Requalificacao-de-Patrimonio-Cultural.html	Bahia e Portugal se unem em Programa de Requalificação de Patrimônio Cultural	11 novembro 2019
https://www.mundolusiada.com.br/box1/bahia-se-une-a-portugal-para-recuperacao-de-edificios-historicos-atraves-do-revive/	Bahia se une a Portugal para recuperação de edifícios históricos através do Revive	11 novembro 2019
https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2107550-predios-subutilizados-em-salvador-devem-passar-as-maos-da-iniciativa-privada	Prédios subutilizados em Salvador devem passar às mãos da iniciativa privada	12 novembro 2019
http://www.setur.ba.gov.br/2019/12/1530/Governo-e-Arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-Bahia.html	Governo e Arquidiocese firmam parceria para	02 dezembro 2019

	conservar patrimônio histórico da Bahia	
http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/governo-e-arquidiocese-firmam-parceria-para-conservar-patrimonio-historico-da-bahia	Governo e Arquidiocese firmam parceria para conservar patrimônio histórico da Bahia	02 dez 2019
http://www.setur.ba.gov.br/2020/02/1611/Setur-faz-visita-tecnica-a-predios-antigos-do-centro-de-Salvador.html	Setur faz visita técnica a prédios antigos do centro de Salvador	10 fevereiro 2020
https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2123752-governo-do-estado-autoriza-duas-empresas-a-criarem-projeto-habitacional-no-pelourinho	Governo do estado autoriza duas empresas a criarem projeto habitacional no Pelourinho	20 março 2020 (projeto habitacional para Pelourinho)
https://www.publituris.pt/2020/03/11/portugal-e-brasil-assinam-protocolo-para-implementacao-do-revive/	Portugal E Brasil Assinam Protocolo Para Implementação Do Revive	11 março 2020
http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo	Programa Revive: Cooperação internacional promove Patrimônio Cultural e Turismo	12 março 2020
http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=13390	Assinado acordo que revitalizará patrimônios históricos para uso turístico no Brasil	12 março 2020
http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13621-durante-live,-minist%C3%A9rio-do-turismo-apresenta-pr%C3%B3ximos-passos-do-programa-revive.html	Durante live, Ministério do Turismo apresenta próximos passos do Programa Revive	09 julho 2020
https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2020/07/patrimonios-historicos-serao-recuperados-com-apoio-da-iniciativa-privada	Patrimônios históricos serão recuperados com apoio da iniciativa privada	10 julho 2020
https://www.todabahia.com.br/bahia-e-portugal-se-unem-em-programa-de-requalificacao-de-patrimonio-cultural2/	Bahia e Portugal se unem em programa de requalificação de patrimônio cultural	23 novembro 2020

Outros jornais

LINK JORNAL	ASSUNTO	DATA
https://g1.globo.com/bahia/noticia/revitalizacao-do-centro-de-salvador-preve-desconto-em-impostos-e-desapropriacao-de-imoveis-moradores-se-preocupam.ghtml	Revitalização do centro de Salvador prevê desconto em impostos e	20 maio 2017

	desapropriação de imóveis; moradores se preocupam	
http://www.sucom.ba.gov.br/programas/revitalizar/	Revitalizar Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo	2019
http://ceas.com.br/nota-publica-sobre-a-declaracao-do-prefeito-de-salvador-acerca-da-revitalizacao-dos-arcos-da-ladeira-da-conceicao/	Nota pública sobre as declarações do prefeito de Salvador sobre a revitalização da ladeira da conceição	7 fevereiro 2019
http://www.ba.gov.br/noticias/conder-esclarece-pontos-do-projeto-pelas-ruas-do-centro-antigo-de-salvador	Conder esclarece pontos do projeto Pelas Ruas do Centro Antigo de Salvador	20 fevereiro 2019
https://theintercept.com/2019/04/21/salvador-centro-historico-pelourinho/?comments=1#comments	Em risco no Pelourinho.	22 abril 2019
https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/comercio-prefeitura-inaugura-secretaria-e-inicia-obra-nesta-segunda-29/	Comércio: prefeitura inaugura secretaria e inicia obra nesta segunda (29)	29 abril 2019
https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nova-rua-miguel-calmon-e-inaugurada-em-projeto-de-revitalizacao-do-centro/	Nova Rua Miguel Calmon é inaugurada em projeto de revitalização do Centro	20 agosto 2019
https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/com-vemprocentro-comercio-tera-shows-ruas-coloridas-e-incentivo-a-moradia/	Com #vemprocentro, Comércio terá shows, ruas coloridas e incentivo à moradia	09 Agosto 2019
http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/54978-programa-vemprocentro-tera-incentivo-para-moradia-de-servidores-no-comercio	Programa #vemprocentro terá incentivo para moradia de servidores no Comércio	09 setembro 2019
https://bahia.ba/salvador/programa-vemprocentro-vai-requalificar-mercado-modelo/	Programa '#Vemprocentro' vai requalificar Mercado Modelo	20 setembro 2019
https://www.bnews.com.br/noticias/economia/economia-e-mercado/246970,prefeitura-de-salvador-investe-r-30-milhoes-em-projeto-vemprocentro.html	Prefeitura de Salvador investe R\$ 30 milhões em projeto #VemproCentro	29 setembro 2019
http://www.sucom.ba.gov.br/noticias/programa-vemprocentro-e-selecionado-em-concurso-promovido-pelo-bid/	Programa #vemprocentro é selecionado em	17 outubro 2019

	concurso promovido pelo BID	
https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/licitacao-para-transformar-palacio-rio-branco-em-hotel-saira-nos-proximos-dias/	Licitação para transformar Palácio Rio Branco em hotel sairá nos próximos dias	05 Maio 2021

Vídeos e documentários sobre o Centro Histórico de Salvador

História de Salvador.

<http://soudesalvador.com.br/coisas-de-salvador/1665/Breve-historia-sobre-a-Cidade-de-Salvador-de-Antigamente-ate-hoje.html>

Reportagem sobre a praça do reggae fechada em 2011 no CHS

<http://g1.globo.com/bahia/jornal-da-manha/videos/t/edicoes/v/descaso-praca-do-reggae-vira-deposito-de-lixo-no-pelourinho/7398852/>

Vídeo institucional centro antigo salvador

<https://www.youtube.com/watch?v=Ubwj1LrBYRc>

Vídeo, plano de Reabilitação do centro antigo de Salvador

<https://www.youtube.com/watch?v=vL5M48Bq5KQ>

Vídeo, centro antigo de Salvador

<https://www.youtube.com/watch?v=vL5M48Bq5KQ>

Moradores pobres do Pelourinho resistem para continuar nos casarões

<https://www.youtube.com/watch?v=ejqUPddkFZw&list=PLQhJoCRdN7-XFWog7x-heFwRw1u4YZIhn&index=6&t=0s>

Pelores. Documentário 2004

<https://vimeo.com/56234495>

Referencias institucionais do Centro de Cali

ALCALDIA DE CALI. Ciudad Paraíso. Departamento Administrativo de Planeación Municipal. Empresa Municipal de Renovação Urbana EMRU. 2010.

ALCALDIA DE CALI. Plano del centro global de Cali - diagnóstico urbanístico. Universidad del Valle, Universidad San Buenaventura. Junio de 2010.

EMRU. Informe Gestión Social Ciudad Paraíso. Proyecto Ciudad Paraíso: Planes parciales El Calvario, San Pascual, Sucre y Sede fiscalía general de la Nación. E.M.R.U. Empresa Municipal de Renovación Urbana. 2010.

EMRU. Informe rendición de cuentas. Abril 2021

EMRU. Protocolo de Gestión Predial. Proyecto Ciudad Paraíso. Versión II octubre de 2019.

EMRU. Visión Cali 2036 Alcaldía de Santiago de Cali. 2018

Plan de Desarrollo 2008-2011 “Para vivir la vida dignamente”. Alcaldía de Santiago de Cali.

Plano Ordenamiento Territorial Cali. Alcaldía de Cali. 2014

Visión Colombia II Centenario 2019. Construir ciudades amables, propuestas para una discusión. Presidència de la República. Departamento Nacional de Planeación. 2006

Vídeos e documentários sobre o Centro Histórico e Urbano de Cali.

Documentário “Despojo del Paraíso”

https://www.youtube.com/watch?v=6r1_ZOqpNeA

Plan centro y ciudad Paraíso

<http://www.youtube.com/watch?v=7yQOMpEcG28>

Ciudad Paraíso

<https://www.youtube.com/watch?v=gd5kyNFgQcI>

Documental sobre el Calvario Junho 2016

https://www.youtube.com/watch?v=kInQzle_yCg

El Calvario, la ‘olla’ de Cali que se resiste a morir | EL TIEMPO | junio 9

<https://www.youtube.com/watch?v=j1Ct-rb2a20>

Video sobre despojo y desplazamiento en el centro de Cali

https://www.youtube.com/watch?v=LMJdal_Jn1Q

Proyecto renovación urbana, despojo y desplazamiento de la población del centro de Cali

https://www.youtube.com/watch?v=LMJdal_Jn1Q

Video de presentación Ciudad Paraíso Enero 27 2019

<https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/video-conozca-los-detalles-de-ciudad-paraíso-el-proyecto-que-busca-cambiar-el-centro-de-cali.html>

JORNAIS “EL PAIS” E “DIÁRIO DE OCIDENTE” SOBRE CIDADE PARAISO

LINK JORNAL EL PAIS	ASSUNTO título do jornal	DATA
http://historico.elpais.com.co/paionline/calionline/notas/Febrero012010/3centro.html	Febrero, mes crucial para renovar el Centro	01 de febrero de 2010
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/renovacion-del-centro-queda-en-veremos	Proyecto Ciudad Paraíso otra vez quedó en veremos	Julho 27 de 2011.
http://www.valleonline.org/tiki-index.php?page=Valle%20del%20Cauca	Subdirectora del Plan de Ordenamiento Territorial	Agosto 26, 2011

%20- %20Procesos%20Hist%C3%B3ricos	de Cali habla sobre la renovación del centro	
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/cuatro-grupos-inversionistas-estan-interesados-en-renovar-centro-cali	Cuatro grupos de inversionistas están interesados en renovar el centro de Cali	Abril 29, 2012
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/si-estan-calvario-para-donde-fueron-habitantes-calle-cali?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia	¿A dónde se fueron los habitantes de la calle de El Calvario, tras intervención en la zona?	Junio 16, 2013
https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/video-indigenas-viven-hacinados-en-vivienda-de-el-calvario-centro-de-cali.html	Video: indígenas viven hacinados en vivienda de El Calvario, centro de Cali	Febrero 28 de 2014
http://www.elpais.com.co/cali/valor-de-la-tierra-obstaculo-para-la-renovacion-del-centro-de.html	Valor de la tierra, obstáculo para la renovación del centro de Cali	Abril 27 de 2014.
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/embera-katio-viven-verdadero-calvario-cali	Indígenas Emberá Katío viven en pésimas condiciones en el centro de Cali	Marzo 01, 2014
https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/indi-genas-desplazados-viven-hacinados-en-el-centro-de-cali.html	Indígenas desplazados viven hacinados en el centro de Cali	Marzo 3 2014
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/mayo-inicia-compra-predios-ciudad-paraiso-centro-cali?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia	Em Maio se inicia a compra de prédios para Cidade Paraiso.	Abril 21 de 2014
https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/inicio-compra-de-predios-en-el-centro-de-cali-para-el-proyecto-ciudad-parai-so.html		
https://luchasurbanasamericalatina.wordpress.com/2014/05/30/el-frente-amplio-por-la-defensa-de-cali-la-disputa-entre-las-politicas-neoliberales-y-las-luchas-de-los-sectores-populares/	El frente amplio por la defensa de Cali:	Mayo 30, 2014
http://www.colombiainforma.info/el-frente-amplio-por-la-defensa-de-cali-mantiene-su-rechazo-al-pot/	El Frente Amplio por la Defensa de Cali mantiene su rechazo al POT	Junio 12, 2014
https://www.elpais.com.co/cali/piden-revisar-avaluos-catastrales-de-negocios-del-centro-de.html	Piden revisar avalúos catastrales de negocios del centro de Cali	Julio 2 de 2014

http://www.colombiainforma.info/ciudad-paraiso-entre-la-renovacion-urbana-y-el-despojo/	“Ciudad Paraíso”, entre la renovación urbana y el despojo	Julio 7, 2014
https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/veedores-ciudadanos-del-centro-de-cali-reclaman-precio-justo-para-sus-predios.html	Veedores ciudadanos del centro de Cali reclaman precio justo para sus predios	Agosto 26 2014
http://www.elpais.com.co/cali/el-plan-para-convertir-al-peaton-en-el-rey-del-centro-de.html	El plan para convertir al peatón en el 'rey' del centro de Cali	Septiembre 7, 2014
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/renovacion-urbana-barrio-san-pascual-centro-cali-divide-comunidad	Renovación urbana en el barrio San Pascual, centro de Cali, divide a la comunidad	Septiembre 21, 2014
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/con-planton-habitantes-rechazan-proyecto-renovacion-urbana-centro	Habitantes de San Pascual demandarán para evitar el desalojo	Octubre 07, 2014
https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/marchas-produjeron-bloqueos-en-el-centro-y-oriente-de-cali.html	Marchas produjeron bloqueos en el centro y oriente de Cali	Octubre 7 2014
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/vamos-hacer-expropiaciones-calvario-gerente-emru	"Vamos a hacer expropiaciones en El Calvario": Gerente de la Emru	Noviembre 23 2014
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/reactivan-proyecto-renovacion-urbana-ciudad-paraiso-centro-cali	Reactivan proyecto de renovación urbana Ciudad Paraíso en el centro de Cali	Enero 20, 2015
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/indigenas-calvario-seran-reubicados-mes?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia	Indígenas de El Calvario serían reubicados en un mes	Enero 23 2015
http://www.elpais.com.co/multimedia/fotos/el-calvario-de-los-embera-katio-en-imagenes.html	El calvario de los Embera Katío en imágenes	Enero 26, 2015
http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/nuevo-freno-juridico-proyecto-renovacion-urbana-centro-cali?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia	Nuevo freno jurídico a proyecto de renovación urbana del centro de Cali	Enero 27, 2015
http://www.elpais.com.co/cali/los-embera-katio-viviendo-la-miseria-en-tierra-ajena.html	Los Embera Katío, viviendo la miseria en tierra ajena	Enero 27, 2015
http://www.elpais.com.co/cali/en-un-mes-indigenas-embera-katio-regresarian-a-risaralda.html	En un mes indígenas Embera Katío regresarían a Risaralda	Enero 29, 2015

http://www.elpais.com.co/cal/avivatos-se-aprovechan-de-los-embera-katio-asesor-de-paz-de.html	"Avivatos se aprovechan de los Embera Katío": Asesor de Paz de Cali	Febrero 05, 2015
http://www.elpais.com.co/elpais/abuso-menores/fotos/asi-viven-indigenas-embera-katio-inquilinatos-calvario-cali	Así viven los indígenas Embera Katío en los inquilinatos de El Calvario, en Cali	Marzo 11, 2015
http://www.elpais.com.co/cal/esto-es-lo-que-viene-para-la-renovacion-del-centro-de-desde-junio.html	Esto es lo que viene para la renovación del centro de Cali desde junio	Abril 22, 2015
http://www.elpais.com.co/elpais/cal/noticias/renovacion-urbana-va-alla-centro-cali-estos-son-proximos-proyectos	Renovación urbana va más allá del centro de Cali: estos son los próximos proyectos	Mayo 3, 2015
http://www.elpais.com.co/elpais/cal/noticias/indigenas-embera-katio-alistan-para-volver-pueblo-rico-risaralda	Indígenas Embera Katío se alistan para volver a Pueblo Rico, Risaralda	Mayo 4, 2015
http://www.elpais.com.co/cal/el-viaje-de-los-embera-katio-de-regreso-a-su-hogar.html	El viaje de los Emberá Katío de regreso a su hogar	Mayo 7, 2015
https://www.elpais.com.co/cal/debio-hacer-el-metro-en-los-anos-ochenta-presidente-sociedad-de-arquitectos-valle.html	Cali debió hacer el metro en los años ochenta: presidente Sociedad de Arquitectos Valle	Mayo 23 2015
http://www.elpais.com.co/cal/la-renovacion-urbana-del-centro-de-es-una-realidad.html	La renovación urbana del centro de Cali es una realidad	Julio 21, 2015
http://occidente.co/bodegueros-quieren-quedarse-en-el-centro/	Bodegueros quieren quedarse en el centro	Mayo5, 2016
http://www.elpais.com.co/cal/otros-seis-edificios-seran-demolidos-en-la-zona-de-el-calvario-centro-de.html	Otros seis edificios serán demolidos en la zona de El Calvario, centro de Cali	Junio 2, 2016
http://www.elpais.com.co/judicial/informe-exclusivo-cali-esta-en-riesgo-de-tener-varios-bronx.html	Informe exclusivo: Cali está en riesgo de tener varios 'Bronx'	Junio 05, 2016
https://www.cali.gov.co/gestiondelriesgo/publicaciones/142780/asi-es-como-se-realiza-la-gestion-predial-del-proyecto-ciudad-paraiso/	Así es como se realiza la gestión predial del proyecto Ciudad Paraíso	13 agosto 2018
http://www.elpais.com.co/opinion/editorial/la-nueva-cali.html	La nueva Cali	Agosto 24, 2016
https://www.elpais.com.co/cal/las-dos-cuadras-del-centro-de-cali-que-pueden-ser-el-lugar-mas-feo-de-la-ciudad.html	Las dos cuadras del centro de Cali que pueden ser el lugar más feo de la ciudad	Setembro 4 de 2018
https://www.elpais.com.co/cal/ocupan-con-fines-de-extincion-de-dominio-6-casas-en-el-centro-de-cali-por-microtrafico.html	Ocupan con fines de extinción de dominio 6 casas en el centro de Cali por microtráfico	Setembro 11 de 2018

https://www.elpais.com.co/calidestruyen-tres-casas-en-el-centro-de-cali-por-venta-de-estupefacientes.html	Destruyen tres casas en el centro de Cali por venta de estupefacientes	Outubro 19 de 2018
https://www.elpais.com.co/caliciudad-paraiso-por-que-se-estanco-la-renovacion-del-centro.html	Ciudad Paraíso, ¿por qué se estancó la renovación del centro?	Abril 17 2018
https://www.elpais.com.co/calihabitantes-del-centro-de-cali-protestaron-de-nuevo-contra-proyecto-ciudad-paraiso.html	Habitantes del centro de cali protestan por el proyecto ciudad paraíso	Abril 27 de 2018
https://www.elpais.com.co/caliesta-semana-iniciara-la-demolicion-de-108-inmuebles-en-san-pascual-centro-de.html	Demolición de 108 inmuebles en San Pascual.	Mayo 7 de 2018
https://www.elpais.com.co/calipolemica-por-desalojo-de-predios-de-la-calle-13-centro-de.html	Resurge polémica por desalojo de predios para renovación del centro de Cali.	Mayo 7 de 2018
https://90minutos.co/protestas-contra-proyecto-ciudad-paraiso-causo-bloqueos-centro-cali-07-05-201/	¿Qué está pasando con el proyecto Ciudad Paraíso en el centro de Cali?	Mayo 7 2018
https://www.elpais.com.co/caliviviria-usted-en-el-centro-de-proyecto-residencial-de-ciudad-paraiso-iniciaria-este-trimestre.html	¿Viviría usted en el centro de Cali?, proyecto residencial de Ciudad Paraíso iniciaría este trimestre	Janeiro 21 de 2019
https://www.elpais.com.co/multimedia/videos/video-conozca-los-detalles-de-ciudad-paraiso-el-proyecto-que-busca-cambiar-el-centro-de-cali.html	Video: conozca los detalles de Ciudad Paraíso, el proyecto que busca cambiar el centro de Cali	Janeiro 27 de 2019
https://www.elpais.com.co/calii-nicio-demolicion-de-el-tunel-del-tiempo-una-de-las-peores-ollas-en-el-centro-de.html	Inició demolición de 'El túnel del tiempo', una de las peores 'ollas' en el centro de Cali	Maio 9 de 2019
https://www.cali.gov.co/publicaciones/147436/ciudad-paraiso-no-se-detiene-el-proyecto-de-renovacion-urbana-avanza-firme-mejorando-las-condiciones-del-sector/	Ciudad Paraíso no se detiene: el proyecto de renovación urbana avanza firme, mejorando las condiciones del sector	Mayo 19 2019
https://occidente.co/calidebaten-obras-de-ciudad-paraiso/	Debaten obras de Ciudad Paraíso	01 agosto 2019
http://www.concejodecali.gov.co/Publicaciones/voceros_de_la_comunidad_de_ciudad_paraiso_reclaman_mayor_atencion_del_gobierno	Voceros de la comunidad de Ciudad Paraíso reclaman mayor atención del gobierno	02 agosto 2019
https://occidente.co/calidan-luz-verde-a-ciudad-paraiso/	Dan luz verde a Ciudad Paraíso	04 setembre 2019
https://www.eltiempo.com/colombia/cali/comienzan-obras-en-el-calvario-de-cali-para-proyecto-ciudad-paraiso-421488	De Calvario a Paraíso, así transformarán a vieja 'olla' de Cali	Outubro 20 2019

https://camacolvalle.org.co/soluciones-para-el-oeste-de-cali-2/	Diez años sin que El Calvario se transforme en Ciudad Paraíso, ¿qué hace falta?	Fevereiro 17 2020
http://www.concejodecali.gov.co/Publicaciones/luego_de_10_anos_ciudad_paraiso_no_avanza_cuestionan_gestion_de_la_emru	Luego de 10 años Ciudad Paraíso no avanza, cuestionan gestión de la EMRU	Março 4 2020
https://emru.gov.co/noticias/ciudad-paraiso-debe-reinvidicar-a-los-residentes-y-comerciantes-del-area-de-renovacion-urbana-es-necesario-saldar-esa-deuda-historica-que-tenemos-en-el-territorio-gerente-emru/	“Ciudad Paraíso debe reivindicar a los residentes	Março 5 2020
http://www.concejodecali.gov.co/Publicaciones/ciudad_paraiso_una_oportunidad_para_la_reactivacion_economica_de_cali	Ciudad Paraíso, una oportunidad para la reactivación económica de Cali	04 maio 2020
http://www.concejodecali.gov.co/Publicaciones/ciudad_paraiso_sin_recursos_plan_parcial_san_pascual_aun_no_adquiere_todos_los_predios	Ciudad Paraíso sin recursos, plan parcial San Pascual aun no adquiere todos los predios	Junho 18 2020
https://occidente.co/cali/paraiso-central-proyecto-habitacional-que-detona-la-renovacion-del-centro-de-cali/	Paraíso Central: proyecto habitacional que detona la renovación del centro de Cali	Setembro 29 2020
https://occidente.co/cali/con-ciudad-paraiso-santiago-de-cali-deja-su-calvario-y-renueva-el-corazon/	Con Ciudad Paraíso, Santiago de Cali deja su ‘Calvario’ y renueva el corazón	Novembro 06 2020
https://90minutos.co/avanza-construccion-cuidad-paraiso-renovar-centro-cali-15-12-2020/	Avanza construcción de ‘Ciudad Paraíso’	Dezembro 15 2020
https://www.elpais.com.co/cali/que-ha-pasado-con-las-anunciadas-obras-de-ciudad-paraiso-habla-el-gerente-de-la-emru.html	¿Qué ha pasado con las obras de Ciudad Paraíso?	Janeiro 14 2021.
https://emru.gov.co/noticias/desde-el-corazon-de-la-renovacion-urbana-el-edificio-cali-inteligente-sera-un-aliado-fundamental-para-la-reactivacion-economica/	Desde el corazón de la renovación urbana, el edificio “Cali inteligente”, será un aliado fundamental para la reactivación económica	Fevereiro 26 2021

